



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL  
Centros de Ciências Sociais Aplicadas  
Departamentos de Administração



ELISÂNGELA DOMINGUES MICHELATTO NATT

**A USINA HIDRELÉTRICA ENGENHEIRO SÉRGIO MOTTA E AS  
CONFIGURAÇÕES DO CAMPO PRIMAVERA: um estudo sobre o poder  
simbólico à luz da Teoria dos Campos, de Pierre Bourdieu**

Maringá  
2011

ELISÂNGELA DOMINGUES MICHELATTO NATT

**A USINA HIDRELÉTRICA ENGENHEIRO SÉRGIO MOTTA E AS  
CONFIGURAÇÕES DO CAMPO PRIMAVERA: um estudo sobre o poder  
simbólico à luz da Teoria dos Campos, de Pierre Bourdieu**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação –  
Mestrado em Gestão de Negócios – da Universidade  
Estadual de Maringá em consórcio com a Universidade  
Estadual de Londrina, como requisito parcial para a  
obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Elisa Yoshie Ichikawa

Maringá  
2011

ELISÂNGELA DOMINGUES MICHELATTO NATT

**A USINA HIDRELÉTRICA ENGENHEIRO SÉRGIO MOTTA E AS  
CONFIGURAÇÕES DO CAMPO PRIMAVERA: um estudo sobre o poder  
simbólico à luz da Teoria dos Campos, de Pierre Bourdieu**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Estadual de Maringá, sob apreciação da seguinte banca examinadora:

Aprovada em 23 de março de 2011.

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Elisa Yoshie Ichikawa (Orientadora – PPA/UEM)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mônica Carvalho Alves Cappelle (Convidada – UFLA)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Iolanda Sachuk (Membro)

Aos meus...

## AGRADECIMENTOS

É difícil a tarefa de agradecer sem ser injusto. Esquecer de pessoas especiais parece provável, ao mesmo tempo em que não seria possível listar aqui todas as pessoas que me possibilitaram estar aqui para realizar esse trabalho.

É importante, contudo, apontar que uma dissertação é muito mais do que um simples trabalho de conclusão de mestrado. Trata-se de algo que representa crenças e valores arraigados na existência daquele que o desenvolve. Não é a toa que nos inclinamos às leituras incansáveis. Não é em vão nos percebermos submersos em trabalhos tão incrivelmente fascinantes e reveladores.

Nossa história, nossa existência, nos leva a realizar aquilo que consideramos importante, por acreditar na ciência e acima de tudo no valor da vida. Esse valor por sua vez, somente faz sentido por aqueles que nos cercam. A família, os amigos e todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a nossa constante transformação, são parte desse trabalho chamado dissertação.

Os mestres que ao longo da vida nos fizeram pessoas melhores são parte desse trabalho. Não nos constituímos como agentes em um único dia, mas sim em toda uma vida entrelaçada em outras vidas, o que nos faz homens, seres viventes em comunidades, cidadãos com desejos e anseios em comum a um grupo de outros seres.

Tudo pelo que passamos, de bom e de ruim, nos faz o que somos, e por isso sou grata a tudo que já me aconteceu, seja em situações felizes ou não. Em meio às circunstâncias da vida somos premiados com nossas famílias, que nos enriquecem com suas contribuições de fé, esperança e amor. Nossos amigos são as flores que enfeitam nossas vidas e as pontes que nos levam aos melhores lugares. Os mestres que nos ensinam desde a tenra infância fazem-nos melhores do que ontem e nos proporcionam que sejamos melhores amanhã.

Dentre tantas pessoas tão especiais, há algumas que preciso citar aqui, a começar por minha avó Nair, não mais presente entre nós, que ao dar início ao meu processo de alfabetização antes que eu completasse quatro anos de idade, me tornou, mesmo sem saber, uma pessoa demasiadamente crítica, o que me causou alegrias e também algumas tristezas. Há também uma pessoa que não sei por onde anda, seu nome se não me engano é Mariângela, uma

professora de português que, ainda na quinta série me ensinou o valor de uma boa leitura e, fez com que eu descobrisse a libertação que o ato de ler possibilita.

Agradeço ao meu pai, por ter despertado em mim o interesse em conhecer o novo. À minha mãe, pela simplicidade de mesmo sem conhecer o que faço me incentivar a continuar e acreditar em mim. Aos meus irmãos por existirem e me fazerem uma pessoa melhor a cada dia. Ao meu amigo Kina, que me incentivou a seguir meus estudos e me dedicar à vida acadêmica. Aos meus grandes e amados amigos Lisiane, Mariane, Luciano, Maria Clara e Luciane, por me manterem em pé, por serem os pilares da minha vida, o meu porto seguro.

Ao meu marido, o meu “coruja” de plantão, os agradecimentos por ser o companheiro de todas as horas, o parceiro em todas as empreitadas. Esse trabalho é mais dele do que meu, pois enquanto me encontrava mergulhada nos livros, ele fornecia todo o apoio para que eu pudesse realizar esse trabalho. Ele, mesmo não compreendendo o conteúdo de meu trabalho, acabou aprendendo muito sobre o que faço, pois era meu ouvinte a cada nova descoberta.

Meus agradecimentos eternos a Fernando, Leonel e Marta, minhas inspirações diárias, minhas paixões, meus reforçadores da fé, minha alegria. Aos colegas que por algum tempo compartilharam da mesma alegria que é fazer parte de um programa mestrado, Zuleica, Cleiciele, Antônio, Fernanda, Alexandre, Márcia, Joyceli e Jaiane.

Os meus mais sinceros agradecimentos aos professores Maurício Reinert, Francisco Giovanni, que muito me ensinaram durante essa empreitada que é cursar um mestrado. Em especial preciso agradecer à professora Maria Iolanda, por ser tão brilhante e incisiva em suas contribuições, sua força e retidão faz acreditar nos valores humanos e na dedicação profissional, essa mulher incrível é um exemplo de força e elegância. Mais pessoas deveriam ser como ela.

Aproveito a oportunidade para agradecer o professor Antônio Carlos Struckel, que contribuiu significativamente para a realização do meu estágio de docência. As conversas que tivemos nesse período são impagáveis e me fizeram refletir muito sobre a docência.

Agradeço também ao Professor José Paulo, por aceitar fazer parte da banca de qualificação e contribuir tão ricamente para o aprimoramento do trabalho. Suas observações foram lembradas em cada momento da realização da pesquisa e, embora eu não tenha conseguido

atender a todas elas, como exercer o poder de sintetizar as informações, eu tenho tentado diariamente melhorar isso.

Meus agradecimentos à professora Mônica Cappelle, por aceitar o convite para fazer parte da banca de defesa, contribuindo tão significativamente para o aprimoramento desse trabalho. Suas observações foram valiosas e certamente resultarão em avanços para pesquisas futuras. A maneira como destacou os pontos fortes e fracos desse trabalho foram de suma importância para que possamos repensar novas formas de atuação para o desvelar das relações de poder que permeiam os mais variados campos.

Por fim, como não poderia deixar de ser, declaro aqui os meus agradecimentos à Elisa. Eu não sei como descrever a força que me deu durante a realização desse trabalho, muito menos a sutileza com que conduziu um momento tão delicado e intenso. Sua compreensão, dedicação e humanidade me levaram a querer ser como ela. Sei, porém, que isso será impossível, dado o brilhantismo com que conduz sua vida profissional. No entanto, penso que buscar lhe alcançar, embora se constitua como uma tarefa utópica, pode me levar a ser um pedacinho do que ela é. Desta forma já estarei realizada, pois qualquer parcela do que ela representa me fará muitíssimo melhor do que já pensei que pudesse ser antes de nosso convívio. Meus mais profundos agradecimentos a você, maestrina do conhecimento, mulher inteligente, forte e ao mesmo tempo sensível, amorosa e dedicada, humilde e verdadeira, a real definição do que é ser mestre.

**Obrigada!**

“Coragem é quando se sabe que está derrotado antes mesmo de começar, mas começa assim mesmo, apesar de tudo. Raramente a gente vence, mas isso pode até acontecer.” (Harper Lee)



## RESUMO

O objetivo deste trabalho esteve imbricado na busca do entendimento das forças que perpassam o distrito de Primavera-SP, a partir da construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. Na busca por desvelar o poder que permeia o local, optou-se em utilizar como pressuposto para a investigação a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu. Ao iniciarmos nossa investida, no entanto, fomos obrigados a ultrapassar os limites definidos inicialmente e ir à busca de informações que antecedessem o processo de implantação da usina. Só a partir da coleta do material documental, que retratava importantes acontecimentos envolvendo a região do Pontal do Paranapanema, local em que está inserida a cidade de Primavera, foi possível iniciarmos o processo de delineamento do campo. No intuito de entender as estruturas que constituíram esse campo, caminhou-se por terrenos que competem à política, investigou-se as circunstâncias de geração de energia elétrica no Brasil, bem como se realizou a leitura sobre os tipos de moradias surgidas a partir dos grandes projetos de geração de infraestrutura. Como o foco era o desvelar do poder simbólico no campo constituído pela UHE Engenheiro Sérgio Motta, precisou-se entender as relações que o perpassam, bem como as formas de incidência de poder e violência no campo. Sob a ótica do estruturalismo, tanto no que compete à questão epistemológica quanto metodológica, foi possível observar como os agentes estruturaram o campo e foram estruturados por ele. Foi desvelado o *habitus* adquirido por esses agentes, a *doxa* que os faz ocupar suas posições no campo, as diferentes formas e utilização de capital, e a lógica que direciona o campo e que faz as regras jogo para que nele se possa permanecer. O corte da pesquisa foi transversal com perspectiva longitudinal, pois procurou entender o campo tal como ele se encontra configurado em 2011, ao mesmo tempo em que foi preciso conhecer a história que precedeu a configuração atual. Nessa empreitada observou-se que o processo de estruturação do campo e das relações em que estão emaranhados os agentes, há o constante exercício do poder simbólico, esse poder velado e nem por isso menos concreto ou violento. Concluiu-se que as formas de poder mais violentas que incidem sobre o campo são as mais sutis e não declaradas. São promotoras de relações de dominação que não permitem ou incitam reações e, portanto, passam despercebidas, embora conhecidas e sentidas nesse espaço de lutas e oposições que delimita o campo.

**Palavras-Chave:** Pierre Bourdieu. Teoria dos Campos. Primavera-SP. Poder Público. Poder Simbólico. Usinas Hidrelétricas. Vilas Barrageiras.

## ABSTRACT

The aim of this study was dipped in the quest of understanding the forces that pervade the district of Primavera, São Paulo, Brazil, from the construction of the Engineer Sérgio Motta Dam. In pursuit of the unveiling of the power that permeates the place, it was decided to use as assumption for this research, the Field Theory of Pierre Bourdieu. As we begin our research, however, we were forced to exceed the limits initially set and go in search of information leading up to the implementation process of the plant. Only from the gathering of documentary research an important events were unveiled about the region of the Pontal of the Paranapanema, where is the city of Primavera, was possible could begin the process of designing the field. In order to understand the structures that constituted this field, we traveled in the political place, investigating the circumstances of hydropower generation in Brazil, and realize that you read about the types of housing arising from large generation projects of infrastructure. The focus was the unveiling of symbolic power in the field constituted by Sergio Motta Dam, was necessary to understand the relationships that pervade them, and the incidence of forms of power and violence in the field. From the perspective of structuralism, in methodological and epistemological sense, was able to observe how the agents have structured the field and were structured by it. Know the *habitus* acquired by these agents, the *doxa*, which makes them up their positions in the field, and use different forms of capital. The logic that drives the field and that makes the game so that rules of the game to be possible to survive and the act agents can according to their feel for the game. The research was cross-sectional with a longitudinal perspective, therefore, sought to understand the field as it is set in 2011 at the same time it was necessary to know the history that preceded the field's configuration. In this journey we found that the process of structuring the field and the relations in which agents are entangled, there is the constant exercise of symbolic power, that power veiled and not less concrete or violent. It was concludes that the most violent forms of power that focus on the field, are more subtle and undeclared. They promoters of relations of domination do not allow or encourage reactions and therefore are not perceived, although know and felt in the space of struggles and oppositions that delimits the field, and means that agents are embeddedness.

**Keywords:** Pierre Bourdieu. Theory of Fields. Primavera-SP. Government. Symbolic Power. Hidroelectric. Dams villages.

## LISTA DE SIGLAS

AAPP	Associação Atlética Porto Primavera
BELSA	Bandeirante de Eletricidade S.A.
CELUSA	Centrais Elétricas de Urubupungá S.A.
CESP	Companhia Elétrica de São Paulo
CHERP	Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo
COMEPA	Companhia Melhoramentos de Paraibuna
COMGÁS	Companhia de Gás de São Paulo
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA	International Energy Agency
ISA	Instituto Socioambiental
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONGs	Organizações Não Governamentais
PNE	Plano Nacional de Energia
REC	Rosana Esporte Clube
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SACERC	S.A. Central Elétrica Rio Claro
UHE	Usina Hidrelétrica
USELPA	Usinas Elétricas do Paranapanema

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Espaço das posições sociais e espaço dos estilos de vida

Figura 2 – Vista aérea das primeiras habitações do núcleo residencial Primavera

Figura 3 – Vista aérea das casas do distrito de Primavera nos dias atuais

Figura 4 – Vista da fachada de duas casas de Nível N6 do núcleo habitacional Primavera (Padrão A)

Figura 5 – Vista da fachada de uma casa de Nível N5 do núcleo habitacional Primavera

Figura 6 – Vista da fachada de casas de Nível N4 do núcleo habitacional Primavera (Padrão A)

Figura 7 – Vista da fachada de casas de Nível N3 do núcleo habitacional Primavera (Padrão B)

Figura 8 – Vista da fachada de duas casas de Nível N2 do núcleo habitacional Primavera (Padrão B)

Figura 9 – Vista da fachada de uma casa de Nível N1 do núcleo habitacional Primavera (Padrão B)

Figura 10 – Vista da fachada de casas de Nível N1 do núcleo habitacional Primavera (Padrão C)

Figura 11 – Plantas das moradias de tipo A

Figura 12 – Plantas das moradias de tipo B

Figura 13 – Plantas das moradias de tipo C

Figura 14 – Escola Norte

Figura 15 – Escola Sul

Figura 16 – Escola Oeste

Figura 17 – Escola Leste

Figura 18 – Rosana Esporte Clube

Figura 19 – Associação Atlética Porto Primavera

Figura 20 – Planta do Núcleo Habitacional Porto Primavera em formato de barco

Figura 21 – Igreja de Primavera – também com formato que remete a um barco

Figura 22 – Igreja de Primavera – vista sob outro ângulo

Figura 23 – Incidência sequencial dos agentes que estruturaram o campo

Figura 24 – Relação hierárquica no processo de estruturação do campo

Figura 25 – Espaço das posições sociais e estilos de vida dos barrageiros

Figura 26 – Configuração do campo Primavera

Figura 27 – Relações e pressões externas que perpassam o campo Primavera

Figura 28 – Os campos que constituem e são perpassados pelo campo de poder

Figura 29 – A estrutura subjetiva do campo Primavera

Figura 30 – A incidência dos interesses dos agentes sobre Primavera

Figura 31 – As interações no campo Primavera

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA .....	15
1.2 OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	24
1.3 JUSTIFICATIVA .....	24
1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO .....	26
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA.....</b>	<b>29</b>
2.1 A TEORIA DOS CAMPOS .....	29
2.2 O SIMBOLISMO SOB A PERSPECTIVA DE PIERRE BOURDIEU .....	61
2.2.1 <i>O Poder Simbólico</i> .....	71
2.2.2 <i>O Poder e o Campo Político</i> .....	80
<b>3 USINAS HIDRELÉTRICAS: A TRANSFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL .....</b>	<b>86</b>
3.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL .....	86
3.2 AS COMUNIDADES ADVINDAS DA CONSTRUÇÃO DAS HIDRELÉTRICAS.....	95
3.2.1 <i>As ONGs e os movimentos surgidos a partir do cenário de construção das hidrelétricas</i> .....	96
<b>4 A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA INVESTIGAÇÃO .....</b>	<b>99</b>
4.1 DELIMITAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA .....	99
4.1.1 <i>Delimitação da investigação</i> .....	102
4.1.2 <i>Elementos da pesquisa</i> .....	104
4.2 COLETA DE DADOS .....	107
4.3 ANÁLISE DOS DADOS .....	109
<b>5 A UHE ENGENHEIRO SÉRGIO MOTTA E OS IMPACTOS CAUSADOS A PARTIR DE SUA IMPLANTAÇÃO .....</b>	<b>113</b>
5.1 A UHE ENGENHEIRO SÉRGIO MOTTA.....	113
5.2 OS IMPACTOS CAUSADOS PELA INSTALAÇÃO DA UHE ENGENHEIRO SÉRGIO MOTTA .....	118
<b>6 O CAMPO.....</b>	<b>131</b>
6.1 O DISTRITO DE PRIMAVERA .....	131
<b>7 OS AGENTES.....</b>	<b>156</b>
7.1 OS GRILEIROS .....	158
7.2 A CAMARGO CORRÊA .....	162
7.3 A CESP.....	166
7.4 O PODER PÚBLICO.....	171
7.5 OS RIBEIRINHOS .....	176
7.6 OS BARRAGEIROS .....	181
<b>8 O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO.....</b>	<b>186</b>
<b>9 AS RELAÇÕES DE PODER INSTITUIDAS NO CAMPO.....</b>	<b>211</b>
<b>10 CONCLUSÕES .....</b>	<b>234</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>240</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

No percurso para a busca e o aprimoramento da geração de energia elétrica, a humanidade percorreu um longo caminho. Esse percurso, na visão de Usher (1993), foi permeado por significativas transformações e muito dispêndio de tecnologia e recursos humanos e ambientais. Desde as criações mais rudimentares até a criação das grandes usinas hidrelétricas ou nucleares, foram muitas as invenções empreendidas pelo homem. Da força do trabalho braçal, dos ventos e das rodas d'água, passou-se para as gigantescas obras das usinas de geração de energia. Esse desenvolvimento, no entanto, veio trazer inúmeras mudanças, não apenas nos processos de geração de energia, mas também no modo de vida da humanidade. E não se tratam apenas de mudanças e inovações tecnológicas, pois a qualidade de vida de muitas pessoas e espécies de seres vivos também foi afetada, e nem sempre de forma positiva.

Silva (2004) aponta que mediante a emergência da industrialização, experimentada pelo Brasil principalmente na década de 60, foi promovida a obtenção da super e infra-estrutura, por meio de construções gigantescas, dentre as quais se encontram as hidrelétricas. Essas construções eram parte de um projeto que visava à consolidação das indústrias de base para implementação do modelo capitalista de integração ao mercado internacional. Foi um período de implantação e expansão da industrialização que marcou a reorganização do espaço brasileiro em relação às questões sócio-ambientais.

A matriz energética brasileira, conforme demonstra Silva (2004), se desenvolveu visando um crescimento futuro que não correspondia diretamente ao modelo industrial que se fazia emergente nas grandes cidades na região Sudeste do país. Essa matriz estava baseada nos empreendimentos hidrelétricos de grandes dimensões e visava suprir a demanda crescente e ofertar energia a baixos custos ao setor industrial, e vislumbrava um crescimento maior do que as expectativas partilhadas pela sociedade na época. Conforme apontam Soares *et al.* (2007), entre os países em desenvolvimento, o Brasil se destaca como um dos que mais investiu em grandes projetos de geração de energia e usinas hidrelétricas e entre os anos de 1960 e 1980, mais de sessenta e seis barragens hidrelétricas foram empreendidas.

No entanto, embora esses empreendimentos muitas vezes se mostrem necessários e gerem lucro aos acionistas, possibilitando o aumento da capacidade produtiva do setor industrial, eles também promovem severos impactos para o país, e principalmente, para a região em que

estão inseridos (SILVA, 2004). Nesse sentido, conforme afirma Silva (2004), as inovações proporcionadas pela instalação de hidrelétricas geram inúmeras formas de modificação e relação com a comunidade da qual fazem parte, e nem sempre essas modificações são positivas.

Sob a égide de um discurso progressista<sup>1</sup>, de intencionalidade mercantil e, portanto, simbólica, as hidrelétricas trazem em princípio, uma esperança de crescimento. Conforme discute Santos (2006), a promessa econômica e o progresso são características de um processo que envolve símbolos capazes de permitir a aceitação da racionalidade do objeto em questão, mas que numa realidade clara e objetiva, pode também vir para dispersar a relação humana com o ambiente, impondo muitas vezes, relações desiguais. Esses aspectos simbólicos, tais como a promessa de prosperidade e a esperança incutida nas pessoas, que passam a crer que uma industrialização desenfreada trará sucesso, são intrínsecos à intencionalidade mercantil.

Arelada às promessas de progresso, as hidrelétricas abarcam em seu empreendimento uma série de outros importantes aspectos fundamentais à transformação do meio em que serão inseridas. Pequenas vilas são organizadas para a moradia daqueles que trabalham na construção da hidrelétrica. Muitas vezes, essas vilas se estabelecem como pequenos distritos, chegando à condição de município em algumas situações. Para Bortoleto (2001), a mudança na estrutura urbana se deve ao grande número de pessoas atraídas pela intensificação no fluxo de capital nas regiões onde se estabelecem as hidrelétricas. Conforme ressalta Lopes (2002), em contrapartida ao movimento de pessoas atraídas pelas novas atividades econômicas geradas pelo empreendimento hidrelétrico, há ainda o problema da desapropriação dos ribeirinhos. O autor descreve que esse contingente é atingido de forma brutal pela desapropriação, pois perdem seus referenciais e muitas vezes não conseguem mais encontrar um meio de produção ao qual possam se adaptar sem grandes perdas.

O cenário, após anos despendidos nos empreendimentos hidrelétricos, não tem se apresentado como o prometido durante os discursos progressistas. Para Bortoleto (2001), o que se encontra são cidades que apresentam ruptura com a estrutura local e atraem mais pessoas do que a real demanda de trabalho exige. A comunidade afetada se percebe então em uma corrida

---

<sup>1</sup> Conforme destaca Ponte (1999), em meados da segunda metade do século XIX, o cenário nacional brasileiro foi invadido por ideias progressistas que vinham da Europa. Tais ideias eram a base para a reformulação do ideal de civilidade e modernização. Com a implantação de um novo regime que substituiria o Império, as palavras de ordem eram regenerar e reformar, buscando deixar para trás tudo o que remetesse ao passado provinciano. Nesse contexto, o Estado tomou para si a responsabilidade de promover e implantar ações empreendedoras capazes de instaurar uma nova ordem capitalista, capaz de modificar as principais cidades brasileiras.



pela busca de alternativas de sobrevivência que possam ser viáveis diante das imposições do prometido progresso, bem como dos impactos causados pela degradação integrante do processo de instalação das hidrelétricas.

Segundo Bortoleto (2001), o discurso exercido no intuito de legitimar a construção das hidrelétricas é construído a partir de informações que difundem ideias acerca das capacidades positivas dos empreendimentos, como a geração de desenvolvimento, inovação tecnológica e movimentação e dinamização de novos recursos para as regiões em questão. Tais aspectos aparentemente positivos e promissores em um primeiro momento acabam se sobrepondo, ou ainda, ocultando os impactos reais que o empreendimento pode causar. Afinal, se a instalação das hidrelétricas se justifica por sua utilidade ao desenvolvimento da sociedade no âmbito econômico, por outro lado, há que se organizar melhor a forma de empreender tamanho projeto.

Compreender as formas sob as quais é exercido o poder, bem como esclarecer os conflitos e fazer emergir a realidade tal como ela é, se constitui um trabalho complexo e certamente requer um imenso esforço em conjunto. Muitos pesquisadores têm demonstrado interesse no assunto e realizado trabalhos que informam e esclarecem muito sobre a atual situação envolvendo os empreendimentos hidrelétricos no Brasil. O que se percebe é que a população afetada pouco influenciou nas escolhas e decisões envolvendo a construção e instalação das hidrelétricas (SILVA, 2004; LOPES, 2002; BORTOLETO, 2001; KUDLAVICZ, 2005).

Não apenas nessas circunstâncias, como em muitas outras, o que fica evidente nos trabalhos de alguns pesquisadores, como Silva (2004), Lopes (2002), Bortoleto (2001) e Kudlavicz (2005), é que alguns efeitos das escolhas do Estado são tão completamente impostos à realidade e aos espíritos, que possibilidades viáveis, como o exemplo citado por Bourdieu (2008b), de um sistema de produção doméstica da eletricidade, análogo ao existente nas regiões urbanas, tornam-se amplamente descartadas.

Se por um lado, existem os projetos de expansão e alcance de um patamar mundial para a economia do país, o que veio requerer investimentos em produção de energia e, conseqüentemente, a criação e adequação das áreas econômicas relacionadas às atividades no entorno das regiões onde se instalaram as hidrelétricas, por outro há que se considerar que as áreas alagadas para a construção das usinas se tratam de territórios que há muito tempo foram ocupados por famílias de agricultores (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007). Essa contradição entre a

tradição da produção familiar e a expansão das fronteiras econômicas é um primeiro indicativo da conformação das zonas de conflito nas regiões alagadas para a instalação das hidrelétricas.

Santos (2006) observa que os conflitos são naturais à ordem da vida em sociedade, e que o uso do espaço físico muitas vezes vêm desencadear esses conflitos. O comum é observar que as grandes organizações e a comunidade local geralmente possuem interesses distintos. O uso dos recursos públicos, destinados à infra-estrutura, é um dos causadores de conflito. Ainda conforme o autor, a corporatização do território, no sentido de destinar prioritariamente os recursos para atender às necessidades geográficas das grandes empresas, afeta toda a sociedade. Assim, em nome de economia globalizada, problemas sociais e locais são agravados, mas o orçamento, como menciona o autor, não é global, e sim nacional e territorializado.

A diferença entre o que é adequado a uma cidade do interior, uma capital, ou uma região mais extensa e elitizada, certamente será visível quando o assunto forem os interesses de cada população. Nesse sentido, é possível observar que, se os ideais de civilidade e desenvolvimento industrial ou tecnológico são globais, a maneira como determinadas regiões reagem a essa globalização imposta pelos mais fortes é significativamente distinta. A imposição de modelos econômicos globalizados, bem como a fragilidade de certas comunidades perante as decisões impostas por uma minoria de peso, permite a efetivação da desigualdade de poder.

Para Zhouri e Oliveira (2007), a assimetria de poder envolvendo empreendimentos que atendam às imposições econômicas globais, como a implantação das usinas hidrelétricas no Brasil, se evidencia desde o início dos empreendimentos. Segundo as autoras, desde o processo de expropriação das populações locais é sentida a violência dos mais poderosos exercida sobre os mais fracos. Esse processo se desdobra em violentos confrontos e uma diversidade de experiências de violação dos direitos humanos. Essa impotência da população reprimida, mediante a assimetria de poder, aliada às diversas questões ambientais faz surgir movimentos sociais e mobilização local, o que em muitas vezes resulta em situações extremas de conflito e violência.

O que se observa em situações como a dos empreendimentos hidrelétricos, é a atuação de diferentes agentes, num campo de conflito onde o poder, conforme Bourdieu (2004; 2008a;

2008b; 2009a; 2009b) é determinado pela posição de cada agente. No cenário proposto, isto é, no cenário dos empreendimentos hidrelétricos, esses agentes podem ser as próprias hidrelétricas, as Organizações Não Governamentais - ONGs, as associações de moradores, o governo local, e os movimentos reivindicatórios como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST e Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. As violências mencionadas, no entanto, não são sempre explícitas ou facilmente identificadas, aliás, geralmente se tratam de situações sutis de violência, o que dificulta a identificação de muitos dos problemas sofridos pela população.

No contexto em discussão, a Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta é uma das grandes obras empreendidas sob o poder do governo militar. Sua construção teve início em 1979, durante o governo estadual de Paulo Maluf, mas seu funcionamento se iniciou no ano de 1998 (SCARPINELLA, 1999). A usina está localizada rio Paraná, entre o distrito de Primavera e o município de Rosana, cerca de 800 km da cidade de São Paulo, na fronteira entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. A construção da usina foi responsável pela maior área alagada do país, bem como pelo surgimento da vila de trabalhadores que deu origem ao distrito de Primavera. A Companhia Elétrica de São Paulo - CESP, empresa estatal do estado de São Paulo, é a responsável pela hidrelétrica.

Atualmente, a região passa por sérios problemas sócio-ambientais, resultantes da exploração equivocada dos recursos naturais (SILVA, 2004) e do desalojamento das duzentas e noventa famílias que viviam na região. Segundo Kudlavicz (2005), essas famílias desenvolviam diversas atividades como a pesca, a agricultura, a pecuária, a olaria, o comércio, a captura de iscas ou mesmo viviam de algum tipo de assalariamento relacionado às atividades mencionadas ou atividades de lazer. Conforme Silva (2004) e Kudlavicz (2005), o desalojamento dessas famílias criou um grupo de pessoas sem identidade, com problemas para se adaptar à sua nova realidade e sem perspectivas para uma vida futura próspera se continuarem na região. Esses problemas não apenas atraíram a atenção dos movimentos reivindicatórios, como também alavancaram organizações em torno de reivindicações específicas às necessidades locais.

Esse processo de pessoas que foram atraídas pelo empreendimento da hidrelétrica, e de pessoas que, de certa forma, foram expulsas de seu ambiente de origem, sendo obrigadas a romperem com suas tradições e extinguir suas atividades produtivas, criou uma nova comunidade. Essa nova comunidade pode ser considerada como oriunda de uma dupla

condição adversa, que Lopes (2002) descreve como sendo constituída por um lado, de um campo conflituoso que se manifesta ao ser questionado o direito de propriedade e a função social da terra e, por outro lado, o campo de domínio estratégico formado pelas instalações de sistemas de eletrificação para a região economicamente mais importante do país.

Compreender como ocorre a dinâmica desse campo de conflitos, bem como buscar respostas para a força que define as condições dos agentes nesse campo, requer que seja feita uma análise muito cuidadosa. Trata-se de uma análise que não explore apenas aquilo que é fatídico a um primeiro olhar, mas sim seja capaz de desvelar males enraizados de forma sutil, que foram se aprofundando ao longo do tempo, sem que aqueles que os sofrem ou mesmo aqueles que os praticam percebam claramente do que se trata. Talvez o período de construção da hidrelétrica, tão demorado e conflituoso, não forneça todas as respostas para o que se vive atualmente no campo em questão. É possível que, após os marcantes conflitos, muita coisa ainda esteja acontecendo com a mesma intensidade, porém de forma mais velada. Nesse sentido, conforme assinala Santos (2006), é importante a compreensão de como as formas simbólicas podem ser as maiores responsáveis pela dinâmica social.

Bourdieu (2008a, p. 07-08) afirma que para descobrir as formas de poder,

[...] é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só se pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.

A abordagem dos elementos simbólicos dos campos de conflito está geralmente ligada às questões que envolvem aspectos reais e imaginários, o que faz desse tema algo de grande complexidade. Conforme Faria (2007), é preciso compreender, no entanto, que os símbolos se constituem como uma forma por meio da qual uma ideia e sentimento, que podem estar no inconsciente e que possuem significação, são representados de maneira consciente. Para o autor, a unidade mínima do simbólico é o significante, que tem como característica o fato de não comparecer isolado, pois está sempre articulado com outros significantes.

No intuito de desvelar esses significantes, Bourdieu (2008c) explorou pautas de análises mediadas por elementos ativos identificáveis, tanto em suas classes quanto em suas classificações, ou seja, explorou não apenas a classe a qual pertencem tais elementos, mas também a maneira de classificá-los. O autor investiu na transcrição lingüística para evidenciar

teores de confrontos sociais, políticos e simbólicos, eminentes nas lutas classificatórias, essas lutas capazes de enquadrar as coisas e os indivíduos sob determinadas denominações. Seu objetivo era extrair uma escuta expressiva e reveladora dos embates em condições de mobilização dos interesses materiais e simbólicos decisivos aos grupos investigados.

De acordo com Castoriadis (1982 *apud* FARIA, 2007), embora o simbólico se encontre primeiramente na linguagem, ele também está presente nas instituições. No mundo social-histórico, todas as coisas estão entrelaçadas com o simbólico, de forma indissociável. As atitudes, os indivíduos e os produtos, são elementos que existem dentro de uma rede simbólica, com sistemas que visam ligar os significados aos símbolos. Estas ligações ganham validade de tal maneira que se tornam relativamente forçadas para a sociedade ou para os grupos envolvidos.

Este aspecto da validade envolvendo as ligações existentes entre os elementos da rede simbólica, por meio de sociedades ou grupos, pode ser observado na maneira com a qual algumas organizações interferem no modo de vida das comunidades e indivíduos (PECI, 2007). As hidrelétricas brasileiras, por sua vez, possuem um histórico envolvendo transformações e acomodações de realidades políticas, bem como uma interação e modificação na vida local dos grupos onde estão inseridas (SOARES; FRHOËLICH; MARQUES, 2007). Essa ligação existente entre essas organizações, ou seja, as hidrelétricas, e as comunidades locais podem ser uma rica fonte de informações para a compreensão da constituição e transferência de significados entre organização e indivíduo.

Não se trata de uma simples relação, entre organização e comunidade, mas sim de uma complexa relação constituída por mais de dois agentes. Nesse campo específico, constituído a partir dos empreendimentos hidrelétricos, é possível notar a participação de vários campos que o perpassam. A partir de uma iniciativa do campo político, para alavancar o campo econômico das empresas privadas, empreende-se as grandes obras hidrelétricas. A população, anteriormente parte de um campo menos conflituoso, mais pacato e tradicional, se vê então em meio a uma nova realidade e, assim temos constituído um novo campo de conflitos, perpassado e fundamentado por ideologias de outros campos preexistentes.

Na intenção de desvendar os caminhos percorridos por campos possuidores de características semelhantes ao caso das regiões afetadas pela instalação das hidrelétricas, ao menos no sentido das lutas e dos conflitos de poder, Bourdieu desenvolveu ao longo de sua vida

acadêmica, durante décadas de estudos e pesquisas, que vão desde a década de 1960, até seus últimos dias de trabalho, em 2002, a Teoria dos Campos. Os campos foram pesquisados e definidos por Bourdieu como algo dotado de disputas específicas. Eles possuem história própria, o que possibilita a apreensão de uma autonomia relativa em relação a outros campos, no entanto, são permeados por propriedades gerais, válidas nos diferentes campos. As posições no campo são sempre relativas aos que defendem a tradição e os que esforçam para quebrá-la (BONNEWITZ, 2003).

Bourdieu (2002a; 2004; 2008a; 2008b; 2008c; 2009a; 2009b; 2009c) percorreu seu trajeto em pesquisa visando atingir um conhecimento que viabilizasse a análise da organização interna do campo simbólico, por meio de uma percepção da função ideológica e política envolvida nos campos em função de legitimações arbitrárias, nas quais são fundados os sistemas de dominação vigentes. O autor pôde perceber que em sociedades onde o desenvolvimento da economia se faz precário, incluindo o desenvolvimento da indústria, é conferido à burguesia industrial e ao proletariado, um pequeno peso funcional. Em outras palavras, o autor notou que em relação ao Estado, e àqueles que falam em nome do Estado, o peso funcional da burguesia industrial e da classe proletária é inferior no sentido em que as ideologias somente são instaladas na sociedade por meio das inculcações promovidas pelo Estado.

Em seus trabalhos, Bourdieu (2004; 2008a; 2008b; 2008c; 2009a; 2009b; 2009c) percebeu que os espaços que ele define como campos são espaços estruturados, determinados pelas posições ou postos possuidores de propriedades que dependem de suas próprias posições nesses espaços. Mesmo que essas posições sejam determinadas, em parte, pelos seus ocupantes, elas podem ser analisadas independentemente das características desses ocupantes. As posições dos agentes no campo podem definir, de forma objetiva, as relações entre os agentes, conforme as determinações que impõem a eles. A estrutura dos campos é definida conforme a disponibilidade e distribuição de capitais que os agentes possuem. Esses capitais podem ser econômico, cultural, social ou simbólico.

De acordo com a distribuição e o volume do capital que os agentes possuem é que ocorre a sua caracterização. Esses agentes, por sua vez, determinam a estrutura do campo com intensidade proporcional ao seu peso, que é dependente do peso de todos os outros agentes inseridos no campo. Assim, todo o espaço exerce pressão sobre os agentes, e essa pressão da estrutura é mais sentida por eles, quanto mais frágil for o seu peso em relação aos demais.

Essa forma de imposição não ocorre, necessariamente, de forma direta, mas afeta todos os envolvidos no campo (BOURDIEU, 2004).

Segundo Bourdieu (2008a), a pressão que ocorre no campo, sobre os agentes, é mantida pelo exercício de poder. O poder, por sua vez, é muito mais comumente exercido por meio da violência simbólica e se estabelece mais fortemente quanto mais mascarado for. Essa forma mascarada, muitas vezes entendida como mais branda, pode ser mais custosa aos agentes, tanto os dominados, que sofrem de forma mais velada, porém não menos dura, quanto os dominantes, que precisam recorrer a estratégias mais sofisticadas de dominação.

As formas de dominação, em sua maioria, são legitimadas por discursos ideológicos (BONNEVITZ, 2003), como aqueles que pregam que os benefícios gerados pelos empreendimentos hidrelétricos são maiores do que os malefícios e prejuízos causados por ele. Nesse sentido, o discurso progressista pode ser entendido como legitimador de algo que vai além do estabelecimento e desenvolvimento econômico, mas também está intrinsecamente ligado à dominação dos mais fortes sobre os que possuem menor capital.

O foco da presente dissertação foi ao encontro de uma abordagem cuja ideia era realizar uma análise voltada para a organização em nível social, ou seja, pretendeu-se olhar para a organização em meio à sociedade em que ela está instalada. A mesma atenção dada aos fatores simbólicos, humanos e também às ações que são encontradas nos trabalhos sob a temática dos autores citados aqui, foi dada nesse trabalho. No entanto, esse estudo teve a intenção de não se limitar às ações ligadas apenas diretamente à organização em questão, mas também buscou realizar uma análise envolvendo o máximo de questões relacionadas ou afetadas pelas ações advindas por todo o processo da instalação da organização pesquisada.

Pretendeu-se, nesse sentido, contribuir para o desenvolvimento e continuidade dos estudos sobre simbolismo organizacional, tentando abarcar o máximo de implicações possíveis nas relações existentes entre organizações e sociedade, como as interações no campo político entre as comunidades que recebem as organizações, bem como os diversos agentes envolvidos no processo moderno de instalação e expansão industrial. As organizações têm um papel cada vez mais intrínseco às relações humanas e, portanto, cada vez mais passíveis de análise e investigações, já que possuem tanta importância no mundo contemporâneo.

Considerando a dinâmica dos campos e relações de poder construídas a partir dos empreendimentos hidrelétricos no Brasil, bem como entendendo que as formas mais veladas e sutis de exercício do poder podem ser as que mais exercem pressão sobre os agentes, pretendeu-se utilizar da Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu para a análise das relações de poder estabelecidas no campo em questão. Com base nesses argumentos, o que orientou a pesquisa foi a tentativa de compreensão das relações de poder estabelecidas no campo do empreendimento Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, e para tanto se pretendeu responder à seguinte pergunta: **Como se estruturou o campo Primavera em função da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, enfatizando as relações de poder que o perpassam?**

## 1.2 OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Sob a orientação da pergunta de pesquisa definiu-se o seguinte objetivo geral:

**Delinear como se estruturou o campo Primavera em função da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, instituindo as relações de poder que o perpassam.**

Em conformidade com o objetivo geral da pesquisa, estabeleceram-se os objetivos específicos a seguir:

- 1) Recuperar fragmentos da história envolvendo a Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta e os impactos causados na região a partir da instalação da hidrelétrica, bem como o distrito de Primavera, sua história e processo de colonização.
- 2) Identificar os agentes que constituíram o campo Primavera, assim como conhecer o *habitus* e o capital desses agentes.
- 3) Descrever como esses agentes foram estruturados e estruturaram o campo Primavera.
- 4) Interpretar a dinâmica das relações de poder no campo Primavera.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

A decisão em realizar um trabalho como este foi impulsionada pela curiosidade em buscar informações que pudessem revelar os principais aspectos envolvidos nas relações de poder suscitadas a partir de movimentos organizacionais de grande impacto social. Era nosso interesse compreender porque movimentos tão impactantes se repetem e se multiplicam na sociedade ignorando toda a gama de contras causados por esses projetos. A pergunta inicial



era a respeito da profundidade em que essas ações organizacionais interferiam na vida social comum. Queria-se observar como uma comunidade que surge de uma atividade organizacional, calcada no mundo econômico, afeta a vida das pessoas no que diz respeito não à realização do trabalho executado por elas, mas sim a respeito das transformações causadas em suas vidas a partir dessa interferência.

O local escolhido para a realização da pesquisa mostrou uma riqueza de condições que se adequavam a esses interesses, uma vez que contemplava muitos dos aspectos que envolvem as relações de poder. Esse local, surgido a partir das atividades de uma organização, parecia ter muito a revelar sobre as complexidades envolvendo a sociedade e o universo capitalista, pois a intenção era conhecer a história desse lugar, entender as ações de seus agentes e qual a dinâmica envolvida em todo esse processo.

Para embasar essa busca, procedeu-se a escolha por realizar um trabalho orientado pela Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu. Esse aspecto se deve ao fato de perceber, nos trabalhos de Bourdieu, a criação de uma teoria que possibilita percorrer caminhos úteis à investigação acerca dos campos da realidade com que lidam pesquisadores sociais, ao desenvolverem as mais variadas pesquisas. A teoria de Bourdieu reconcilia tradições teóricas em posições opostas, posições essas que são o resultado do próprio processo sócio-histórico. Ou seja, ajuda a entender a própria formação social, fundada na divisão social do trabalho, cujos agentes, instituições, práticas e produtos circulam no âmbito de um mercado material e de um mercado simbólico que estão imbricados. Essas características são extremamente importantes para o delineamento deste trabalho.

A universalidade dessa Teoria, bem como a possibilidade de aplicação às investigações que se pretendeu realizar no campo definido para a pesquisa, pode contribuir para o desenvolvimento dos estudos sobre simbolismo organizacional, e conseqüentemente, para a explicitação de conflitos e problemas não tão evidentes no mundo das organizações. Aquilo que se encontra submerso pode revelar informações importantes à compreensão acerca da dinâmica das organizações e sua relação com o mundo social. A singularidade encontrada naquilo que não está explícito pode conter as verdadeiras intenções e interesses que permeiam as organizações.

Entender essas intenções e esses interesses, bem como entender como eles se difundem e contribuem para o estabelecimento do mundo social pode ser útil para uma melhor compreensão sobre as organizações, ou seja, como ocorre sua operacionalização, a

legitimação de suas atividades e sua verdadeira função social. Esperou-se com esse trabalho alcançar o entendimento sobre as interações sociais provocadas pelas atividades das organizações, bem como perceber como essas interações constituem o universo social, construindo e estruturando a vida em sociedade.

A constituição desse trabalho sob a linha do simbolismo organizacional pode ser útil ao desenvolvimento de uma área capaz de revelar conteúdos inéditos e essenciais a melhor compreensão do mundo organizacional. Ao propor esse estudo, contando com um referencial teórico relevante na área de Ciências Sociais, o intuito era proporcionar uma contribuição à continuidade dos estudos organizacionais sobre simbolismo.

Esse movimento acadêmico que pode promover esforços capazes de direcionar a apreensão sobre as questões envolvendo sistemas de signos e símbolos que as organizações estruturam e que também as estruturam. Podem envolver ainda significações, questões acerca da identidade, imagem, representações, percepções e mesmo outros aspectos não pensados aqui. As contribuições que este estudo pode oferecer ocorrem no sentido de possibilitar a interpretação de como as organizações estão envolvidas com a sociedade de forma emaranhada, contribuindo assim para a nova perspectiva que vem sendo adotada nos estudos organizacionais no Brasil, ou seja, os estudos que envolvem organizações, gestão e sociedade. Pode ainda viabilizar a análise da dinâmica das relações de poder constituídas a partir da pertença ao campo e pela posse de capital simbólico distribuído distintamente entre os agentes.

#### 1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

No intuito de atingir o objetivo estabelecido para a pesquisa, dividiu-se o trabalho em dez capítulos. O primeiro apresenta a problematização da pesquisa, traçando um panorama breve e geral sobre as condições envolvidas nos empreendimentos hidrelétricos no Brasil, bem como alguns conceitos iniciais sobre a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu. Essa breve apresentação tem a intenção de demonstrar como as características requeridas para que se possa fazer um recorte de um campo, conforme define Bourdieu, estão presentes na dinâmica da história envolvendo os empreendimentos hidrelétricos.

A parte teórico-empírica do trabalho é apresentada no segundo e no terceiro capítulos. No segundo se discute a base teórica que subsidia a discussão, ou seja, Teoria dos Campos de

Pierre Bourdieu, bem como sobre os principais aspectos de sua teoria. Também faz um apanhado sobre o simbolismo sob a perspectiva de Pierre Bourdieu, bem como seus principais desdobramentos, limitações e relevância, na intenção de tornar compreensível a escolha pelo trabalho com foco no simbólico. Em seguida, adentra-se nas questões sobre poder e campo político, buscando esclarecer os principais fundamentos que constroem o campo, como a determinação das ações dos agentes nos campos políticos, a explicação sobre as implicações do poder político, as posições dos agentes como estruturadoras do campo e definidoras desse poder. No terceiro capítulo apresenta-se a contextualização e a revisão bibliográfica, abordando questões empíricas a respeito da construção das hidrelétricas e suas conseqüências, ou seja, são relatos de trabalhos de pesquisa que investigaram esse campo, embora sob outros enfoques que não o da presente dissertação.

No quarto capítulo é descrita a trajetória da pesquisa. São apresentados os caminhos percorridos durante o trabalho a fim de tornar claro o processo de apropriação e análise das informações coletadas no intuito de delinear o campo. É demonstrada ainda, a delimitação teórico-metodológica que orientou a pesquisa, ou seja, a delimitação da investigação e os elementos da pesquisa. Em seguida, descreve-se o processo de coleta de dados, bem como as formas de análise adotadas a fim de elucidar algumas questões sobre o campo.

A UHE Engenheiro Sérgio Motta, considerada um elemento fundamental para a realização da pesquisa foi apresentada no quinto capítulo. Nessa etapa da pesquisa são demonstradas algumas questões sobre o histórico da construção e instalação da usina e os impactos causados por esse processo. Esses impactos foram relatados no intuito de compreender as condições de estruturação do campo Primavera e conhecer um pouco do percurso realizado pelos agentes e que culminou no campo tal como ele se encontra constituído.

O campo Primavera está descrito no sexto capítulo. São apresentados alguns fatores históricos que antecedem a constituição do campo, mas que ao mesmo tempo fazem parte desse processo de constituição. Questões históricas referentes ao Pontal do Paranapanema, região em que está situado o distrito de Primavera, são apresentadas nesse capítulo e retratam as condições iniciais para o surgimento do campo. São descritos alguns elementos da história de instituição do Município de Rosana-SP, ao qual pertence o distrito de Primavera e encerra-se o capítulo com a descrição de algumas questões sociopolíticas e econômicas envolvendo a posse de terras e a utilização do capital no campo.

A partir da descrição do campo foi possível identificar os principais agentes nele inseridos. Esses agentes são apresentados no sétimo capítulo, bem como seu *habitus*, a *doxa* à qual são acometidos e suas práticas no campo. São apresentados fatores relevantes para a compreensão da estruturação dos agentes e do campo. Nessa seção constam informações que revelam a origem das ações no campo e como essas ações foram definidas e também definiram a dinâmica atual do campo. Partiu-se da descrição dos agentes mais antigos no campo até os agentes que foram inseridos por último, no que se refere o recorte para a pesquisa.

Esse processo de estruturação do campo é desenvolvido com mais detalhes no oitavo capítulo. Foram discutidas e analisadas as estruturas que definiram os limites do campo e que fizeram a história do campo. Fatores impactantes ao longo dos anos observados foram descritos para contextualizar o campo de forma que pudéssemos analisá-lo com o máximo cuidado tentando retratá-lo com fidelidade. São processos que se completam e que no passar dos anos articularam a dinâmica do que viria a ser o campo Primavera.

A análise das relações de poder que perpassam o campo foi efetivada no capítulo nove em que se descreve com mais detalhes a maneira como as diferentes formas de capital são distribuídas e utilizadas no campo. São discutidas as tomadas de posição dos agentes a partir do capital que dispõem no campo, as formas de inculcação do que é ou não permitido conforme as posições limitadas ao campo, a distância entre os agentes e no que essa distância implica e como o poder dos agentes mais bem posicionados no campo incide sobre os agentes com menor capital e, portanto, em posições inferiores em uma hierarquia delineada a partir do poder que detém os agentes.

A conclusão da pesquisa está no décimo capítulo. Nele são relatados e fechados os assuntos que constam nos objetivos da pesquisa. São realizadas algumas reflexões teóricas e metodológicas que dirigiram o trabalho. Discute-se a possibilidade de generalização de algumas questões que podem ser tratadas em outros campos semelhantes ao da pesquisa e, finalmente, apresenta-se alguns fatores de limitação do trabalho, dificuldades e sugestões de pesquisas que possam complementá-lo.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

### 2.1 A TEORIA DOS CAMPOS

Pierre Bourdieu, de formação em Filosofia, abandonou a conduta clássica de filósofo e partiu para o campo, o que o tornou um renegado entre os filósofos, que diziam que ele havia abandonado as coisas que verdadeiramente importavam, para lidar com as coisas mundanas de menor importância (BONNEWITZ, 2003). Esse comportamento e interesse de Bourdieu pelas coisas do mundo, pelas diferentes sociedades, o fizeram um sociólogo. A partir das experiências e dos trabalhos desse filósofo-sociólogo, foram elaborados e reestruturados conceitos e teorias. Suas contribuições para os estudos em Ciências Sociais foram muito valiosas e atualmente o interesse por sua obra tem aumentado entre os estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento.

Na introdução do trabalho de Bourdieu (2009c), percebe-se a importância em considerar que não se trata de uma bricolagem ou algo do gênero, nem mesmo pode ser considerado eclético. Ao contrário, é um trabalho que ocorreu em consequência da busca por uma teoria que fosse capaz de desvelar não apenas as condições materiais envolvidas nas produções simbólicas da sociedade, mas também busca emergir as circunstâncias institucionais que orquestram a transformação dos aparelhos de produção simbólica, aparelhos que vão além de ser mero instrumento de comunicação ou conhecimento.

Segundo Bonnewitz (2003), baseando-se nos trabalhos de Lévi-Strauss, Bourdieu seguiu o estruturalismo, partindo do estruturalismo clássico para se utilizar da importância dos sistemas de realização entre os indivíduos, mas rompeu com algumas características iniciais desse estruturalismo, ao reformular o que chamou de estruturalismo genético. Bourdieu não concordava com a afirmativa de que os indivíduos não possuíam nenhuma forma de ação perante a estrutura social. Para ele, esses indivíduos, que ele chamou de agentes, podiam sim agir e, portanto, modificar a estrutura, mas é claro dependendo de suas posições, que ele definiu como campos de forças e de lutas. Essa definição sobre os campos sociais resultou de muitos trabalhos e investigações realizadas por Bourdieu em diversos locais e comunidades diferentes, pois para ele as teorias não poderiam ser elaboradas em um vazio social e precisavam estar inscritas em contextos particulares que fossem capazes de dar forma às problemáticas (BONNEWITZ, 2003).

Bourdieu (2009b) reintroduziu, de algum modo, o conceito de agente que Lévi-Strauss e que outros estruturalistas tendiam a abolir. No entanto, o autor introduziu também sua própria perspectiva de agente, que ele considerou como sendo mais que autômato relógio regulado conforme leis mecânicas que lhe escapam.

Bonnewitz (2003) diz que, ao formular a Teoria dos Campos, Bourdieu se preocupou com a importância e o sentido das ações conferidas pelos agentes, acrescentando à noção de regras, a noção de estratégias, partindo do ponto de vista de que os agentes têm a capacidade de lidar com os imprevistos e também de relacionar os meios e fins. Para Bourdieu (2004), os agentes não são simples partículas passivas, que podem ser conduzidas pelas forças do campo. Eles também têm disposições adquiridas através do *habitus*, ou seja, têm maneiras de ser permanentes que em algumas circunstâncias podem levá-los à resistência.

Os campos são construídos de tal forma que os agentes ou grupos são distribuídos em face da posição que ocupam. Essa distribuição pode ocorrer por meio da disponibilização de dados estatísticos<sup>2</sup>, e de acordo com os princípios de diferenciação utilizados em tais disponibilizações. Assim, a distribuição dessas posições ocorrerá conforme a valorização dos capitais nos diferentes campos. Nos Estados Unidos, Japão e França, por exemplo, os capitais mais eficientes são o cultural e o econômico (BOURDIEU, 2008b).

De acordo com o texto de Bonnewitz (2003), as relações objetivas entre as posições no campo são definidas também de forma objetiva, em sua existência e nas determinações que elas impõem aos ocupantes, sejam indivíduos ou instituições. Segundo Bourdieu (2004), assim como as posições são definidas pela posse da disponibilidade e distribuição de capital, as estratégias desenvolvidas pelos agentes também dependem tanto de suas posições como dos limites em que suas posições estão inseridas.

Os agentes, em sua luta constante dentro dos campos, para se fazerem notar objetivamente, dispõem de forças que dependem do pertencimento aos campos objetivamente hierarquizados e da sua posição nos campos respectivos. Os jogos envolvendo a luta diária nos campos não permitem que nenhum agente saia ileso, no entanto, o envolvimento e o grau em que esses agentes são afetados está diretamente relacionado à sua posição. Quem vai manipular ou ser

---

<sup>2</sup> Quando uma grande pesquisa contendo dados estatísticos sobre uma determinada sociedade é divulgada, pode-se criar uma nova classe ou mesmo distribuir as pessoas de tal forma que elas passam a acreditar em seu pertencimento a determinada classe. Por exemplo, os números apresentados por uma pesquisa como as realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nem sempre refletem a realidade, mas têm o poder de inculcar a sensação de pertencimento a esse ou aquele grupo.

manipulado, dominar ou ser dominado irá depender das disposições dos agentes no campo (BOURDIEU, 2009a).

Thiry-Cherques (2008) afirma que os campos são estruturas fixas, são o produto da história das posições, bem como das posições que eles privilegiam. A demarcação desses espaços, no entanto, ocorre através dos limites e interesses específicos, dos recursos que eles solicitam aos agentes dotados de um *habitus* e as instituições nele inseridas. São os campos que criam seus objetos e seus princípios, resultando em espaços estruturados de posições, em um determinado momento.

Para Bourdieu (2002b; 2004; 2008a; 2008b; 2008c; 2009a; 2009b; 2009c), o campo é, portanto, um espaço de relações objetivas, onde existe a competitividade pela dominação, e as posições são causas e ao mesmo tempo resultados do *habitus*, conforme o que ele indica sobre a classe e a subclasse em que se posiciona o agente. Thiry-Cherques (2008) complementa, dizendo que a posição dos agentes no campo é o que determina a forma como ocorre o consumo, o ensino, a política, as artes, bem como determina o que é produzido e acumulado.

Conforme o que Thiry-Cherques (2008, p. 173) apresenta, “o campo é um espaço de relações objetivas entre indivíduos, coletividades ou instituições, que competem pela dominação de um cabedal específico [...] A posição é a face objetiva do campo, que se articula com a face subjetiva, a disposição”. É no interior do campo que ocorrem as lutas pela dominação e as estratégias de conservação ou subversão das estruturas sociais, pelo fato de que em todo campo a distribuição de capital é desigual, os campos vivem em constante conflito, onde os agentes das posições dominantes procuram defender suas posições para garantir assim a continuidade de seus privilégios.

Em resumo, é a estrutura constituída pelas posições e pelas lutas dos agentes que irá determinar o que eles podem fazer ou não fazer. Para Bourdieu (2004), a posição determina, ao mesmo tempo em que orienta - mesmo que de forma negativa - as tomadas de posição. Assim, para entender de fato as ações de um agente, bem como para saber como se fundamentam suas ações e seus valores, é preciso saber de onde e por quem ele fala, para compreender seus objetivos, seu engajamento e suas condições.

Bourdieu (2009c) aponta a contribuição do estruturalismo como sendo decisiva para a consolidação de instrumentos teóricos e metodológicos que viabilizassem a descoberta da

lógica envolvendo a produção simbólica. No entanto, o autor ressalta alguns pontos que considera crítico, como o fato de que a ciência estruturalista acaba tratando qualquer e todo objeto sob um mesmo consenso, principalmente quando se refere ao sentido.

Partindo dos trabalhos de Panofsk<sup>3</sup> e Chomsky<sup>4</sup>, Bourdieu (2009a) elaborou sua própria teoria, desejando reagir contra o estruturalismo clássico e o que ele considerava uma estranha filosofia de ação, implícita na noção lèvi-straussiana de inconsciente, que se exprimia com toda a clareza entre os althusserianos, com um agente que era reduzido ao papel de suporte para a estrutura.

A presença de Marx, Weber e Durkheim são evidentes nos trabalhos de Bourdieu e as alianças e distanciamentos reconhecíveis em nível textual. Sua admiração pelos trabalhos de Weber e Durkheim alicerçaram a procura pela construção de sistemas de disposições sociais dos diversos grupos e classes em seu manejo da língua falada como parte de um domínio particular e distintivo do corpo e de tudo que se associa à competência corporal (BOURDIEU, 2008c).

Bourdieu (2009b) afirma que parte de sua intenção era reagir contra a orientação mecanicista de Saussure e do estruturalismo. Pretendeu então aproximar-se de Chomsky, com a preocupação em dar alguma intenção ativa e inventiva à prática. Bourdieu (2009b) insistiu nas capacidades geradoras das disposições, e deixou evidente que se tratavam de disposições adquiridas, socialmente constituídas.

Essa capacidade criadora, resgatada por Bourdieu (2009b), é também ativa e inventiva, não é a de um sujeito transcendental como na tradição idealista, mas a de um agente que tem sim alguma capacidade de ação intrínseca a si mesmo. Bourdieu (2009b) foi além de afirmar que o agente é de fato ativo, pois para ele construir a noção de *habitus* como sistemas adquiridos que funcionam no nível prático como princípios de classificação e simultaneamente como princípios organizadores da ação, é o mesmo que constituir o agente social na sua verdade de operador prático de construção de objetos.

---

<sup>3</sup> Panofsky já havia utilizado a noção de *habitus*, mas com sentido e profundidade um pouco diferente ao que Bourdieu emprega.

<sup>4</sup> Chomsky elaborava a noção de *generative grammar*, uma teoria lingüística que criticava o modelo estrutural adotado pelos lingüistas até então, e que Bourdieu considerou próxima à sua busca pelas evidências às capacidades criadoras.



A partir de todas essas afirmações e não conformações com o que o estruturalismo clássico tinha para contribuir com as pesquisas sociais, Bourdieu (2009b) definiu o que ele chamou de estruturalismo genético. Conforme sua descrição, trata-se de uma forma de analisar as estruturas objetivas dos diferentes campos de forma inseparável da análise da gênese, nos indivíduos biológicos, das estruturas mentais, que em parte são o produto da incorporação das estruturas sociais, bem como a análise da gênese das próprias estruturas sociais, ou seja, o espaço social e os grupos que nele se distribuem. Para Bourdieu (2009b), todos esses aspectos são produtos de lutas históricas nas quais os agentes se comprometem em função de sua posição no espaço social e das estruturas mentais através das quais eles apreendem esse espaço.

As ideias de Bourdieu (2008b) foram condensadas em um pequeno número de conceitos como *habitus*, campo, capital e *doxa*. E apresenta como ponto central a relação de mão dupla entre as estruturas objetivas e as estruturas incorporadas. Seu trabalho opõe-se às teses extremas do estruturalismo, pois recusa em reduzir os agentes à simples epifenômenos da estrutura, considerando-os eminentemente ativos e atuantes. Rompe ainda com uma série de noções como a de sujeito, motivação, ator e papel, bem como rompe com certas oposições socialmente muito fortes, como indivíduo *versus* sociedade, individual *versus* coletivo, consciente *versus* inconsciente, interessado *versus* desinteressado e objetivo *versus* subjetivo. Para Bourdieu (2008b), a análise sociológica oferece meios mais eficazes de acesso à liberdade que o conhecimento dos determinismos sociais permite conquistar contra os determinismos, pois apenas saber que esses determinismos existem não é o suficiente para se libertar, é preciso proceder à análise para se atingir um grau de liberdade consciente.

Bourdieu (2009a) queria colocar as capacidades criadoras, ativas e inventivas dos agentes em evidência, chamando a atenção ao fato de que não se tratava de um poder criador universal, de uma natureza ou razão humana, mas sim como um conhecimento adquirido. O autor buscou compreender como o capital indicava a posição incorporada, mas não deixava de avaliar também a ação do agente envolvido nesse processo de incorporação. Bourdieu (2009a) sugeriu que se retomasse o lado ativo do conhecimento prático que a tradição materialista havia abandonado, e denomina esse fenômeno como *habitus*.

Antes de Bourdieu, os utilizadores da palavra *habitus* haviam recorrido a ela movidos por uma intenção teórica próxima da que ele utilizou posteriormente, ou seja, sair da filosofia da consciência sem anular o agente na sua verdade de operador prático da construção de objetos.

O que muda em Bourdieu (2009a) é que ele acrescentou a busca por explicações práticas. Para ele, a observação de transferências metódicas de modelos baseados na hipótese de que existem homologias estruturais e funcionais entre todos os campos é apenas uma das vias. Em seus trabalhos, Bourdieu (2009a) concluiu que por meio da ascensão semântica se permite levar a um nível de generalidade e de formalização mais elevado os princípios teóricos envolvidos no estudo empírico de universos diferentes, bem como as leis invariantes da estrutura e da história dos diferentes campos.

Para Bourdieu (2009c), o que define a organização interna dos sistemas de classificação social é o modelo oferecido pela própria sociedade. Porém, o autor se recusa a olhar para o agente social como um mero suporte de estruturas investidas do poder para determinar outras estruturas, nem mesmo como simples instrumento capaz de instituir como objeto, as leis que regem a reprodução das estruturas que, por conseguinte, reproduzem os agentes e suas práticas adaptadas às estruturas.

De acordo com Bonnewitz (2003), a grande motivação para a realização dos trabalhos de Bourdieu, talvez resida no fato de supor a importância em desvelar para os agentes as determinações sociais dos seus comportamentos, representações e discursos, bem como a crítica que fez aos mecanismos de dominação. Seu trabalho foi realizado no sentido de buscar a construção de uma explicação fundada sob diferentes variáveis não percebidas pelos agentes. Para Bourdieu, era preciso que os agentes conhecessem as ideias preconcebidas para poder então, afastarem-se delas.

Os trabalhos de Bourdieu declararam a presença e influência dos trabalhos de Max Weber, cujos alvos teóricos centrais preocupam-se em esclarecer a organização interna dos domínios de realidade autonomizados na prática e nas categorias do processo de racionalização e burocratização que conduzem a sociedade capitalista. A problemática teórica com que lida Bourdieu vai ao encontro a um novo tratamento sistemático, a relação entre ideias e comportamento econômico. A ideia de ascese, essa prática devota, é a expressão socialmente determinada de um novo esquema de disposições em face da atividade econômica na empresa capitalista nascente (BOURDIEU, 2009c).

O trabalho de Bourdieu (2009a) incentivou a reflexão sobre as trocas desiguais registradas no interior de vários campos pesquisados por ele. As diferentes frações e classes estão envolvidas em uma luta simbólica a fim de impor a definição do mundo social mais conforme aos

interesses de cada classe. Trata-se de uma luta para impor a campo das tomadas de posição ideológicas, reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais.

Em suas pesquisas, Bourdieu (2004; 2008a; 2008b; 2008c; 2009a; 2009b; 2009c) procurou demonstrar as propriedades caracterizadoras dos campos. Para ele, as comunidades e grupos sociais podem representar o que ele chamou de campo, mesmo sempre alertando se tratar de um recorte com perspectiva puramente teórica para a investigação, embora ela se realizasse na prática. Os campos, conforme formulou o autor, são espaços de luta e de forças que recebem pressão de campos externos, num movimento onde as posições dos agentes e a relação desses agentes com os agentes de outros campos vão determinar a intensidade da pressão sofrida.

Para poder compreender as variáveis encontradas no campo, Bourdieu se utilizou de velhos conceitos, dando-lhes um grau de particularidade inerente ao campo, como o conceito de classe, de legitimidade, de *habitus* e de *doxa*. Bonnewitz (2003) escreve que, embora muito tenha sido criticado por considerar o conceito de classe, Bourdieu não defendia a existência delas, ao contrário, para ele o que existia era um espaço social, permeado por diferentes crenças, e nesses espaços as classes existiam de algum modo, mas num estado virtual, pontilhadas, não devendo ser tratadas como um dado, mas sim como algo relacionado à realização, à ação.

Para Bourdieu (2009a), o limite de um campo é o limite de seus efeitos, assim, um agente ou uma instituição faz parte de um campo quando nesse campo sofre seus efeitos, ou que nele produz efeitos. Existem posições de um só lugar, capazes de comandar toda a estrutura. Há uma dupla verdade, ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, que constitui a verdade completa do mundo social por meio da estrutura, ou seja, do espaço das relações objetivas, onde as permutas comunicacionais diretamente observadas são manifestação da estrutura e a interação é a resultante visível e puramente fenomênica da intersecção dos campos hierarquizados.

Bourdieu (2009a) alertou que não é a vontade de um indivíduo ou de um grupo que constitui a razão de ser de uma instituição ou seus efeitos sociais, mas sim o campo de forças antagonistas ou complementares, em função dos interesses associados às diferentes posições e dos *habitus* dos seus ocupantes. É a partir de então que vontades são geradas, e a luta é definida e redefinida continuamente, e através dessa luta define-se a realidade das instituições e de seus efeitos sociais, previstos e imprevistos.

Para Bourdieu (2004), aos agentes cabe desenvolver estratégias que dependem de suas posições e orientam-nos, seja para a conservação ou para a transformação da estrutura. Quanto mais privilegiada a posição, maior a tendência a lutar para preservá-la, e quanto mais um campo for heterônimo, mais imperfeita será a concorrência, o que influenciará toda a dinâmica do campo, uma vez que a realidade objetiva do campo só se manifesta mediante as representações que dela fazem aqueles que invocam sua arbitragem.

Segundo Bourdieu (2009b), a realidade social é completamente histórica, do início ao fim, e uma sociologia plenamente acabada deveria englobar uma história das estruturas, que num dado momento, é o resultado de todo o processo histórico. Para tanto, propõe um modelo da relação entre o *habitus* e os campos, capaz de reintroduzir os agentes singulares e suas ações singulares sem cair na armadilha da história factual.

O *habitus* é uma disposição regrada que gera condutas regradas e regulares, à margem qualquer referência a regras, atendendo a necessidade de reflexão acerca dos modos de existência diferentes dos princípios de regulação e regularidade das práticas. Bourdieu (2009b) define os campos como mundos relativamente autônomos, onde somente as estratégias complexas de um *habitus* moldado por necessidades diversas podem integrar em espaços coerentes às diferentes necessidades.

Para Bourdieu (2009b), as condutas dos agentes podem ser orientadas em relação a determinados fins sem, no entanto, ser conscientemente dirigidas por esses fins. A noção de *habitus* visa descartar as alternativas da consciência e do inconsciente, da explicação das causas determinantes ou das causas finais. Nesse contexto, a origem para a representação da ação é o ajustamento das disposições à posição, onde os agentes fazem, com muito mais frequência do que se agissem ao acaso, a única coisa a fazer.

Conforme Bourdieu (2004), as estratégias dos agentes possuem uma espécie de ambigüidade, interessadas e desinteressadas, que podem ter caráter oposto, mas igualmente falso, pois são unilaterais, idealizadas e redutoras. De acordo com o que traz Thiry-Cherques (2008) sobre a teoria de Bourdieu, todo agente, para sobreviver no mundo social, precisa participar de jogos que lhe impõem sacrifícios, e muitos desses agentes se crêem livres, e alguns, determinados.

Bourdieu (2004) afirma que as ambigüidades conhecidas pelos campos nos diferentes graus de intensidade só podem ser reforçadas no caso de uma instituição que se caracteriza por uma

profunda ambiguidade estrutural e funcional, já que faz coexistir princípios internos e específicos e princípios externos e puramente sociais de dominação ou hierarquização. A noção de campo permite desfazer falsas contradições entre as leis existentes em certos espaços.

No entanto, Bourdieu, segundo Thiry-Cherques (2008), aposta na existência de uma espécie de intermédio entre determinação e liberdade. Para ele, os agentes são produtos de uma estrutura profunda e têm inscrito em si, princípios geradores e organizadores de suas práticas, de suas representações e de seus pensamentos. Os indivíduos ou instituições são agentes na medida em que atuam e sabem que são dotados de percepção, de senso prático, de preferências e classificações. Do princípio ao fim da existência, os agentes absorvem e reestruturam *habitus*, condicionando aquisições novas por antigas, recebendo, pensando e agindo dentro de uma estreita liberdade, que varia de acordo com a lógica de cada campo e de cada situação ou posição ocupada.

Mesmo entendendo que o indivíduo tem alguma capacidade de ação, e de alguma forma, é dotado de uma capacidade criadora, ainda que limitada pela estrutura, Bourdieu se recusou a utilizar o conceito de sujeito. Conforme Thiry-Cherques (2008) as estruturas mentais através das quais os agentes apreendem o social, são produtos da interiorização do social, e geram visões de mundo por meio de um *habitus* que é tanto individual quanto coletivo. O que rege a vida nos campos são ações dos indivíduos ou grupos, constituídos e constituintes das ações de força nele existentes. Esses agentes investem tempo, trabalho, recursos e valores à vida comum dos campos.

Bonnewitz (2003) afirma que para Bourdieu, todas as categorias de agentes dominados, independente de pertencerem a grupos sexuais, de idade, étnico, religioso, sócio-profissional, de espaço social entre outros tantos, são todos sempre objeto de discursos depreciativos, mais ou menos grosseiros ou sutis. Tais discursos têm em seu cerne o intuito de diminuir as classes dominadas, conferindo aspectos depreciativos, seja por meios declarados e facilmente observados, como no caso da utilização de termos ou conteúdos grosseiros, ou ainda, de forma velada, disfarçada, sutil, mas com o mesmo intuito. Talvez essa seja a afirmativa que leve a teoria de Pierre Bourdieu a receber tantas críticas por parte de alguns sociólogos, pois embora os agentes possam de fato existir na estrutura, eles nem sempre tem espaço para caminhar.

A reformulação de Bourdieu (2009a) para o conceito de *habitus* trouxe uma noção que exprimiu, entre outras coisas, a recusa às alternativas até então seguidas pelas Ciências Sociais, como a noção da consciência, do sujeito, do inconsciente, do finalismo ou do mecanicismo. Essa recusa se deu no sentido de uma reação ao estruturalismo tradicional, cuja filosofia de ação se restringia ao agente como representante de um papel que era apenas o de suporte.

A ideia de Bourdieu (2004; 2008a; 2008b; 2008c; 2009a; 2009b; 2009c) foi a de pôr em evidência as capacidades criadoras, ativas e inventivas, do *habitus* e dos agentes. Ele chamou a atenção ao fato de que o poder gerador do agente por meio do *habitus* não era de caráter universal, nem de natureza ou de razão humana, mas sim de um conhecimento adquirido ou um capital. O *habitus* indicaria então um agente em ação, onde essa ação era uma espécie de representante do conhecimento prático.

Para Bourdieu (2009a, p. 62), tratava-se de um produto que ultrapassa os cálculos teóricos, numa intenção de “[...] sair da filosofia da consciência sem anular o agente na sua verdade de operador prático de construções de objeto”. Segundo Bourdieu (2008b), o *habitus* é um conceito que representa um princípio gerador e unificador que traduz as características intrínsecas ou mesmo relacionais em torno das posições em estilos de vida. É como se fosse a operação de um conjunto de escolhas, de bens e de práticas possíveis por meio do campo.

Para compreender melhor o que vem a ser o *habitus*, é importante entender que se trata de princípios geradores de práticas distintas e ao mesmo tempo distintivas. Conforme Bourdieu (2008b), ao mesmo tempo em que as práticas de membros de algumas camadas da sociedade os distinguem de membros das outras camadas, tais práticas também servem como esquemas classificatórios, princípios de classificação, de visão de gostos e outras preferências. O *habitus* pode ser o denunciador das diferenças que se estabelecem em cada sociedade, como as diferenças constitutivas e simbólicas, como sendo signos distintivos.

É por meio da apropriação da história coletiva e da vida em sociedade, que os agentes, ao mesmo tempo em que são influenciados pela estrutura e adquirem o *habitus*, também influenciam a transferência dele, ou seja, de alguma forma interferem (ou não) na estrutura, conforme sua posição. Esse processo se torna signo de distinção quando os agentes, ao incorporarem a estrutura, sob diferentes formas de objetivação, o torna presente nas ações da

maioria dos agentes que partilham das mesmas condições, como segue no esquema da Figura 1, desenvolvida por Bourdieu (2008b):



Figura 1 – Espaço das posições sociais e espaço de estilos de vida  
Fonte: Bourdieu (2008b)

A figura anterior é um esquema simplificado, elaborado pelo autor para, de forma reduzida, demonstrar alguns indicadores significativos em relação a bebidas, esportes, instrumentos musicais e jogos sociais. A linha pontilhada indica o limite entre a orientação provável para a direita ou para a esquerda. Como é possível notar, algumas atividades são mais passíveis de realização em determinados espaços do que em outros, e isso se deve ao *habitus* que cada grupo objetivou.

As marcas de distinção funcionam como duplicadores simbólicos dos valores de posição vinculados a cada posição na estrutura social e dependem das atitudes que são desenvolvidas pelos agentes no intuito de apropriarem-se dos modelos de transmutação das diferentes distinções. Esses modelos de transmutação, conforme Bourdieu (2009c) dependem principalmente da educação dos agentes e, portanto, de sua condição e de sua posição estrutural.

Para discorrer sobre o espaço social, Bourdieu (2008b, p. 27) cita Pascal e sua referência ao mundo como algo que nos contém e nos engole como um ponto, mas que também é contido por nós. Bourdieu (2008b) discorre sobre esse ponto como sendo um ponto de vista, um princípio de visão assumida a partir de um ponto situado no espaço social, por uma perspectiva definida em sua forma e seu conteúdo pela posição objetiva a partir da qual é assumida.

A noção de espaço parte do princípio de uma apreensão relacional do mundo social, afirmando que toda a realidade designada por ela, reside na exterioridade mútua dos elementos que a compõe. Assim, os seres aparentes existem e subsistem na diferença e pela diferença, ou seja, enquanto ocupam posições relativas em um espaço de relações que, embora seja invisível, é a realidade mais real e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos (BOURDIEU, 2008b).

Bourdieu (2009b, p. 24) resumiu seu conceito de *habitus*, relativo ao espaço social, ao afirmar que se trata de algo que

[...] mantém com o mundo social que o produz uma autêntica cumplicidade ontológica, origem de um conhecimento sem consciência, de uma intencionalidade sem intenção e de um domínio prático das regularidades do mundo que permite antecipar seu futuro, sem nem mesmo precisar colocar a questão nesses termos.



Conforme Bourdieu (2009a), a pertença a um campo produz e exige algo que ele chama de *illusio*, que não se constitui como cinismo, visto que os agentes quase nunca dominam explicitamente o mecanismo cujo domínio prático se faz condição para se obter êxito. A história pode ser observada em seu estado objetivado e também em seu estado incorporado, ou seja, por meio das ações históricas, e o *habitus* constitui-se como produto de uma aquisição histórica que permite a apropriação do adquirido histórico (BOURDIEU, 2009a).

O ajustamento prático é uma correspondência entre atitudes e posição. Para Bourdieu (2009a) a ação é uma espécie de luta envolvendo a história objetivada e a história incorporada, levando em certas circunstâncias, uma vida inteira para modificar o posto ou a si mesmo, para se tornar apto a apropriar-se desse posto ou ser apropriado por ele. Os postos moldam de forma complexa os seus ocupantes, que se esforçam para se apropriar deles, ao mesmo tempo em que os agentes também modificam seus postos, trabalhando-os à sua medida.

A existência de um campo especializado e relativamente independente é algo dependente da existência de alvos que estão em jogo e de interesses específicos, e há tantas formas de trabalho quantos campos. O interesse é ao mesmo tempo condição e funcionamento de um campo, o que ocorre na medida em que estimula as pessoas, o que as faz concorrer, realizar, lutar, e produto do funcionamento do campo (BOURDIEU, 2009b).

Nesses termos, Bourdieu (2009a) se utiliza do termo *doxa*<sup>5</sup>, como se tratando de uma cumplicidade imediata com a própria história. Os agentes, conforme demonstra o autor, além de serem definidos por suas posições relativas no espaço, ficam cada um acantonados em uma posição ou uma classe precisa de posições vizinhas, isto é, em uma determinada região no espaço, não sendo permitida a um mesmo agente a ocupação de duas regiões opostas do espaço, mesmo que isso seja aparentemente concebível.

A *doxa*, juntamente com a estrutura e o *habitus*, também se constitui como uma das propriedades universais dos campos. Ela pode ser entendida como uma forma de opinião consensual, ou seja, é por meio da *doxa*, desse senso-consenso, que se estabelecem as relações de poder. É por meio da *doxa* que os dominantes garantem o poder. Conforme Thiry-Cherques (2008), esse é um conceito que substitui com maior clareza e precisão, aquilo que a teoria marxista denominou como ideologia, no sentido de falsa consciência. É algo com o

---

<sup>5</sup> Bourdieu se utiliza do termo *doxa* como algo que representa um comportamento que envolve, ao mesmo tempo, senso e consenso.

qual todos os agentes estão de acordo, é o que faz a força ou a fraqueza do campo, dependendo do sentido que se pretende compreender.

É como aceitar as coisas como se elas tivessem que de fato ser assim, e geralmente a *doxa* vem do processo de legitimação desenvolvido pelos agentes dominantes. De acordo com Bourdieu (2008c), os dominantes se apropriam do consenso que converte os acontecimentos do campo em um mundo natural, ou como afirma o autor, um mundo dóxico, numa espécie de acordo que é fundamental para a vida social e se ampara nos acordos em torno dos princípios de divisão.

Quanto à legitimidade, o autor trabalhou o conceito como sendo o objetivo de muitas das ações dos agentes mais poderosos dentro do campo ou mesmo fora dele. Ações como, por exemplo, o discurso, são para Bourdieu (2004; 2008a; 2008b; 2008c; 2009a; 2009b; 2009c) uma forma de legitimar a ação de dominação exercida pelos agentes mais bem posicionados no campo. Essa legitimidade que os agentes dominantes procuram alcançar visa à dominação por uma forma de violência velada, isto é, por uma forma de violência que, em muitos casos, passa despercebida pelos próprios dominados e dominantes. É comum os agentes acreditarem na necessidade de suas ações, mesmo que elas possam reprimir as próprias necessidades ou as necessidades alheias.

A *doxa* funciona como um estado de naturalização da ordem social, e toma emprestada a linguagem da natureza, atribuindo até certo tom de fatalidade em algumas circunstâncias (BOURDIEU, 2008c). Para Bourdieu (2002a), a *doxa* constitui também um paradoxo, que se encontra no fato de que a ordem do mundo, independente de se tratar de uma ordem justa ou não, possa se perpetuar tão facilmente, por meio do consenso. Por meio da *doxa*, a sociedade se estrutura sem que os dominados percebam a força que podem ter, os direitos que lhe são justos e as condições importantes à coletividade, sem que estas condições sejam determinadas por uma minoria. É um conceito que trata da conformidade da realidade conforme a intenção de uns poucos.

O trabalho de Bourdieu (2009b) demonstra que as pessoas estão situadas num espaço social, não estando dispostas de uma forma qualquer, o que reforça a ideia de classes sociais, demonstrando que a função que essas classes ocupam nesse complexo espaço pode possibilitar a compreensão da lógica das práticas sociais e determinar como elas irão classificar e se classificar, definindo os membros de uma classe.

Noções como a de *habitus*, sendo um sistema de disposições, de senso prático, e de estratégia estão ligadas ao esforço para sair do objetivismo estruturalista sem cair no subjetivismo. Segundo Bourdieu (2009b), por uma observação do *habitus*, do senso prático e da estratégia, pode-se reintroduzir o agente, a ação, a prática e até mesmo a proximidade do observador com os agentes e com a prática, e isso impede o olhar distante, já que não há como não ter afinidade com disposições e posições, que além de teóricas, são também políticas.

As práticas e os discursos dos agentes que ocupam posições que se correspondem e são opostas a ângulos iguais em situações diferentes, pressupõem diferenças associadas à posição que os diferentes campos ocupam na hierarquia da legitimidade. Para Bourdieu (2008a), é conforme a raridade do produtor em determinado campo, que será determinada a raridade do produto. No entanto, na própria estrutura do campo residem as condições de possibilidade da alquimia social e da transubstanciação que ela realiza.

As disposições ligadas à trajetória passada levam os agentes rumo à sua posição. A partir dessa posição, surge a predisposição a importar determinados interesses e intenções que lhes são mais ou menos irredutíveis. Em outras palavras, os agentes, frutos da história e, portanto, com intenções e interesses que ultrapassam sua existência individual, importam para si elementos criados em situações que divergem de sua existência interior, movido pela influência que a estrutura exerce sobre si. Desta forma, os agentes promovem o início de uma ruptura marcante em um campo relativamente autônomo, o que aparentemente corresponderia a uma mudança externa. O agente define-se então por uma trajetória e por sua posição, que o predispõe a sentir, pressentir e exprimir uma demanda social ainda à procura de seu modo de expansão legítimo (BOURDIEU, 2008a).

Bourdieu (2009b) descreveu que o *habitus* funciona como um princípio gerador de respostas mais ou menos adaptadas às exigências de um campo, é produto de toda história individual, e se dá por meio das experiências formadoras da primeira infância, de toda a história coletiva da família e da classe. Em particular, o *habitus* pode sofrer alterações por meio das experiências em que se exprime o declínio da trajetória de toda uma linhagem. Esse declínio pode ser interpretado como uma falência, ou até mesmo manifestar-se como regressões insensíveis. Sob essa circunstância os agentes tendem a encontrar novas formas de ação forçando uma mudança de classe ou mesmo de *habitus*.

A cada posição correspondem alguns pressupostos, a *doxa*, de forma que os domínios práticos das leis do campo orientam as escolhas que agregam os indivíduos a grupos e permite que os grupos cooptem indivíduos. Os interesses específicos associados a determinadas posições nos campos especializados somente são satisfeitas de forma legítima, mediante a submissão perfeita às leis específicas desses campos (BOURDIEU, 2008a).

O *habitus* é um corpo socializado e estruturado, um corpo que incorpora as estruturas inseparáveis dos agentes de um mundo ou de um setor particular, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo quanto a ação nesse mundo. É na fundamentação da Teoria dos Campos que Bourdieu (2008b) constata que o mundo social é o lugar de um processo de diferenciação progressiva. A evolução das sociedades faz com que surjam universos novos com leis próprias e autônomas.

No *habitus* se pode encontrar o princípio ativo que não corresponde às percepções passivas e que unifica as práticas e as representações. Uma das funções do que Bourdieu (2008b) vai considerar como *habitus* é dar conta da unidade de estilo vinculadora das práticas e bens de um agente singular ou uma classe de agentes. É o *habitus* que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em estilo de vida unívoco de escolha de pessoas, de bens e de práticas. Assim como as posições, os *habitus* também são diferenciados, mas também diferenciadores. Distintos e distinguidos, eles também são operadores de distinção, colocando em prática princípios de diferenciação diferentes ou utilizando de diferentes formas, princípios comuns de diferenciação.

Conforme assinala Bourdieu (2009c), as práticas são o resultado de uma relação dialética entre a estrutura e a conjuntura, por intermédio do *habitus*. As práticas são ainda, as condições de atualização desse *habitus* e não passam de um estado particular da estrutura. Nesse sentido, Bourdieu (2009b) afirma que a descoberta do sociólogo advém da necessidade, da coação das condições e dos condicionamentos sociais, do íntimo do sujeito, sob a forma de *habitus*, ou seja, essa noção que visa superar a oposição entre indivíduo e sociedade, ao menos em termos científicos.

Bourdieu (2009c) explica que o *habitus* precisa ser encarado como um sistema de disposições duráveis e transitórias, que relaciona experiências passadas e funciona como uma matriz de percepção, apreciação e ação. Possibilita ainda a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, possíveis por meio de transferências analógicas de esquemas que admitem a

resolução de problemas da mesma forma, autorizando correções constantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidos por esses resultados.

Conforme sugere Bourdieu (2009b), se o *habitus* for observado como sistema de disposições para a prática, é um fundamento objetivo de condutas regulares e, conseqüentemente, da regularidade das condutas. Esse mesmo *habitus* faz com que os agentes que o possuem comportem-se de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias, e vale ressaltar que essas condutas não têm a mesma regularidade das condutas deduzidas de um princípio legislativo, pois o *habitus* está intimamente ligado ao fluido e ao vago.

Os *habitus* individuais são produtos de uma interseção de séries causais que em parte são independentes. Por exemplo, o sentido de um verso ou de uma máxima muda, pelo fato de que o universo dos versos e das máximas se encontra modificado e é concomitantemente proposto àqueles que o apreendem. Bourdieu (2009b) define esse fenômeno como espaço dos possíveis. É imprescindível a compreensão de que o *habitus* é o princípio de invenção, mas dentro de certos limites.

O *habitus* é um sistema de estruturas que foram interiorizadas e objetivadas, e se localiza entre as estruturas e as práticas. Constitui uma matriz que orienta uma série de estruturações pelas quais passam as diversas modalidades de experiências diacronicamente determinadas dos agentes (2009c). O *habitus* vem a ser uma espécie de princípio operador que leva a cabo a relação entre dois sistemas de relações, as estruturas objetivas e as práticas. É algo que completa o movimento de interiorização de estruturas exteriores, na medida em que as práticas dos agentes exteriorizam os sistemas de disposições incorporados.

As relações objetivas são relações entre posições ocupadas em distribuições de recursos que são ou podem se tornar operantes e eficientes. Um exemplo pode ser os trunfos que se tem em um jogo, cuja concorrência se dá pela apropriação dos bens raros que têm lugar no universo social (BOURDIEU, 2009b). Bourdieu (2009b) comenta que cada agente investe o capital que adquiriu nas lutas anteriores em estratégias que dependem, quanto à orientação, da posição desse agente nas relações de força, ou seja, de seu capital específico. O desvio das propriedades da posição social ocupada em proveito do agente é possível, porque se trata de algo dissimulado, que pode ser entendido como uma espécie de poder simbólico, que supõe o reconhecimento, ao mesmo tempo em que supõe o desconhecimento da violência que se exerce por meio de tal poder.

Conforme Bourdieu (2004; 2008a; 2008b; 2008c; 2009a; 2009b; 2009c), existem três tipos de capital distintos, que podem influenciar a estrutura do campo. Esse capital pode ser classificado como de caráter econômico, cultural, social ou simbólico. É por meio da disponibilidade e distribuição do capital que as posições e ações no campo serão definidas e, conseqüentemente, podem até mesmo modificar a estrutura, bem como definir quem serão os agentes dominantes e quem serão os agentes dominados.

Segundo Bonnewitz (2003), o capital econômico se constitui pelos diferentes tipos de produção, relacionados à terra, às fábricas, à força de trabalho e também pelos bens econômicos como renda, patrimônio e bens materiais. Bourdieu (2009b) diz que esse tipo de capital é o responsável pelas mais diversas estratégias sociais de estabelecimento de forças como, por exemplo, os casamentos e a compra de bens imobiliários. Essas estratégias podem refletir as relações de força entre as partes envolvidas, definindo quem tem o poder de tomar a decisão final e também pode apenas significar a busca pela união de interesses em relação ao poder.

O capital cultural é aquele que é constituído por meio da transmissão de conhecimento através das instituições de ensino, ou transmitido pela família. Trata-se de um capital que corresponde ao conjunto de qualificações intelectuais. É um tipo de capital que pode se apresentar em três formas, como no estado incorporado - disposição do corpo - como o caso da facilidade para falar em público; no estado objetivo - como bem cultural - expresso na posse de obras de arte ou conhecimento sobre a arte; e em estado institucionalizado, como o caso dos títulos acadêmicos (BONNEWITZ, 2003).

O capital cultural, no entanto, somente pode funcionar como capital objetivado no campo, nas relações objetivas estabelecidas entre os agentes produtores e o sistema de produção, isto é entre as famílias e as instituições que dele se apropriam. Os diplomas escolares, por exemplo, possuem valor credencial de garantir posições permanentes nos campos onde são valorizados. É um capital que garante tais posições sem que ocorram flutuações temporais, dispensando a necessidade de ser testado constantemente (BOURDIEU, 2008a).

O capital social pode ser definido, segundo Bonnewitz (2003), como o conjunto das relações sociais que os indivíduos ou grupos dispõem. A posse desse capital requer um trabalho de manutenção constante, pois é preciso que se mantenham as relações sociais para que se continue usufruindo desse capital. Para continuar de posse desse capital é importante que os

agentes ou grupos se mantenham em contato constantemente, sempre que possível envolvidos no mesmo meio, para que possam estar atualizados em seus relacionamentos e assim garantindo suas posições. Em relação ao capital simbólico, é algo que corresponde a um conjunto de rituais e aquisições simbólicas por parte dos agentes. As boas maneiras e os rituais de honra e reconhecimento fazem parte dessa categoria. Através desse capital se pode obter o reconhecimento pela posse dos outros três tipos. É o caso do crédito adquirido pelas vantagens sociais advindas dos outros capitais. O acúmulo de capital simbólico pode ocorrer, por exemplo, por meio do consumo dos bens culturais que inscrevem uma forma de distinção social.

Segundo Bonnewitz (2003) todas essas formas de capital têm a capacidade de fornecer os critérios para diferenciação pertinentes no espaço social, onde os agentes se distribuem numa lógica hierarquizada em que os grupos, segundo o volume de capital, ocupam suas posições. Esta hierarquização é determinante e situa os agentes dentro de uma lógica onde se sabe quem são os patrões, os profissionais liberais, os operários e assim por diante. Desse modo, não é difícil, num campo específico, saber quem são os mais abastados ou os menos providos de recursos.

É importante ter clareza quanto ao fato de que as formas de capital são conversíveis umas às outras, e mais, o capital simbólico, de acordo com o que traz Thiry-Cherques (2008), é uma síntese dos outros tipos de capital. As lutas nos campos sociais podem representar o acúmulo de formas particulares de capital, como por exemplo, a honra, obedecendo a uma ordem específica de acúmulo de capital simbólico como sendo adquirido e fundado no conhecimento e reconhecimento.

Para Bourdieu (2004), a estrutura dos campos é definida pela produção de capitais, cada agente age sob a pressão da estrutura do espaço que se impõe de forma tanto mais brutal quanto for a fragilidade de seu peso relativo no campo. Essa pressão estrutural não assume necessariamente a forma de uma imposição direta exercida na interação no campo. Bourdieu (2008c) complementa que a justaposição serve como suporte para as estratégias de contaminação que intentam produzir a má reputação por influência.

O autor alertou que uma prática que inicialmente é considerada nobre pode, ao longo de algum tempo, ser abandonada pelos nobres. Isso acontece na medida em que outras parcelas da sociedade, não consideradas nobres, adotam tais práticas. E de forma inversa, uma prática

inicialmente popular pode, em algum momento, ser adotada como uma prática nobre (BOURDIEU, 2008b).

A orientação da mudança em um campo depende do estado do sistema de possibilidades que foram disponibilizados durante sua história. Tais possibilidades determinam o que é possível se fazer ou pensar em um dado momento, em determinado campo. Essa orientação também depende dos interesses envolvidos nesse campo, na medida em que os agentes são orientados em direção a possibilidades mais seguras, mais originais entre as que já estão socialmente constituídas, ou até em direção a possibilidades que necessitam ser criadas a partir de coisa alguma. Conforme Bourdieu (2008b), o que se produz no campo depende cada vez mais de sua história específica, e é cada vez mais difícil se deduzir ou prever a partir do conhecimento do estado do mundo social apenas no momento considerado.

A estrutura dos espaços sociais não é algo imutável e a descrição das posições sociais permite uma análise dinâmica da conservação e da transformação da estrutura de distribuição das propriedades ativas, fundada na compreensão do espaço social global. É ainda importante compreender que o microcosmo social corresponde a um espaço de relações objetivas entre posições, e não se pode compreender o que nele ocorre, se não forem situados cada agente ou cada instituição em suas relações objetivas com todos os outros. Para Bourdieu (2008b), é no horizonte dessas relações de força específicas que se originam as estratégias dos produtores.

O sentido da posição, como algo permitido ou não, implica uma aceitação tácita da posição, uma espécie de sentido dos limites ou mesmo um sentido das distâncias, que correspondem a marcas e sustentação a serem respeitadas, de modo tanto mais firme quanto mais forem rigorosas as condições de existência e a posição do princípio de realidade. Tanto o *habitus* quanto o *status* que se gera nos campos são produtos históricos, suscetíveis a transformações pela história (BOURDIEU, 2009a).

De acordo com Bourdieu (2008c), como um objeto de conhecimento para os agentes que o habitam, o mundo econômico e social exerce ação sob a forma de um efeito de conhecimento e não de uma determinação mecânica. É a própria estrutura do campo que se coloca como regente de acesso à expressão e à sua forma. As compreensões na forma seriam vazias caso não fosse uma máscara freqüente da compreensão mais profunda, e ao mesmo tempo mais obscura, que se constrói sobre a homologia mais ou menos perfeita das posições e sobre a afinidade dos *habitus*.



É de extrema importância que práticas temporárias não sejam entendidas como propriedades intrínsecas e necessárias a um determinado grupo. As propriedades que lhes cabem em dado momento a partir de sua posição em um determinado espaço social, em uma situação específica de oferta de bens e práticas possíveis, pode justificar práticas que não voltarão a se repetir em outras circunstâncias. Cada momento e cada sociedade possuem seu conjunto de posições sociais, vinculados por relações de homologia a um conjunto de atividades e de bens relacionalmente definidos (BOURDIEU, 2008b). Essa é a primeira condição para uma adequada leitura da análise da relação entre as posições sociais, as disposições e tomadas de posição e as escolhas que os agentes fazem nos mais diversificados domínios da prática, seja no lazer, no trabalho ou na política.

O princípio de construção é um dos elementos constitutivos do *habitus*, uma estrutura mental que foi inculcada em nossas mentes socializadas de determinada maneira. É ao mesmo tempo individual e coletivo, uma lei tácita da percepção da prática que fundamenta o consenso sobre o sentido do mundo social, fundamenta o que se conhece como senso comum. A família como categoria social objetiva é o fundamento da própria família como categoria social subjetiva, categoria mental como base para milhares de representações e ações que contribuem para reproduzir a categoria social objetiva (BOURDIEU, 2008b).

Ao discorrer sobre a questão do interesse, Bourdieu (2008b) infere que há tantas formas de interesse quanto libido e campos e cada campo ao se produzir, produz uma forma de interesse que, sob a ótica de outro campo, pode parecer desinteresse. Quando um *habitus* é a representação daquilo que um homem é oficialmente em um espaço social, essa representação de torna o fundamento real das práticas. Assim, nos universos sociais nos quais o desinteresse é a norma oficial, esses mesmos desinteresses tornam-se uma nova espécie de interesse, podendo camuflar interesses sutis, mas não menos íntimos ou reais.

E se o desinteresse é sociologicamente possível, o motivo é o encontro entre *habitus* predispostos ao desinteresse e universos nos quais o desinteresse é recompensado. A teoria da ação proposta por Bourdieu (2008b) implica na afirmação de que a maior parte das ações humanas se baseia em algo diferente da intenção, não possuindo disposições adquiridas que fazem com que a ação possa ser interpretada como orientada em direção a tal ou qual fim, sem poder dizer que ela tenha por princípio a busca consciente desse objetivo.

A participação nos interesses constitutivos do pertencimento ao campo implica em aceitação de um conjunto de pressupostos e postulados aceitos como evidentes que constituem a incontestável condição das discussões e o limite insuperável dos conflitos, já que se pressupõe e se produz os interesses pelo próprio funcionamento do campo. Portanto, heterodoxia e ortodoxia possibilitam um conflito que confere ao campo sua estrutura e sua história, não atingindo nunca, o terreno originário da *doxa*, isto é, a crença primordial ao interesse que os agentes manifestam em relação ao funcionamento do campo (BOURDIEU, 2008a).

Há, no *habitus* um princípio gerador capaz de impor um esquema durável e suficientemente flexível, possibilitando improvisações reguladas. Trata-se de um esquema que tende a reproduzir as regularidades inscritas nas condições objetivas e estruturais que presidem ao seu princípio gerador, ao mesmo tempo em que permite ajustamentos e inovações às exigências colocadas pelas situações concretas que constantemente colocam sua eficácia a prova (BOURDIEU, 2009c).

Bourdieu (2009c) ressalta a mediação operada pelo *habitus* entre a estrutura e suas condições objetivas, bem como entre as situações conjunturais com as práticas exigidas por essas situações. Dessa forma, confere à *praxis* social um espaço de liberdade que encerra as potencialidades objetivas de inovação e transformações sociais, embora seja restrito e mensurável, já que obedece aos limites impostos pelas condições objetivas a partir das quais se constitui e se expressa.

A dissimulação dos grupos ou das classes tem como principal e mais sólido fundamento o *habitus*. Bourdieu (2009c) discorre que o reverso dessa situação seria a omissão da questão das condições econômicas e sociais da tomada de consciência dessas mesmas condições. Em outras palavras, o que o autor quer dizer é que o *habitus* é uma maneira velada de se dissimular a verdade. Afirma ainda, que o processo da consciência se faz necessário para que ocorram as ações revolucionárias, as transformações e as invenções.

O *habitus* aparece como um ambiente comum onde se desenvolvem os empreendimentos de mobilização coletiva, em que o êxito depende de certo grau de coincidência e acordo entre as disposições dos agentes mobilizadores e as disposições dos grupos ou classes com aspirações e reivindicações. Normalmente, esse processo se dá por meio de um discurso novo, capaz de reelaborar o código comum que cimenta a nova aliança.

O *habitus*, conforme apresenta Miceli na introdução de Bourdieu (2009c), seria uma recuperação, que se dá de forma controlada, do conceito de consciência de classe. Sob o intermédio de um conjunto de esquemas implantados a partir da primeira educação, no âmbito familiar, é constantemente repostado e reatualizado ao longo da trajetória social restante, onde os limites são demarcados perante uma consciência passível de mobilização, pelos grupos e classes, sendo responsáveis, em última instância, pelo campo de sentido onde operam as relações de força.

A intenção das famílias, segundo Bourdieu (2008b), é perpetuar seu ser social, transmitindo seus poderes e privilégios, que se constituem como a base das estratégias de reprodução, estratégias de fecundidade, estratégias de herança, estratégias matrimoniais, econômicas e educativas. Desta forma, as instituições escolares mais consagradas, que ocupam as mais altas posições sociais, são cada vez mais monopolizadas e freqüentadas por herdeiros de famílias privilegiadas.

Bourdieu (2008b) argumenta que o papel da família é determinante para a manutenção da ordem social, vai além da reprodução biológica, atingindo a reprodução social, reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Para o autor, a família é um dos lugares de excelência para a acumulação de capital sob seus diferentes tipos, transferindo-os e transmitindo-os para poder transmitir e porque pode transmitir. Trata-se do principal sujeito das estratégias de reprodução.

Ao falar do sistema escolar, Bourdieu (2008b) fez analogia ao demônio de Maxwell<sup>6</sup>, perpetuando a separação entre os alunos dotados de quantidades desiguais de capital cultural. O autor argumenta que as diferenças de aptidão e capital herdado são indissociáveis, tendendo a manter diferenças sociais preexistentes. Assim, os que detêm o acesso à formação de qualidade ou mesmo baseada em títulos seriam pessoas separadas dos demais mortais por uma diferença na essência, ou seja, de um grupo legitimado para dominar.

Uma profissão nomeada, da qual os agentes são dotados, o título que lhes é dado, fornece uma retribuição positiva ou negativa, enquanto marca distintiva, que recebe seu valor conforme a posição que ocupa num sistema de títulos organizados hierarquicamente e que contribui por

---

<sup>6</sup> O físico escocês James Clerk Maxwell, criou uma teoria conforme a qual um minúsculo ser inteligente e nanométrico, definido por ele como um demônio, seria capaz de observar as moléculas de um sistema físico e separá-las pela velocidade, reduzindo assim a entropia do sistema, abrindo e fechando quando fosse conveniente, uma passagem entre dois compartimentos com partículas em movimento aleatório.

este modo para a determinação das posições relativas entre os agentes e os grupos. Segundo Bourdieu (2009a, p. 148), “o título profissional ou escolar é uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser percebido que é garantido como um direito”. Essa raridade simbólica do título no espaço de nomes de profissão tende ao comando da redistribuição das profissões.

Para Bourdieu (2009a), enquanto o capital pessoal desaparece com a pessoa do seu portador, o capital delegado da autoridade política, assim como o sacerdócio e a docência, é um produto de transferência limitada e provisória de um capital detido e controlado pelas instituições, podendo permanecer e se renovar vitaliciamente. Títulos de nobreza e títulos escolares representam autênticos títulos de propriedade simbólica capazes de sancionar o direito às vantagens de reconhecimento. O porta-voz detentor de um título é substituído do grupo que existe somente por meio de uma delegação que age e fala através dele. Dessa forma, como declara Bourdieu (2009b), o porta-voz é o grupo feito homem.

A nomeação escolar consagra uma diferença preexistente, entregando diplomas, realizando cerimônias solenes, e de certa forma, sagrando o cavaleiro e, ao invés de introduzir a meritocracia privilegiando aptidões individuais, acaba instaurando o privilégio aos herdeiros, por meio de uma relação encoberta que legitima o poder pela continuidade facilitada pelo título escolar. De acordo com os estudos de Bourdieu (2008b, p. 40),

A autonomização do campo burocrático e a multiplicação de posições independentes dos poderes temporais e espirituais estabelecidos é acompanhada pelo desenvolvimento de uma burguesia e de uma nobreza togada cujos interesses, particularmente no caso da reprodução, estão intimamente ligados à escola.

Para Bourdieu (2008b), os agentes sociais, enquanto alunos, que escolhem uma escola ou uma disciplina, não se constituem como partículas submetidas a uma força mecânica, agindo sob a pressão das causas. Não são sujeitos conscientes e conhecedores que obedecem à razão agindo com pleno conhecimento de causa. São seres dotados de senso prático, de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão, de estruturas cognitivas duradouras e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada. E é o *habitus* que se constitui como essa forma de senso prático do que se deve fazer em cada situação, isto é, o senso do jogo. Suas escolhas são ordenadas de acordo com uma ordem objetiva que tende a reproduzir a essa ordem sem um saber ou um querer inconsciente.

A lógica do modo de produção nas feições escolares e as contradições que o caracterizam estão ao mesmo tempo na base da reprodução das estruturas das sociedades e de uma série de mudanças que as afetam. De acordo com Bourdieu (2008b), isso não reflete nenhuma contradição, pois ao mesmo tempo em que a escola tem o poder de permitir perpetuar as posições e classes sociais, ela também pode ser a provocadora de mudanças, visto que ao fugir das regras básicas de existência, a instituição escolar pode promover situações extraordinárias, capazes de trazer alguma mudança, mesmo que lenta, aos mais diversos campos, ou não fornecer uma titulação que realmente signifique algo. Um exemplo, segundo o autor, seria a crise no mundo escolar, em que a produção excessiva de diplomados causa a desvalorização dos diplomas, já que eles acabam perdendo seu caráter distintivo.

Bourdieu (2009a) afirma que certos *habitus* encontram as condições de suas realizações e desenvolvimento na lógica do aparelho, ou de forma inversa, na lógica explorada pelo aparelho em seu proveito, ou em outras palavras, nas tendências inscritas no *habitus*. Para o autor (BOURDIEU, 2004), os agentes sociais não são partículas conduzidas de forma passiva pelas forças do campo, e o campo é um lugar onde ocorre o jogo em que as próprias regras são constantemente colocadas em jogo.

É importante ter sempre em mente que, para Bourdieu (2004; 2008a; 2008b; 2008c; 2009a; 2009b; 2009c), os campos não se tratam de lugares dispersos no espaço social, pois mesmo possuindo histórias próprias, eles são uma construção de vários campos que se perpassam. O autor descreve os campos como sendo espaços estruturantes e estruturados, ou seja, ao mesmo tempo em que são estruturados pela estrutura maior da sociedade, eles estruturam outros campos que a partir de si próprios, bem como estruturam as ações dos agentes.

Bourdieu (2009c) investigou se as partes integrantes de uma estrutura mantêm entre si outras relações além da mera justaposição, e em que medida elas ocorrem, bem como buscou observar se essas partes manifestam propriedades que resultam de sua dependência relativa à totalidade, de sua posição no sistema completo das relações que determina o sentido de cada relação particular.

A estrutura específica de um mundo social muito particular, nos quais o universal se conjuga, e que Bourdieu (2008b) definiu como campo, são microcosmos nos quais pouco a pouco são instituídas as condições sociais de desenvolvimento da razão, que é história do começo ao fim, o que declara sua relatividade com a história. Para o autor, a referência ao passado, à

outra situação que não a atual, podem ser práticos indícios da constituição de um campo (BOURDIEU, 2008a).

O campo, em seu conjunto, se define como um sistema de diferentes níveis de desvios, e nada faz sentido sem ser relacionado ao jogo das oposições e das distinções nesse campo, sejam elas relacionadas às instituições, aos agentes ou aos seus atos e discursos. Segundo Bourdieu (2009a), as leis que regulam os agentes e instituições podem ser enunciadas como tudo o que a instituição tem a oferecer àqueles que deram tudo à instituição, começando pelo poder sobre a instituição, que define que sem ela os agentes nada seriam fora dela.

A ideia central da obra de Bourdieu (2008b) é que indivíduos existem em um espaço, distribuídos por princípios de visão e divisão, presentes em todos os agentes, que estruturam suas percepções a partir de suas práticas. Assim, constroem essa realidade invisível, que organiza essas práticas e representações dos diferentes agentes e classes de agentes.

A proximidade no espaço social predispõe à aproximação, onde pessoas inscritas em setores restritos do espaço são ao mesmo tempo mais próximas e mais inclinadas a se aproximar e mobilizar. No entanto, essa proximidade, embora constitua uma classe, essa classe não se faz no sentido de Marx, onde grupos mobilizados por objetivos comuns se reúnem particularmente contra outra classe. Essa proximidade define uma potencialidade objetiva de uma unidade ou para uma pretensão de existir como grupo ou classe provável (BOURDIEU, 2008b).

Segundo Bourdieu (2008a), a distribuição de uma sociedade em classes a qualifica por sua relação com a distribuição no espaço das classes e frações de classe, bem como suas propriedades, terras ou imóveis. As distribuições espaciais dos diferentes campos tendem a sobrepor-se, e a representação cartográfica da distribuição no espaço de uma classe de agentes e instituições constitui uma técnica de objetivação poderosa, desde que se saiba ler na planta a relação construída entre a estrutura do sistema das posições constitutivas do espaço de um campo e a estrutura do espaço social, definido pela relação entre bens distribuídos no espaço e agentes definidos por capacidades desiguais de apropriação de tais bens.

Bourdieu (2009c) pôde observar em seus estudos que a classe superior de uma pequena cidade apresenta boa parte das características das classes médias dos grandes centros, o que pode significar que os membros dos círculos mais fechados seriam frequentemente excluídos

dos círculos equivalentes de uma grande cidade e mais, que colocados em posições sociais estruturalmente diferentes, eles se distinguem por inúmeras condutas e atitudes dos indivíduos com os quais podem partilhar certas características econômicas, sociais e culturais.

Ao se remeter a algumas proposições gerais sobre classes sociais, Bourdieu (2009c) afirmou que existem aquelas em que se aplicam unidades consideradas exclusivas ou primordiais, o que se deve a uma diferenciada posição na estrutura social. Tais posições estabelecem ligações regulares entre posições homólogas e entre unidades que possuem características inerentes à posição, estabelecem relações entre situações consideradas idênticas ou semelhantes e certas características dos grupos colocados nestas situações.

As classes não podem ser definidas por sua posição e condição na estrutura, ou seja, pelas relações que mantêm objetivamente. Inúmeras propriedades das classes sociais advêm do fato de seus membros envolverem objetiva ou deliberadamente em relações simbólicas com outros indivíduos de outras classes. Para Bourdieu (2009c), é essa relação que irá exprimir as diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, transfiguradas em distinções significativas.

É importante que se tenha claro que o pertencimento a uma classe se constrói e se negocia constantemente, é algo que faz parte do jogo. Dentro do espaço social, no qual as distâncias se medem em quantidade de capital, é esse mesmo espaço que define as proximidades e afinidades, afastamentos e incompatibilidades, bem como as probabilidades de pertencer a grupos realmente unificados, sejam esses grupos famílias, clubes, associações ou classes mobilizadas e é nessa luta de classificações que se impõe esta ou aquela maneira de recortar esse espaço, unificando ou dividindo e finalmente definindo as aproximações reais (BOURDIEU, 2009b).

Conforme Bourdieu (2008b), a noção de espaço social possibilita a resolução do problema da existência ou não das classes, mantendo o essencial do que querem expressar aqueles que acreditam na existência das classes sociais, das diferenças e das oposições, sem, no entanto, cair em erros contestados por aqueles que negam a existência das classes como grupos reais. Em seus trabalhos, o autor se declara em uma condição disposicional, visto que atualiza as potencialidades inscritas nos corpos de agentes e na estrutura das situações nas quais atuam ou mesmo em sua relação. O autor considera a divisão em classes como sendo relativa e

dependente da disposição dos grupos nos campos, ou seja, as classes existem, mas devem ser observadas a partir de um enfoque para a análise teórica e não como classes concretas.

Bourdieu (2008b) não estava, contudo, tentando negar a existência das classes, até mesmo porque crê que isso se refletiria em uma negação da existência das diferenças e dos princípios de diferenciação. No entanto, ele afirma sua existência enquanto classes que existem em um espaço social de diferenças em estado virtual, pontilhadas não como um dado, mas como algo que se trata de fazer. O mundo social com tais divisões é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir de forma individual e coletiva, na operação e no conflito. Nesse contexto, os diferentes tipos de capitais podem também ser compreendidos como armas, utilizadas nas lutas para conservar ou transformar posições.

Bourdieu (2008b) ilustra que as realidades sociais são como ficções sociais, cujo fundamento é a construção social e, ao mesmo tempo, existem realmente de forma reconhecidamente coletiva. Em todas as utilizações de conceitos classificatórios, se faz, ao mesmo tempo, uma descrição e uma prescrição que não aparecem como tais porque são universalmente aceitas e admitidas como dadas. A família é um princípio de construção dessa realidade social e é também construída por essa realidade, constituindo-se como um princípio comum de visão e de divisão, como um *nomus*<sup>7</sup> que todos têm no espírito, que nos foi inculcado pela socialização organizada pela própria divisão em famílias.

O valor social da residência privada se define pelas referências às características sociais do bairro onde está situada, bem como das características sociais que envolvem os moradores. Esse valor social nos diferentes bairros depende da representação que os agentes têm em relação ao espaço social, dependendo da posição em relação à classe dominante, e também de sua trajetória social. A proximidade no espaço físico permite a produção dos efeitos do espaço social ao facilitar a acumulação de capital social. Para Bourdieu (2008a), qualquer alteração nesse espaço social acarreta na transformação na estrutura das preferências e sistemas de distinção simbólicos entre os grupos.

A alquimia social alcança o pleno sucesso quando a verdade do sistema foge àqueles que participam de seu funcionamento. Não é possível que os agentes contribuintes para o funcionamento de um campo possam apreender esse campo enquanto tal e simultaneamente apreender o fundamento real de sua contribuição para os poderes produzidos no campo. Os

---

<sup>7</sup> Elemento que significa lei, regra, norma ou código e que deve direcionar comportamentos e atitudes.



agentes, embora tenham capacidade ativa e criadora, estão submetidos às verdades que não lhe são claras, e comumente tomam a forma de ideologias. Bourdieu (2008a) defende que o sistema e os efeitos do sistema nunca se mostram em sua verdade, nem mesmo de maneira aparentemente mais cínica para os que se beneficiam diretamente, por conseguinte é o sistema como tal que, destinado a uma apreensão parcial, produz o desconhecimento da verdade do sistema e de seus efeitos.

Em Bourdieu (2008a), os campos são como rigorosos mecanismos capazes de impor aos agentes suas necessidades. Para tanto, as estratégias que visam à instauração e à manutenção das relações duradouras de dependência são custosas em bens materiais, tempo e serviço. Por não ter garantias de uma delegação oficialmente declarada e institucionalmente garantida, a autoridade pessoal perpetua-se de forma duradoura apenas através de ações que a reafirmam por sua conformidade com os valores reconhecidos pelo grupo.

Bourdieu (2004; 2008a; 2008b; 2008c; 2009a; 2009b; 2009c) definiu que os campos podem ser constituídos por agentes que são os indivíduos e também por agentes que são instituições, organizações ou grupos. Não importa nos campos quais sejam os conflitos, a luta é sempre pelo poder. O que interessa em relação aos conflitos, é a maneira como ele ocorre, quais são as pressões sofridas para que ele se desencadeie, quais são os meios de dominação e assim por diante. As pesquisas do autor vão além das formas, consideram também os processos, a maneira como as coisas acontecem. Desse modo, ele conseguiu fundar uma teoria que pode ao mesmo tempo generalizar e trazer ao particular.

Para Bourdieu (2004), os campos são um universo intermediário entre dois pólos muito distanciados, e as ditas pressões externas, independente de sua natureza, somente podem ser exercidas por intermédio do campo, sendo mediatizadas pela lógica do campo, e quanto mais o campo tiver autonomia, maior será o seu poder em relação à resistência ou transfiguração dessas pressões. Em outras palavras, é o campo que definirá de que forma será afetado pelas pressões externas, e quanto maior for a dependência dos agentes em relação a outros campos, maior será a sua submissão às imposições dirigidas ao seu campo.

Bourdieu (2008a) apostava no fato de que os agentes ou instituições que ocupam posições polares no campo são colocados em condições opostas por causa das estratégias produzidas a partir dessas posições estruturalmente homólogas. Tais homologias evidentemente apresentadas encontram-se harmonizadas de forma objetiva, porque essa mesma homologia é

percebida nas estratégias produzidas pelos ocupantes de posições homólogas na estrutura do campo do poder e na estrutura das relações de classe.

Nesse sentido, os conceitos de *doxa* e de *habitus* foram usados pelo autor para explicar as ações e interações que os agentes possuem em relação à estrutura a qual eles estão submetidos. É importante entender que, embora Bourdieu (2004; 2008a; 2008b; 2008c; 2009a; 2009b; 2009c) não se convencesse de que os agentes fossem totalmente passivos, ele sempre teve claro que suas interações com a estrutura só eram permitidas dentro de seus próprios limites, ou seja, é a estrutura que possibilita e determina essa interação. Para o autor, mesmo que os agentes se revoltam e quebrem algumas barreiras internas ao campo, eles sempre serão incitados pela estrutura.

Para se descobrir as relações que se estabelecem na estrutura de uma sociedade particular, é preciso conferir a cada uma destas partes e à totalidade que a compõem, uma singularidade irredutível, mas que não impede a comparação entre partes pertencentes a diferentes totalidades. Bourdieu (2009c) afirma que esse esforço constitui-se como condição de validade para uma comparação que só se fundamentará se for estabelecida entre partes estruturalmente equivalentes.

Pautado pela crença na capacidade de ação dos agentes e pelo funcionamento estrutural da sociedade, Bourdieu (2009b) sugere uma teoria geral do funcionamento dos campos, capaz de possibilitar que se levantem hipóteses muito poderosas sobre o funcionamento de um estágio particular de um campo particular. Trata-se da Teoria dos Campos, firmada em três pilares essenciais: o *habitus*, o agente e o capital.

É em seu livro “As regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário”, que Bourdieu (2004) propõe sua Teoria Geral dos Campos. Partindo de uma suposição de que existem nas sociedades dois pólos distanciados, o autor definiu o espaço entre esses pólos como campos de força e de luta.

Bourdieu (2008c) demonstra que os campos possuem propriedades genéricas. Uma dessas propriedades está pautada na dissimulação causada pela luta por coisas que estão em jogo no cenário conflituoso. Essa dissimulação esconde ao mesmo tempo o conluio objetivo a respeito dos princípios do jogo e produz e reproduz naqueles que se encontram diretamente envolvidos, a adesão prática ao valor do jogo e do que está em jogo, definindo o

reconhecimento da legitimidade. Dessa forma, qualquer jogo termina quando surge o questionamento que coloca em xeque se o jogo vale ou não a pena. Em suma, os agentes só se mantêm no jogo enquanto não conhecem as verdadeiras causas implicadas no jogo.

Para Bourdieu (2008c), a Teoria dos Campos oferece explanação das condições estruturais de manutenção das desigualdades sociais. Essa noção de campo designa um espaço que apresenta diferentes graus de autonomia, como um microcosmo dotado de leis próprias. Bourdieu (2004) afirma que tal autonomia irá variar de acordo com a natureza das pressões externas e a forma como elas são exercidas e como ocorrem as manifestações de resistência a essas pressões. Essa autonomia é definida pela capacidade de refração<sup>8</sup>, ou seja, de retradução das pressões e demandas externas. Nesses termos, quanto maior a refração, maior a autonomia.

De acordo com Bourdieu (2004), esses campos de forças e lutas que ocorrem no sentido de conservar ou transformar esse campo, constitui-se em um mundo que comporta essas relações de dominação. Os espaços envolvidos nesses campos são criados pelos agentes e somente existe por eles e suas relações objetivas que acontecem no campo, e é a estrutura dessas relações objetivas entre os diferentes agentes que definem os princípios do campo, que por sua vez determina o que os agentes podem e não podem fazer e segue orientando e determinando suas tomadas de posição.

A Teoria dos Campos tem como uma de suas virtudes o fato de permitir o rompimento com o conhecimento primeiro, necessariamente parcial e arbitrário, pois cada um vê o campo com certa lucidez e a partir de um ponto de vista dentro do campo, que ele mesmo não percebe. Há assim, o rompimento com as teorias semi-eruditas, que contêm apenas um dos pontos de vista sobre o campo (BOURDIEU, 2004).

Contudo, Bourdieu (2008b) pontua o fato de que nas sociedades modernas, o Estado tem o papel de principal responsável pela construção de categorias oficiais de acordo com as quais são estruturadas as populações e os espíritos. Isso ocorre através de um trabalho de codificação que combina efeitos econômicos e sociais bem concretos, visando privilegiar certa forma ou organização familiar, reforçando aqueles que podem se conformar a essa forma de organização e encorajando por meios materiais e simbólicos, o conformismo lógico

---

<sup>8</sup> Entender refração como o contrário de heteronomia, pois não se trata de alguma lei da natureza cuja violência se exerce em nossas necessidades e paixões.

e o conformismo moral, na forma de adesão a um sistema de formas de apreensão e de construção do mundo.

É o Estado que, especificamente através de suas operações de estado civil, inscritas nos registros de família, realiza inúmeros atos de constituição da identidade familiar como um dos princípios de percepção mais poderosos do mundo social e uma das unidades sociais mais reais. E a família pode ser entendida como uma ficção, um artefato social, uma ilusão bem fundamentada, produzida e reproduzida com a garantia do Estado, sempre recebendo do Estado, os meios de existir e subsistir (BOURDIEU, 2008b).

A partir de todas essas considerações acerca das produções, reproduções, existência e subsistência das famílias e indivíduos por meio da concessão e interferência do Estado, a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu se faz de grande valia para o entendimento das mais variadas circunstâncias envolvidas na estruturação de um campo. É importante, contudo, ressaltar, mais uma vez que, a Teoria dos Campos está fundamentada em três pilares básicos. Esses pilares são o *habitus*, o agente e o capital.

É fundamental compreender que somente por meio do entendimento do *habitus* dos agentes de determinado campo, bem como do conhecimento do tipo, volume e distribuição do capital disposto nesse campo é possível interpretar as razões e motivações envolvidas na construção do campo em que se estabelecem as lutas. Para o autor, não há a possibilidade de se desvelar os interesses e aspirações de um determinado grupo, sem que este mesmo grupo seja observado de perto, considerado em sua história e contexto sociocultural.

As relações existentes em determinados espaços sociais, permeadas pelas barganhas realizadas pelos agentes e grupos de agentes devem ser compreendidas em sua essência. Não há um campo sem que hajam relações solidificadas e, para que as relações entre os mais diversos grupos sejam compreendidas, é preciso que se esteja apto a observar toda a complexidade das ações envolvidas no campo e entre os campos. Em outras palavras, é imprescindível que se tenha em conta o fato de que os agentes atuam no interior e também no exterior dos campos em que se encontram inseridos. É comum, portanto, a frequência de importação e exportação de estratégias de ação entre agentes de diferentes campos.

Em suma, quando se pretende realizar uma pesquisa fundamentada na Teoria dos Campos, é necessário que se tenha em mente o fato de que o campo não se constitui no vazio. Existem os

agentes, esses agentes dispõem de um *habitus* constituído a partir de um contexto histórico e da existência da *doxa*, que possibilita um reconhecer sem conhecer, uma espécie de falso saber. A quantidade de capital, seja ele cultural, econômico ou político, também é definidora do *habitus*, e assim, emergem nos campos as mais variadas formas de interesse, que em essência buscam uma única coisa, o poder, capaz de incitar as disputas. Assim, tem-se a constituição dos campos.

## 2.2 O SIMBOLISMO SOB A PERSPECTIVA DE PIERRE BOURDIEU

Talvez, baseada em tantas evidências da existência de conseqüências provocadas e permitidas pelas ações simbólicas, a academia tenha se voltado para estudos nesse sentido, e cada vez mais áreas do conhecimento têm buscado respostas para os problemas sociais por meio do entendimento do que está submerso na objetividade cotidiana. Segundo Paula e Palassi (2007), em Administração, os estudos sobre simbolismo podem ser situados em torno da *Standing Conference on Organizational Symbolism* (SCOS), criada em 1981 como um grupo de trabalho do *European Group for Organization* (EGOS) e com encontros anuais que acontecem impulsionados pela intenção de permitir o aprofundamento da face simbólica das organizações. Autores como Barry Turner, Louis Pondy, Linda Smircich e Anthony Strati têm explorado o tema e produzido trabalhos que buscam estabelecer os fundamentos envolvendo a problemática em torno do simbolismo e da subjetividade nas organizações.

De acordo com Sperber (1974), as formas universais do simbolismo inspiram uma diversidade de estudos sob a perspectiva simbólica. Elas permitem que se investigue em nível particular, algo que pode ser aplicável a diferentes situações. Para o autor, essas formas universais apresentam condições e focalização universais, no entanto, os campos de evocação que são determinados por essa focalização costumam divergir de uma sociedade para a outra, de acordo com o ponto de vista particular que se adota em cada uma delas. Em outras palavras, eles possuem uma estrutura focal universal, mas um campo de evocação variável.

Para Paula e Palassi (2007), a emergência e expansão de estudos envolvendo o simbolismo organizacional vêm ocorrendo como uma forma de questionamento de teorias organizacionais fundadas nas óticas mecanicistas e organicistas. Essa expansão tem propiciado o aumento da importância de temáticas relacionadas ao simbolismo organizacional, como a subjetividade nas organizações, identidade e cultura organizacional. No entanto, tais temáticas encontram-se

ainda em estágio de pouco desenvolvimento no que se refere à sua estruturação enquanto campo temático, pois embora a produção existente seja consistente, é esparsa.

Os autores que trabalharam o simbolismo organizacional e as temáticas relacionadas produziram trabalhos que foram consolidados na década de 1980, por autores de língua francesa. François Chanlat, Max Pagès, Eugéne Enriquez e Christophe Dejours estão entre os que se destacam com a produção de trabalhos nesse sentido. No Brasil, contudo, segundo Paula e Palassi (2007), os trabalhos adotando essa temática tiveram início nos anos 60 e 70, com os trabalhos de Guerreiro Ramos e Maurício Tragtemberg. Em sequência, vieram os trabalhos realizados por Ester de Freitas e Fernando Prestes Motta, que acrescentaram a seus trabalhos, as contribuições dos autores de língua francesa, a partir da década de 1980.

Os estudos e pesquisas sob o foco do simbolismo organizacional adotam uma postura semelhante à perspectiva que relaciona o papel dos símbolos à edificação e manutenção de significados organizacionais (PARDINI *et al.*, 2008). São incorporados nos estudos a análise de artefatos, metáforas, dramaturgias, ritos, rituais, mitos e estórias. A realização desses trabalhos abarca variados assuntos, que podem ser incluídos sob a temática simbolismo organizacional, como o estudo sobre a simbologia na vestimenta dos membros da organização (PARDINI *et al.*, 2008), estudos que analisam o discurso organizacional (PABST; SIQUEIRA, 2008) e também estudos sob a ótica da cultura organizacional (ANDRADE *et al.*, 2007).

Nesse sentido, a teoria de Pierre Bourdieu, sobre os campos, seria indicada à investigação do simbolismo em uma situação específica. O ajustamento a uma determinada demanda não é o produto de uma busca consciente, mas o resultado de uma correspondência estrutural. As marcas são como distintivos, produzem a existência em um universo onde existir é diferir, e ao mesmo tempo, ser próprio ou comum a um mesmo grupo. Um costureiro, por exemplo, não veste clientes, mas subjetividades e as inquietações, ternuras e ansiedades de uma massa de homens e mulheres. Como sugere Bourdieu (2008a), o valor distintivo de um produto é relacional à estrutura do campo na qual ele se difere e os valores duradouros são aqueles que podem colocar a seu serviço instituições capazes de assegurar, de forma duradoura, um mercado econômico ou simbólico, produzindo concorrência para a apropriação com todos os lucros materiais e simbólicos que assegura.

Segundo Bourdieu (2008c), os ritos e as representações permitem observar modalidades complementares de fabricação do simbólico, demonstrando-se capazes de exprimir demandas diversificadas dos agentes, reprocessando suas experiências e transfigurando-as, dando margem a eventuais transformações.

O poder está na capacidade de mobilizar a energia simbólica, produzida pelo conjunto dos agentes comprometidos com o funcionamento do campo. Para construir um capital simbólico, de legitimidade suscetível a ser transferida para objetos ou pessoas, é preciso estar em condições de fazer funcionar os ciclos de consagração cada vez mais longos, independentes das relações diretas de interesse compartilhado. Para tanto, é preciso se apropriar de uma significativa parcela do produto do trabalho da consagração, que se consuma no interior do campo (BOURDIEU, 2008a).

A riqueza, que se constitui como base derradeira do poder, apenas poderá exercer um poder duradouro sob as espécies do capital simbólico. É por meio da mais-valia simbólica que se obtém a legitimação do poder. Para Bourdieu (2008a), os agentes só asseguram-se uns aos outros por meio das disposições inculcadas e reforçadas continuamente pelo grupo, que tornam impensáveis determinadas práticas que a economia do interesse sem disfarce algum fará emergir como legítimas ou evidentes.

Para Eaton (1925, *apud* SANTOS, 2006, p. 83) todo símbolo equivale a si mesmo e pode substituir ao seu conteúdo originário de forma completa, em qualquer contexto, sem que haja alteração de sentido. Para o autor, cada símbolo pode ter apenas um sentido, o que não implica dizer que os símbolos não adotem as características atribuídas pelos agentes que os evocam, mas sim que, na essência, os valores e significações são unívocos. Santos (2006) discorre que a sociedade, ao passar por movimentos de cisão, tem seus símbolos destacados, se soltando de tal forma que, num movimento geral, continua a ser o mesmo de quando tudo iniciou, ou seja, ao se desprender do contexto atual, os símbolos voltam a ter as características que possuíam no início do processo que estruturou esse contexto.

Bourdieu (2009a) constrói uma possibilidade de reorientação do olhar científico nas pesquisas sociais, atentando-se aos fenômenos de percepção social, da produção simbólica e das relações informais de poder, formulando noções operatórias como *habitus*, reprodução, poder simbólico, capital, distinção e campo. O autor percebeu os sistemas simbólicos como instrumentos de conhecimento e de comunicação, que só podem exercer um poder

estruturante porque são estruturados e distinguem-se fundamentalmente conforme são produzidos e ao mesmo tempo apropriados pelo grupo ou agente. São produzidos por um corpo de especialistas, num campo de produção e de circulação relativamente autônomo. Os sistemas simbólicos devem sua força ao fato de que as relações que se exprimem neles só se manifestam em forma irreconhecida de relações de sentido.

A diferença socialmente conhecida e reconhecida só existe para alguém capaz de perceber as diferenças e também de reconhecê-las como significantes, interessantes, um sujeito dotado de aptidões e da inclinação para fazer as diferenças que são tidas como significativas no universo social considerado. A distinção é uma diferença inscrita na própria estrutura do espaço social quando percebida segundo categorias da apropriação e estrutura. Seguindo o raciocínio de Bourdieu (2009a), pode-se afirmar que o capital simbólico é um capital de qualquer espécie que, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura de sua distribuição, o conhece e reconhece como algo óbvio.

Bourdieu (2009c) traz uma visão que privilegia as funções sociais pelos sistemas simbólicos que tendem a se transformar em funções políticas, na medida em que a função lógica de ordenação do mundo subordina-se às funções socialmente diferenciadas de diferenciação social e de legitimação das diferenças. Nesse sentido, a cultura só existe sob a forma de símbolos, por um conjunto de significados dos quais provém sua eficácia, em que a percepção dessa realidade seduz e inculca de forma indissociável de sua função política. E não existindo puras relações de força, não há também relações de sentido que não estejam referidas e determinadas por um sistema de dominação.

Do ponto de vista da reprodução, a concepção de um campo simbólico dotado de autonomia é relativa e envolve uma regionalização da realidade social, cujos fundamentos derivam de um processo histórico singular e de categorias aí produzidas, que passam a informar e justificar o princípio de diferenciação em que estão apoiadas as concepções teóricas. O problema do simbolismo, é para Bourdieu (2009c), visto sob uma emenda de perspectiva, onde a sociedade é definida como um sistema de relações onde cada elemento traz uma contribuição para o todo.



As práticas e os rituais possuem uma inteligibilidade cuja condição necessária para a compreensão do discurso mítico é o discurso enquanto *opus operatum*<sup>9</sup>, que encobre por meio de suas significações reificadas o momento constitutivo da prática. Miceli (*apud* BOURDIEU, 2009c, p. LII) destaca que o autor [Bourdieu] buscou investigar, assim como Weber, os “[...] tipos de legitimidade que consolidam o circuito propriamente político entre dominantes e dominados através dos diversos aparelhos de produção simbólica”. Nesse contexto, o tema central se refere às relações entre os sistemas simbólicos e o sistema de classes e grupos de *status*, com a estrutura de poder deles resultantes.

Ao aplicar o modo de pensar estruturalista, Bourdieu (2008a) afirmou que não apenas os sistemas simbólicos, em seus espaços de tomadas de posição simbólicas, mas também os sistemas envolvendo os agentes que o produzem, concorrem para que haja meios de compreender esses sistemas simbólicos, tanto em sua função quanto em sua gênese. O lucro da universalização, faz-se como um motor histórico do progresso, do universal. Na medida em que esse mesmo lucro fornece a criação de universos em que são reconhecidos, se instaura um processo de reforço circular entre as estratégias de universalização. Esse processo ocorre no sentido de se obter lucros, associados ao conformismo às regras universais e às estruturas desses universos oficialmente consagrados ao universal.

De acordo com Bourdieu (2009a), as representações geradas segundo esquemas adequados às estruturas do mundo de que são produto, possuem o efeito de consagrar a ordem estabelecida. E a lógica de defesa é a mesma para todos os corpos, cuja permanência no privilégio depende da sua capacidade de manter o controle sobre os mecanismos apropriados a assumir a sua reprodução, quer dizer, a reconhecer, no duplo sentido de marcar e de consagrar os membros legítimos do corpo.

Bourdieu (2008c) assinala que as produções simbólicas participam mais diretamente das condições sociais de sua posição por meio de uma fórmula que também exerce seu efeito social mais específico: a violência propriamente simbólica, que somente pode ser exercida por aquele que a exerce e suportada por aquele que a suporta sob uma forma tal que permanece como desconhecida, e reconhecida como legítima.

---

<sup>9</sup> Bourdieu se utiliza do conceito de *opus operatum* no sentido de trabalho feito, realizado com força espiritual, inerente ao realizador.

De acordo com Bourdieu (2008a), as determinações materiais e simbólicas agem sobre as estruturas sociais e psicológicas dos agentes, por uma relação complexa de interdependência. Nas práticas disciplinares, valores culturais são transmitidos. Para o autor, todo conhecimento é uma forma de subversão que se constitui por meio de capital social e simbólico, poder sutil e violência simbólica. Seu argumento é de que o único capital útil e eficiente é o capital irreconhecido, reconhecido<sup>10</sup> e legítimo, a que se dá o nome de prestígio ou autoridade, que pressupõe capital econômico, capaz de garantir os ganhos específicos produzidos pelo campo se vier a converter-se em capital simbólico.

Para Bourdieu (2008a), é no domínio da produção simbólica que se faz sentir a influência do Estado, em que as administrações públicas e seus representantes são os grandes produtores de problemas sociais que a Ciência Social freqüentemente apenas autentica, retomando-os por sua conta como problemas sociológicos. É assim que se instala progressivamente uma lógica econômica específica, fundada sobre impostos sem contrapartida e em seguida na redistribuição que funciona como princípio de transformação do capital econômico em capital simbólico. Desta forma, a passagem progressiva de um uso patrimonial dos recursos fiscais promove a utilização de parte da renda pública em dádivas ou liberdades destinadas a assegurar ao príncipe o reconhecimento e a legitimidade para governar.

A instituição dos impostos, por exemplo, é um resultado de uma guerra interna entre agentes do Estado e a resistência dos súditos, em que, no início, tal cobrança se apresenta como extorsão e progressivamente passa a ser vista como uma cobrança necessária às necessidades de um destinatário que transcende a pessoa do rei, que representa a pessoa fictícia do Estado. Surge então, a fraude fiscal, existente ainda hoje para mostrar que a legitimidade não existe. Junto ao desenvolvimento progressivo do reconhecimento da legitimidade dos impostos está a emergência de uma forma de nacionalismo (BOURDIEU, 2008a).

É importante ressaltar que Bourdieu (2008a) pontuou o capital cultural como sendo uma dimensão do capital de informação, em que a cultura é apenas unificadora, e o Estado contribui para a unificação do mercado cultural ao unificar todos os códigos. É o Estado que molda as estruturas mentais e impõe princípios de visão e de divisão comuns, formas de

---

<sup>10</sup> Os termos reconhecer e irreconhecer referem-se a um falso saber, um saber baseado em uma falsa verdade, é o princípio da *doxa*.

pensar que estão para o pensamento culto, assim como as formas primitivas de classificação descritas por Durkheim e Mauss<sup>11</sup> estão para o pensamento selvagem.

A criação de uma sociedade nacional acompanha a afirmação da possibilidade da educação universal, em que todos os indivíduos são iguais perante a lei, e o Estado tem o dever de fazer deles cidadãos dotados de meios culturais para exercer ativamente seus direitos civis. A unificação cultural e lingüística é então acompanhada por uma imposição da língua e da cultura dominantes como legítimas, suscitando formas de rejeição de todas as outras como sendo indignas. Para Bourdieu (2008a), a universalização das exigências instituídas não é acompanhada pela universalização do acesso aos meios de satisfazê-las, favorecendo tanto a monopolização do universal por alguns, quanto a espoliação de todos os outros, mutilados em sua humanidade.

Produzindo a raridade do produtor, o campo de produção simbólica produz a raridade do produto, como em um poder mágico de um criador que possui um capital que lhe atribui autoridade associado a uma posição na qual não poderá agir, se não se tratar de um agente autorizado, se não for identificado por um carisma, ou garantido por uma assinatura. Bourdieu (2008a) percebeu que o campo produz e reproduz a energia da transmutação simbólica, com autoridade ou legitimação específica, por meio de sua própria estrutura e de seu próprio funcionamento.

O capital simbólico é uma propriedade qualquer, podendo se apresentar em muitas formas, físicas, econômicas, culturais e sociais, percebidas pelos agentes por meio de categorias de percepção que lhes permite percebê-las e reconhecê-las, atribuindo-lhes um valor. O capital simbólico é a forma que todo tipo de capital assume ao ser percebido através das categorias de percepção, produtos da incorporação das divisões ou das oposições inscritas na estrutura da distribuição desse tipo de capital (BOURDIEU, 2008a).

O capital simbólico é uma forma de capital cognitivo, apropriado sobre o conhecimento e o reconhecimento. O eufemismo é o que permite dizer tudo, sem dizer o que não se diz, permitindo nomear o inominável, em uma economia de bens simbólicos onde o econômico, no sentido usual, funciona como uma espécie de toma-lá-dá-cá. O capital simbólico se constitui como uma propriedade que, ao ser percebida, conhecida e reconhecida pelos agentes,

---

<sup>11</sup> Pensamento original, baseado em informações puramente biológicas, ainda não informado pela herança cultural.

torna-se simbolicamente eficiente, como uma força mágica, uma propriedade que responde às expectativas coletivas e, portanto, exerce uma espécie de ação à distância, sem qualquer contato físico. Trata-se de um capital que pressupõe a existência de agentes sociais constituídos, em seus modos de pensar, de tal forma que conheçam e reconheçam o que lhes é proposto, crendo e rendendo-lhe obediência e submissão (BOURDIEU, 2008a).

Capital simbólico e capital social só podem se reproduzir por meio da reprodução da unidade social elementar que é a família, que apesar de todas as forças de cisão exercidas sobre ela, permanece como lugar de acumulação, conservação e reprodução de diferentes tipos de capital. Ao lado da família, encontra-se em grande parte das circunstâncias, o discurso religioso, como parte integrante da economia das práticas, como economia de bens simbólicos. Para Bourdieu (2008a), as instituições religiosas trabalham permanentemente tanto de forma prática quanto simbólica, para disfarçar as relações sociais, transfigurando-as em relações de parentesco espiritual ou troca religiosa, através da lógica do merecimento.

Quanto ao mundo social, é importante perceber que as palavras criam as coisas e criam então o consenso sobre a existência e o sentido das coisas, onde o senso comum, a *doxa*, é aceito por todos como dado. Um exemplo, abordado por Bourdieu (2008a), se faz esclarecedor, pois o autor argumenta que a palavra interesse se faz interessante porque os jogos sociais são jogos que se fazem esquecer como jogos, e a *ilusão*<sup>12</sup> é essa relação encantada com o jogo, produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social, permite a competição velada, disfarçada, camuflada até mesmo em atos de boa fé.

A noção de interesse opõe-se à noção de desinteresse e indiferença. E todo campo social tende a obter dos que entram nele, uma relação com o campo de forma ilusória. Assim, querer fazer a revolução em um campo é, de certa forma, concordar com o essencial do que é tacitamente exigido por esse campo, como sua importância que põe em jogo, o desejo de se fazer a revolução (BOURDIEU, 2008a).

Uma revolução simbólica capaz de transformar as estruturas mentais que incomodam os cérebros pode ser percebida como uma revolução por excelência. O que não requer feitos grandiosos, mas significativos, uma gíria, por exemplo, pode ser um produto de

---

<sup>12</sup> Bourdieu (2008a) afirma que os agentes competem implacavelmente, mesmo quando conhecem as regras do jogo. Assim constituem o jogo ao jogar, mas tem a ilusão de que produzem comportamentos únicos não dimensionados por *habitus* preexistentes.

transformação e distinção para um agente, que para poder se identificar com um grupo e dizer-se como o grupo, se sujeita à anulação no grupo, proclamando sua existência somente pelo grupo (BOURDIEU, 2009b).

A escolha que se faz pela verdade custa um preço elevado, e em troca dessa verdade há um lucro menor de distinção. E conforme aponta Bourdieu (2008c), a menos que revele a operação de construção do objeto, a sociologia não pode escapar a todas as formas de dominação que a lingüística e seus conceitos exercem ainda hoje sobre as Ciências Sociais. E embora se faça como legítimo tratamento das Ciências Sociais como interações simbólicas das formas de dominação, onde as relações de comunicação implicam o conhecimento e o reconhecimento, não se deve esquecer que as trocas lingüísticas são também relações de poder simbólico em que se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos. Conforme Bakhtin, citado por Bourdieu (2008c, p. 26), não existem palavras neutras.

Cada relação particular é produto de estratégias complexas que são eficazes, dependendo não apenas da força material e simbólica das partes envolvidas, mas também de sua habilidade em mobilizar o grupo, suscitando a compaixão e a indignação por males alheios que sentimos como nossos. De acordo com os relatos de Bourdieu (2008a), as negociações do interesse nunca são mais do que a simples recusa às práticas, como discursos que só dizem o que dizem sob a forma que tendem a mostrar que não dizem.

É importante a compreensão de que as produções simbólicas estão comumente relacionadas aos interesses das classes dominantes, conforme assinala Bourdieu (2009a). Segundo o autor, diferentes classes ou frações de classes, estão envolvidas em uma luta simbólica, que visa à imposição de uma definição do mundo social de acordo com os próprios interesses. Desta forma, é realizada a imposição do campo das tomadas de posições ideológicas, que reproduz de forma transfigurada, o campo das posições sociais.

Bourdieu (2009a) afirma que o campo de produção simbólica é como um microcosmo da luta simbólica entre as classes. Para ele, os produtores, ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção, servem os interesses dos grupos exteriores ao campo. Esses grupos exteriores, por sua vez, buscam legitimar sua dominação por meio da própria produção simbólica, que na essência, só servem verdadeiramente aos interesses dos dominantes. Conforme o autor, os sistemas simbólicos se fortalecem por meio das relações de força que

são exprimidas neles, embora se manifestem em formas irreconhecíveis, fazendo com que as reproduções simbólicas sejam as mais eficazes, contundentes e permanentes formas de exercício da dominação.

A violência simbólica apóia-se na consonância entre as estruturas constitutivas do *habitus* dos dominados e a estrutura da relação de dominação à qual eles se aplicam, assim, o dominado percebe o dominante através de categorias que a relação de dominação produziu e, portanto, estão de acordo com os interesses dos dominantes. A economia dos bens simbólicos apóia-se então na crença, e a reprodução ou a crise dessa economia baseia-se na reprodução ou na crise da crença, ou seja, na perpetuação ou na ruptura do acordo entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas. Mas conforme Bourdieu (2008a), a ruptura não deve resultar apenas de uma simples tomada de consciência, mas sim, por uma transformação que ocorra nas disposições anteriores e de forma concomitante às estruturas objetivas nas quais os elos são o produto e às quais podem sobreviver.

Conforme declara Bourdieu (2008a), o Estado exerce verdadeiro poder criador, próximo do divino, reconhecendo de fato, um poder autorizado, capaz de categorizar determinados agentes, oficializando publicamente o que eles são. Essa ordem simbólica apóia-se sobre uma imposição a um conjunto de agentes e de estruturas cognitivas que devem parte de sua consistência e resistência ao fato de serem ao menos na aparência, coerentes e sistemáticas, estando objetivamente em consonância com as estruturas objetivas do mundo social.

Sperber (1974, p. 108), ao descrever as possibilidades de percepção do que vem a ser uma raposa, traz um exemplo muito simples dos significados e atributos com os quais categorizamos as coisas ou pessoas, mas como, independente desses significados, elas continuam sendo elas mesmas:

[...] o valor simbólico da “raposa” nada deve ao sentido da palavra, e tudo ao que sabemos ou acreditamos acerca das raposas: a seu talento predador, a seu olhar, a sua pele, etc. O que importa, simbolicamente falando, não é o que são as raposas, mas o que sabemos, o que dizemos delas, o que acreditamos delas.

Nota-se que independentemente do que sabemos em relação à raposa, como ilustrado por Sperber (1974), ela continua a existir. Sua existência, sua forma, sua aparência física e suas necessidades intrínsecas serão sempre as mesmas, no entanto, ela representará diferentes coisas em diferentes sociedades ou grupos. A partir dessa compreensão quanto à generalidade

dos símbolos, é possível compreender que, embora eles façam parte da estrutura preexistente, também lhe são atribuídas nossas marcas e impressões quanto à sua representação. Essa ilustração se aproxima, e de certa forma facilita a compreensão acerca das possibilidades de percepção e elaboração com as quais Bourdieu (2002a; 2004; 2008a; 2008b; 2008c; 2009a; 2009b; 2009c) concebeu seu conceito de agente, bem como as relações que esses agentes estabelecem nos mais diversos campos, e influências sofridas por eles e ao mesmo tempo investidas nos campos em que estão inseridos.

Na obra de Bourdieu, o simbolismo foi percebido como uma forma velada de poder e de definição das verdades situacionais. Quem detém o poder sobre quem, raramente é algo sabido, já que o poder costuma se exercer simbolicamente, de forma sutil, mascarada. É o simbolismo que dá vida e existência aos fatos, de forma suntuosa, mas desconhecida da maioria daqueles que figuram na sociedade. Por meio do simbólico, a sociedade vai tomando forma, e ao mesmo tempo, permite aos agentes transferirem seus valores e crenças aos agentes de outras épocas ou outros campos, sem que aqueles que se encontram submetidos a tais valores e crenças tenham o conhecimento disso.

A partir das ideias propostas por Bourdieu (2009a), acerca do simbolismo e de todo processo envolvendo a produção e reprodução simbólica, é possível enriquecer os estudos organizacionais. Seu entendimento e seus conceitos a respeito das estruturas sociais são capazes de promover o debate sobre as estruturas e processos organizacionais, acirrando as discussões em torno dos temas envolvendo as organizações e a sociedade.

### **2.2.1 O Poder Simbólico**

A cultura dominante preenche uma função ideológica para legitimar uma ordem arbitrária. O motivo para isso é que a estrutura estruturada reproduz, sob a forma transfigurada e irreconhecível, a estrutura das relações socioeconômicas prevalecentes; e enquanto estrutura estruturante, a cultura produz uma representação do mundo social imediatamente ajustada à estrutura das relações socioeconômicas. Bourdieu (2009c) aponta que, desta forma, a estrutura e as relações passam a ser percebidas como naturais, vindo a contribuir para a conservação simbólica das relações de força vigentes. O autor alertou ao fato de que toda e qualquer dominação se reveste de uma problemática simbólica.

O poder simbólico é mais do que uma força ilocutória. Para Bourdieu (2009a), ele reside nos sistemas simbólicos, definindo-se numa relação determinada. Por meio dessa relação entre aqueles que exercem o poder e aqueles que estão sujeitos a ele, ocorre o enunciado construído sob certas circunstâncias e com certas intenções, ou seja, o locutor exprime estados psicológicos através do enunciado proferido, e busca validar ou legitimar uma determinada situação.

Para Bourdieu (2009c), a fixação de um consenso a respeito do mundo e a organização sobre ele, se explica por uma lógica necessária à permissão do domínio da cultura ao direito de propriedade em uma forma social dada, cumprindo uma função político ideológica de legitimação e sanção de um determinado regime de dominação.

A demanda por legitimação da classe dominante é satisfeita porque os intelectuais trabalham para oferecer uma doutrina de seu próprio privilégio. A imposição por legitimidade é uma forma acabada de violência simbólica, atenuada, que só pode ser exercida com a cumplicidade de suas vítimas e que pode dar a aparência de uma ação libertadora, invocada a partir do mais íntimo dos que a sofrem (BOURDIEU, 2008a).

Bourdieu (2009a) discorre sobre o poder simbólico como sendo uma forma transformada, irreconhecível, transfigurada e legitimada de outras formas de poder. Para o autor, trata-se de um equivalente, próximo a algo mágico, da força física ou econômica, que consegue fazer crer, fazer ver, confirmar ou transformar a visão de mundo, a ação sobre o mundo e, conseqüentemente, o mundo. É a forma mais cruel de exercer o poder, mais elaborada e estratégica, que muitas vezes, impede a reação dos que estão submetidos a essa força.

Para Bourdieu (2009b, p. 167), “o poder simbólico é o poder de fazer coisas com palavras”. E os mecanismos exercidos pela dominação estrutural são muito gerais, como os de mercado. O poder de nomear, por exemplo, dá nome ao inominável e torna-se um poder considerável. O fato de autorizar alguém a falar em nome do povo ou para o povo, constitui, por si só, uma força nas lutas internas de diferentes campos, uma força que varia conforme a autonomia do campo considerado. Quanto maior a autonomia, menor a força.

Bourdieu (2008b) assume que precisou criar a noção de campo de poder para dar conta dos efeitos estruturais que não poderiam ser compreendidos de outro modo, principalmente propriedades das práticas e das representações. Apenas a referência ao campo não permitiria



explicar inteiramente a dupla ambivalência em relação ao povo e ao burguês, isto é, entre os agentes de posições diferentes em um mesmo campo. Isso se torna inteligível, se forem consideradas as posições dominadas que os campos de produção cultural ocupam no espaço mais amplo.

O campo de poder é diferente dos outros, e faz-se como um espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital. Assim, dominam o campo correspondente e as lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital forem postos em questão, quando os equilíbrios estabelecidos no interior do campo, entre instâncias especificamente encarregadas da reprodução do campo do poder, são ameaçados (BOURDIEU, 2008b.)

A luta que faz a história do campo é a luta que temporaliza o campo, onde os dominantes prezam pela continuidade, identidade e reprodução e os dominados pela descontinuidade, ruptura, diferença e revolução. Em cada momento do tempo, em qualquer campo de luta, os agentes e as instituições envolvidas no jogo são ao mesmo tempo contemporâneas e temporalmente discordantes. As estratégias utilizadas em outros campos para assegurar a perpetuação de um poder carismático podem produzir todos os seus efeitos. O poder das palavras não reside nas próprias palavras, e sim nas condições que dão poder às palavras, proporcionando uma crença coletiva, em que o desconhecimento coletivo do arbitrário da criação de valor se consome através de determinado uso das palavras (BOURDIEU, 2008a).

A forma limite do que Bourdieu (2009b) chamou de performatividade é o efeito de oráculo, que permite ao porta-voz autorizado autorizar-se junto ao grupo que o autoriza para exercer uma coação reconhecida. Trata-se do exercício da violência simbólica sobre cada um dos membros isolados do grupo. Os atos de força, no domínio da violência simbólica, se traduzem em atos de forma. Nesse sentido, Bourdieu (2009b) indica que na análise linguística, pode-se fazer um instrumento de crítica política, já que a arte de falar é como uma ciência para o exercício do poder simbólico.

Epstein (1993) define o poder como algo correlato à competência, atual ou potencial, passível de ação ou produção de efeitos, podendo ser exercido por uma pessoa em relação à outra, por uma classe, por um partido, uma empresa, um sindicato ou um país. Embora pareça simples e fácil alcançar a compreensão do que venha a ser o poder, a definição de exercício do poder como sendo explicável pela simples situação de emissão e obediência a ordens ou mandatos

não é suficiente quando se observa as situações mais latentes, onde as ordens são menos concretas ou visíveis, porém não menos reais.

Essa dominação simbólica ocorre por meio de um processo de transmutação, onde diferentes espécies de capital são transformadas em capital simbólico. Esse trabalho de transfiguração e dissimulação garante a transubstanciação das relações de força. Ocorre então um movimento cíclico entre reconhecer e ignorar a violência que as relações de força encerram objetivamente, e transforma-a em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem visível dispêndio de energia (BOURDIEU, 2009a). Dessa maneira, é constituída uma espécie de jogo ilusório, onde ambos, dominado e dominante, nem sempre possuem a consciência do que estão experienciando.

Seguindo as colocações de Bourdieu (2009a), observa-se que nas relações de força simbólicas se reproduzem as relações de força objetivas. É a proporção do capital que define o poder dos agentes, ou seja, a proporção do capital que recebem de um grupo. Esse poder simbólico dá ao que o exerce, um crédito, ao mesmo tempo em que é creditado por ele, e existe porque quem está sujeito a ele crê em sua existência. Se o direito é a forma por excelência do poder simbólico, é porque nomeia e cria as coisas nomeadas, conferindo aos grupos e a realidade desses grupos, operações de classificação e permanência das coisas, por meio de uma instituição histórica capaz de conferir ao direito a forma do discurso atuante, capaz de produzir efeitos por sua própria força.

O mundo conhece as relações de força, os fenômenos de concentração de capital e poder, o monopólio, bem como as relações sociais de dominação que implicam a apropriação de meios de produção e reprodução.

Segundo Bourdieu (2008c), o poder simbólico permite a expressão do sofrimento, da decepção, da alegria e de todos os sentimentos associados aos tempos fortes do ciclo de vida de um grupo social. Possibilita a veiculação dos anseios, expectativas, identidades e outras formas de sinalizações comuns nos grupos que visam a afirmação de sua diferença, seja por meio do encantamento, seja por meio da definição dos mistérios da vida e do mundo.

Os papéis e as posições ocupadas são as formas objetivadas do conteúdo simbólico das relações. Bourdieu (2008a) cita, por exemplo, a objetivação operada pelo diploma ou pelas formas de poderes credenciais, como sendo espécies escritas de qualificação, capazes de

conferir autoridade. A partir desses meios, são firmadas relações de poder e dependência, instaurada na objetividade dos diplomas e cargos, garantidos e definidos do ponto de vista social.

Os mecanismos de objetivação apresentam dupla eficácia: a instauração de relações duradouras de dominação e a dissimulação de tais relações. Quanto mais dependente dos mecanismos objetivos que servem aos dominantes for a reprodução das relações de dominação, sem que eles tenham necessidades de se servir de tais mecanismos, mais indiretas serão as estratégias objetivamente orientadas em direção à reprodução. Conforme assinala Bourdieu (2008a, p. 204), o ocupante da posição que se privilegia com o poder só pode obter “[...] uma dedicação duradoura a seus interesses na medida em que o associa completamente a tais interesses, a ponto de ocultar, negando-a simbolicamente em todos os seus comportamentos, a dissimetria da relação que o une [...]” ao agente de posição relativamente inferior.

O poder que a palavra garante, é um poder de impor uma nova visão e uma nova divisão do mundo social, consagrando um novo limite. O poder sobre o grupo que se pretende fazer existir é o de fazer um grupo, impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, em uma visão única de identidade, uma visão idêntica de sua unidade. Para Bourdieu (2008c), qualquer enunciado sobre uma região serve ao argumento que favorece ou desfavorece o acesso da região ao reconhecimento e à existência. Essa ação faz e desfaz grupos, e as ações coletivas desses grupos pode estrear transformações do mundo social conforme seus interesses, reproduzindo ou destruindo representações que explicitam esses grupos perante eles próprios e os demais.

Cada relação de poder particular é um produto de estratégias complexas, em que a eficácia depende de força material, simbólica, e da habilidade das partes envolvidas, para mobilizar o grupo, suscitando a contribuir ou indignar-se (BOURDIEU, 2008a). Em outras palavras, é preciso que haja consenso para que o exercício do poder seja viável, seja no sentido de se deixar dominar ou resistir à dominação. É preciso que haja a complacência mútua para que qualquer ação instigada pelo exercício do poder seja realizável.

Os dominantes partidarizam-se do consenso, como um acordo fundamental para o sentido do mundo social, convertido em mundo natural, ou como coloca Bourdieu (2008c), *dóxico*, em que o fundamento é o acordo em torno dos princípios de divisão. Em contrapartida, os

dominados tomam partido do discurso e da consciência, porque só podem se constituir em grupo separado caso se mobilize e mobilize a força que detém em estado potencial, na condição de questionarem as categorias de percepção da ordem social que são o produto dessa ordem e que lhes impõe o reconhecimento delas por meio da submissão.

O ponto de vista particular dos dominantes é a *doxa*, que se apresenta e se impõe como ponto de vista universal, mas não passa do ponto de vista dos dominantes, que inculcam nos dominados como sendo um ponto de vista universal, dominando o Estado e constituindo seu ponto de vista como universal por meio da criação do Estado. A construção do monopólio do poder físico e simbólico exercido pelo Estado é uma construção inseparável da do campo de lutas pelo monopólio das vantagens vinculadas a esse monopólio. A unificação e universalização relativa, associada à emergência do Estado têm em troca, a monopolização por alguns dos recursos universais que produz e procura (BOURDIEU, 2008b).

A dinâmica dos campos se constitui de uma história estrutural que encontra em cada estado da estrutura, o produto das lutas anteriores, no intuito de transformar ou conservar a estrutura, e o princípio das tensões, das relações de força que a constituem, das transformações futuras. Bourdieu (2009b) relata que na França, até os anos 60 do século passado, os operários não tinham o ensino secundário, mas passam a ter a partir desse período porque com a obrigatoriedade da formação, e com a possibilidade de perderem suas posições, era necessário que tivessem o mínimo de instrução. Esse exemplo, colocado pelo autor, demonstra o poder do Estado em instituir um novo nível de formação para essa ou aquela posição social.

O Estado impõe, por meios formais de educação e formação, o princípio de visão e de divisão legítimos em matéria de representação figurada no mundo, um *nomos* que rege a produção de imagens legítimas. Trata-se de um princípio que é uma dimensão fundamental da visão e divisão legítimas, onde o Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima, possui o poder para impor o que quiser nos limites de sua alçada. É a maneira de um banco central que o Estado cria os criadores, garantindo o crédito ou a moeda fiduciária que representa o título de trapaceiro autorizado (BOURDIEU, 2009a).

Nas concepções de Bourdieu (2008b) o Estado é um *x* que precisa ser determinado, que reivindica o monopólio do uso legítimo da força e da violência física e simbólica, em território determinado e sobre a população correspondente. Ao exercer uma violência

simbólica, o Estado se encarna na objetividade, sob a forma estrutural de mecanismos específicos e sob a forma de estruturas mentais, de esquemas de percepção e de pensamento.

É do processo de concentração de diferentes tipos de capital<sup>13</sup> que resulta o Estado, detentor de uma espécie de metacapital com poder sobre os outros tipos de capital e sobre seus detentores. Essa concentração de capitais leva à emergência de um capital específico, propriamente estatal, que permite ao Estado exercer um poder sobre os diversos campos e sobre os diferentes tipos específicos de capital, e em especial sobre as taxas de câmbio entre esses capitais. Para Bourdieu (2008b), a construção do Estado se iguala à construção do campo de poder, percebido por ele como espaço de jogo no interior do qual os detentores de capital lutam pelo poder sobre o Estado, ou seja, sobre o capital estatal que assegura o poder sobre diferentes tipos de capital e sobre sua reprodução.

Foi destituindo os concorrentes internos dos instrumentos da violência física e do direito de exercê-la que o Estado pôde assegurar progressivamente o monopólio da violência. O crescimento das despesas de guerra, por exemplo, está intimamente relacionada com o surgimento dos impostos no século XII, e o Estado, que dispunha de meios de impor e inculcar princípios duráveis de visão e de divisão, de acordo com suas próprias estruturas, se fez como lugar por excelência, de concentração do exercício do poder simbólico (BOURDIEU, 2008b).

De acordo com Bourdieu (2008b), através do Estado, passa-se de um capital simbólico difuso, apoiado apenas no reconhecimento coletivo, para um capital simbólico objetivado, codificado, delegado e garantido pelo Estado, burocratizado. É o Estado que, ao agir como uma espécie de banco de capital simbólico, garante os atos de autoridade, atos arbitrários que não são vistos como tais, atos de impostura legítima. O Estado permite que o presidente da república se torne presidente da república, mas diferente do louco que se toma por essa ou aquela propriedade, o presidente é reconhecido como autorizado a fazê-lo.

Bourdieu (2008b) observa que nas sociedades ocidentais, o Estado contribui significativamente para a produção e reprodução dos instrumentos de construção da realidade social. Como estrutura organizacional e instância reguladora das práticas, o Estado exerce permanente ação formadora de disposições duradouras e, através dos constrangimentos e

---

<sup>13</sup> Bourdieu (2008b) considera para a origem e a manutenção do Estado, é necessária a concentração de capitais como a força física e o direito de empenhá-la, instrumentos explícitos e implícitos de coerção, capital econômico, cultural, informação e capital simbólico.

disciplinas corporais e mentais, impõe-se uniformemente ao conjunto de agentes. É por meio desse enquadramento que o Estado instaura e inculca formas e categorias de percepção e de pensamento comuns, quadros sociais de percepção, compreensão ou memória, estruturas mentais, formas estatais e classificação, criando assim, as condições de uma orquestração imediata de *habitus*, que é o fundamento de um consenso sobre esse conjunto de evidências compartilhadas, constitutivas do senso comum.

As personagens oficiais devem trabalhar, sem cessar, para vitimar seu ponto de vista particular ao ponto de vista da sociedade, ao menos para construir seu ponto de vista como ponto de vista legítimo, universal. De acordo com Bourdieu (2008b), esses universais sociais tendem a oferecer, em diferentes graus, lucros materiais ou simbólicos de universalização, que os universos como o campo burocrático, exigem com maior insistência à submissão ao universal, sendo especialmente favoráveis à obtenção desses lucros.

Não se espera que os agentes sociais se conformem perfeitamente, mas que ajam em conformidade, mostrando sinais visíveis de que respeitariam as regras, caso pudessem. A dominação simbólica está apoiada no desconhecimento e no reconhecimento dos princípios em nome dos quais ela se exerce. Segundo Bourdieu (2008b), um dos efeitos da violência simbólica é a transfiguração das relações de dominação e submissão em relações afetivas, a transformação do poder em carisma ou em encanto adequado a fazer nascer um encantamento afetivo.

A capacidade dos dominados em operar a revolução simbólica, constitui-se como condição de reapropriação da identidade social da qual foram expropriados pela aceitação das taxonomias dominantes. Quanto maior a capacidade de revolução, maior a força de subversão e a competência crítica acumulada durante as lutas anteriores, e quanto mais forte a consciência, mais provavelmente se definem positivamente (BOURDIEU, 2008c).

Para Bourdieu (2008c), todos os discursos ideológicos contêm a violência simbólica, que acaba se exercendo quando consegue fazer com que seus destinatários tratem tal discurso como requer ser tratado. Dada produção ideológica é bem sucedida na medida em que for capaz de desqualificar qualquer um que vislumbre reduzi-la à sua verdade objetiva.

Seguindo o desenvolvimento da ideias de Bourdieu (2008b), percebeu-se que as forças implicadas nas lutas e a orientação conservadora ou subversiva dependem da taxa de câmbio

entre os tipos de capital, ou seja, do que as lutas visam conservar ou transformar. A dominação não se faz como um efeito direto e simples da ação exercida por um conjunto de agentes investidos do poder de coerção. Trata-se de um efeito indireto de um complexo conjunto de ações originadas na rede cruzada de limitações que cada dominante, dominado pela estrutura que lhe possibilita a dominação, sofre de parte de todos os outros.

A violência simbólica é tênue e desconhecida, somente podendo ser exercida sob a forma dissimulada, em que os modos de dominação não se utilizam de força física e brutal, mas exploram o caráter arbitrário e mágico das representações coletivas. Para exercer a violência simbólica, é preciso buscar compreender a lógica de funcionamento das relações sociais, as formas de manutenção das estruturas objetivas e subjetivas do social. Sob a ótica de Bourdieu (2008a), observou-se que do lado dos dominantes, todas as estratégias essencialmente defensivas visam conservar a posição ocupada, portanto, perpetuar o *status quo*, mantendo e fazendo durar os princípios fundamentais à dominação.

A violência simbólica é mais presente na medida em que é mais mascarada, já que a violência aberta esbarra na reprovação coletiva. Essa violência branda exige de quem a exerce, o cumprimento de seus deveres; trata-se de uma violência muito mais custosa para aquele que a exerce. Desse modo, os agentes se tornam possuidores também no ato de doar-se. E por meio da alquimia social, relações arbitrárias são transformadas em relações legítimas. Nesse sentido, Bourdieu (2008a) atribui às estruturas de troca a funcionalidade de máquinas ideológicas.

Conforme Bourdieu (2009a; 2008a), em uma dinâmica onde um grupo dominante institucionaliza sua autoridade, sem conflitos, é permitido que o poder seja exercido de modo invisível, porém sentido. Assim, tem-se os sistemas simbólicos como uma maneira perversa de dominação, capazes de operar de forma sistemática e consistente o processo de favorecimento e cumprimento aos interesses de uns, em detrimento aos interesses e necessidades de outros. Nesse sentido, ao se pensar na diversidade de formas de dominação exercidas na sociedade moderna, seja por meio da distinção (BOURDIEU, 2008a), da arte (BOURDIEU, 2008b) ou da política (BOURDIEU, 2009a; 2009c), fica clara a argumentação do autor acerca do caráter universal dos sistemas simbólicos, capazes de se repetir, mesmo que sob o véu da particularidade, nas mais diversas organizações sociais.

Os dominantes são distintos quando nascem em uma posição distinta positivamente, com *habitus* de natureza socialmente constituída, que se ajusta de imediato às exigências imanentes do jogo, afirmando sua diferença sem ser necessário querer fazê-lo. Isso ocorre, segundo Bourdieu (2009b), com a naturalidade da marca da distinção, bastando aos agentes que possuem essa marca, ser o que são, naturalmente distintos daqueles que não podem fazer a economia da busca pela distinção.

O fato de alguém se considerar diferente do que realmente é, faz com que o usurpador do poder não seja um cínico calculador que engana conscientemente o povo, e cria o que Bourdieu (2009b) definiu como impostura legítima.

Nesse contexto envolvendo as regras do poder e da dominação simbólica, Bourdieu (2009a) alertou que à ciência só resta tentar estabelecer a verdade dessas lutas no interior do campo, pela verdade apreendendo a lógica objetiva segundo a qual são determinadas as estratégias e as vitórias. Deve-se, por meio da ciência, produzir representações e instrumentos de pensamento que aspirem à universalidade, mesmo que com desigualdade de êxito nos diferentes campos.

Bourdieu (2009a) afirma que é preciso saber descobrir o poder onde ele se deixa ver menos, onde ele é ignorado, pois o poder simbólico, esse poder invisível, exercido com a cumplicidade dos que não querem saber que estão sujeitos, tem o poder da construção e realização, tende a estabelecer uma ordem baseada em fundamentos do conhecimento. Esse fenômeno permite à cultura dominante, contribuir para a integração real da classe dominante e para a integração fictícia da sociedade em seu conjunto, promovendo uma falsa consciência. Ocorre assim, uma desmobilização das classes dominadas, legitimando a ordem estabelecida por meio do estabelecimento e legitimação de distinções.

### **2.2.2 O Poder e o Campo Político**

A intenção de abordar nesse tópico um pouco sobre o campo político ocorreu no sentido de compreendê-lo como sendo importante à compreensão de todos os outros campos, já que as determinações dos mais variados campos, partem, muitas vezes, das decisões, motivações e determinações fundamentadas no campo político. É nesse espaço social que muitas vezes as decisões mais arrebatadoras socialmente são tomadas, afetando a vida de muitas pessoas, de muitas classes, de muitos campos.



Trata-se de um campo com capital específico, o capital político. Ao contrário das outras formas de acumulação, no geral com certo grau de controle, o capital político é por si só um princípio de diferenciação (BOURDIEU, 2008b). Aqui é o lugar onde são gerados, a partir da concorrência entre os agentes, os produtos políticos, os problemas, os conceitos e as prioridades, e o que define essa produção é a posição dos agentes, ou seja, a posição que o capital político conferiu a esses agentes.

A representação que o agente do campo político adquire por meio das lutas que se desenrolaram no campo e também fora dele, tem suas características fundamentadas na história. Essa representação pode explicar as diferenças que separam, e ao mesmo tempo instituem o poder dos agentes políticos, como porta-vozes autorizados do campo, dotados de plenos poderes para falar e agir em nome do grupo e sobre o grupo. Assim, por meio da palavra, o agente personifica o Estado e dá a palavra de ordem (BOURDIEU, 2009a).

Para Bourdieu (2009a), dados os privilégios que existem entre os agentes do campo político em relação aos diversos outros campos, é importante proceder à crítica da razão política, que no fazer valer das oportunidades de sua posição, recorre constantemente aos abusos de linguagem, que se tornam abusos de poder. Os oradores políticos se valem dos discursos para falar em nome de outros campos e outros agentes como se evocassem espíritos, numa dinâmica simbolicamente exibicionista e manipuladora, utilizando-se de um aparato teatral para conquistar daqueles em nome dos quais poucas vezes falaram novamente, a autorização da utilização de seus atributos e características.

A tomada de posição política em determinados momentos são produto de um encontro promovido pela oferta política de opiniões políticas objetivadas e uma procura política ligada à história das relações políticas. Essa história exprime as tomadas de posição sobre os problemas políticos em questão no momento do conflito. As posições sociais dos agentes do campo político, por sua vez, precisam ser observadas a partir da análise das classificações e dos critérios utilizados pelos votantes para realizarem suas escolhas (BOURDIEU, 2009a).

O campo político não se constitui um império. Ao perceber o campo político como um espaço de força e de lutas que objetivam a transformação da relação de forças estruturantes do campo em um dado momento, os efeitos e necessidades externas são por ele sentidos (BOURDIEU, 2009a). A pressão externa depende da relação estabelecida entre mandantes e mandatários. A

relação, no entanto, é assimétrica, determinada pela distância que o dominante possui em relação ao dominado, ao ter acesso diferenciado à produção política.

Algumas atividades distintas das atividades políticas, como a publicidade, as áreas da saúde, o jornalismo e mesmo o mercado da moda, contribuem para a manutenção da ordem simbólica. É o que Bourdieu (2008a) chama de conluio inconsciente de contribuição para a manutenção da existência de padrões e complexos causados pela não conformidade junto a esses padrões.

As formas de manipulação política se diferem das outras formas de manipulação, mais ou menos controladas. Os detentores do capital escolar são mais inclinados à impaciência e à revolta contra os privilégios dos detentores do capital político. São os mais capacitados a se utilizar da nomeação de seus saberes para atingir profissões de fé ou meritocráticas fundamentais na legitimação reivindicada por ela. No entanto, Bourdieu (2008b) descreve que mesmo entre esses intelectuais que se dizem sonhar com o socialismo verdadeiro, há aqueles que estabelecem verdadeiras alianças com a dominação política, apelando ao capitalismo comum para recusar satisfações imediatas em prol de uma economia liberal tocada pela ação de Estado e pelos movimentos sociais, garantindo-lhe suas posições.

Conforme discorre Bourdieu (2009a), o capital político pode ser adquirido por meio do conhecimento que o agente tem da realidade dos campos em que ele pretende angariar votos. No campo político, os agentes se utilizam muito veementemente dos recursos advindos das manobras discursivas. Mais uma vez, existe a apropriação dos recursos conquistados por meio da posição e dos relacionamentos estabelecidos pelo agente para se beneficiar do que a estrutura proporciona aos melhor posicionados no espaço social.

Para Bourdieu (2009a), o campo político é o lugar onde são gerados todos os produtos políticos, os problemas, os programas, as análises, os conceitos e muitas outras coisas das quais os cidadãos comuns são apenas consumidores. Quanto mais distantes esses cidadãos estiverem do lugar de produção, mais suscetíveis estarão aos erros na escolha entre os concorrentes políticos, fazendo suas escolhas com grandes probabilidades de mal entendidos. Essa separação entre o campo de produção política e o conhecimento do cidadão comum firma o poder daqueles que estão na posição de produtores em relação aos cidadãos comuns.

Tanto religião quanto política extraem seus efeitos ideológicos das possibilidades encerradas na polissemia inerente à onipresença social da língua legítima. Em uma sociedade

diferenciada, uma palavra comum recebe significações diferentes e antagônicas. Os membros da mesma comunidade lingüística mal ou bem utilizam a mesma língua, mas praticam sentidos com efeito de distinção (BOURDIEU, 2008c).

Os agentes que fazem parte do mundo social e têm conhecimentos desse mundo, podem agir sobre ele por meio da ação sobre o conhecimento e, conseqüentemente, possibilitam a ação propriamente política. Conforme sinaliza Bourdieu (2008c), a política, a rigor, começa pela denúncia de um contrato tácito de adesão a uma ordem estabelecida que define a *doxa* originária e a subversão política pressupõe uma subversão cognitiva, uma conversão da visão de mundo.

Grande parte dos problemas ditos sociais são apenas produtos da circulação de informações que correm em círculos, entre jornalistas, que contribuem para a ordem dominante que mais lhes apetece (BOURDIEU, 2004). A disposição de políticos, no campo político, se deve à filiação partidária e também ao estatuto que lhe cabe nesse partido, resultante de sua notoriedade local ou nacional (BOURDIEU, 2009a).

O conhecimento do mundo social e das categorias que o tornam possível é, por excelência, o jogo político ao mesmo tempo teórico e prático, pelo poder de conservar ou de transformar as categorias de percepção desse mundo. Os discursos políticos são tocados de duplicidade estrutural, onde se aparentam diretamente destinados aos mandantes, mas na realidade são dirigidas aos concorrentes no campo. Para Bourdieu (2009a), as tomadas de posição sobre determinado problema político está correlacionada às posições no espaço social, e pode ser compreendida ao se notar as classificações utilizadas pelos votantes para fazerem sua escolha.

Bourdieu (2009a) traz definições como a dos produtos oferecidos pelo campo político, que para o autor são como instrumentos de percepção e expressão do mundo social. Deste modo, a distribuição das opiniões em uma população irá depender dos instrumentos de percepção disponíveis e do acesso permitido aos diferentes grupos em relação a esses instrumentos, conforme as determinações do grupo dominante. Ao recorrer à obra de Maquiavel (2004), é possível notar que suas indicações sobre a manutenção e conquista do poder se pauta nas mais diversas formas simbólicas de conquistar a confiança do povo. Essa ideia retrata claramente as manobras possibilitadas por meio dos sistemas simbólicos para conseguir o apoio da classe dominada e, conseqüentemente, fixar o poder sobre ela.

A concorrência entre os agentes que se encontram envolvidos no campo político, gera produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estado de consumidores, devem escolher, sob o risco de mal-entendidos maiores quanto mais afastados estiverem do lugar de produção. A concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é menos contrariada quando há mais despossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política (BOURDIEU, 2009a).

Os instrumentos de percepção e de expressão do mundo social são oferecidos pelo campo político, onde a distribuição das opiniões depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis, bem como do acesso que os diferentes grupos têm em relação a esses instrumentos. Bourdieu (2009a) atesta que por meio do campo político se exerce um efeito de censura, limitando o universo daquilo que é pensável politicamente ao espaço finito dos discursos suscetíveis de serem produzidos ou reproduzidos nos limites da problemática política como espaço de tomada de posições realizadas no campo.

Em política, dizer é fazer crer que se pode fazer o que se diz e dar a conhecer e fazer reconhecer os princípios de divisão do mundo social, onde as palavras de ordem produzem sua própria verificação ao produzir grupos e, conseqüentemente, uma ordem social. Bourdieu (2009a) sustenta que o discurso irresponsável na boca de certo agente poderia ser uma previsão razoável na boca de outro, abastado de capital político, em forma de capital simbólico, ou seja, de crédito firmado na crença e no reconhecimento, nas inúmeras operações de crédito pelas quais lhes são conferidos os próprios poderes que faz com que os demais agentes lhe reconheçam.

Assim como os símbolos, os discursos adquirem poder, eficácia e função no meio social, isto é do contexto onde ocorrem (SCHNEIDER, 2004). É na vida cotidiana possibilitada pela estrutura que o discurso ganha vida e poderes. Para compreender a verdadeira essência de um discurso simbólico, é importante que se considere a dinâmica na qual ele está fundamentado, quais são os verdadeiros interesses que ele suscita, quem são os interlocutores e quem ocupa a posição de ouvinte. Em sua grande maioria, os discursos são portadores de muito mais coisas ou argumentos do que a aparência lhes atribui a princípio.

O surgimento de grupos reivindicatórios, bem como a motivação para a subversão às determinações estruturais, podem muitas vezes se disseminar no campo político. Esses grupos

ou movimentos podem estruturar um novo campo e conseqüentemente, criar novas posições, estruturar novos *habitus* e estabelecer novas *doxas*. As deliberações do campo político certamente estão ligadas as ocorrências de muitos outros campos, portanto, trata-se de um campo peculiar, e também cheio de signos a serem desvendados.

### **3 USINAS HIDRELÉTRICAS: A TRANSFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL**

#### **3.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL**

A grande transformação na matriz energética que se estabeleceu no mundo, sob a luz do discurso capitalista modificou não apenas o cenário econômico, mas também exerceu influências na vida de pessoas e de comunidades, bem como alterou todo o cenário ambiental onde se instalam as usinas geradoras de energia, as plataformas exploradoras de petróleo, os campos onde se cultivam as matérias primas para o biodiesel e assim por diante. Essa dinâmica da produção de energia tomou o espaço das áreas antes produtoras de alimentos, e ainda assim é responsável pelo progresso da indústria e, conseqüentemente, da economia global.

Com as instalações das usinas hidrelétricas, ocorreram expropriações de muitas famílias. Comunidades ribeirinhas inteiras foram expulsas de suas casas. Entre elas estavam pecuaristas, pequenos produtores rurais sitiantes, chacareiros, pescadores, indígenas e agropecuaristas. É comum que nessas situações, as pessoas lesadas sejam indenizadas e muitas delas foram não apenas indenizadas como também reassentadas em diferentes módulos urbanos e rurais. Mas nem sempre em condições satisfatórias (SILVA, 2004).

Segundo Silva (2004), esses impactos ambientais, descritos como um processo de caráter também social, são permanentes e irreversíveis, de grande magnitude e relevância, já que os núcleos urbanos são totalmente atingidos. Além de afetar os núcleos urbanos com seus alagamentos, a formação desses reservatórios afeta principalmente os assentamentos rurais, alterando toda a rede urbana regional e modificando a vida e as formas de produção locais, provocando inclusive, a evasão regional.

Um dos grandes problemas apontados por Silva (2004) é que esses assentamentos providenciados para receber as famílias afetadas pelas barragens diferem em estrutura e conteúdo do lugar onde viviam. As práticas econômicas agora impostas em nada se parecem com aquilo que faziam antes de saírem das barrancas do rio. A vida muda de tal forma para esses reassentados que muitos deles sentem-se desamparados e consideram-se em uma situação de mendicância.

Para Violante (2009), o sustento desses moradores é ameaçado pelas alterações ambientais que os grandes empreendimentos hidrelétricos provocam, seja por meio das instalações das usinas ou mesmo por meio das unidades de conservação que os impedem de plantar, criar animais ou mesmo ampliar suas próprias residências. Segundo o autor, os peixes antes abundantes passam a ser raros, e com o fechamento das comportas, cria-se um obstáculo artificial que impede os peixes de subir o rio. Essas alterações provocam, conseqüentemente, a perda substancial de renda por parte das famílias de pescadores.

O nível da água também impacta de forma negativa o seu sistema de captação e distribuição, causando conseqüências no sistema doméstico de abastecimento de água por poços e esgotamento sanitário por fossas, devido à elevação do nível freático. Os diferentes enfoques nas diversas pesquisas sobre os megaempreendimentos hidrelétricos e os impactos que deles resultam, demonstram que o dano ambiental e socioeconômico é irreversível, e o que se questiona é o descumprimento da legislação ambiental por parte dessas organizações (SILVA, 2004).

Lopes (2002), ao estudar um assentamento que congrega cerca de mil e quinhentas famílias reassentadas, fala das dificuldades enfrentadas pelos assentados, ao lidarem com os problemas advindos da instalação da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, a responsável pelo abastecimento de energia elétrica para toda a região sudeste do país. Os conflitos resultantes desse processo advêm de duplos interesses: de um lado, a questão de sustento dos assentados; e de outro, os interesses econômicos por trás do empreendimento gerador de energia para a região do país mais bem posicionada economicamente.

Para Silva (2004), esses impactos causados pelos empreendimentos gigantescos e as questões socioambientais envolvendo a geração de energia, só vem trazer à tona o fato de que não se deve conceber a questão ambiental separadamente da questão social. A transformação da natureza e a organização social são instâncias interativas na relação sociedade-natureza. O homem, bem como a sociedade e a natureza vivem em condições de constante dependência e interação. Deste modo, não é possível que se provoque transformações ambientais sem que ocorram transformações nos espaços sociais.

A instalação da primeira usina hidrelétrica brasileira ocorreu em 1883, na cidade de Campos, Rio de Janeiro. No entanto, apenas no ano de 1888 é que foi instalada a primeira usina hidrelétrica brasileira para fins públicos. Esses primeiros empreendimentos, no entanto, não

contavam com grande sofisticação e o fato do país não dispor de nenhum fabricante de máquinas térmicas contribuiu para que o desenvolvimento nesse segmento tardasse (OLIVEIRA, 2003).

De acordo com Oliveira (2003), foi a partir da Primeira Guerra Mundial que o Brasil passou a ter possibilidades de investir mais na implantação de usinas hidrelétricas. A falta de recursos para a exploração do setor energético levou a exploração por empresas particulares inicialmente. Assim, o governo passou então a oferecer incentivos às empresas que se interessassem em se instalar no Brasil. Com esse movimento em prol da geração de energia, necessária ao desenvolvimento industrial, em 1930, segundo autores como Oliveira (2003) e Cunha (2009), o Brasil já contava com 541 usinas hidrelétricas.

Servindo de apoio ao projeto de industrialização brasileira, as grandes hidrelétricas tornaram-se um meio de expansão para a disseminação de novas técnicas produtivas (BORTOLETO, 2001). A industrialização cada vez mais emergente em todo o mundo exigia que o país se adaptasse à tendência econômica voltada ao consumo. O governo brasileiro decidiu então investir mais fortemente no setor elétrico e adquiriu imensas dívidas no exterior para financiar o tão desejado progresso.

Entre as ações do governo brasileiro para a produção de energia elétrica em massa, estava a criação da Companhia Hidrelétrica de São Francisco e logo em seguida a usina de Paulo Afonso. Na década de 1950 foram criadas usinas hidrelétricas no estado de Minas Gerais e as centrais elétricas de Furnas. Na década de 1960 houve a união das centrais elétricas do Rio Pardo, Paranapanema e Urubupumbá, formando então as Centrais Elétricas de São Paulo, a CESP (OLIVEIRA, 2003).

Segundo Bortoleto (2001), todo esse processo de modernização da produção de energia elétrica no Brasil provocou efeitos nos setores econômicos, e que não eram os esperados e ditos pelo progresso. As instalações das hidrelétricas, além de deixarem o país com uma dívida externa gigantesca, também traziam problemas às regiões receptoras. O rápido desenvolvimento no setor elétrico proporcionou um grande número de instalações de usinas hidrelétricas, que se deu a partir da criação ELETROBRÁS (Centrais Elétricas Brasileiras S/A), em 1962.



Zaar (2000) relata que no ano de 1967 os governos do Brasil e do Paraguai instituíram a comissão técnica para o estabelecimento de critérios para o grande projeto que estava para ser empreendido em conjunto. Em 1970 foi celebrado o convênio de cooperação entre a ELETROBRÁS - do Brasil, e a Administração Nacional de Eletricidade - ANDE - do Paraguai. Foi previsto nesse acordo a formação de um comitê executivo que atuaria sob a supervisão da ELETROBRÁS e da ANDE e foi instituído um controle técnico e administrativo para o estudo que avaliaria as potencialidades técnicas e econômicas do potencial hidrelétrico do Rio Paraná no espaço da fronteira entre os dois países.

Após avaliação técnica, foi assinado em 1973 o tratado entre Brasil e Paraguai para o aproveitamento dos recursos do rio e criada uma organização binacional, chamada Itaipu. Surge então, no cenário nacional, o mais ilustre dos empreendimentos do setor energético brasileiro, uma das maiores usinas do mundo. Nascimento (2006) argumenta que nesse período o Brasil experienciava a ocupação territorial e desfrutava de visibilidade para o Estado e os grandes projetos de investimentos. Conforme Sousa (2008), a década de 70 teve como uma de suas principais características, os investimentos de grande porte, com parte significativa direcionada a infraestrutura energética.

Para Zaar (2000), essas diretrizes de desenvolvimento eram voltadas ao incremento das forças produtivas e incentivava o incentivo ao aumento das exportações, ampliação do parque industrial brasileiro e a entrada de capital transnacional e, para tanto não se poderia continuar oferecendo o mesmo a mesma quantidade de energia. O autor argumenta que a falta de petróleo suficiente e dependente da importação exigia que o Brasil encontrasse uma fonte de energia alternativa. Esse foi então o ponto de partida para ampliar o potencial hidroenergético do país, e os projetos de grandes complexos hidrelétricos começaram emergir nos rios brasileiros.

A intensificação do surgimento de um grande número de novas usinas hidrelétricas para a geração de energia por volta do ano de 1973, Nascimento (2006) conta que esse fator fez surgir a Itaipu Binacional, projeto viabilizado pelo Tratado de Itaipu. Esse tratado contemplava a associação entre Brasil e Paraguai e tinha o objetivo de utilizar o potencial hídrico da bacia do rio Paraná. Para o autor, devido ao relevo acidentado e as quedas d'água, foi escolhido para o empreendimento um espaço que compreendia deste a região de Guaíra até a região de Foz do Iguaçu, pois o Rio Paraná possuía uma vazão estável que facilitava a fixação da barragem.

Itaipu está instalada na região sul do Brasil, o estado do Paraná, situa-se entre as cidades de Foz do Iguaçu, no território brasileiro, e Ciudad del Leste, no território paraguaio. Nascimento (2006). Trata-se de uma região conhecida como a costa oeste do Paraná e somente foi constituída fisicamente a partir da formação do lago de Itaipu, em 1982. A construção da usina levou um período de 18 anos para ser efetivada, o que ocorreu entre os anos de 1973 e 1991. Somente em 1975 suas obras iniciaram de fato e a produção energética ocorreu a partir de 1983. E em 1991 foram concluídas as obras de instalação das 18 unidades geradoras, entregues três anos mais tarde do que o previsto.

Para Sousa (2008), foi a partir daí que o Brasil se destacou como um dos países de terceiro mundo que mais aplicou recursos individualmente em empreendimentos de infraestrutura. Segundo o autor, esse empreendimento brasileiro promoveu uma autêntica mudança na economia brasileira e a produção do espaço a partir das obras de inundação promoveu atividades econômicas variadas. As características sociais e territoriais resultantes desse processo foram apropriadas pelos governos municipais e estadual, que se utilizaram das circunstâncias para se promoverem politicamente.

Nascimento (2006) relata que a barragem de Itaipu é considerada uma grande obra da engenharia moderna e se encontra entre as sete principais obras de mesmo gênero. Trata-se de um projeto com características muito particulares no cenário hidroenergético, com dimensões grandiosas e um vertedouro com uma das maiores vazões do mundo, podendo chegar a 62.200m<sup>3</sup> por segundo. De acordo com o autor, a Itaipu é uma das maiores usinas do mundo, tanto em produção quanto em potência instalada e se comparada às demais usinas hidrelétricas, é um dos mais importantes exemplos do que o homem é capaz de modificar a natureza com obras que ele acredita ser em seu favor.

No entanto, Nascimento (2006) afirma que obras como essas não são apenas fonte de progresso e melhoria para a humanidade, mas também estão calcadas em impactos negativos e irreversíveis ao meio natural. Para Sousa (2008), a inundação da vasta área criou e recriou uma identidade regional e definiu novas condições de existência. A nova região fundada na instalação da hidrelétrica passou a ter na paisagem visual, conforme sugerem os governantes, um elemento básico para ser explorado como atrativo turístico. Essa paisagem mercadoria atraiu e moveu a regionalização e delimitou ao mesmo tempo em que criou atividades econômicas diferenciadas.

Essa expansão, no entanto, não ocorreu de forma planejada, pois não se pensou na amplitude dos impactos que poderiam ser causados em longo prazo. Naquela época, só foram objetivados os ganhos que se poderiam alcançar a curto e médio prazo. E mesmo quando se considerava algum prejuízo, prevalecia a ideia de que os benefícios seriam muito maiores para o país do que os possíveis efeitos negativos advindos do processo de produção de energia elétrica (BORTOLETO, 2001).

Atualmente, o Brasil se encontra entre os maiores produtores de energia hidrelétrica do mundo. A International Energy Agency – IEA (Agência Internacional de Energia) traz em seu último levantamento, que o Brasil se encontra na terceira posição em produção mundial de energia hidrelétrica, é o segundo país em suprimento de energia doméstica por meio de energia hidrelétrica, e o terceiro em capacidade de geração de energia (INTERNATIONAL ENERGY AGENCY, 2010).

Esse posicionamento do Brasil no ranking dos produtores de energia hidrelétrica fez com que ele continuasse alçando outros vãos. Hoje, o grande projeto brasileiro para a expansão da produção de energia é a implantação da Usina de Belo Monte. Com a crise energética sofrida no início dos anos 2000, o Brasil retomou dois megaprojetos na Amazônia, o complexo Rio Madeira e a Usina de Belo Monte. Segundo Switkes (2005), a Procuradoria Geral entrou com pedido de reconsideração do projeto, solicitando ao Congresso Nacional a realização de novos estudos acerca dos possíveis impactos, pois segundo a Procuradoria, as comunidades indígenas, principais afetadas pelo alagamento provocado pela barragem, não foram consultadas como prevê a Constituição Federal.

Essa nova análise requerida pela Procuradoria, de acordo com Sevá (2004), deveria ser mais pormenorizada e revelaria alguns pontos que justificariam a proposta de cancelamento de Belo Monte. Para o autor, o resultado revelaria que, mais uma vez na história dos rios brasileiros haveria uma alteração que transformaria radicalmente a vida do povo ribeirinho. A obra do tipo militarizada transformaria radicalmente a vida das pessoas no que se refere às suas atuais atividades. Sevá (2004) afirma que o projeto, tocado por grandes empreiteiras, permitira que apenas a hidrelétrica possuísse um poder político e fundiário jamais vistos.

Esse projeto se deu em uma época onde os grandes empreendimentos sofreram uma redução, pois a instabilidade econômica no início dos anos 90 promoveu a retração dos investimentos estatais, e houve um processo de reflexão e reorientação dos recursos financeiros. Reid (2005)

relata que o Banco Mundial repensou seus investimentos no Brasil e o amadurecimento de um crescente movimento social e ambiental fez com que alguns dos planos de expansão da infraestrutura fossem repensados. Nesse contexto, o projeto do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte no rio Xingu, iniciado na década de 80, precisou ser paralisado e se constituiu como um exemplo de resistência. A não conclusão desse projeto foi resultado das pressões sociais e da resistência indígena aliadas aos fatores econômicos e ambientais.

Conforme aponta Sevá (2005), essa paralisação durou pouco mais de uma década, e quando ressurgiu, estava embasada em uma nova estratégia. A ELETRONORTE (Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A) e os outros envolvidos reviram algumas ações e modificaram o modo de agir. Um grupo de especialistas foi contratado para analisar as forças políticas na região e programar as estratégias de ação. Pesquisas levantando informações sobre os movimentos sociais, as ONGs, os sindicatos e os povos indígenas foram encomendadas no intuito de mapear os focos de resistência ao projeto.

A mudança nas estratégias promoveu inúmeras reuniões com os líderes dos movimentos, os principais representantes dos grupos envolvidos e técnicos das empresas que usavam de todos os meios para persuadi-los a partir de argumentos objetivavam demonstrar o lado positivo do projeto, argumentavam que a UHE Belo Monte representava a salvação para o estado do Pará, e que o Brasil necessitava desse investimento energético a fim de evitar um possível colapso econômico. Em meio aos discursos políticos, buscava-se legitimar as intenções do projeto e se argumentava que o empreendimento levaria grandes vantagens para a região. Sevá (2005) relata que o governo tentou persuadir de várias formas as comunidades indígenas e impedir que a sociedade discutisse abertamente os prós e os contras do projeto.

Até o ano de 1999 a ELETRONORTE foi intensificando a implantação do projeto e fez algumas modificações geográficas e técnicas tidas como relevantes para o projeto, que foi rebatizado, agora como Complexo Hidrelétrico de Belo Monte. Conforme Sevá (2005), a companhia desmentia as denúncias relacionadas ao empreendimento e afirmava que Belo Monte tinha viabilidade, mesmo que fosse apenas um barramento isolado no rio Xingu. O autor afirma que em 2001, se esclareceu o fato de que uma crise de oferta de eletricidade se instalava no país, que sofria com a insuficiência no sistema de transmissão inter-regional.

Sevá (2005) relata que nos a nos de 2001 e 2002 havia a sensação de que o governo poderia sepultar o projeto Belo Monte, mas isso não aconteceu. Em 2003, a cúpula federal decidiu que

se tratava de um empreendimento de suma importância e no início de 2004 ocorreu a troca do presidente da ELETROBRÁS, o que foi uma estratégia para o estabelecimento do projeto Belo Monte. Sevá (2004) aponta que após anos de luta para o impedimento da obra, era claro que cerca de 344 famílias seriam afetadas e que os ecossistemas aquáticos e as populações ribeirinhas e indígenas estabelecidas na região seriam mais uma vez e, definitivamente ignoradas.

Switkes (2005) argumenta que o principal fator para que o projeto não fosse abandonado é que se tratava de uma região com inegável potencial hidrelétrico e que não dar atenção a isso seria um desperdício. Era preciso que se desenvolvesse a matriz energética brasileira e não seguir o potencial da região era jogar fora uma opção valiosa para a geração de energia.

Nascimento e Drummond (2003) relatam que o poder público ignorou as circunstâncias envolvendo os ribeirinhos e que os atingidos por barragens iriam continuar sofrendo o desprezo das demais populações não residentes nas áreas de impacto. Mas para os autores, as experiências passadas são suficientes para se evitar grandes impactos ambientais e sociais e o projeto do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte é inovador, e que a instalação da usina pode evitar as perspectivas de estagnação atual e futura, possibilitando uma realidade em que a relação entre dinamização econômica da região, bem como a preservação econômica seriam otimizadas.

Anos depois, o que se tem atualmente em relação à Belo Monte, é um dos maiores embates entre ambientalistas e governo. Como discorre o jornalista Fellet (2011), a polêmica envolvendo o projeto se arrasta há mais de três décadas e se acirrou após disputas políticas no durante o governo passado. Para ele, uma das razões que permeiam o problema é o fato de se tratar de um projeto idealizado ainda durante o governo militar e que causaria um impacto muito significativo para um importante rio, o Xingu, rico em diversidade humana e ambiental.

Fellet (2011) afirma que agora a cúpula que idealizou a construção de Belo Monte decidiu por alargar uma área menor do que a planejada inicialmente, em troca disso 100 Km do rio ficariam secos e a vida das populações da região ficaria inviabilizada. Segundo o jornalista, o governo defende que o rio pode ter a vazão reduzida em alguns trechos, mas isso não afetaria ao ponto de secá-lo por completo ou mesmo inviabilizar as navegações. Defende ainda que estudos demonstram que a construção de Belo Monte permitirá a expansão de uma hidrovia no Xingu, o que possibilitaria o desvio de um trecho de 100 Km não navegáveis.

O que ocorre por parte do governo é a intenção em afirmar as vantagens de Belo Monte, como o fato de que ela possibilitará um baixo preço pela produção de energia. No entanto, como consta na matéria escrita pelo jornalista e veiculada pela BBC, há muitos grupos contrários à obra, e esses grupos afirmam que com as mudanças no último projeto a redução da área alagada fará com que a energia produzida em Belo Monte não alcance a capacidade total anunciada.

Na matéria consta que a ex-senadora Marina Silva informa que Belo Monte será capaz de produzir uma média de 4.428 MW, e não os 11.223 MW anunciados e que a tornariam a terceira maior hidrelétrica do mundo. Assim, a energia produzida seria inferior à quantidade de energia necessária para que o empreendimento fosse economicamente viável. A controvérsia é que os defensores do projeto afirmam que a usina seria capaz de suprir 26 milhões de pessoas com perfil elevado de consumo e que a implantação permitiria uma distribuição mais eficiente da energia já disponível no país, já que o sistema de distribuição também seria ampliado.

Para o governo e os demais partidários do projeto, empreendimentos como Belo Monte são necessários e os impactos negativos são inferiores às alternativas como usinas termelétricas ou nucleares. Segundo Fellet (2011), o custo total de Belo Monte é estimado em R\$ 26 bilhões, sendo o segundo empreendimento mais caro do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, ficando atrás apenas do trem bala entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, estimado em R\$ 34 bilhões. A previsão para a conclusão das obras é para o ano de 2019, embora a usina esteja programada para começar a operar em 2015.

Esse breve relato acerca da busca por maximização da produção de energia elétrica no Brasil revela a complexidade de um processo que em suma tem um único objetivo, atender a demanda capitalista do mundo moderno. O fato de que o potencial que o Brasil possui em relação a produção de energia está basicamente fundamentado na produção de energia hidrelétrica fez do país um canteiro de obras, que em meio a projetos gigantescos se posicionou como referência mundial para a produção desse tipo de energia.

### 3.2 AS COMUNIDADES ADVINDAS DA CONSTRUÇÃO DAS HIDRELÉTRICAS

Embora pareça não haver muitas pesquisas nesse sentido, existem muitas comunidades advindas das instalações de usinas hidrelétricas. São cidades, comunidades, assentamentos e vilas de moradores remanejados no espaço urbano. As vilas de trabalhadores, criadas pelas próprias empresas responsáveis pela construção e alagamento para abastecimento das usinas hidrelétricas se transformam em cidade ou vila de moradores após o término das construções.

Um dos grandes impactos da implantação das usinas hidrelétricas ocorre nesse sentido. São projetos que acabam por requerer a mudança na demografia das regiões de locação. A partir dessa primeira alteração, surgem os demais problemas, como a alteração na estrutura urbana, geralmente inadequada para receber o novo contingente populacional, as desapropriações e o deslocamento de pessoas que se vêem em condição tão nova que parecerá de quase inexistência (BORTOLETO, 2001).

Em seu trabalho, Violante (2009) retrata a situação de sofrimento de ex-moradores das regiões alagadas que se dizem tão abatidos, que não crêem ser justo que para o desenvolvimento do país, parte da população precise morrer. E ameaçam que, dessa forma, se inclinam ao apoio aos movimentos como MST e MAB. E assim, mais assentamentos e novas comunidades vão surgindo de forma nada natural.

Para Lopes (2002), essas cidades ou comunidades são concebidas de forma avessa. São concebidas ao contrário das antigas comunidades, que eram lugar de circulação de mercadorias ou encontro e sociabilidade. São cidades e comunidades concebidas sob uma ótica de disputa, onde a territorialidade é estabelecida por meio de estatutos legais que conformam os mecanismos de ordenação social, que condenam como descartáveis os que são tidos como incapazes de inserção em um mercado urbanizado e globalizado dos dias atuais.

Lopes (2002) afirma que há uma espécie de inversão, onde a população das novas cidades são vistas como descartáveis, e por isso se recolocam em disputa, não apenas pelo espaço da cidade, mas também por uma nova concepção de cidade. Segundo o autor, o que ocorre é o avanço que ultrapassa o que determina a lógica burocrática, simplista, compensatória e apaziguadora, estabelecida por meio dos programas sociais oficiais de reforma agrária vigentes no país, e constituem um novo campo de conflitos.

A cidade, nesse sentido é o próprio campo que pensa a si mesmo, partindo em direção a uma urbanidade que se sugere transformada. Essa transformação, essa urbanidade, parece requerer novos meios para se estabelecer, para se solidificar. Esses novos meios, no entanto, ficam a critério das urgências elencadas por aqueles que se dizem sem muitas opções, e que afirmam sentir a obrigação a essa nova concepção de cidade, ainda pouco compreendida (LOPES, 2002).

### **3.2.1 As ONGs e os movimentos surgidos a partir do cenário de construção das hidrelétricas**

Em meio a esse ambiente conflituoso dos empreendimentos hidrelétricos, muitos movimentos e organizações não governamentais se estabelecem. Elas se apresentam sob vários apelos e diferentes movimentos de reivindicação. Algumas apóiam os movimentos já firmados, outras se estabelecem através de um discurso inovador que busca defender a preservação da mata, da fauna, das pessoas menos favorecidas e assim por diante.

Um dos grandes obstáculos enfrentados pelos movimentos sociais e as ONGs que estão entrelaçadas com o tema da geração de energia e seus conseqüentes impactos, é a dificuldade em se obter informações concretas e confiáveis acerca dos empreendimentos hidrelétricos. Pouco se sabe acerca dos empreendimentos que estão sendo planejados ou mesmo daqueles que já se encontram em construção ou mesmo em funcionamento. O direito de acesso à informação ambiental está previsto na legislação nacional, no entanto, não tem sido uma garantia de acesso a informações pertinentes a geração de energia (PAIM; ORTIZ, 2006).

Há recentes avanços, no que diz respeito ao tratamento das questões socioambientais que se referem à construção de hidrelétricas. Eles ocorrem em função da mobilização e articulação do movimento social, marcado pela atuação das ONGs ambientalistas, bem como da participação ativa do Ministério Público. Ambas as instituições são decorrentes de uma recente e restrita percepção do setor de geração de energia, que de forma aparentemente tardia, se deu conta de que se não produzisse mudanças no agir sistêmico, provocaria uma expansão do sistema elétrico, cada vez mais conflituosa, e com grau crescente de judicialização e mobilização pública (SOUZA; JACOBI, 2010).

Para Paim e Ortiz (2006), é dever dos órgãos públicos, envolvidos no planejamento energético ou no licenciamento ambiental, a promoção da transparência, bem como o dever de dar



publicidade às informações que dizem respeito à implantação de energia elétrica. Talvez, seja esse dever que tem direcionado as ações dos ministérios públicos. Os autores afirmam que recursos para estas obras vêm de bancos públicos nacionais ou regionais e de empresas privadas que a cada ano batem recordes de lucratividade e que as ONGs, aliadas aos ministérios públicos, têm se tornado a única fonte de proteção e enfrentamento contra as mazelas provocadas pelo processo de expansão da matriz energética brasileira.

Moraes (1996) assinala que o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens - é o mais atuante nas regiões onde se instalam as hidrelétricas. O movimento existe desde a década de 1970 e organiza as pessoas atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos no intuito de angariar soluções para os impactos causados por essas obras.

Segundo Parmigiani (2006), frentes sindicais como a CUT - Central Única dos Trabalhadores - e movimentos como o da Pastoral da Terra também se envolvem no campo dos empreendimentos hidrelétricos, para encontrar uma situação que satisfaça as condições dos impactados pelo represamento destinado às operações das usinas em todo o país.

Rosa (2009) destaca que os movimentos destinados a proteger áreas nativas do desmatamento, bem como os rios e a fauna local, também se apresentam as regiões afetadas por barragens e se constituem como mais um agente a se posicionar no campo.

Conforme destacam Souza e Jacobi (2010) a história recente da construção e implantação de hidrelétricas no Brasil, têm sido marcada por conflitos entre empreendedores e interesses locais, envolvendo as populações atingidas, os movimentos sociais locais e as ONGs ambientalistas. Para os autores, em algumas situações, o poder público local muitas vezes tem sido preterido nas discussões envolvendo a problemática das hidrelétricas, e acabam por compor o grupo dos que conflitam com os empreendimentos. Provavelmente, isso ocorra não por sua preocupação com os mais atingidos, mas por sua necessidade de demonstrar força nos campos em questão.

Para Souza e Jacobi (2010), o movimento social, principalmente as ONGs ambientalistas, são as responsáveis pela oposição à construção de hidrelétricas. Opõem-se a esse discurso progressista que prega o desenvolvimento tecnológico a qualquer custo. Faz-se então necessário lembrar um importante aspecto, o fato de que durante o regime militar ocorreram desastres ambientais significativos, como a Usina Hidrelétrica UHE Balbina, em que uma

área de 1580 km<sup>2</sup> foi alagada no intuito de se produzir energia hidrelétrica, a construção de Tucuruí, onde 2000 km<sup>2</sup> de florestas foram alagados, prejudicando ribeirinhos e indígenas.

De acordo com os dados fornecidos pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE (2007), por meio do Plano Nacional de Energia - PNE 2030, a expansão da matriz hidrelétrica brasileira conta com grande potencial de incitação de conflitos, visto que muitos dos aspectos restritivos à implantação das UHEs, que são fruto da legislação ambiental, possuem grande potencial de mobilizar ONGs nacionais e internacionais. Há o fator de haver oposição entre os grupos indígenas e ribeirinhos que detêm terras onde se considera estar situada grande parte do potencial energético do país.

As populações atingidas, as ONGs, o ministério público e os acadêmicos oriundos das mais diversas áreas, que se interessam pelo tema, têm apontado inúmeros problemas, relacionados em estudos que procuram explicitar os impactos ambientais das UHEs. No entanto, segundo Souza e Jacobi (2010), a falta de diálogo, bem como a falta de uma política capaz de compensar de forma justa as populações atingidas, e ainda a falta de interesse destinado a muitos dos aspectos simbólicos da interação entre o ser humano e o espaço em que vive, ainda são recorrentes.

## **4 A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA INVESTIGAÇÃO**

Os procedimentos propostos para esta pesquisa são característicos da pesquisa social, que de acordo com Minayo (1994), possibilita o questionamento investigativo, no intuito de desvelar a realidade. A pesquisa social pode refletir posições frente à realidade e o desenvolvimento da dinâmica social, fazendo emergir as preocupações e interesses das classes e grupos investigados. Trata-se de um tipo de pesquisa capaz de ultrapassar o âmbito específico de uma única disciplina, possibilitando a apresentação de totalidade que envolve distintas áreas de conhecimento, ultrapassando os limites da ciência.

Entre as possibilidades encontradas para a realização da pesquisa social, está a postura fundada no estruturalismo genético. Esse é o enfoque metodológico que guia o presente trabalho. É importante, contudo, que se faça uma breve apresentação e reflexão acerca do que vem a ser o estruturalismo genético, bem como se faz necessária a apresentação de alguns dos procedimentos que esse tipo de pesquisa requer. A adesão a essa postura não se constituiu como tarefa fácil, e conforme apresenta Thiry-Cherques (2008), o estruturalismo, ao pensar a qualidade a partir de modelos abstratos, procura superar a dificuldade de qualificar o humano individual e coletivo.

### **4.1 DELIMITAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA**

Num esforço para dar sentido aos dados empíricos, se construiu o estruturalismo. Motta (1970) destaca que houve uma utilização intensa dessa perspectiva teórica durante os anos 60 do século passado. Esse modismo, conforme descreve Reis (2008), se deve à divulgação dos trabalhos realizados por Lèvi-Strauss, que incluiu à velha perspectiva estruturalista, elementos capazes de relacionar os acontecimentos em seu contexto e verdade histórica e cultural. A partir de uma crítica veemente à prática de pesquisa em história, Lèvi-Strauss pôs em dúvida a cientificidade da história e sua possibilidade enquanto saber.

De acordo com Reis (2008), o ataque de Lèvi-Strauss à história e também à sociologia se deu em defesa do renascimento da etnografia e da etnologia. O pesquisador pensava que a sociologia não havia atingido o objetivo conjuntural ao qual se propôs. Ele afirmava que era preciso que as Ciências Sociais oferecessem conclusões universalmente válidas, para então merecer o coroamento de ser a pesquisa social sonhada por estudiosos como, por exemplo,

Dürkheim. Lèvi-Strauss sobrepôs e pôs lado a lado, o conhecimento da estrutura inconsciente ao conhecimento da diacronia superficial dos fatos produzidos pela história.

Essa construção teórica foi capaz de organizar, distribuir, relacionar e sustentar todos os elementos observados em uma pesquisa, desde que eles apresentassem questões que os inter-relacionassem, mesmo que fossem aleatórios e independentes. Motta (1970) revela a importância de se compreender que o conceito de estrutura revela a análise interna de uma totalidade, isto é, os elementos, suas inter-relações e disposição, constituindo o estruturalismo como um método analítico comparativo. Esse método, por sua vez, considera os fenômenos ou elementos, sempre com referência a uma totalidade, levando em conta o valor da posição.

Já nos anos 80, segundo discorre Thiry-Cherques (2008), o estruturalismo alcança as ciências da gestão, sob a forma funcionalista. Tal abordagem não era substancialmente estruturalista, e se distanciava do método proposto por Lèvi-Strauss, cuja proposta permitia encontrar uma unidade de permanência no espaço e no tempo. Mais tarde, no início do século XXI, veio a prática do estruturalismo em estudos sobre desempenho e racionalidade, cultura organizacional, produtividade e trabalho. Ainda assim, a aplicação do método estruturalista estava longe de ser esgotada, visto que não existem limitações para a sua aplicação.

No entanto, mesmo com a infinidade de possibilidades para a pesquisa com enfoque estruturalista, é importante saber que não há uma estrutura igual à outra, embora todo objeto não isolado compartilhe sua estrutura com outro objeto. Nesse sentido, o que o estruturalismo traz de melhor para os estudos organizacionais, conforme salienta Thiry-Cherques (2008), é a maneira como se deve olhar para o fato sociocultural, deixando de vê-lo como coisa. Desta forma, o que ocorre é que os fatos sociais passam a ser considerados sistemas, estruturas, bases que sustentam a articulação e os processos organizacionais.

Baseando-se no método estruturalista, esse trabalho foi à busca do desvelar das relações sociais de uma comunidade surgida a partir de um empreendimento específico. Para tanto, buscou-se uma teoria que pudesse explicar o objetivo proposto inicialmente, e a opção foi pela utilização da Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu. A proposta dessa teoria parte do estruturalismo de Lèvi-Strauss, mas vai além, em busca de uma nova forma de ver o sujeito e as mudanças sociais. Para isso, Bourdieu (2002a; 2004; 2008a; 2008b; 2008c; 2009a; 2009b; 2009c) cria os conceitos de agente e *habitus*.

É importante definir aqui a diferença fundamental entre o estruturalismo de Lèvi-Strauss e o estruturalismo genético de Bourdieu (2002a; 2004; 2008a; 2008b; 2008c; 2009a; 2009b; 2009c). Enquanto o primeiro percebe o indivíduo como sujeito, com vontades e desejos subjugados, o segundo vê nesse mesmo indivíduo o agente, reconhecendo suas práticas e recusando o determinismo e a estabilidade das estruturas. Thiry-Cherques (2008, p. 164) afirma que, se por um lado Bourdieu seguiu a tradição do método de Lèvi-Strauss, aceitando a existência de estruturas independentes da consciência e da vontade dos agentes, por outro diferiu dessa tradição ao “[...] postular que as estruturas são produtos de uma gênese social, dos esquemas de percepção, de pensamento e de ação”.

Em Bourdieu, o estruturalismo se volta para uma função crítica, buscando o desvelamento da articulação social. Sustenta-se no fato de que as estruturas, as representações e as práticas constituem e são constituídas continuamente (THIRY-CHERQUES, 2008). É um método voltado à análise dos mecanismos de dominação, da produção de ideias e da origem das condutas. Para tanto, Bourdieu recusou a redução objetivista, que rejeita a prática dos agentes e se interessa apenas pelas relações de coerção impostas a eles, pois defende que os agentes são livres dentro dos limites da lógica do campo.

Esse tipo de pesquisa estrutural é, para Bourdieu (2009c), o que possibilita a efetivação da comparação entre estruturas equivalentes ou entre partes estruturalmente equivalentes. Desta forma, as estruturas sociais de duas sociedades distintas podem apresentar propriedades estruturalmente equivalentes, mesmo apresentando muitas diferenças ao nível das características objetivas, das classes que as constituem.

Para Bourdieu (2009c, p. 7), “[...] a força explicativa das propriedades de tipo estrutural varia consideravelmente de acordo com a posição das classes sociais às quais são qualificadas, e conforme o grau em que as propriedades de posição são irredutíveis às propriedades de situação.” A posição de um agente na estrutura social não deve ser definida apenas de um ponto de vista estritamente estático, como posição relativa numa dada estrutura e em um dado momento. Os pontos da trajetória apreendidos por um corte sincrônico contêm o sentido do trajeto social.

É possível, por meio da abordagem estrutural, captar através do estudo sistemático de um caso particular, traços transitórios e transculturais, aparentes com poucas variações em todos os grupos com posições equivalentes. As proposições de tipo estrutural estabelecem

regularidades ligadas às homologias de posição, e não se deve ignorar o que as classes sociais devem à sua posição numa estrutura social de determinado tipo, nem mesmo pressupor a referencia à série completa dos casos históricos (BOURDIEU, 2009c).

Seguindo a proposta de Bourdieu (2009c), percebeu-se que todas as dimensões das relações objetivas ou intencionais que se estabelecem entre as classes sociais, são capazes de construir o objeto de um estudo estrutural, visto que as marcas de distinção se organizam em sistemas baseados na homologia de estrutura entre o significante, como os atos e procedimentos expressivos, e os significados, como o sistema de posições estatutárias definidas por sua oposição a outras posições estatutárias.

É importante, contudo, que se construa o espaço social como estrutura de posições diferenciadas, onde cada caso é definido pelo lugar que ocupa na distribuição de um tipo específico de capital. Conforme Bourdieu (2008b), a correspondência que se estabelece entre o espaço de disposições ocupadas no espaço social é o espaço de disposições de seus ocupantes e o espaço de tomadas de posição. Esse modelo funciona como princípio de classificação adequado, pois as classes que se pode produzir recortando as regiões do espaço social agrupam agentes tão homogêneos quanto possível, do ponto de vista de suas condições de existência e do ponto de vista de suas práticas culturais, de consumo e suas opiniões políticas.

#### **4.1.1 Delimitação da investigação**

Para a delimitação da pesquisa, o presente trabalho se baseou no protocolo mínimo para a pesquisa de caráter estruturalista, formulado por Thiry-Cherques (2008, p. 37). Esse protocolo aponta que o primeiro passo para esse tipo de pesquisa é a determinação do campo observacional, destacando de um recorte do real empírico, uma quantidade finita de material. Essa delimitação inicial, no entanto, pode sofrer alterações em seu ponto de vista, o que pode ocorrer a partir da observação que pode fazer emergir questões capazes de reduzir, ampliar ou precisar o foco de análise.

Essa etapa do trabalho deve considerar um campo constituído de uma massa de elementos isoláveis e objetivamente verificáveis. O campo a ser analisado deve ter seus limites estabelecidos e não é considerado, para a análise, qualquer atributo que não se relacione com os elementos que interessam diretamente a essa pesquisa. Thiry-Cherques (2008) alerta que

apenas um ponto de vista deve ser considerado para a leitura do campo observacional, o que para esse trabalho significou, inicialmente, que apenas o ponto de vista sobre as relações de poder estabelecidas no campo prevaleceu.

Nesse sentido, foi selecionado um campo que pudesse nos oferecer subsídios suficientes para atender aos critérios mínimos para a realização da pesquisa, de caráter eminentemente estruturalista. A opção inicial era investigar o distrito de Primavera a partir das relações de força instituídas com a construção e implantação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. No entanto, ao dar início às investigações foi preciso estender o período que seria considerado na pesquisa. Passou-se então ao levantamento de informações que antecederiam o processo de construção da usina e, como um importante marco ocorreu em torno da década de 1850, optou-se por considerar o campo em 2011 e, para melhor compreendê-lo, partiu-se para a investigação do período entre os anos de 1850 até o ano em que está constituído o campo atualmente.

Obedecendo ao protocolo mínimo para a pesquisa estruturalista, o trabalho pretendeu entender os principais elementos relativos ao estabelecimento das forças que permeiam o campo Primavera, em função da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. Foram investigadas as relações de poder entre os agentes que tiveram maior relevância para o aparato estrutural do campo. Esse objetivo se deu devido à intenção de mapear a atual formação e estruturação do campo investigado, pois o que se pretendeu buscar são as atuais implicações no campo. Foi importante ainda conhecer o contexto histórico no qual o empreendimento se estruturou.

Dentre os elementos percebidos como importantes para o processo de investigação do campo, estavam as circunstâncias conflituosas observadas no período histórico que compreendeu os anos de 1850 até os anos de 1890. Trata-se de um período de disputa pela terra, envolvendo conflitos que em muitas vezes culminaram em mortes. É o período em que se estabeleceu a grilagem<sup>14</sup> de terras na região, que até os dias atuais interferem de forma direta e indireta na vida dos moradores de Primavera e outras localidades afetadas pela usina. Foram levantadas circunstâncias importantes como a construção da estrada de ferro que ligaria os estados de

---

<sup>14</sup> A apropriação de terras públicas feita de modo indevido e por meio de falsificação de documentos de titularidade da terra é referida no Brasil como grilagem de terras. Ao falsificar uma escritura, os grileiros buscavam dar aos papéis a aparência de velhos colocando-os em uma gaveta cheia de grilos, e após alguns dias esses papéis apresentavam-se corroídos e amarelados por substâncias liberadas pelo inseto, parecendo legítimos, dessa prática surge o termo grilagem.

São Paulo e Rio de Janeiro. Esse foi também um importante movimento que contribuiu inclusive para o processo de colonização da região. Somente a partir da análise desses dois elementos constituintes da história antecedente ao campo, foi possível observar com mais embasamento e cautela a situação a partir do empreendimento de implantação da usina.

O corte desta pesquisa, portanto, foi do tipo transversal com perspectiva longitudinal. A investigação foi realizada em um momento específico, no ano de 2011, mas contém informações que remetem ao passado (VIEIRA, 2004).

#### **4.1.2 Elementos da pesquisa**

Da massa amorfa que encontramos em Primavera, em um primeiro olhar, foram selecionados elementos isoláveis e objetivamente verificáveis, o que possibilitou eleger um conjunto, de forma que apenas uma propriedade foi atribuível aos elementos do conjunto. Esse conjunto foi dividido em oposições binárias, isto é, para o nosso objetivo, o conjunto de elementos foi dividido em grupos dominados e grupos dominantes. A seleção desses elementos, como mencionado anteriormente, exigiu que alterássemos tanto a posição do ponto de vista quanto do campo observacional, que inicialmente nos parecia exclusivamente atrelado à UHE Sérgio Motta. Alertados por Thiry-Cherques (2008), percebeu-se a importância em alcançar as partes constituintes do campo, que realmente continham unidades de sentido para a pesquisa.

A fim de poder selecionar os elementos importantes para a pesquisa, alguns agentes posicionados no campo foram estudados. Entre esses agentes estavam grupos, pessoas e organizações. Eles foram identificados conforme sua posição e capital disponível no campo, bem como de acordo com a condição em que se encontravam na estrutura, isto é, como possuidores de maior ou menor capital, condição de dominado ou dominante e capacidade de barganha. O campo em questão compreendeu a proposta inicial, ou seja, o campo a partir do empreendimento Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta e o município de Porto Primavera, mas ultrapassou esse limite, chegando a conhecer questões que não apenas antecederam ao campo em um processo de evolução histórica, mas também foram pressupostos para sua existência.

O percurso para se chegar a essa abordagem dos fatos ocorreu depois da realização de alguns passos. Para familiarizar-se com o campo foram realizadas visitas ao distrito de Primavera. Era o momento de conhecer um pouco o lugar, sua aparência, o comportamento visível das



pessoas que habitam no local, bem como alguns costumes ou mesmo serviços oferecidos. Ao todo foram realizadas quatro visitas. Foram visitados um restaurante, um clube de pesca e a igreja central e, em duas tardes foi percorrida a cidade.

Durante essas visitas se conversou com algumas pessoas. Foram conversas informais, mas que nos levaram a conhecer um pouco do caminho que deveria ser percorrido em busca de esclarecimentos sobre o campo. As pessoas pareceram se orgulhar da beleza que o lugar apresenta, mas ao mesmo tempo se demonstraram envergonhadas ao relatar os abusos políticos e desmandos de alguns proprietários de terras na região. Esse foi o ponto que nos levou posteriormente à investigação da história que resultou no levantamento de informações que nos situaram no processo de estruturação inicial do campo. Foram as visitas que mostraram a importância em conhecer mais a respeito do campo, e a partir dessa modificação do ponto de vista, foi possível evitar um olhar que nos limitasse em relação aos principais pontos críticos constituintes do campo.

Com a importância em retratar a história anterior ao campo clara em nossos objetivos, partiu-se em busca de elementos que pudessem revelar a dinâmica que levou os agentes a perceberem e constituírem o campo tal como ele é. Foi realizado um levantamento de materiais que pudessem contar um pouco a respeito da região. Não foram muitos os registros encontrados que relatavam os conflitos com riqueza de detalhes. Foram buscados documentos, jornais, livros, artigos e tudo o que pudesse nos revelar conteúdos relativos ao campo.

Com a escassez de material a respeito da história da região que abarca o campo, foi necessário recorrer, além de artigos científicos, a materiais alternativos, como jornais, revistas, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses realizadas a partir de investigações na região. Esse material foi analisado sob a perspectiva de delinear o processo de constituição do campo, bem como o próprio campo. Como parte desses trabalhos foram realizados por pessoas inseridas de alguma forma no campo, considerou-se que se trata de material capaz de esclarecer a dinâmica do campo, bem como revelar a percepção de alguns agentes no campo.

Também foram levantados alguns documentos judiciais, como processos, ofícios e jurisprudência envolvendo os conflitos no campo. Nessa busca constatou-se o que havia sido percebido durante as visitas, ou seja, que havia muito mais no campo do que apenas a

construção da usina, aliás, mesmo a história da UHE estava pautada nos conflitos e lutas que perpassaram o campo.

Quanto aos artigos de revistas e jornais de circulação livre foram encontrados elementos sempre relacionados a circunstâncias envolvendo corrupção, desmandos contra a população ribeirinha, e tentativas de realocação das famílias desapropriadas para a construção da usina. Esse material comumente relatava a forma com que o poder público e a iniciativa privada, juntos procederam em relação à instalação da usina e a consequente desapropriação de terras para a inundação do lago. Destaca-se ainda que era comum os números levantados pelas organizações responsáveis pela construção da usina não coincidirem com os números reais.

A partir dessas informações se procedeu à investigação de como a companhia se manifestou em relação às acusações de desmando e abuso de poder na região. Verificou-se em documentos emitidos pela própria CESP, que sua preocupação máxima era com o fator tecnológico. Documentos como a Licença de Operações foram analisados a fim de observar as exigências impostas a companhia e nem sempre cumpridas. Em um dos documentos emitidos pelo EIA-RIMA, observou-se uma sequência de requisitos aos quais a CESP não estava cumprindo e, portanto, a não liberação da licença ocasionou o atraso nas obras, que por sua vez contribuiu para o aumento da corrupção envolvendo o projeto.

Com essas informações em mãos, foi-se em busca de documentos e trabalhos que pudessem esclarecer a verdadeira relação do poder público com o projeto de implantação da UHE Engenheiro Sérgio Motta. Mais uma vez, foram percebidas situações que colocavam o poder público no centro de comando do campo. Esse fato inclusive pode ser observado ainda no levantamento acerca da história envolvendo a grilagem de terras na região do Pontal do Paranapanema.

Quanto mais se lia sobre Primavera e a região ao entorno, mais se percebia a necessidade de buscar mais informações. E nessa busca encontrou-se um trabalho de conclusão de curso que nos disse muito a respeito de importantes moradores do distrito. Trata-se de um trabalho que revela um pouco das tradições e costumes dos agentes inseridos no campo e denominados barrageiros. Esse trabalho exigiu que se fosse à busca de fatos que pudessem retratar a história de origem da vila barrageira que mais tarde se tornou Distrito.

Ao buscar o entendimento acerca da constituição e distinção dos agentes no campo se recorreu aos trabalhos de arquitetura que foram capazes de revelar importantes elementos que, como se percebeu, foram cruciais para o processo de constituição das estruturas e da percepção e ação dos agentes. O livro de Tsukumo (1994) forneceu imagens que foram fundamentais para a adequada compreensão do campo e das formas de intimidação e distinção entre os agentes. Os trabalhos de Vianna (2004; 2006a; 2006b) completaram as informações obtidas em Tsukumo (1994), pois retratavam não apenas as condições da estrutura física que demarcava o campo, como também trouxe informações referentes aos modos de vida e alguns costumes dos agentes, principalmente os agentes dominados. Ao utilizar esses materiais, apoiou-se na afirmação de Santos (2000) de que a pesquisa documental pode ser realizada em fontes como relatórios, cartas, pareceres, fotografias e obras originais de qualquer natureza.

Com a conclusão da pesquisa, se percebeu que embora o material utilizado se demonstre, às vezes, frágil diante das exigências impostas pelo rigor metodológico, ele foi também fundamental e revelador. Sem esse material, talvez não fosse possível retratar a realidade enfrentada pelos agentes que foram gradativamente inseridos no campo, sob as mais variadas circunstâncias e sob as mais diversas condições de dominação ou mesmo de domínio.

#### 4.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisas documentais e observação. Em primeiro lugar, como descrito anteriormente, foram feitas visitas informais ao Distrito para as observações. Em seguida realizou-se a investigação acerca da história do campo, por meio da leitura de jornais, processos judiciais, diário oficial, revistas de circulação livre e científicas, livros, trabalhos acadêmicos, fotografias, plantas baixas do núcleo residencial Primavera e também de algumas das construções que compõem o núcleo e outros. Esses documentos, em forma de materiais escritos, e também em forma de figuras e imagens, foram a fonte de informação sobre o campo. Alguns relatórios emitidos pela CESP, pela Camargo Corrêa, e pelo EIA-RIMA também foram utilizados para a investigação. Neles constavam algumas leis, regulamentos, normas, e pareceres que foram cruciais para o delineamento do campo.

Essa investigação documental se constituiu como uma técnica valiosa para a abordagem dos dados qualitativos, pois possibilitou o desvelar de aspectos incisivos ao tema do presente trabalho, o que de acordo com Lüdke e André (1986) se trata de uma técnica que busca

identificar as informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse para a pesquisa.

A utilização da planta baixa do núcleo Primavera, bem como das plantas das casas foram importantes porque segundo Bourdieu (2008a), a distribuição de uma sociedade em classes a qualifica por sua relação com a distribuição no espaço das classes e frações de classe, bem como suas propriedades, terras ou imóveis. E essas distribuições espaciais dos diferentes campos tendem a sobrepor-se, e a representação cartográfica da distribuição no espaço de uma classe de agentes e instituições constitui uma técnica de objetivação poderosa, desde que se saiba ler na planta a relação construída entre a estrutura do sistema das posições constitutivas do espaço de um campo e a estrutura do espaço social, definido pela relação entre bens distribuídos no espaço e agentes definidos por capacidades desiguais de apropriação de tais bens.

Essa investigação histórica a respeito do campo aconteceu porque Bourdieu (2009a) aponta que essa é a única forma legítima para a sua análise. Segundo o autor, se existe a história de um campo, é porque seus agentes e seus produtos se acham objetivamente situados pela sua pertença ao campo, em relação aos outros agentes e seus produtos, e também porque as rupturas com as tradições têm sempre algo a ver com a posição relativa, naquele campo, dos que defendem a tradição e dos que se esforçam por quebrá-la, e assim transformam o *habitus* e modificam as posições e disposições na estrutura. Essa objetividade do campo foi considerada no percurso da pesquisa, pois ao selecionar o material utilizado foi preciso pensar e ordenar esses mesmos materiais de forma que eles não fossem analisados aleatoriamente, de forma descontextualizada e desconexa ao campo.

Além da pesquisa histórica em fontes documentais, foi utilizado para a coleta de dados, a observação, que segundo Lüdke e André (1986), para se tornar válida e fidedigna, deve ser planejada e controlada. Nesse sentido, foi determinado que a observação ocorresse apenas em relação às estruturas físicas que compõem o campo. Delimitou-se que o objeto observado seria o próprio distrito de Primavera e o grau de participação investido foi o de uma observação distanciada. Essa observação ocorreu de forma coerente por servir a um objeto específico, ou seja, embora as visitas ao local tenham sido informais, elas foram planejadas conforme a descrição que tínhamos acerca da estruturação e aparência estrutural que deveria ser considerada para a caracterização do campo. Também estava ligada a proposições mais gerais e não se tratavam de simples conjunto de curiosidades, conforme bem alertam os

autores e, os resultados dessa observação, ao serem emparelhados com os documentos levantados, demonstraram ainda mais sentido, pois ao analisar as plantas da cidade, por exemplo, foi possível compreender o que se observou no campo.

Essa observação pode ser considerada como não participante, visto que ao investigar o campo, o pesquisador não se colocou como parte do objeto de pesquisa como se fosse membro do grupo, pois apenas se atuou como espectador. Essa técnica, baseada nos objetivos de pesquisa, por meio de um roteiro de observação, possibilitou ver e registrar fatos importantes para a pesquisa, e constituiu-se como parte de um processo que Bourdieu (2009a) definiu como objetivação participante, isto é, além da observação se fez um apanhado de elementos da história do campo, que para o autor é a forma legítima de análise de essência de um objeto.

Embora não tenham sido realizadas entrevistas, foram coletadas muitas informações consideradas relevantes acerca dos agentes, que foram suficientes para a presente pesquisa. Além disso, Thiry-Cherques (2008) alerta que a teoria de Bourdieu absorve da fenomenologia a ideia de que são os agentes que constroem a realidade social, embora sustente que o princípio desta constituição é estrutural. Assim, fez-se importante o olhar atento para a história dos grupos de pessoas que estiveram envolvidos no campo, pois só assim foi possível compreender a dinâmica de Primavera, mas as entrevistas, propriamente ditas, não se mostraram tão necessárias, nesse momento, para o alcance dos objetivos da presente investigação.

As dificuldades com as quais deparou-se durante a coleta de dados estiveram pautadas no fato de que o Distrito foi constituído recentemente e, embora a região tenha um longo processo histórico a ser observado, há poucos documentos que retratam a história do lugar. Assim, o que a princípio parecia facilmente solúvel, ou seja, não parecia difícil encontrar informações sobre uma comunidade com pouco mais de vinte anos, no decorrer da pesquisa, ao deparar-se com o campo, se demonstrou algo complexo, exigindo a necessidade de uma investigação mais profunda, o que dificultou o trabalho por causa da escassez de material disponível sobre o lugar.

#### 4.3 ANÁLISE DOS DADOS

A análise documental, conforme assinala Corsetti (2006), é um passo de suma importância para a pesquisa qualitativa, pois é por meio dessa análise que grande parte das informações

são desveladas. De acordo com a autora, as fontes escritas e mesmo as fontes não escritas, costumam alicerçar o trabalho de investigação. Nesse sentido, Bourdieu (2009a) propõe que o analista deve procurar a intenção objetiva escondida atrás da intenção declarada, o querer-dizer que é denunciado no que ela declara. Para ele, é o analista quem supõe o enunciado de um sentido profundo, de uma pulsão expressiva, biológica ou social que a alquimia da forma imposta pela necessidade social do campo tende a fazer como irreconhecível, obrigando tal pulsão a negar-se e ao mesmo tempo universalizar-se.

Sob essa perspectiva de Bourdieu (2009a), a análise do presente trabalho buscou desvelar aquilo que estava subentendido no material coletado. Ou seja, nenhum material revelava declaradamente o que inicialmente se propunha a conhecer, mas ao olhar atentamente para o material, foi possível estabelecer os elementos que eram importantes ao entendimento do campo. As manchetes de jornais e revistas, por exemplo, nem sempre declaravam a circunstância de dominação existente no campo, mas traziam informações suficientemente válidas para que se pudesse delinear o campo.

A partir desse processo de investigação que permitiu o delineamento do campo, procedeu-se à análise estrutural, que para Bourdieu (2009a), é um instrumento metodológico capaz de apreender a lógica específica de cada uma das formas simbólicas, não referindo ao mito algo diferente dele mesmo. Assim, foi possível compreender aquilo que estava mascarado pelo processo de construção e instalação da UHE Sérgio Motta, que ao mesmo tempo em que contribuiu para o estabelecimento do campo, só foi possível naquela região dado ao grande número de elementos que culminaram nos conflitos que há anos permeavam o lugar.

Partindo dessa análise, que tem em vista isolar a estrutura imanente a cada produção simbólica, foi observado e analisado cuidadosamente como os elementos foram se integrando para constituir o campo. Os grupos de agentes e suas trajetórias foram observados, por meio da análise documental, a partir de procedimentos de análise de discurso, o que de acordo com Gill (2007), é uma técnica que dispõe de uma variedade de diferentes enfoques no estudo de textos, sendo desenvolvida a partir de diferentes tradições teóricas e diversos tratamentos em diferentes disciplinas. Não existe uma única análise de discurso, porém, o que todas as perspectivas nesse sentido partilham, é a rejeição de que a linguagem é um meio neutro de refletir ou descrever o mundo (GILL, 2007).

Esse aspecto se evidenciou principalmente quando se realizou a análise das condições dos barrageiros no campo. Esses agentes, claramente objetivaram sua posição através da língua. Foi por meio da linguagem que revelaram sua conformação ao mesmo tempo sabida e desconfortável, embora permitida, em relação a suas condições de dominados. Para Bourdieu (2008c) essa leitura do discurso dos agentes é uma técnica adequada à pesquisa estrutural, porque por meio dela, pode-se observar o fato de que a nomeação do mundo social contribui para constituir a estrutura desse mundo, de tal forma que é mais profunda quanto mais amplamente reconhecida. Nesse sentido, os agentes, ao nomear e constituir o mundo social, se sentem fazendo parte dele, e mesmo que em condições de dominados, sentem-se como os responsáveis que de fato são, pelo campo em que se encontram dispostos.

Em circunstâncias como essas, envolvendo a nomeação dada pelos barrageiros, se observa uma intenção partilhada pelos nomes comuns e qualitativos onde se pode designar como performativa e mágica, a ação da nomeação, onde um insulto, o elogio ou a provocação pertence à classe dos atos de instituição e destituição, fundados socialmente e permitindo aos agentes o significado de posse de uma dada qualidade, cobrando ao mesmo tempo um comportamento em conformidade com a essência social que lhe foi atribuída.

Com a aplicação da técnica de análise de discurso se objetivou identificar os grupos de relações entre os conjuntos de elementos presentes em um tempo dado. Thiry-Cherques (2008) aponta essa identificação como importante para que se possa relacionar um modelo a outro, mediante a identificação de ao menos um elemento, que se faça como um ponto nodal, presente simultaneamente nos dois modelos. Para o autor é importante ainda, que se faça variar os modelos, experimentando por meio de suposições acerca de qual estrutura existe por trás do modelo consciente, bem como entender quais as reações desse modelo perante as modificações e ainda, observar se o modelo é comparável a outros.

Um dos principais cuidados em analisar as informações coletadas foi no sentido de preservar a história do campo, sem cometer distorções que pudessem comprometer a análise. Embora se tenha recorrido a textos e a trabalhos produzidos no interior do campo, tomou-se o cuidado em olhar para esses trabalhos de forma contextualizada na história da região em que está posto o campo. Os discursos analisados na pesquisa sempre revelavam mais do que se esperava a princípio, talvez a riqueza de detalhes, obtidos por meio das fontes materiais, se deva ao fato de que eles foram construídos no campo, por agentes que, ou estiveram no campo, ou antecederam o campo. Mesmo quando se recorreu a jornais e revistas, escritos por

pessoas em posições relativamente exteriores ao campo, percebeu-se que ao menos no que se refere ao campo político, um dos que mais influenciou a constituição do campo Primavera, não se tratavam de agentes totalmente isolados ou indiferentes à estrutura em questão.

Ao realizar essa análise foi possível delinear uma estrutura de relações que refletiu contrastes entre alguns traços claramente distintivos na estrutura. Thiry-Cherques (2008) defende a ideia de que é preciso saber o que é permanente ou acidental nos modelos identificados quando se comparam, alteram ou deslocam as circunstâncias os personagens ou o contexto e, nessa pesquisa, o elemento permanente foi identificado como sendo o poder simbólico que descolado de um ou outro acontecimento, esteve presente de forma não acidental, em todos os momentos abarcados pela investigação.

Após realizar o levantamento dos elementos acidentais e não acidentais no campo, foi efetuada a contextualização do *corpus* arbitrado de elementos. Tratou-se de um processo em que se foram analisadas as relações construídas e mantidas entre esses elementos, e como essas relações marcam a posição oposta entre os agentes do campo. Foi então que se fizeram possíveis a interpretação e descrição da estrutura das relações que permitiram o fechamento da investigação sem, contudo, deixar de informar sobre o que ainda requer explicações e o que ainda precisa ser considerado e investigado em relação à estrutura do campo investigado.



## **5 A UHE ENGENHEIRO SÉRGIO MOTTA E OS IMPACTOS CAUSADOS A PARTIR DE SUA IMPLANTAÇÃO**

### **5.1 A UHE ENGENHEIRO SÉRGIO MOTTA**

A construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, também conhecida como usina Porto Primavera, teve seu início na década de 1970. Segundo Scarpinella (1999), o empreendimento fazia parte dos projetos de expansão industrial no Brasil, idealizados por governos militares durante o período de 1964 a 1984. Essa expansão requeria o aumento significativo das fontes de energia, daí a proposta para a construção de tantas usinas. Os estados do Paraná e de São Paulo foram os locais em que se instalou o maior número de usinas durante esse período.

No estado de São Paulo, foram os rios Tietê, Paraná e Paranapanema os que mais proporcionaram a construção das usinas hidrelétricas, dentre as quais se destaca a gigantesca UHE Engenheiro Sérgio Motta, idealizada durante o governo de Paulo Maluf, período em que teve início o projeto realizado pela CESP. Barreto (2001) mostra que a previsão inicial para conclusão da construção da UHE Sergio Motta era para o ano de 1988, mas por motivos como desvios de verba e tentativas de algumas ONGs e movimentos sociais para impedir a construção, o projeto só foi concluído em 2000.

Conforme relata Barreto (2001), a Usina Hidrelétrica Engenheiro Sergio Motta está localizada no rio Paraná, ao extremo oeste do Estado de São Paulo, entre os municípios de Rosana em São Paulo e Nova Andradina em Mato Grosso do Sul, no chamado núcleo habitacional de Primavera. Cerca de 80% de seu lago está situado no estado de Mato Grosso do Sul. Para sua construção foram inundadas as reservas florestais de Lagoa de São Paulo e do Pontal do Paranapanema, o que culminou no desaparecimento de grandes áreas de várzea em que se encontravam importantes ecossistemas para a reprodução das espécies, atingindo ainda locais habitados por populações ribeirinhas e por remanescentes dos índios Ofaié que lá viviam em comunidade.

O reservatório concentra uma área inundada de 2.250 Km<sup>2</sup>, o que deixou o leito do rio Paraná nove vezes maior do que seu tamanho natural. Segundo Trevisan (1999), esse é o maior lago artificial do Brasil e esta é a terceira usina hidrelétrica mais ineficiente do mundo. Sua potência máxima é de 1.800 megawatts, a média de geração de energia, no entanto, é de 900

megawatts. Apenas 14 unidades geradoras foram instaladas, e a última delas foi inaugurada em outubro de 2003.

Segundo Trevisan (1999), a década de 1990 viu emergir os primeiros processos na tentativa de impedir o enchimento do reservatório, pois os ambientalistas queriam evitar o desastre ecológico que a inundação poderia causar. Documentos e processos judiciais sugerem que a CESP, a partir da tentativa de alguns em impedirem a inundação, passa então a intimidar a população. Em 1998 ocorreu o ultimato da Companhia para que a população ribeirinha deixasse o local - era uma tentativa da CESP em resolver de uma vez por todas o problema que vinha se arrastando já por vinte anos. Algumas demonstrações de intenção de ressarcimento foram realizadas pela CESP, mas muitos ribeirinhos se sentiam prejudicados com o que estava acontecendo.

Por causa de uma medida liminar concedida em 21 de maio de 1998, o enchimento do reservatório foi paralisado, por meio de uma ação civil pública movida pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual de São Paulo, contra a CESP e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. A intenção era impedir o fechamento das comportas da barragem de Porto Primavera até que as ações previstas nos Programas de Controle Ambiental fossem efetivamente implementadas e aprovadas pelo IBAMA (BAPTISTA, 1998).

De acordo com o relato de Switkes (1998), no mesmo ano, em novembro de 1998, a CESP consegue derrubar a liminar do Ministério Público que impedia o enchimento do reservatório e parte para uma imediata e apressada inundação. A primeira etapa ocorreu em dezembro de 1998 e a segunda em março de 2001. Ainda em 1998 a usina foi definida pela IRN - International River Network, como sendo o último grande projeto faraônico brasileiro resultante da ditadura militar no Brasil.

A partir de 1998, com o alagamento do reservatório Sergio Motta, a margem do rio foi alterada, havendo o desalojamento dos ribeirinhos, e o antigo rio passou a ser uma enorme represa. Segundo Barreto (2001), mesmo depois de três anos da data de sua inauguração, a UHE Sergio Motta ainda causava situações polêmicas e ações na Justiça.

A partir de uma varredura entre algumas jurisprudências envolvendo a CESP e as medidas compensatórias, observa-se que grande parte dessas medidas somente conseguiu se

estabelecer por meio de ação conjunta entre a Procuradoria da República e os Ministérios Públicos Estaduais do Mato Grosso do Sul e de São Paulo. Em matéria retirada do Ministério Público de São Paulo, em 16 de abril de 2009, disponibilizada pelo site Jurisbrasil, destaca-se um primeiro acordo se objetivou garantir a indenização equivalente a US\$ 400 milhões, 4% do custo total da construção da usina, que foi de US\$ 10 bilhões. Para o promotor do Ministério Público do Mato Grosso do Sul em 2001, Edival Goulart Quirino, parte do dinheiro estaria sendo utilizado para a conservação do ecossistema e em melhorias sócio-econômicas para as prefeituras.

Tudo o que envolve a obra da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta é grandioso. A construção iniciada em 1980, com sucessivas interrupções e denúncias de desvios de dinheiro público, passou da estimativa de custo de U\$ 1 bilhão para U\$ 9.4 bilhões (CAMPANHARO, 2005). Trata-se da segunda maior usina de CESP. Sua barragem é a mais extensa do Brasil. De acordo com Bermann (2007) sua construção esteve envolta em uma rede de empresas como empreiteiras de grandes obras públicas, ligadas a empreendimentos hidrelétricos e que ao longo do projeto estavam acompanhadas por superfaturamentos e muitas irregularidades identificadas, mas nunca apuradas.

É importante lembrar mais uma vez que a Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta era parte de uma política econômica do governo brasileiro, no intuito de fazer com que o país se desenvolvesse industrialmente, de preferência em curto prazo. Desta forma, como aponta Souza (2005), o século XX proporcionou ao Brasil um processo industrial a partir da modernização e do processo de globalização, que embora avançassem consideravelmente, ainda requeriam estrutura e infraestrutura que desse suporte a esse avanço.

Todas essas mudanças e emergências provocaram transformações nos meios urbanos e rurais. Para Silva (2005), em meio a infraestrutura necessária não apenas à produção, mas também ao acolhimento do contingente de mão-de-obra, estavam as estradas, os meios de transportes que viabilizassem a aquisição de matéria prima e o escoamento da produção, o sistema de comunicação e, conseqüentemente era preciso que se disponibilizasse energia suficiente para o aumento da produção. Nesse sentido, as hidrelétricas foram adotadas como de fundamental importância nos discursos políticos que permeavam o tão aclamado desenvolvimento industrial brasileiro.

Na década de 1940, Brasil se encontrava em uma posição de subdesenvolvimento e foi nesse contexto que se fortaleceu o discurso político em prol de avanços tecnológicos e industriais (SILVA, 2005). A situação política e econômica do país proporcionou o surgimento de um grande número de hidrelétricas no país ainda nas décadas entre os anos 40 e 60, estendendo-se aos anos 70 e 80. Em meio a essa proliferação de usinas hidrelétricas no Brasil, destacam-se gigantescos empreendimentos como alguns já citados anteriormente, como é o caso da Usina Itaipu Binacional, havendo ainda usinas como a de Balbina e a tão divulgada atualmente, Usina de Belo Monte.

Conforme aponta Silva (2005), um importante ponto a ser tratado quando esse é o assunto, ou seja, quando se fala em grandes obras, é a pergunta sobre até que ponto essas obras correspondem aos investimentos destinados a elas. No caso da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta, o que se percebe é que o retorno que a obra tem proporcionado a sociedade é significativamente menor do que os esforços econômicos e dispêndios de dinheiro público. Não é algo que se mensure facilmente, talvez se possa arriscar que se trata até mesmo de algo imensurável, pois os impactos sociais não são medidos exclusivamente por números ou indicadores.

De acordo com Bortoleto (2000) a elaboração desse projeto estava pautada na intervenção estatal, visando à proteção da indústria nacional. Ainda conforme o autor, tal projeto propunha reformas tanto econômicas quanto sociais, mas eram de caráter meramente assistencial, o que fazia com que os interesses das oligarquias agroexportadoras se mantivessem intocáveis, uma vez que visava um rápido desenvolvimento por meio da intensificação das atividades industriais, bem como o mais completo aproveitamento dos recursos produtivos. Para tanto, contava-se com a proteção tarifária para a manutenção do setor agroexportador.

Para atender às expectativas da nova emergência da industrialização brasileira, houve um rápido crescimento e fortalecimento do setor elétrico, impulsionado pela criação da ELETROBRÁS (Centrais Elétricas Brasileiras), em 1962, o que contribuiu para a instalação de um grande número de hidrelétricas sem, no entanto, se pensar na amplitude de seus impactos em longo prazo. Segundo os apontamentos de Bortoleto (2000), isso se deve ao fato de que se acreditava que os benefícios oferecidos certamente se sobreporiam aos pontos negativos encontrados no caminho, pois a questão energética era preponderante aos fatores negativos.

É em meio a tantos apelos e justificativas de que a modernização industrial era um fator fundamental para o avanço político social e econômico do país que surge, entre tantos projetos, a Usina Hidrelétrica Sérgio Motta. Souza (2005) aponta que essa usina, localizada no rio Paraná e à jusante da Usina Souza Dias ou como é mais conhecida, Usina de Jupia, conta com uma bacia de acumulação de 2.250 Km<sup>2</sup>. As obras que, como mencionado anteriormente, foram iniciadas na década de oitenta, mais precisamente em junho de 1980, teve o desvio da primeira fase do rio em dezembro de 1981 e a segunda em maio de 1993, entrando em operação apenas em 1999.

De acordo com Souza (2005), a Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta é composta por 14 turbinas do tipo Kaplan, tem potência instalada de 1.540 MW, com potencial para 1.980 MW, havendo potencial para a operação de dezoito turbinas. Há dezesseis comportas nos vertedouros, podendo atingir uma vazão máxima de 52.800 m<sup>3</sup>/s.

Conforme a Revista Cespaulista, de 1979, a UHE Sérgio Motta é a maior usina hidrelétrica em extensão do Brasil, contando com 11.375,50m<sup>3</sup>. Dessa área há 975,50m em estrutura de concreto e 10.400m de aterro. São 38m de altura máxima, e uma crista com largura de 22,10m. Seu lago é o terceiro mais extenso do país, ficando atrás de Sobradinho e Tucuruí. Conforme nos informa Souza (2005), são 2.040 km<sup>2</sup> na cota 257 e 2.250 km<sup>2</sup> de reservatório na cota 259, estendendo-se por 250 quilômetros de comprimento, com um volume de água que corresponde a cinco vezes e meia a baía de Guanabara. Conforme informações da CESP (1994), são mais de 240 mil hectares de área que, de acordo com Souza (2005), cobrem os chamados pantaninhos<sup>15</sup>. São 20 bilhões de metros cúbicos de água, havendo uma largura média de 9 km e uma profundidade média de 9m.

Conforme pesquisa realizada por Souza (2005), são dezesseis os municípios atingidos pela UHE Sérgio Motta, onze no estado de São Paulo e cinco no estado de Mato Grosso do Sul. Esses municípios são Rosana, Teodoro Sampaio, Presidente Epitácio, Caiuá, Presidente Venceslau, Ouro Verde, Santa Mercedes, São João do Pau D'Alho, Panorama, Paulicéia e Castilho, no estado de São Paulo e, Três Lagoas, Santa Rita do Pardo, Bataguassú, Anaurilândia e Brasilândia, no estado de Mato Grosso do Sul.

---

<sup>15</sup>O nome "pantaninho" é dado pela semelhança que os ecossistemas atingidos pela UHE Engenheiro Sérgio Motta tem com as cheias e vazantes dos rios que formam o Pantanal mato-grossense.

O total de área desapropriada em Mato Grosso do Sul é de 192.284 hectares, sendo este o estado que mais perdeu terras produtivas. Em São Paulo foram 48.602 hectares, ou seja, 79,8% das terras inundadas são do Mato Grosso do Sul e 29,2% são de São Paulo. Em consequência, os investimentos em obras compensatórias e mitigatórias também são maiores em Mato Grosso do Sul, contando com investimentos em torno de R\$ 557.376.488, enquanto no Estado de São Paulo o investimento não alcança os R\$ 260.523.149. Em outros termos, no Mato Grosso do Sul são investidos 68% do montante total destinado às obras em questão (SOUZA, 2005).

Souza (2005) faz referência a uma publicação da Revista Isto É, de 1993: ao ter acesso ao número referido, observou-se a existência de um artigo que revela que a então chamada Usina de Porto Primavera quase parou por falta de recursos, o que aconteceu durante o governo Franco Montoro que compreendeu o período entre 1983 a 1986. Esse artigo também aponta que houve um avanço muito lento na administração Orestes Quécia, e seu desenvolvimento real só foi retomado durante a gestão de Luiz Antônio Fleury Filho (ISTO É, 1993, p. 41).

Ainda conforme o artigo publicado da Revista Isto É, com apenas 70% das obras concluídas, foram consumidos U\$ 2 bilhões, ou seja, antes do término da obra já se havia consumido o valor estimado para a completa conclusão da obra. O pior fato apontado pelo artigo era o fato de que, para a conclusão dos 30% restantes da obra, ainda seriam necessários gastos em torno de outros U\$ 2 bilhões. Conforme informações obtidas através da CESP, a previsão de custo era de U\$ 4,5 bilhões, mas com os atrasos esse montante se multiplicou, e foram gastos U\$ 10 bilhões (SOUZA, 2005).

## 5.2 OS IMPACTOS CAUSADOS PELA INSTALAÇÃO DA UHE ENGENHEIRO SÉRGIO MOTTA

Conforme aponta Travassos (2001), a área inundada pelo reservatório da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta comportava a maior e melhor reserva de argila da América do Sul, e o lago destruiu também um dos mais importantes ecossistemas de Mato Grosso do Sul, com características equivalentes aos do Pantanal. De acordo com o autor, também foi afetada a vivência dos pescadores, os quais sofreram com o processo de deslocamento após a cheia do reservatório.

Travassos (2001) relata que a população da vila submersa Porto XV de Novembro foi reassentada em uma zona urbanizada, cedida pela CESP, sendo denominada posteriormente de Nova Porto XV de Novembro. Esta situava-se a 15 km da sede do município, e sem a oferta de empregos nas proximidades, ocorreu um índice de desemprego de metade da população adulta, o que criou um drástico problema social. Mesmo perante tal situação, cerca de trinta famílias ainda permaneceram em Nova Porto XV. As condições, no entanto, eram as piores, essas famílias se estabeleceram morando em barracos de lona, já que a CESP não as considerou beneficiárias de programa algum.

De acordo com Lima (2007), em virtude da formação do imenso lago, bem como da chegada de um volume maior de água, a partir da cota 253, além das questões econômicas, também foram afetadas questões culturais envolvendo os ribeirinhos deslocados de suas origens. Eventos como a procissão da festa de Nossa Senhora dos Navegantes também já não foram mais possíveis. Conforme a pesquisa da autora, o impacto causado pelas águas do reservatório tomou proporções grandiosas e a travessia do rio Paraná através da Ponte Mauricio Joppert da Silva ficou inviável, impossibilitando qualquer atividade cultural realizada anteriormente.

Lima (2007) e Gonçalves (1997) apontam que a construção do reservatório de Porto Primavera alterou o ambiente antrópico<sup>16</sup> e o ambiente biótico da região, transformando um trecho do rio Paraná em lago e, conseqüentemente, modificando seu ritmo e curso normal. Impactos sobre a flora e fauna terrestre e aquática foram ainda mais abrangentes, e houve também a perda de patrimônios históricos e arqueológicos. Com a inundação de recursos produtíveis como terras agricultáveis e jazidas de argila e uma desestruturação no setor social e cultural, o que restou para as famílias afetadas foi a sensação de desamparo e resquícius de força para se sobreporem às sérias circunstâncias.

Há dez anos, Kudlavicz (2001), já apontava para a questão de descaso e intransigência, que em 2001 já se arrastava por mais de 20 anos, com situações de incertezas e inseguranças para os ribeirinhos e ilhéus que habitavam o local há mais de 50 anos. O autor ressalta que eram famílias de agricultores, pecuaristas, oleiros, pescadores, capturadores de iscas e assalariados. Famílias que tiveram suas atividades devastadas ou modificadas com a sua realocação, o que alterou completamente o modo de vida dessas pessoas.

---

<sup>16</sup> Termo recentemente criado, que se refere a humanidade, a sociedade humana, a ação do homem. É empregado para qualificar um dos setores do meio ambiente, o meio antrópico, que compreende os fatores políticos, éticos e sociais.

Souza (2005) aponta que, em pesquisa realizada junto a CESP, levantou-se que a formação do reservatório da UHE Porto Primavera afetaria 2.026 estabelecimentos rurais, altamente concentrados na margem pertencente ao estado do Mato Grosso do Sul, significando 80% da área ocupada. Dentre os principais impactos, o autor evidencia que as atividades dos estabelecimentos rurais em Mato Grosso do Sul e São Paulo foram gravemente afetadas, o que transformou as vidas dos moradores e ex-moradores das regiões impactadas.

Diante dos impactos observados, bem como da fragilidade ambiental, social e econômica ocasionados pela implantação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, representantes políticos e também da justiça começaram a se manifestar. Gonçalves (1998) nos conta que o governador do Mato Grosso do Sul, José Orcílio Miranda dos Santos, conhecido como o Zeca do PT, junto com os deputados Ben Hur Ferreira e Pedro Luiz Teruel, apoiados pelo procurador aposentado Heitor Miranda dos Santos firmaram acordo com a CESP e o governo de São Paulo. Esse acordo era composto pela retirada da ação popular que gerou liminar impedindo o início do enchimento do lago da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta em troca de que a CESP cumprisse algumas obrigações junto à região afetada. O autor nos conta ainda, que tal acordo foi uma articulação política para permitir o avanço das obras.

Campanharo (2005) afirma que, com o início do enchimento do reservatório marcado para maio de 1998, se intensificaram uma série de ações judiciais contra o fechamento das comportas. Essas ações tinham a intenção de assegurar o cumprimento de compensações sociais e ambientais pela CESP a vários municípios dos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, afetados diretamente pela barragem. Houve nesse período, a ocorrência de um processo desordenado de intervenções, em que os atores sociais envolvidos com o empreendimento se mobilizavam em prol de algo que, segundo a autora, deveria ter sido motivo de mobilização muito antes de se ter definido a data de enchimento do lago.

Em 09 de dezembro de 1998, a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de São Paulo, entrou com uma Ação Cível Pública no intuito de tentar suspender o fechamento das comportas da UHE Porto Primavera, e conseqüentemente o enchimento do lago, que inundaria 1,46 mil km quadrados em sua primeira fase. A ação deu entrada na 1ª Vara da Justiça Federal, em Presidente Prudente. Com essa empreitada a OAB queria impedir não apenas o enchimento das comportas como também queria o ressarcimento dos danos ambientais já provocados pelas obras de construção da hidrelétrica (GONÇALVES, 1998).



Em matéria disponibilizada pela assessoria de imprensa da OAB São Paulo no site do Instituto Socioambiental – ISA, o presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB de São Paulo, Márcio Cammarosano, diz que a intenção da Ordem com tais processos e tentativas de embargo era evitar que fosse consumado o que eles classificaram como sendo um desastre ambiental sem precedentes no Brasil. De acordo com as informações cedidas pela OAB, o projeto afetou 22 espécies de anfíbios, 37 espécies de répteis, 298 espécies de aves e 60 espécies de mamíferos, muitos desses animais estavam ameaçados de extinção. Havia ainda a incidências de erosões e assoreamento do rio, comprometendo a qualidade da água e gerando problemas de oxigenação do lago.

A OAB tentou culminar uma discussão que avaliasse o custo-benefício da obra. Para os representantes a obra iniciada nos anos 70, já havia consumido em 1998, mais de US\$ 9 bilhões, enquanto outras obras também consideradas de grande porte, mas com maior custo benefício eram possíveis por um custo significativamente menor. O argumento era que a construção de três usinas térmicas de gás natural de ciclo combinado, que se utilizavam do gasoduto Brasil-Bolívia, substituiria a energia produzida por Porto Primavera com custo reduzido. E mais, argumentavam que uma das usinas levaria no máximo três anos para ser construída, custando apenas US\$ 1 bilhão.

A ação da OAB comparava ainda a extensão do lago de Porto Primavera, de planície e pouca profundidade, ao lago de Itaipu. Afirmava que enquanto a área inundada de Porto Primavera era de 225 mil hectares, ao final da segunda etapa, para produzir apenas 1.815.000 KW, em Itaipu, a área inundada era menor, apenas 200 mil hectares que produziam cerca de 10.500.000 KW. Cammarosano, afirmava na ação referida que Porto Primavera teria um lago 12,5% maior do que Itaipu, mas com capacidade energética 83% menor.

Para Campanharo (2005), mobilizações como a da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como dos atingidos pela barragem, organizações não-governamentais como a Associação em Defesa do rio Paraná Afluentes e Mata Ciliar (APOENA) e outras formas de organização, conseguiram várias liminares para o atraso no enchimento do reservatório, mas tais resultados não foram suficientes para evitar impactos tão drásticos no meio socioambiental.

O ambientalista Weffort (1998) relata em matéria publicada pelo ISA, em 26 de novembro de 1998, que, do lado paulista, a primeira vítima seria a reserva Lagoa São Paulo. Segundo ele, a única unidade de conservação nesse trecho do rio Paraná, criada em 1942, abrigava uma vasta

gama de espécies da fauna brasileira, como aves aquáticas e peixes nobres como o dourado, a piapara e o jaú, que utilizavam as suas lagoas marginais para reprodução e proteção.

Sob essas circunstâncias, o IBAMA, órgão federal responsável pela emissão da Licença de Operação, sofreu pressão de ambientalistas, bem como do Ministério Público. As seguidas liminares que culminavam no adiamento da formação do lago não obtiveram êxito quanto ao cumprimento total dos programas previstos nos estudos de impactos ambientais. Segundo relata Campanharo (2005), em maio de 1998, a menos de 15 dias do enchimento do lago, foi enviada à região uma equipe de técnicos e especialistas em meio ambiente do IBAMA, a equipe era constituída por especialistas de São Paulo e Brasília e o objetivo era vistoriar as obras da Hidrelétrica de Porto Primavera.

Para Romero *et al.* (2000), nesse período a força política da opinião pública e das Organizações Não Governamentais cresceu e se fortaleceu. Por conta das Audiências Públicas - iniciadas no final de 1997, que visavam apenas ouvir e esclarecer os interessados - acabou-se promovendo a conscientização de algumas parcelas da sociedade acerca do fato de que a concessão da Licença de Operação dependia da concordância das Secretarias de Meio Ambiente de São Paulo e do Mato Grosso do Sul, bem como do IBAMA. Segundo o autor, ao IBAMA, coube por sua vez, a responsabilidade pela concessão da licença, bem como a fiscalização do cumprimento das condições colocadas pelas Secretarias.

Em consequência da conscientização promovida pela atuação do poder judiciário, houve a ampliação da atuação do Ministério Público em relação às questões envolvendo o alagamento para a construção da UHE Engenheiro Sérgio Motta. As representações do Ministério visavam resguardar os interesses e direitos dos setores menos poderosos econômica e politicamente, que estavam à mercê dos impactos que a UHE de Porto Primavera ocasionaria (ROMERO *et al.*, 2000).

Em consequência das liminares e ações promovidas pelo Poder Judiciário o enchimento do lago da Usina de Porto Primavera teve que ser atrasado por cerca de sete meses, até que a autorização judicial para fechar as comportas foi concedida. Segundo Campanharo (2005), estimou-se um prejuízo de cerca R\$ 5 milhões. Conforme apresenta a autora, o Secretário de Energia de São Paulo na época, Mauro Arce, afirmou que a cada mês em que a operação de alagamento da usina ficou paralisada, houve acréscimo ao custo da obra em cerca de R\$ 700 mil. Campanharo (2005) ressalta ainda que esses foram os principais fatores que levaram a

Usina de Porto Primavera a ser conhecida e divulgada. Ou seja, foram seus elevados custos de construção e a enorme lista dos impactos ambientais causados pela usina, que fizeram com que ela se tornasse tão conhecida mundo afora.

Conforme demonstra Campanharo (2005), além dos impactos acima citados, ainda ocorreram alterações nos meios e modos de vida como a desagregação social de comunidades locais, o deslocamento compulsório da população, a desestruturação das atividades econômicas e dos mercados de trabalho e de terras, a ruptura das teias de relações sociais, entre outros. Honorato (2008) mostra que os impactos foram muito maiores do que os discutidos pelas autoridades e pela imprensa, pois atrelado aos grandes impactos ambientais estavam a perda de identidade social, de sentimento comunitário, as mudanças nas interações sociais cotidianas, as transformações no estilo de vida, a perda de técnicas e matéria-prima da economia artesanal, a perda de marcos históricos, de valores e sentimentos referidos a lugares, o esvaziamento da população da área inundada, a alteração do padrão da população urbana e rural, os movimentos migratórios, as pressões sobre a infra-estrutura de educação, preservação, lazer, saúde, saneamento e segurança pública, e ainda, significativos problemas sociais como a prostituição, a gravidez precoce e o alcoolismo.

Para Honorato (2008), a desestruturação social e cultural provocada pela UHE Sérgio Motta provocou o aumento de tensões e conflitos. E a propagação dos boatos, a organização da população local em movimentos fizeram com que a construção da Usina fosse o alvo de inúmeras matérias a respeito de desmandos e corrupção política.

Dentre as 77 ilhas distribuídas ao longo dos 250 km do Rio Paraná, 46 eram habitadas. A formação do lago acarretou impactos permanentes e irreversíveis em relação à dinâmica socioambiental da área em que seriam sofridos os impactos do reservatório (CAMPANHARO, 2005). Kudlavicz (2005) ressalta que a região alagada era formada por uma planície que acompanhava o rio numa faixa média de 10 quilômetros de largura. Tratava-se de locais úmidos, cheios de lagoas, que nas grandes enchentes ficavam submersas. O autor aponta que na formação final do lago de Porto Primavera, toda essa planície ficou submersa.

Como resultado, a agricultura sofreu consequências impactantes, e a fertilidade da terra que garantia que culturas de milho e feijão produzissem bem, já não era mais a mesma, visto que os reassentamentos das famílias atingidas pela barragem não possibilitavam a cultura da terra conforme se fazia anteriormente. Conforme levantado por Campanharo (2005) o reservatório

da usina de Porto Primavera inundou cerca de 2.026 estabelecimentos rurais em toda sua área de influência, o equivalente a 2.360 km<sup>2</sup> de terras com potencial produtivo. Nessas terras existiam áreas onde predominavam culturas agrícolas e pastagens, além de ranchos de lazer.

Conforme Campanharo (2005) a retração de áreas produtivas resultou em uma diminuição da área plantada, decorrente da iminente inutilização da área inundada. O que de acordo com o IRN apresentou-se como uma delicada e complexa questão socioeconômica, em que mais de 6.000 pessoas, inclusive membros de uma tribo indígena Xavante, foram realocadas no intuito de que a Usina pudesse acrescentar cerca de 403 MW de potência ao sistema interligado Sul/Sudeste/Centro-Oeste.

O enchimento do lago inundou inicialmente 1.300 propriedades rurais, e 1.310 pessoas foram afetadas, das quais 199 viviam nas ilhas, 897 no continente e mais 214 que embora não vivessem na área de inundação, produziam nela. De acordo com Campanharo (2005) foram muitos os proprietários, que relutaram em vender suas propriedades, resistência essa que talvez se deva ao fato de que muitas dessas famílias estavam na área afetada havia mais de 20 anos.

Segundo apontamentos feitos pela autora, entre os principais impactos sobre o meio antrópico do reservatório de Porto Primavera, estão o deslocamento induzido da população, a perda de terras com potencial produtivo, a perda de estabelecimentos rurais, as desestruturas no setor cerâmico oleiro, a perda de equipamentos de lazer e de sítios arqueológicos. Campanharo (2005) aponta ainda que, para a formação do reservatório de Porto Primavera foi deslocado um total de 1.700 famílias. Em consequência, uma grande parte das atividades produtivas deixou de ser aproveitada e os órgãos financeiros não mais concediam financiamentos em áreas definidas como áreas de risco.

Nesse contexto, a produção agrícola retraiu, gerando uma perda considerável de recursos financeiros à região e, com a formação do reservatório, houve ainda a inundação dos depósitos de argila. Diante de tais circunstâncias, bem como da pressão social, a CESP precisava demonstrar interesses em minimizar os efeitos dos impactos causados pela Usina de Porto Primavera. A companhia implantou então um programa de estocagem de argila, destinado a um período de 8 anos de produção. Segundo Kudlavicz (2005) esses estoques de argila dos ceramistas foram concluídos em setembro de 1998, mas não foram suficientes para que o setor cerâmico-oleiro evitasse as futuras dificuldades que ocorreriam após o enchimento do lago da usina hidrelétrica.

Kudlavicz (2005) aponta que a construção da barragem criou um transtorno capaz de abalar as estruturas básicas de família. A separação das famílias, evidenciadas pelo autor por meio das entrevistas realizadas em sua pesquisa, se completa com a divisão das famílias atingidas em categorias.

Tais categorias foram resultado de um cadastramento realizado pela CESP, que classificava os ribeirinhos de acordo com a informação fornecida sobre a principal fonte de renda. Com base nessas informações, os ribeirinhos eram classificados como agricultores e pecuaristas, oleiros, pescadores, mão-de-obra assalariada e comerciantes, e alguns teriam, teoricamente, direito ao reassentamento (KUDLAVICZ, 2005).

A classificação mencionada no trabalho de Kudlavicz (2005) fracionou os grupos de familiares e de vizinhos, vínculos construídos durante décadas e mediante muitas dificuldades, foram gravemente abalados. Com essa classificação houve a determinação de mudanças na sobrevivência das famílias nos assentamentos. A CESP classificou os atingidos conforme a própria companhia decidia, e mesmo quando as pessoas resistiam em afirmar qual era sua principal fonte de renda, a CESP definia por elas. Muitas das famílias tinham dificuldades em dizer com precisão qual era sua principal fonte de renda, o que ocorria devido ao fato de que normalmente realizavam mais de uma atividade que lhe proporcionavam renda.

A partir da forçada classificação determinada pela CESP, foram projetados programas de reassentamentos para essas famílias. Segundo Kudlavicz (2005), desconhecendo ou exercendo o descaso com as outras fontes de obtenção de renda das famílias abaladas, fontes estas criadas durante décadas de convivência com o ecossistema local, a CESP seguia ignorando o fato de que ao longo dos anos essas famílias foram capazes de sobreviver, graças ao ambiente em que estavam inseridas e que forçá-las a sobreviver só da agricultura, conforme as imposições que lhe eram feitas diante da atual circunstância, ou só da pecuária, ou mesmo apenas da olaria era condená-las ao empobrecimento ou mesmo à morte.

Diante da emergência em dar continuidade às atividades relacionadas à implantação da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, e de demonstrar que a CESP sabia o que estava fazendo, o governo paulista em conjunto com a companhia, tentou diluir as exigências relacionadas à mitigação dos impactos causados pela formação do reservatório. No entanto, havia um forte entrave à liberação da Licença de Operação. Tratava-se da realocação das famílias que viviam às margens do rio Paraná (CAMPANHARO, 2005). Esse ponto levou a CESP a adquirir seis

fazendas, das quais três estavam localizadas no Estado de São Paulo e outras três no Estado do Mato Grosso do Sul. Tratava-se de uma área de 14.000 hectares.

Foi adquirida ainda, no Estado de São Paulo, uma área de 2.209 hectares, no município de Paulicéia - a ideia era reassentar 57 famílias impactadas no território paulista. A previsão do programa de assentamento discutido por Campanharo (2005) previa a doação de lotes com 5 hectares preparados para o plantio, bem como a doação de cestas básicas até que fosse concluída a primeira safra. A autora traz ainda que os ribeirinhos receberam cercas para proteção do gado, e que duas outras áreas foram adquiridas para abrigar mais 69 famílias. Segundo a autora, houve também a aquisição, por parte da CESP, de uma área para o reassentamento urbano de 80 famílias, que eram constituídas por pescadores e ribeirinhos. Alguns afetados também foram transferidos para casas alugadas pela companhia até o término das casas definitivas, em abril de 1999.

Contrariando as evidências, a CESP se demonstrava ocupada dos interesses dos ribeirinhos afetados pela implantação da Usina Sérgio Motta, e alegava que cerca de 20% das famílias que seriam reassentadas decidiram se mudar por vontade própria nos seis meses em que vigorou uma das liminares da Justiça. A CESP dizia cumprir os programas de remanejamento da população, mas muitos protestos foram surgindo e a população se queixava da falta de atenção por parte companhia. Kudlavicz (2005) nos conta que em seus relatos, as pessoas entrevistadas em sua pesquisa lhe falavam sobre a resistência da CESP em cumprir as indenizações e que, em certos casos, intimidavam e induziam os atingidos a acreditarem que não tinham direito a outra terra. Muitos se desesperaram sem saber se teriam o que fazer sem seu pedaço de terra que lhes possibilitasse a sobrevivência.

As circunstâncias resultantes dos impactos causados pela construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta provocaram uma desestruturação econômica, ocasionada pela pressão sobre os recursos naturais. Houve ainda a especulação imobiliária, a elevação do custo de vida, a perda de bens e a transformações do mercado de trabalho. Tais acontecimentos provocaram o desemprego, a marginalização social, e mesmo a abertura de novos mercados. Situações de falência de empresas e empobrecimento regional propiciaram também a perda de recursos turísticos e o desequilíbrio entre oferta e procura de bens e serviços no comércio. De acordo com Honorato (2008), as transformações no comportamento do consumidor, a abertura de novos mercados e as transformações na economia pesqueira foram decorrentes da perda de sistemas agropecuários, das pressões sobre o uso do solo, do

aumento de pequenos produtores, bem como do surgimento de uma economia marginal, ocasionando o endividamento e a pauperização.

De acordo com os estudos levantados por Campanharo (2005) as experiências brasileiras no que se refere às grandes e impactantes obras de infraestrutura, demonstraram que em situações onde determinados segmentos da sociedade foram afetados, a população não conseguiu recuperar suas bases econômicas e passou a viver em meio ao aumento da marginalidade social após a conclusão das obras. No que se refere à construção de hidrelétricas, há dois eixos consideráveis de impactos sociais: o primeiro relacionado à vinda do grande número de trabalhadores para a área onde será implantada a usina, e o segundo, decorrente da retirada das famílias que vivem nas áreas de inundação.

As famílias que permaneceram na região foram obrigadas a recomeçar suas vidas a partir de nada ou de algo muito próximo a isso. Kudlavicz (2005) nos conta que famílias ribeirinhas de oleiros, pescadores, agricultores, assalariados e capturadores de isca viva antes tinham uma relação de dependência e de respeito com o rio, e que fixaram residência nessa região porque ali havia fartura. A construção da Usina Hidrelétrica Porto Primavera, porém, que se prolongou por 22 anos, levou essas pessoas a uma situação de destruição, com enormes prejuízos.

De acordo com Kudlavicz (2005), os funcionários da CESP passaram a exercer então a pressão psicológica sobre os moradores, alertando-os a não construir e não fazer melhorias, já que em breve eles teriam que deixar suas terras. E pior, afirmavam que eles não seriam indenizados. Conforme o autor, tais ameaças foram feitas a muitos moradores das áreas afetadas, durante anos. Assim, muitas famílias deixaram de fazer melhorias em suas propriedades, tornando-as desvalorizadas.

Segundo os ribeirinhos entrevistados por Kudlavicz (2005), foi a partir de 1995 que as circunstâncias se agravaram. As principais fontes de renda começaram a desaparecer, como em 1993, com o barramento do rio pela barragem, que fez com que os peixes não mais subissem no período da piracema, o que diminuiu em 80% o volume das atividades relacionadas à pesca. Situações como esta levaram o autor a considerar que uma indenização de 20 salários mínimos ou 5 hectares de terra era o mesmo que condenar os ribeirinhos atingidos pela barragem à mendicância ou transformá-los no que o autor definiu como favelados rurais.

De acordo com os apontamentos de Kudlavicz (2005), é grande o empobrecimento da população que permaneceu na área atingida pela construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. Fontes de renda foram se esgotando e a questão referente à melhoria das condições de vida foi ficando cada vez mais subjetiva, visto que essa melhoria era na compreensão do ribeirão, totalmente distinta da concepção de melhoria por parte da CESP. Para o autor, o capital e a tecnologia que surgem em nome do desenvolvimento interferem no ambiente antrópico e produzem impactos e modificações de efeitos positivos, mas é maior a frequência e a intensidade de efeitos negativos. Desta forma, o homem se mostra um receptor de impactos positivos e negativos, que determinam seu modo de existência.

Kudlavicz (2005) chama a atenção para um fato simples e lógico, em que o equilíbrio ecológico e social se faz fundamental para continuidade da vida dos ribeirinhos e que a interferência no percurso natural do rio desestrutura e desequilibra o ecossistema, tornando-se um fato sentido no cotidiano pelos moradores.

A respeito da Usina de Porto Primavera, ao receber a licença para operar, a CESP iniciou os testes com as comportas da usina. A intenção era garantir o pleno controle durante o enchimento do reservatório. Campanharo (2005) relata que houve alguns problemas durante os testes com as comportas, como o fato de que a diminuição do leito do rio à jusante do reservatório comprometia o abastecimento de água potável dos ribeirinhos. Registrou-se ainda a alta mortalidade de peixes, devido à tentativa de subir o rio para realizarem a piracema e, por não conseguirem, acabaram ilhados. Mediante tais constatações, o chefe do IBAMA do município de Presidente Epitácio, considerou um grande erro o IBAMA ter liberado a Licença de Operações em pleno período de piracema, pois a situação na região representava um desencontro em relação às leis ambientais. Esse episódio resultou à CESP apenas uma multa no valor de R\$ 4.960, como se fosse possível avaliar o extermínio das várias espécies de peixes, inclusive de alevinos.

Em relação aos equipamentos de lazer, Campanharo (2005) aponta que foram perdidos complexos de lazer e parques. Esses equipamentos eram o local onde a população se encontrava para as atividades de lazer e também atividades culturais. Nesses lugares se apresentavam músicos e outros artistas. Com a inundação, a área em que se localiza o rio Paraná, perde mais um elemento de sua recente história e cultura. A CESP construiu outro parque, mas os moradores argumentam que não é mais como antes.



Sítios arqueológicos, que evidenciam a existência de seres humanos no local há mais de dez mil anos também foram perdidos por causa do alagamento. Segundo nos informa Campanharo (2005), as provas disso estão impressas em artefatos da época, tais como os de pedras lascadas e polidas, sendo esses os mais antigos, e objetos cerâmicos com idade estimada em até mil anos.

Em um trabalho autorizado no ano de 1994, a partir de um convênio com a UNESP (Universidade Estadual Paulista) de Presidente Prudente, foram encontrados cerca de 200 sítios arqueológicos nas margens do rio Paraná, sendo 120 deles situados na margem que fica no estado do Mato Grosso do Sul, e 63 sítios na margem esquerda, no estado de São Paulo (CAMPANHARO, 2005).

Mediante situações como a perda de sítios arqueológicos, a perda da biodiversidade, e o impacto em relação a subsistência humana, surgiram muitas ações na Justiça a fim de impedir a instalação da Usina Sérgio Motta, como já mencionado anteriormente. Mas algumas dessas ações se fazem ainda mais marcantes, como a ação movida pelos índios Ofaié, que Barreto (2001) relata em entrevista ao Instituto Sociambiental.

A área do lago da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta atingiu locais que além de serem habitados por ribeirinhos, há muitos anos, também eram habitados por remanescentes dos índios Ofaiés, que ali viviam em comunidade. Segundo Barreto (2001), a então coordenadora das ações do Ministério Público do Mato Grosso do Sul, Tânia Garcia, afirma que no caso dos índios e ribeirinhos houve ressarcimento econômico, bem como o remanejamento para assentamentos rurais. Barreto traz ainda que a coordenadora relata ter havido a inclusão dos mesmos em programas sociais e habitacionais, e aos índios Ofaiés foram entregues terras compradas pela CESP.

Os Ofaiés, grupo indígena originário do Mato Grosso do Sul, no último século vêm sofrendo com as transferências regionais que lhe são impostas. Hoje estão habitando no município de Brasilândia, e a partir das ações judiciais foram incluídos em um programa de cestas básicas e, após um intervalo de tempo sem recebê-las, tiveram que ser novamente representados judicialmente para que pudessem voltar a receber as cestas. Esse povo acabou se miscigenando com brancos e também com os índios Kaiowá. São pessoas submetidas à violência e ao descaso quando o assunto é segurança e saúde (DUTRA, 1999).

Diante de tantas circunstâncias envolvendo os impactos ocasionados pela instalação da Usina, houve tentativas de compensação, como a proposta de operação em regime que fosse capaz de reproduzir as cheias periódicas do rio Paraná na região, assim parte das áreas de várzea seria preservada, mantendo sua biodiversidade (ROMERO *et al.*, 2000). No entanto, os custos ambientais foram significativamente elevados, pois as características da região inundada não eram similares as de outros lugares que também sofreram com a instalação de hidrelétricas, pois nesta havia uma vasta gama de ecossistemas e uma das maiores biodiversidades já vistas.

Para Romero *et al.* (2000), os custos foram enormes. As populações ribeirinhas foram as que mais sofreram, e o período que constitui a construção da Usina de Porto Primavera foi marcado como duas décadas de incertezas no que se refere ao acesso às terras e ao rio, o que prejudicou pequenos agricultores, pecuaristas, oleiros, ceramistas e pescadores. Isso, de acordo com os autores, é decorrente do fato de que as políticas públicas existentes no país, com o intuito de atender à demanda de expansão no setor de produção de energia, estão pautadas em uma legislação que parece ser eficiente, mas que não é capaz de impedir o licenciamento de empreendimentos que causam impactos ambientais tão significativos quanto ao apresentados até aqui, como é o caso das Usinas de Balbina, Tucuruí, e Engenheiro Sérgio Motta.

## 6 O CAMPO

### 6.1 O DISTRITO DE PRIMAVERA

A região que abriga o distrito de Primavera se desenvolveu em meio a uma sociedade dominada por grileiros de terra, latifundiários, pecuaristas e grandes empresas de construção civil que atuaram na construção de hidrelétricas como a de Rosana e Sérgio Motta (THOMAZ, 2009). No auge das obras da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, cerca de nove mil trabalhadores foram empregados (CAMPANHARO, 2005; SILVA, 2010). Com o objetivo de atender a esse número de operários, foi criado, na década de 80, o núcleo residencial de Primavera, dando origem à cidade de Primavera, que em 1998, contava com uma população de 12 mil habitantes, número que reduziu conforme o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Conforme dados apresentados pelo IBGE em 2010, observou-se uma situação curiosa em relação à Primavera, pois o distrito apresenta um número de habitantes significativamente superior ao número de pessoas residentes na cidade de Rosana. Dos 19.691 habitantes que constituem a população do município, 10.289 residem em Primavera, enquanto apenas 5.586 pessoas habitam em Rosana. Os outros 3.816 habitantes do município encontram-se instalados na zona rural.

Conforme os apontamentos de Vianna (2006b), a área de influência de Porto Primavera e Rosana abrangem municípios como Teodoro Sampaio, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Marabá Paulista e Mirante do Paranapanema, todos pertencentes ao estado de São Paulo, e ainda Bataiporã, Anaurilândia e Nova Andradina, localizados no estado do Mato Grosso do Sul e, Diamante do Norte, Terra Rica, Paranaíba, Itaúna do Sul e Nova Londrina, localizados no estado do Paraná.

O conjunto de trabalhadores, inicialmente absorvido pela empreiteira contratada pela CESP, foi aos poucos sendo excluído a partir do término das obras e, sem emprego, deu início a um processo de empobrecimento e pauperização. Muitos não tinham para onde ir e passaram a ser os novos sem-terra dos anos oitenta. Thomaz (2009) aponta que as lutas contra a concentração de terras na região, passam a ter um incremento com a adesão dos ex-trabalhadores ao processo reivindicatório.

A região conhecida como Pontal do Paranapanema, que compreende o município de Rosana, do qual faz parte o Distrito de Primavera, tem sua história pautada em conflitos contra a concentração fundiária, resistências e ocupações de terras. Entre inúmeros conflitos, fazendas foram ocupadas, famílias foram posteriormente despejadas e, propriedades de posse das empresas Camargo Corrêa e Vicar S.A. foram invadidas. Em meio a conflitos e resistências, foi assinado em 1984, um decreto que resultou na desapropriação de uma área de 15.110 hectares, e no assentamento de 466 famílias (THOMAZ, 2009).

Diante do cenário conflituoso envolvendo a posse de terras, bem como a instalação de hidrelétricas na região, constitui-se o município de Rosana, o qual convém ser adequadamente apresentado para que possamos nos contextualizar para compreender o processo de criação e desenvolvimento do Distrito de Primavera. O município de Rosana é uma cidade com 19.691 habitantes, trata-se de um município peculiar, tanto em sua história atual e recente, quanto em sua colonização. É um local permeado por conflitos e situações que afetam a vida da população local.

O município conta com duas UHEs, uma em Rosana, a Hidrelétrica de Rosana, e outra em Primavera, a Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. O Pontal do Paranapanema é uma região marcada por conflitos envolvendo propriedades de terras desde o século XIX. Já por volta de 1870, havia na região a luta pela posse das terras às margens do Rio Paraná e Paranapanema. Thomaz (2009) aponta que diante enfrentamentos e disputas de todo o tipo, desde as situações levadas aos tribunais, ocupações de terras, de prédios públicos, marchas e violência física praticada por grupos patrocinados por grileiros, se constituiu a região do Pontal, que compreende parte do extremo oeste do estado de São Paulo. Segundo Thomaz (2009) e Pandolfi (2009), trata-se de um local insuflado por conflitos fundiários, em que os posseiros, os grileiros e o próprio Estado tornaram-se os principais personagens dessa briga. Hoje a região é conhecida pelas lideranças e assentamentos existentes na região.

Pandolfi (2009) e Thomaz (2009) relatam que o processo de expansão da região, iniciado no século XIX, ocorreu no intuito de se promover a ocupação do extremo oeste paulista. Conflitos fundiários entre posseiros, grileiros e o Estado, foram alvos para a criação de leis como tentativas de se colocar um fim na ocupação pela posse, no entanto, as terras possuídas antes da instituição de leis como a Lei 601, de 1850, eram consideradas regulares. Esse fato possibilitou que muitas propriedades não ocupadas fossem então adquiridas por grileiros, o

que foi ocasionado pela falsificação de títulos de terras. Uma parte significativa das terras do Pontal do Paranapanema começou a ser grilada desde então.

Fernandes e Ramalho (2001) apontam que até a década de 1890, os grileiros não encontraram problemas capazes de desestimulá-los, pois houve apenas algumas lutas provenientes da resistência de posseiros em movimentos sociais isolados, que não foram obstáculos consideráveis. Em 1889, o governo da província de São Paulo considerou imprestável o requerimento de legitimação de algumas terras da região do Pontal. No entanto, nenhuma medida tomada pelo governo foi capaz de evitar o apetite devorador dos grileiros.

Reservas criadas na região do Pontal foram simplesmente destruídas, e o movimento de grilagem só começou a se abalar a partir das ocupações de terras realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Os latifundiários tiveram as terras devolutas mantidas sob seus jugos, durante aproximadamente um século. Foram grilados, nesse período, quase um milhão de hectares (FERNANDES; RAMALHO, 2001). O amplo processo de grilagem na região do Pontal do Paranapanema só foi dar início a um processo de mudança a partir do confronto entre latifundiários e sem-terra, o que fez com que a região fosse transformada, na década de 90, em uma das regiões com maior número de conflitos por terra no país.

Fernandes e Ramalho (2001) destacam que no Brasil, a concentração fundiária é um processo histórico significativo e nesse processo o Estado se faz a instituição competente no que se refere ao desenvolvimento de políticas de reforma agrária, no entanto, não tem sido capaz de efetivar tais políticas. O que se tem percebido é o fato de que a luta pela terra tem impulsionado políticas compensatórias de implantação de assentamentos rurais.

Pandolfi (2009) nos conta que é às margens do Paranapanema que histórias de populações ribeirinhas são marcadas por conflitos causados pela grilagem de terras e, não bastando os problemas históricos evidenciados nesse sentido, trata-se agora de uma população também fortemente marcada pela construção de usinas hidrelétricas. O rio Paranapanema, que nunca se prestou à navegação, por suas fortes e numerosas cachoeiras, tornou-se no século XX, atrativo à produção de energia elétrica.

A região do Pontal é constituída por 31 municípios, dentre os quais se encontra o município de Rosana, que contém o distrito de Primavera, localizado bem no ponto em que se encontram

os dois grandes rios Paraná e Paranapanema (PANDOLFI, 2009). De acordo com Fernandes e Ramalho (2001) quinze, desses 31 municípios, possuem assentamentos rurais. São eles os municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, Sandovalina, Presidente Bernardes, Marabá Paulista, Presidente Epitácio, Caiuá, Presidente Venceslau, Piquerobi, Martinópolis, Rancharia, João Ramalho e Iepê. Conforme pesquisa realizada por Pandolfi (2009), trata-se da região, do estado de São Paulo, com maior número de famílias assentadas.

Em meio a essa complexidade de situações conflituosas, aliada a busca pelo desenvolvimento que só poderia ser possível por meio da expansão do potencial energético, surge o município de Rosana, inicialmente filiado ao município de Presidente Epitácio e, posteriormente emancipada, no ano de 1990, por meio da realização de plebiscito popular. A então vila de operários, o anteriormente mencionado núcleo residencial Primavera, vem constituir o município de Rosana, passando a ser mais tarde, considerada um distrito do município.

O surgimento do município, em 1950, se deu a partir do projeto de implantação do ramal ferroviário da Estrada de Ferro Sorocabana, o chamado Ramal de Dourados. O ramal interligaria o município de Presidente Prudente à barranca do rio Paraná. Por meio de balsas, próximo à confluência com o rio Paranapanema, os trilhos se estenderiam até o município de Dourados, no estado do Mato Grosso do Sul. A empresa responsável pela construção do ramal era a Camargo Corrêa, e a mesma empresa foi a responsável pela construção do município de Rosana, nomeado dessa forma em homenagem a uma das filhas de Sebastião Camargo, o responsável pela empreiteira (SILVA, 2010).

De acordo com Silva (2010), embora inicialmente a cidade de Rosana pertencesse ao município de Presidente Epitácio, antes de se emancipar, em 1990, a cidade de Rosana pertenceu também ao município de Teodoro Sampaio. O desligamento do município de Presidente Epitácio e a vinculação ao município de Teodoro Sampaio, na década de 1960, ocorreram devido ao fato de que este último situar-se mais próximo a cidade de Rosana.

Dentre os marcos históricos do município de Rosana, a construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, iniciada na década de 70, assinalou o desenvolvimento do município, dando origem ao distrito Primavera. É importante ressaltar que tratava-se de um projeto da Hidrobrasileira S/A Engenharia e Consultoria Técnica da Cia Energética de São Paulo.

A movimentação em torno das barragens, com início ao final da década de 1970, não coincide com a construção das casas em Porto Primavera, que somente teve os trabalhos iniciados no final dos anos de 1980. Desta forma, foram dez anos de trabalho sem que houvesse instalações próximas às obras da barragem. Os moradores tinham que improvisar moradias no município de Rosana, bem como em outras cidades da região. E conforme Vianna (2006b), mesmo a partir da implantação do núcleo, a cidade de Rosana continuou abrigando a mão-de-obra não qualificada que atuava na construção da barragem, bem como os desempregados.

Silva (2010) destaca que a construção da usina ao longo da rodovia foi pautada pelo objetivo de situar a obra próximo à cidade de Rosana, de modo que o canteiro de obras e o novo sistema de ligação entre São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, fossem concretizados. Tais ações foram o suporte para o surgimento do distrito de Primavera. Com a construção, tanto da Usina de Rosana, no rio Paranapanema, no ano de 1987, quanto da Usina de Primavera, no rio Paraná, em 1998, surgiu a necessidade de mão-de-obra para a construção e para o funcionamento e manutenção das usinas. É importante destacar que as usinas foram implantadas em uma das regiões menos desenvolvidas de São Paulo. Segundo Tsukumo (1994), as obras de ambas as usinas também contribuíram para a ocupação efetiva da área, requisitando ligações viárias com o noroeste paranaense e o Mato Grosso do Sul meridional.

A necessidade apontada pela autora provocou o aparecimento de pessoas dos mais variados lugares do Brasil. Eram desde pessoas que nada tinham a ver com a construção de hidrelétricas até profissionais já familiarizados com as grandes obras. Desta forma, ocorreu a povoação da cidade e, conseqüentemente, deram início ao processo de construção histórica do distrito Primavera. Entre outros aspectos de expansão, o distrito conta hoje com a instalação de um hospital público regional, bem como a instalação de uma unidade da Universidade Estadual Paulista – UNESP, instalada inicialmente, em 2003, para a realização do curso de Turismo.

Primavera foi projetada pela Divisão de Arquitetura e Urbanismo da CESP. Os responsáveis foram os arquitetos Hélio Pasta, César Galha Lourenço, Nina Maria Tsukumo, Glaycon Motta Melo, Edmilson Tinoco Jr., Maria Manvela e Armando de Donato Filho. O local escolhido para a instalação do núcleo era favorável à sua sobrevivência, se tratando de um ponto em que três estados dividem a fronteira, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. O distrito está vinculado às rodovias que interligam os três estados e localiza-se a uma distância de 50 Km dos núcleos urbanos mais próximos (CESP, 2000).

A responsável pela implantação do núcleo residencial também foi a empresa Camargo Corrêa, empreiteira contratada pela CESP para a realização das obras envolvendo a UHE Engenheiro Sérgio Motta. Empresa esta que enfrentou e enfrenta alguns processos judiciais, pautados em acusações que vão desde incompatibilidade com as leis trabalhistas até o superfaturamento de obras, conforme denuncia a Revista Época em 19 de dezembro de 2009.

Ao realizar a varredura sobre informações que pudessem ser relevantes para a construção de uma visão sobre o distrito de Primavera que pudesse contribuir para a explanação do presente trabalho, foi encontrado um trabalho realizado por Laís Fernanda da Silva, que revelou importantes aspectos relacionados à característica toponímica do distrito de Primavera. Para Silva (2010), a característica toponímica de Primavera é peculiar, pois de acordo com a autora, os nomes atribuídos as localidades do distrito, tais como ruas, travessas e avenidas estão associados às características da própria barragem.

Como aponta a autora, a começar pelo nome do distrito, que está relacionado ao nome pelo qual é conhecida a Usina hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, o distrito possui avenidas com nomes diretamente ligados à Usina, como é o caso da Avenida dos Barrageiros<sup>17</sup>. Instalações construídas para atender aos trabalhadores e a família desses barrageiros, tais como hospitais, também deram nome a logradouros, como é o caso da Rua do Hospital. Há ainda referências às cidades onde foram empreitados grandes empreendimentos hidrelétricos, como Rua Foz do Iguaçu, por exemplo. Em seu mapeamento das ruas e avenidas que constituem a cidade, Silva (2010) observou que a maioria das cidades homenageadas que nomeiam tais ruas e avenidas, possui alguma relação com as UHEs, ou ainda, possuem subestações energéticas.

O núcleo residencial Primavera, como foi definido o local que abrigaria os trabalhadores que atuariam na obra da UHE Engenheiro Sérgio Motta, foi planejado para dispor de vários tipos de residências, para abrigar trabalhadores de todos os níveis. Havia a programação para áreas arborizadas, clubes de lazer, que eram definidos conforme o nível dos funcionários, e também de locais de atendimento à população que ali iria residir, como escolas, postos de saúde e serviços urbanos em geral. Esse era o modelo padrão utilizado pela CESP para as instalações que comportam a população barrageira em suas obras (SILVA, 2010). Foi a vinda desses trabalhadores e suas respectivas famílias que deram origem a história de Primavera,

---

<sup>17</sup> Barrageiro é o nome dado aos trabalhadores que desempenham atividade relacionada à construção de barragens. Trata-se de uma denominação referente não apenas aos trabalhadores dos canteiros de obras, mas também a todos os tipos de profissionais envolvidos direta ou indiretamente com as obras de barragens, como médicos, assistentes sociais e administradores (VIANNA, 2006).



trabalhadores já experientes em relação ao trabalho em barragens e, com a cultura barrageira internalizada.

Com um pensamento pautado nas características fabris vigentes, a CESP, em 1970, planejou e iniciou as obras das usinas hidrelétricas de Rosana e de Porto Primavera, estendendo às suas vilas todas as regras aplicáveis ao mundo do trabalho. As categorias profissionais dos funcionários empregados pela CESP para realizar as obras da Hidrelétrica Sérgio Motta eram definidas conforme os níveis de profissionalização. O N1 era composto pelos trabalhadores que realizavam trabalhos não especializados, como ajudantes, meio oficiais, auxiliares e serventes. O N2 era o nível era composto por funcionários como carpinteiro, apontador, motorista, cozinheiro, garçom, vigia e pedreiro. No N3 situavam-se os profissionais que atuavam como auxiliar administrativo, fiscal de campo, fiscal de concreto, escrevente e laboratorista. O N4 comportava os profissionais de nível técnico, tais como técnico de construção civil, técnico de solo, encarregados, auxiliares técnicos, topógrafos e desenhistas. O N5 era o nível em que se encontravam apenas os encarregados técnicos e o N6 reunia os profissionais com nível superior, como por exemplo, os engenheiros.

Para compreendermos melhor a história, bem como a dinâmica envolvendo o Distrito de Primavera, se faz necessário ressaltar alguns aspectos relevantes ao processo de desenvolvimento das vilas operárias. É interessante ainda, ressaltar antes de tudo, que as regiões carentes de apoio de grandes centros urbanos, ao receberem empreendimentos como a construção de usinas de grande porte necessita que se construam alojamentos dos mais variados tipos. Essas necessidades, como aponta Vianna (2004) são as mais variadas, desde alojamentos de solteiros, vilas operárias e diversos outros tipos de instalações necessárias para que os trabalhadores se estabeleçam durante o desenrolar das obras.

Vianna (2004) aponta que o movimento envolvendo a criação de vilas operárias começou na Europa, e em certo momento houve intensa experiência dos europeus em relação a essas vilas. A maioria das vilas operárias europeias era constituída por pequenas casas isoladas, geminadas de duas em duas, às vezes distribuídas em blocos de quatro casas, ou mesmo enfileiradas, e eram sempre muito próximas às fábricas. Esse modelo foi adotado pelo Brasil posteriormente, o que segundo a autora, foi mais um ingrediente para a manutenção das relações trabalhistas de caráter paternalista, o que barateava o gasto com a força de trabalho.

De acordo com Vianna (2006a), as jornadas diárias de trabalho que os operários realizavam durante o auge das obras barrageiras chegavam a atingir 12 horas de atividades áspersas. Não havia e nem há feriados, férias e às vezes até mesmo fins de semana. Em muitas circunstâncias, as férias eram pagas em dinheiro. E embora nos projetos da CESP, ou ainda nas informações emitidas pela companhia através de jornais e outras mídias, constasse que todos os envolvidos no projeto de construção das barragens usufríssem igualmente da infraestrutura oferecida pela cidade, como saúde, educação, moradia digna e lazer, na prática a coisa não era bem assim. As casas eram muito distintas, conforme o nível do trabalhador, e os clubes de lazer, como mencionado anteriormente, eram divididos conforme o grau hierárquico.

Havia a preferência por casas que fossem isoladas no lote, mas apenas alguns funcionários, ligados a níveis hierárquicos mais altos, tinham essa possibilidade de escolha. Vianna (2004) discute que essas versões de moradias eram uma simplificação vulgarizada da habitação burguesa, distantes dos centros das cidades e acompanhando algumas ideias burguesas, contrárias ao adensamento populacional, bem como aos conjuntos coletivos. Dizia-se que o objetivo era que as casas operárias não mais fossem alvo de filantropia e sim de investimento de capitais.

As grandes organizações industriais emergiram e trouxeram consigo a reorganização do trabalho, bem como novas formas de controle dos trabalhadores nas mais variadas situações do seu cotidiano. Vianna (2004) aponta que foi a partir das duas últimas décadas do século XIX até a década de 40 do século XX, que se difundiu pelo Brasil a prática de criação de vilas operárias em cidades e de núcleos fabris em regiões rurais.

No Brasil, foram dois os tipos mais comuns de vilas operárias. O primeiro tipo é o assentamento habitacional, patrocinado por empresas e destinado aos funcionários destas. O segundo, promovido por investidores privados e direcionados ao mercado de locação. Embora o foco dos dois tipos de vila sejam os operários, o primeiro pertence à própria empresa em que o operário atua, enquanto a segunda é particular. Vianna (2004) conta que essas habitações comumente se confundem com o espaço urbano já existente e acabam se revestindo das mesmas características físicas desse espaço.

Vianna (2004) afirma que houve muitos casos em que as casas estabelecidas pelas empresas situavam-se fora das cidades, o que configurava um núcleo residencial isolado. A autora traz a

informação de que muitas empresas constituíram mais do que vilas operárias, mas acabaram dando origem a cidades, como é o caso de Primavera.

O estabelecimento de vilas operárias por indústrias estava relacionado à necessidade de construção de fábricas em localidades rurais, próximas a fontes de energia e de matéria-prima. Para Vianna (2004), na verdade tratava-se de uma forma de se disciplinar a mão-de-obra, pautando-se na paralisia e na moralização de costumes e na difusão de novos padrões de higiene. A autora diz que a cidade de São Paulo é um exemplo de vila operária que foi promovida muito rapidamente à condição de metrópole industrial, graças a essa disciplinarização da mão-de-obra. Para ela, esse processo compreendeu um período em que se percebia claramente a influência estrangeira de novas ideias advindas da era da máquina. Tais ideias passaram a fazer parte do cotidiano paulistano, sem passar por reflexivos critérios de avaliação.

As primeiras vilas operárias, no Brasil, se constituíram em São Paulo e seguiam três categorias. A primeira era empreendida pelos próprios trabalhadores. Outro tipo era empreendido por investidores ou companhias privadas que visavam obter lucro através do recebimento de aluguel. E a terceira era a construção de moradias por parte das indústrias para estabelecer seus operários. Normalmente essas moradias que constituem o terceiro tipo são empreendidas por organizações de grande porte, e exigem maior aplicação de capital do que os dois primeiros tipos e constituem em algumas vezes, as chamadas cidades operárias (VIANNA, 2004).

A proliferação dessas vilas proporcionou a transformação do espaço urbano e já na virada do século constituíram-se como obras de modernização e expansão de centros urbanos, o que fez com que emergisse uma demanda para a formulação de uma legislação de caráter sanitarista. Vianna (2004) demonstra em seu trabalho que em muitas vezes os núcleos residenciais se configuram a partir da construção de ferrovias e grandes indústrias. Grande parte das indústrias construía vilas operárias destinadas aos operários mais qualificados, visto que era necessário reter e controlar junto à produção.

Já nessas vilas existiam diferentes tipos de moradia, destinadas aos diferentes cargos ocupados na empresa. Todas essas moradias, no entanto, seguiam critérios de padronização em série, conforme nos conta Vianna (2004). Essas vilas possuíam programas que buscavam estabelecer o mínimo de conforto necessário ao estabelecimento de seus habitantes,

possibilitando o máximo de economia para seus construtores, ficando prontas em curto espaço de tempo. Os terrenos eram normalmente localizados nos centros dos bairros e abrangiam diferentes tamanhos de conjuntos, indo desde pequenos núcleos de casas até outros núcleos maiores que envolviam vários bairros.

Inicialmente a ideia de se estabelecer as vilas era para afastar os operários das grandes cidades. Sob o discurso de tirá-los da mira dos grandes perigos, os operários eram controlados em seu cotidiano. De acordo com Vianna (2004), esses aspectos possibilitaram que os industriais tivessem a vantagem de obter um grupo de trabalhadores mais produtivo e submisso. Esse foi o caso de muitas vilas construídas por companhias ferroviárias, de energia elétrica e de indústrias têxteis.

A organização do trabalho e da vida social nesses núcleos exigiu a adaptação dos trabalhadores. Vianna (2004) conta que os moradores desses núcleos precisaram mudar seus hábitos domésticos e de lazer, bem como tiveram que se adaptar a uma nova distribuição de atividades diárias, regidas agora pela disciplina da fábrica, da escola, do pai, do chefe e do médico. Em outras palavras, encontrou-se por meio das vilas operárias, uma nova forma de reger e controlar a força de trabalho, mas agora, de uma forma dita livre. A autora traz ainda, que as vilas operárias submetem os moradores a experiências de massificação de moradia, por disponibilizarem-se de forma rígida a partir de suas plantas arquitetônicas, bem como por apresentarem uma uniformidade externa dos blocos de habitações.

Era muito comum que as grandes companhias se instalassem em núcleos urbanos já existentes, mas de acordo com o porte desses núcleos, também era comum a necessidade de alterações significativas na infra-estrutura local, provocando uma importante contrapartida do Estado. O Estado por sua vez institucionaliza e apropria-se da situação das vilas, criando mecanismos para a expansão do espaço construído. Segundo Vianna (2004), tais projetos tendiam a partir da ideia de que se tratava de micro cidades em que os programas desenvolvidos pelo Estado eram definidos conforme as características particulares do empreendimento, contando normalmente com vários equipamentos coletivos.

As vilas comumente modelavam as formas de ação da população compreendida. Vianna (2004) muito interessantemente nos conscientiza que até mesmo influências da própria formação do projetista tendiam a introduzir valores culturais de sua região de origem, que em muitos casos coincidiam com os valores dos dirigentes das empresas idealizadoras das vilas.

Os projetos das vilas se diferenciavam demasiadamente das construções já instaladas, o que causava estranheza. No Brasil, a multiplicação do mecanismo das vilas se repetia, levando os padrões característicos dos centros mais industrializados para as regiões com características culturais diversificadas, normalmente não se respeitando tal diversidade e fazendo com que a vida do operário se tornasse um prolongamento da rígida disciplina do regime de trabalho das indústrias.

O que se vê de forma muito clara, é que essas vilas proporcionavam a inexistência de liberdade formal do trabalhador assalariado antes usufruída por ele no mundo capitalista. Agora, sua força de trabalho não mais lhe pertencia de fato. Para Vianna (2004), os membros da família dos operários acabavam existindo fora das fábricas como um grupo chamado de colonos, agregados ou mesmo como moradores dos domínios da empresa, recebendo uma conotação de pertence.

Ao reunir informações para sua pesquisa, Silva (2010) verificou que essa segregação em níveis condiz com a realidade das pessoas que vivem ou viveram em Primavera. A autora observou nos depoimentos colhidos em seu trabalho, que a segregação funcionava na prática, como era definido no projeto do núcleo residencial. Essa divisão dos funcionários em níveis, conforme suas funções profissionais conduziam a vida dessas pessoas seguindo uma ordem lógica que obedecesse ao vínculo profissional que os indivíduos possuísem em relação à construção da usina.

Essa divisão era clara tanto no projeto de construção da vila quanto na mente dos trabalhadores da usina. Relatos trazidos por Silva (2010) demonstram que os trabalhadores sabiam qual era o seu lugar, ou melhor, entendiam qual era o lugar em que deviam permanecer. Até mesmo os restaurantes eram divididos, isto é, havia um restaurante para atender os níveis N1 e N2, restaurante para atender os níveis N3 e N4 e restaurante para atender os níveis N5 e N6.

É interessante ressaltar que as moradias variavam não apenas de acordo com as categorias funcionais estabelecidas pela CESP, como também pela perenidade das instalações. Vianna (2006b) conta que as casas de alvenaria e as removíveis em painéis de madeira ou concreto eram distribuídas conforme a categoria funcional, a partir da definição de três padrões. O melhor nível era definido como padrão A, o nível intermediário era definido como padrão B, e o nível considerado inferior era determinado como padrão C.



Figura 2 - Vista aérea das primeiras habitações do núcleo residencial Primavera  
Fonte: Acervo CESP



Figura 3 - Vista aérea das casas do Distrito Primavera nos dias atuais  
Fonte: Acervo CESP



Figura 4 - Vista da fachada de duas casas de Nível N6 do núcleo habitacional Primavera (Padrão A)  
Fonte: Vianna (2006b)



Figura 5 - Vista da fachada de uma casa de Nível N5 do núcleo habitacional Primavera  
Fonte: Vianna (2006b)



Figura 6 - Vista da fachada de casas de Nível N4 do núcleo habitacional Primavera (Padrão A)  
Fonte: Vianna (2006b)



Figura 7 – Vista da fachada de casas de Nível N3 do núcleo habitacional Primavera (Padrão B)  
Fonte: Vianna (2006b)



Figura 8 – Vista da fachada de casas de Nível N2 do núcleo habitacional Primavera (Padrão B)  
Fonte: Vianna (2006b)



Figura 9 – Vista da fachada de uma casa de Nível N1 do núcleo habitacional Primavera (Padrão B)  
Fonte: Vianna (2006b)



Figura 10 – Vista da fachada das casas de Nível N1 do núcleo habitacional Primavera (Padrão C)  
Fonte: Vianna (2006b)

Tais categorias deveriam alojar as diferentes categorias funcionais com base em uma distribuição que variava e não se parecia com a caracterização hierárquica funcional dentro da malha urbana. De modo geral, as construções eram simples, com coberturas em duas águas, seguindo os padrões mencionados (A, B e C). A distribuição ocorria conforme o nível profissional de seus ocupantes, eram selecionadas conforme características como o número de quartos e banheiros, e em relação a existência ou não de dependências de empregada, varandas na frente da casa e ainda, conforme a disponibilidade de garagens.





Figura 11 - Plantas de moradias do tipo A  
 Fonte: Tuksumo (1994)



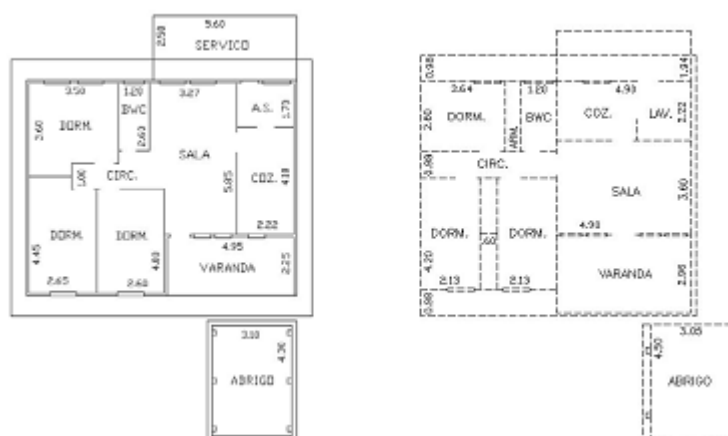


Figura 13 - Plantas das moradias de tipo C  
Fonte: Tuksumo (1994)

Vianna (2006b) discute que o material utilizado na construção dessas residências também se diferenciava conforme a destinação da moradia. Isto é, para os funcionários de nível mais alto, casas construídas com material de melhor qualidade. As plantas apresentavam uma divisão funcional dos ambientes, em uma tentativa de se emparelhar ao que pedia a arquitetura moderna, mas com referência à velha tripartição burguesa, ou seja, espaço social, de serviço e íntimo.

Segundo a autora, Primavera é uma cidade projetada como um núcleo estratificado, destacando e definindo claramente qual era o lugar e a condição de cada um ali estabelecido. Tanto os tipos de habitação quanto os equipamentos de uso coletivo indicavam quem era quem, e onde cada um deveria permanecer.

A segregação sentida tanto na diferença clara entre os tipos de moradia, conforme o nível dos profissionais, também era sentida em relação aos serviços prestados. Vianna (2006b) conta que um dos moradores da cidade de Primavera, instalado ali desde 1982, declarou em entrevista que a diferença era sentida entre as famílias de trabalhadores contratados pelas usinas em relação às famílias dos engenheiros da CESP, pois em várias situações era percebida a diferença, como por exemplo, nas escolas que, se não fossem separadas em unidades distintas, segregavam as crianças em salas diferentes, reservando as melhores instalações quanto à ventilação e insolação aos filhos dos engenheiros. Os presentes distribuídos pelos bombeiros na época do Natal, também eram destinados apenas às crianças que pertenciam às famílias dos engenheiros. E ainda, a qualidade dos clubes e espaços públicos de convivência era radicalmente distinta.



Figura 14 - Escola Norte  
Fonte: Vianna (2006b)



Figura 15 - Escola Sul  
Fonte: Vianna (2006a)



Figura 16 - Escola Oeste  
Fonte: Vianna (2006a)



Figura 17 - Escola Leste  
Fonte: Vianna (2006a)

A autora afirma que existia no núcleo um regimento informal, que partia da administração da CESP e ditava algumas regras, como uma espécie de normas de condomínio. As punições envolviam multas e em alguns casos podiam provocar o desligamento do funcionário. Nesse

sentido, Vianna (2006b) aponta que embora o núcleo residencial Primavera fosse projetado e implantado como um núcleo aberto, houve, durante toda a administração da CESP, um patrulhamento e controle de todas as atividades realizadas pelos moradores nas áreas comuns do local.

Em relatos apontados por Silva (2010), trabalhadores e ex-trabalhadores da barragem fizeram referências ao fato de que sempre foram peões, ou seja, sempre foram nível baixo. Esses trabalhadores dizem que sempre andavam em um ônibus ou em um papa fila<sup>18</sup>, enquanto os engenheiros andavam de carro ou perua.

Os clubes eram a Associação Atlética Porto Primavera – APP, destinado aos funcionários do nível um ao nível três, e o Rosana Esporte Clube – REC, permitido aos funcionários do nível quatro ao nível seis. Alguns dos entrevistados de Silva (2010) se referem aos clubes como sendo o APP o clube dos pobres, dos peões e o REC, o clube dos ricos, com piscina e tudo o mais. Expressando nessas palavras a noção da diferença estabelecida na divisão entre funcionários conforme os níveis de acordo com as funções desempenhadas.



Figura 18 - Rosana Esporte Clube  
Fonte: Vianna (2006b)

---

<sup>18</sup> Um estranho tipo de ônibus, um misto de caminhão com ônibus, o nome *papa-fila* se deve ao fato de que o veículo deveria *engolir* uma comprida fila de passageiros a cada vez que parasse no ponto inicial da linha.

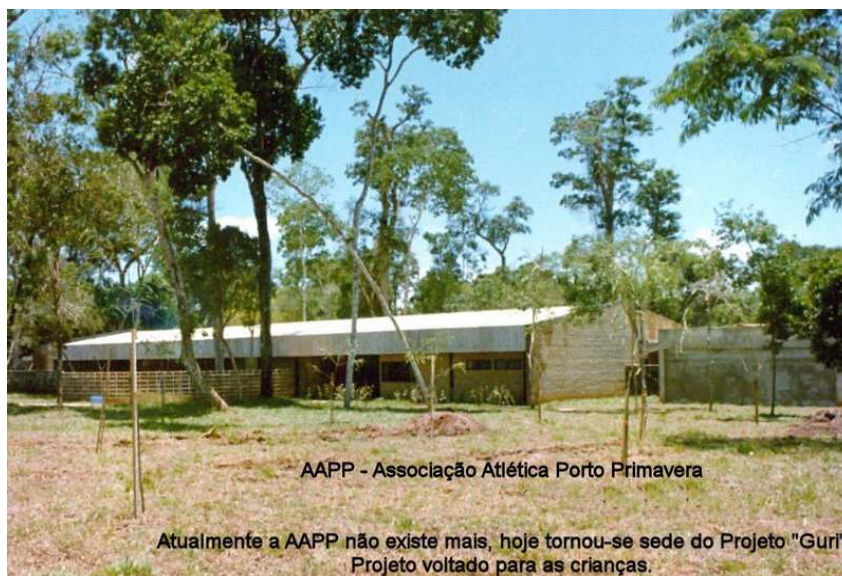


Figura 19 - Associação Atlética Porto Primavera  
Fonte: Demuno (s.d.)

A divisão imposta pela forma com que a cidade foi projetada fica evidente até mesmo em seu formato. Um desenho parecido com o desenho de um barco, relacionando o distrito aos rios e ainda, à barragem. As ruas do distrito apresentam formato sinuoso, como ondas, e a igreja da cidade também tem a forma de um barco, como é o caso de grande parte das construções que se encontram situadas na cidade de Primavera.

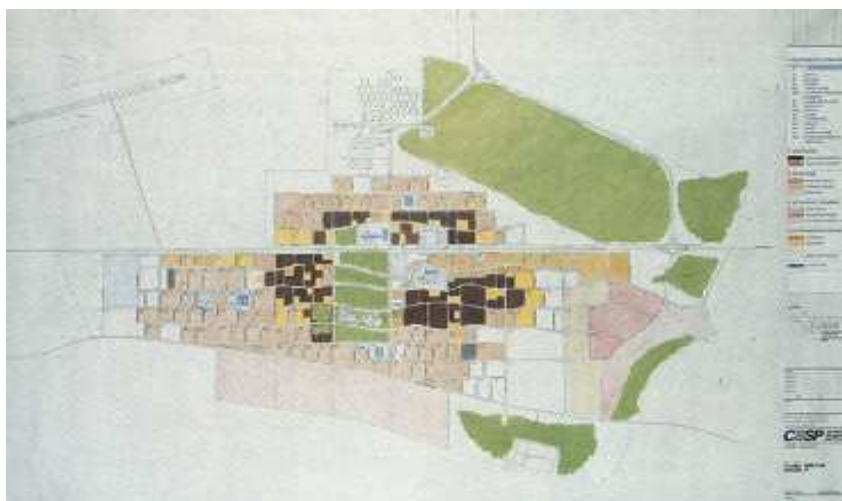


Figura 20 - Planta do Núcleo Habitacional Porto Primavera em formato de barco  
Fonte: Tsukumo (1994)



Figura 21 - Igreja de Primavera (com formato que remete a um barco)  
Fonte: Vianna (2006b)



Figura 22 - Igreja de Primavera vista sob outro ângulo  
Fonte: Vianna (2006b)

Como o núcleo residencial de Porto Primavera fora construído para abrigar muitos trabalhadores, vindos dos mais variados lugares do país, a linguagem foi o instrumento que promoveu a integração social desses trabalhadores. Esses por sua vez, buscando algo que pudesse dar-lhes uma identidade, ou ao menos reforçar a identidade que pensavam ou demonstravam ser a sua, pautaram-se na cidade, para que pudessem se constituir como fazendo parte de um grupo, de um povo. No caso do distrito de Primavera a primeira forma de integração social foi constituída ainda durante a construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, o que definiu de forma significativa para o estabelecimento de uma linguagem peculiar, a linguagem barrageira.

Era comum às obras da CESP, a implantação de núcleos residenciais provisórios, mas no caso de Primavera se optou por um modelo de núcleo habitacional permanente. O núcleo do tipo provisório era a opção quando a cidade, próxima aos locais em que eram construídas as obras da usina, era capaz de fornecer os serviços que os funcionários da obra pudessem precisar, como serviços de saúde, educação e comércio. Os núcleos habitacionais permanentes, como é o caso de Primavera, era uma opção para regiões em que não havia cidades próximas o suficiente para que os trabalhadores pudessem utilizar de seus serviços de apoio (VIANNA, 2006a).

De acordo com o trabalho de Vianna (2006a), no caso dos núcleos permanentes, era preciso equipá-los com toda a infraestrutura que fosse precisa para um funcionamento autônomo. A ideia que se transmitia era a de que tais núcleos eram pólos de desenvolvimento futuro para a região. Muitos desses núcleos habitacionais permanentes acabaram convertidos em cidades, mas no caso de Primavera, o núcleo foi desde o início, implantado como uma cidade aberta, ou em outras palavras, foi constituído desde o princípio como uma cidade como outra qualquer, no que se refere a sua estrutura e abertura a famílias dos trabalhadores.

O projeto de implantação dos núcleos residenciais ao redor dos canteiros das obras hidrelétricas dependia de interesses governamentais em implantar ou não um núcleo habitacional que fosse permanente. O interesse governamental se dava conforme a capacidade ou possibilidade de melhorias que tais núcleos poderiam trazer à região em que eram construídas as usinas. Vianna (2006a) ressalta que caso houvesse interesse por parte do poder público, a alternativa era a implantação de núcleos permanentes, mas caso o poder público não manifestasse interesse em relação à implantação desses núcleos eles eram projetados e construídos em caráter provisório.

A construção de núcleos habitacionais transitórios era realizada a partir de técnicas construtivas que possibilitassem a sua remoção. As obras envolvendo as Usinas Hidrelétricas de Rosana e a Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, apresentam significativas particularidades, tais como o fato de que se tratava de uma região com sérios problemas quanto a ocupação das terras ou ainda, o apontamento da região como sendo detentora de um baixo potencial produtivo, o que retardou o processo de desenvolvimento da região (VIANNA, 2006a).



Vianna (2006a) diz que, como não foi possível contar com a estrutura das cidades disponíveis, as obras das usinas de Porto Primavera e Rosana tiveram que implantar um núcleo habitacional permanente, com características de cidades abertas. Era preciso que essa cidade apresentasse uma estrutura capaz de acolher cerca de 25.000 trabalhadores e familiares, contingente necessário para a construção das duas hidrelétricas. Foi projetado então, um assentamento que comportaria um núcleo central permanente, oferecendo 1.500 habitações, e um anel envolvendo esse núcleo central, oferecendo 3.000 habitações pré-fabricadas, desmontáveis e passíveis de remoção parcial ou total.

O anel que envolvia o núcleo central era passível de remoção para o caso de necessitar de ajustes no futuro, visando às possíveis adequações que pudessem ser necessárias a partir de estímulos e necessidades locais. Serviços básicos foram assumidos por órgãos institucionais e não havia um controle severo, declarado, em relação à população de uma forma geral. Assumia-se nesse novo modelo, a necessidade de assegurar uma participação livre por parte do trabalhador no desenvolvimento da cidade. Com esse modelo chamado cidade aberta, a CESP defendia que o trabalhador não mais seria tutelado pela companhia e que a iniciativa privada também poderia se desenvolver no núcleo (VIANNA, 2006a).

Para Vianna (2006a), o núcleo habitacional, junto às usinas de Porto Primavera e Rosana, era estratificado socialmente. Desde o tipo das moradias até as escolas e os clubes para o lazer, tudo era definido conforme as funções desempenhadas pelos funcionários, conforme já vimos anteriormente. No entanto, a CESP se declarava como a desenvolvedora de um modelo moderno de cidade aberta, sem influências que ditassem alguma regra específica e que, ao fim das obras, tornar-se-ia uma cidade independente.

Ainda segundo a autora, o papel da iniciativa privada foi de grande importância e influência para a confirmação da intenção da CESP em relação ao distrito. Com o apoio da iniciativa pública e, na busca de passar sistematicamente às autoridades e órgãos públicos, todos os serviços que em outras circunstâncias deveriam ser prestados pela companhia, a CESP ficou responsável somente pelas construções de edificações necessárias à educação, saúde e segurança, entregando a operação e manutenção de todos esses serviços ao Estado.

Foi demorado o processo de transferência do núcleo residencial permanente de Porto Primavera à Prefeitura Municipal de Rosana. As negociações somente possibilitaram que o núcleo se tornasse distrito em 1994 (VIANNA, 2006a). Inicialmente a CESP transferiu os

serviços relacionados à administração dos bens móveis e imóveis, bem como dos equipamentos de caráter público e comunitário. Posteriormente, foi transferida a responsabilidade pela utilização dos bens e equipamentos transferidos, sendo permitido apenas para a finalidade a qual eram inicialmente destinados.

Era incumbência do poder público dar continuidade aos serviços prestados, com o mesmo padrão, qualidade e abrangência antes realizados pela companhia. Vianna (2006a) afirma que o distrito ainda busca por uma autonomia plena, pois mesmo tendo sido concebido desde seu projeto como uma cidade aberta, sua economia está diretamente dependente das Usinas de Rosana e Porto Primavera. E o turismo, que é uma das fontes de ganhos econômicos na região, também fora afetado pelo alagamento, mas, continuam sendo mais uma opção de lazer e atrativo para os visitantes.

Com esse acordo firmado entre a CESP e o poder público, a companhia passou a se responsabilizar apenas em construir moradias imprescindíveis, como as destinadas aos construtores. A intenção que se fundou nesse processo era a de que tudo deveria ser desvinculado da CESP assim que fosse possível. A mesma assumiu apenas a administração e o gerenciamento do que fosse indispensável à acomodação dos trabalhadores com suas famílias. O acesso às casas construídas pela CESP era restrito a alguns funcionários, selecionados pela empresa, que decidia quem iria ocupar as moradias, bem como quais moradias seriam ocupadas por quais indivíduos (VIANNA, 2006a).

Vianna (2006a) revela que a CESP controlava seus funcionários, tudo era feito conforme os horários estabelecidos pela organização, os turnos de trabalho, a condução da casa em que moravam os trabalhadores até as obras da usina e, ainda o próprio almoço dos funcionários era gerenciado pela empresa. Sempre havia um veículo de plantão, tanto nas instalações da usina quanto nas instalações de moradia. Tudo era feito para que a comunicação entre as residências e a usina fosse rápida. Técnicos e demais funcionários estavam sempre de sobreaviso, visando atender as emergências relacionadas à obra.

Apenas algumas instalações de apoio foram mantidas, como hotéis, restaurantes, dormitórios e clubes recreativos, que foram desativados com o fim das obras (VIANNA, 2006a). Foram muitos os trabalhadores que firmaram-se na região e por ali continuaram residindo, em caráter definitivo. Muitos comerciantes do município de Rosana estabeleceram filiais de seus negócios no núcleo que estava sendo formado, pois era grande o número de consumidores

instalados ali. Vianna (2006b) relata que a cidade sofreu com um rápido e intenso crescimento populacional, e vivenciou situações como a escassez de moradias, o aumento da prostituição e a busca por criar atividades alternativas não permitidas em Primavera, como boates, salões de jogos e prostíbulos.

Depois de todo o histórico envolvendo a implantação do núcleo residencial Porto Primavera, bem como seu processo de desenvolvimento e desligamento da CESP, há quatro anos os moradores de Rosana enfrentam outro tipo de problema. O município recentemente experienciou uma seqüência de escândalos políticos. Foram 36 os acusados de pertencerem a uma quadrilha que teria desviado R\$ 60 milhões em dinheiro da prefeitura, valor que era repassado ao município pela CESP, como compensação ambiental pelo alagamento provocado nas terras do município pela construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. Conforme nos conta Siqueira (2007), dentre os acusados, nove vereadores do município foram presos.

Diante da circunstância, os moradores do Distrito de Primavera se manifestaram, afirmando esperar que um dia a roubalheira acabe e que finalmente eles possam, no futuro, ter algum desenvolvimento. Em um único mandato o município teve quatro prefeitos e até mesmo um candidato eleito que se tornou foragido. Siqueira (2007) relata que ao assumir a Prefeitura de Rosana, a quarta pessoa na seqüência de sucessões, decretou estado de emergência e demitiu 40 funcionários públicos municipais. A prefeitura, segundo a então prefeita, estava com os telefones cortados, o município não tinha merenda escolar para oferecer às crianças nas escolas, não havia médicos e dentistas e o município apresentava uma dívida de aproximadamente R\$ 40 milhões.

Thomaz (2009) revela que, atualmente, a área desocupada e reorganizada em consequência da instalação da Usina, enfrenta problemas causados pelo esvaziamento populacional, pois foi detectado pelo Censo de 2010, realizado pelo IBGE, uma redução de 18,73% na população de Rosana. Um dos fatores de evasão da população é a ausência de ofertas de emprego capazes de absorver a mão-de-obra remanescente da obra das Usinas Hidrelétricas da região. Em contrapartida a essa evasão, as áreas para as quais se deslocaram as famílias afetadas pelo alagamento da usinas se depara com o aumento da demanda por terras e serviços, o que culmina mais uma vez, em uma situação conflituosa.

## 7 OS AGENTES

Partindo da premissa de Bourdieu (2009a) de que os campos não surgem a partir da vontade de um indivíduo ou de um grupo que define os efeitos sociais sobre a estrutura, mas sim as forças antagonistas e complementares legitimadas pelos interesses sociais, associados às suas diferentes posições no campo, foi realizada a análise acerca da dinâmica envolvendo os agentes que deram vida ao campo em estudo, com base no que foi colocado até o momento.

De acordo com Bourdieu (2009a), a partir das lutas em um determinado campo é que se define a sua realidade. No presente estudo, foi delineado o espaço definido como o campo Primavera. Para tanto, foi preciso identificar e descrever as estratégias elaboradas a partir das posições dos agentes, seja em função de manter essas posições ou mesmo para transitar entre as posições ou na tentativa de modificar a estrutura. A decisão por conservar a posição está normalmente ligada ao privilégio cedido por essa posição aos agentes que nela estão estabelecidos.

Para Bourdieu (2009a), o que provoca as lutas no campo é seu índice de heteronomia. Nesse sentido, o que se observou em Primavera, é que devido à significativa diversidade de poder e interesses, o campo se estruturou de forma conflituosa, o que deu aos agentes e seus *habitus* um sentido peculiar. Os agentes constituídos no campo em questão tem sua história, e seu modo de agir no campo, definidos pela luta para permanecer e também para subverter o campo, e é esse o ingrediente que delineou as ações e interações desses agentes.

É importante nesse ponto do trabalho, lembrar que a realidade objetiva do campo é o reflexo das representações incorporadas pelos agentes que evocam sua permanência ou sua transformação. Com o objetivo de melhor compreender a dinâmica do campo Primavera, buscou-se definir, ou melhor, identificar quem são os agentes, como eles se constituíram no campo, bem como os seus *habitus* foram se constituindo e sendo legitimados pela disponibilidade de capital dos agentes em relação ao campo em que estão inseridos.

A preocupação em definir anteriormente alguns importantes acontecimentos históricos que permearam a região ocorreu no intuito de englobar a história da estrutura, a fim de compreender a relação entre *habitus* e campo. Considerando que *habitus* é a disposição regrada, que Bourdieu (2009b) retratou como sendo geradora de condutas que regularizam as

práticas, procurou-se observar quais são os *habitus* praticados pelos agentes no campo Primavera.

Como o autor aponta que os campos são universos relativamente autônomos, buscou-se identificar os agentes específicos do campo Primavera, bem como o capital de que dispõem e as estratégias utilizadas por esses agentes para se manterem em suas posições, ou mesmo na busca por calcar posições consideradas melhores na estrutura do campo em que estão inseridos.

É importante, contudo, ressaltar mais uma vez, que a noção de *habitus* defendida por Bourdieu (2004) descarta a dicotomia consciente *versus* inconsciente. Para ele, trata-se, acima de qualquer suposição, de uma estratégia de ajustamento das disposições à posição. Assim, as ações dos agentes somente fazem sentido se forem observadas a partir da estrutura a qual estão inseridos. No estudo realizado, levou-se em consideração essa evocação de Bourdieu, ao buscar entender a estrutura como molde das ações e reações no campo. As ações a seguir descritas, conforme os agentes identificados, não fariam sentido se não fosse considerado o processo histórico de construção e definição da estrutura pertinente ao campo Primavera.

As estratégias, mencionadas por Bourdieu (2004) como possuidoras de certa ambiguidade, que envolvem ao mesmo tempo elementos de interesse e desinteresse, embora possam apresentar um caráter aparentemente oposto, são unilaterais, idealizadas e redutoras. Com isso, ressalta-se que os agentes do campo em questão se comportam de forma a sobreviver no mundo social, participam de jogos e se auto-impõem sacrifícios sem, no entanto, se perceberem prisioneiros da estrutura.

Os agentes identificados aqui estão categoricamente incluídos sob essa perspectiva, ou seja, se observa o quanto à estrutura está arraigada em suas ações, bem como a maneira pela qual as ações desses agentes representam a estrutura e as posições que essa estrutura permitiu ou mesmo impôs a esses agentes. As ambiguidades mencionadas por Bourdieu (2004) revelam que, em seus diferentes graus, são caracterizadas por uma ambiguidade estrutural e também funcional, proporcionando a capacidade de coexistirem princípios internos e externos de dominação ou hierarquização.

O que importa, para essa análise, é o fato de que os campos são perpassados por uma linha tênue entre determinação e liberdade, talvez estando nesse aspecto, o principal caracterizador

do que o autor definiu como estruturalismo genético. Os agentes identificados e descritos a seguir, são produtos de uma estrutura arraigada, eles têm inscritos em sua história e seus *habitus* os princípios geradores e organizadores de suas práticas e representações. São agentes dotados de percepção, senso prático, preferências e classificação.

A história entra aqui como elemento que contribuiu para que os agentes absorvessem e reestruturassem seu *habitus*, bem como adquirissem condicionamentos que não escapam às formas de pensar e agir dentro de uma limitada pseudoliberalidade. A lógica específica do campo Primavera não foi, como relatado acima, constituída em um curto espaço de tempo, e todos os precedentes ao campo tal como ele se constitui hoje foram fundamentais para a definição da lógica que o perpassa atualmente. Assim, os agentes e a lógica de suas interações no campo, só fazem sentido a partir da análise sobre um foco específico, que nesse caso se trata das relações de poder instituídas no campo.

## 7.1 OS GRILEIROS

Os grileiros são os primeiros agentes observados no campo em questão. Isto é, no campo de investigação definido por esse trabalho, o Distrito de Porto Primavera. Os grileiros e suas ações se constituem como um importante fator estruturante para o campo e para os agentes que vão se inserir nesse mesmo campo posteriormente, transformando-o e reestruturando-o conforme as novas demandas e relações por poder que nele irão emergir ao longo de sua estruturação.

Embora o principal foco desse trabalho esteja em desvelar as relações de poder existentes no campo, não seria possível uma adequada compreensão das relações que ainda hoje se mantêm sem lançar para trás, um olhar que abarque o conteúdo presente na história do campo, a fim de esclarecer, para o entendimento desta investigação, o que definiu esse campo no passado. A pergunta que se fez para que houvesse a necessidade de investigar no passado algumas ocorrências, foi a respeito de quais foram os fatores que levaram o então constituído campo a receber e acatar todas as iniciativas tanto do poder público quanto das empreiteiras envolvidas no processo de construção das usinas hidrelétricas da região.

Nessa busca deparou-se com um passado de conflitos e controvérsias de poder e riqueza, simultaneamente pautados em pobreza e desmandos. Em uma região considerada pobre e subdesenvolvida, a região do Pontal do Paranapanema, observou-se que após muitos anos de

descaso ou desinteresse por parte do poder público, houve a necessidade em regulamentar a posse de terras daqueles que ali viviam.

Nesse processo de regularização das terras muitas divergências começaram a emergir. Muitos dos posseiros que ali se encontravam há anos não conseguiram comprovar seus direitos sobre as terras. Em meio a invasões, ameaças e atitudes de violência, muitos dos moradores da região perderam suas terras. Documentos foram forjados e a posse da terra foi concedida a grileiros que se utilizavam de seu poder de fogo para expulsar as famílias da região.

Esse movimento do governo em regulamentar as terras culminou em um longo período de violência e desmandos. Essa situação marcou a história e a identidade dos que ali estavam instalados havia tantos anos. Muitos tiveram que ir embora da região, mas muitos lutaram e mesmo não sendo páreo ao poder dos grileiros, permaneceram ali, sem qualquer apoio, em meio a situações de sobrevivência precária e sem a possibilidade de fazerem aquilo que sabiam para sobreviver com dignidade, ou seja, trabalhar com a terra.

Os grileiros foram os personagens da constituição do latifúndio na região. A ganância pela terra não estava calcada na capacidade produtiva que a mesma poderia oferecer, mas sim no poder que a quantidade de terras sobre a posse dos mesmos poderia representar a esses grileiros. Esses agentes, por meio de seu poder de fogo, aliado ao medo que proporcionaram na região, durante mais de um século determinaram as condições de vida da população da região.

Muito da pobreza sentida pelo Pontal durante os anos que se seguiram entre 1850 e 1950, foi permitido e preferido pelos grileiros. A pobreza era uma ferramenta garantidora de seu poder. Dessa forma, não havia trabalho, não havia possibilidades para que novas forças ali se estabelecessem e, portanto, tudo seguia conforme o determinado pelos grileiros, donos da região. Detentores das formas que definiam regras e costumes. Limitadores das ações do povo preterido da terra. Donos não apenas das terras, os grileiros eram os donos dos destinos de muitas famílias que habitavam a região do Pontal.

É evidente que o *habitus* dos grileiros era determinado pelas relações de força que estabeleceram no campo. As ações empreitadas por esses agentes somente eram possíveis porque eles detinham o capital simbólico da força e da impunidade, o que definiria todas as ações e desdobramentos da mesma no campo em questão. As regras implícitas criadas nesse

campo foram determinadas pelo *habitus* desses agentes, bem como a capacidade que os mesmos tinham em se posicionar na estrutura do campo, conforme o capital que dispunham.

Essa posição ocupada pelos grileiros é resultante dos pressupostos que compõem o que Bourdieu (2008a) denominou como *doxa*. Ou seja, os domínios práticos de lei do campo orientaram a tomada de poder pelos grileiros. Os interesses desses grileiros foram associados à impunidade experimentada por eles e pelos demais agentes, embora em posições opostas. Foi a impunidade que permitiu a ascensão dos grileiros ao poder, nesse caso representado pela tomada de terras por meio da violência.

Essa impunidade foi um dos ingredientes geradores de respostas cada vez mais violentas e ambiciosas. Sabendo que permaneceriam impunes, mais e mais grileiros e ações de grilagem iam se proliferando na região. As experiências de impunidade, aliadas à falta de controle adequado do Estado no que se refere à legitimidade dos documentos, ou mesmo o desinteresse do Estado em se posicionar em relação aos acontecimentos envolvendo a tomada de terras pelos grileiros, foram as responsáveis pelo estabelecimento de um campo que até os dias atuais reflete as ações dessa época.

O capital representado pela violência física foi transformado em capital econômico e também simbólico. O que os grileiros conseguiram por meio da força, ou seja, os bens materiais, nesse caso as terras, foram os responsáveis pela aquisição de um poder regido pelo medo que por muitos anos conduziu a vida dos pequenos agricultores posseiros que teimavam em continuar vivendo na região do Pontal.

As experiências ocorridas no período ápice das grilagens foram alteradas gradativamente ao longo da história, mas contribuíram para desenhar o campo tal como o conhecemos hoje. Essa transformação não representa um declínio ou mesmo a falência da estrutura daquele campo, naquele momento de sua história. Nesse caso, o que se percebeu é uma forma de transformação da estrutura, que ao longo dos anos, se reformulou e se estabeleceu sob circunstâncias que até hoje definem a estrutura do campo.

Os agentes não se encontram dispostos no campo de forma desarticulada. Ao tratar desse aspecto, Bourdieu (2004) se voltou à ideia da existência das classes sociais, cuja função no espaço social possibilita a determinação do posicionamento dos membros de uma classe.



Nesse momento percebeu-se a definição de duas classes distintas, a dos grileiros e a dos posseiros. Nesse universo, o *habitus* resultante da inter-relação entre a estrutura e as condições objetivas do campo, ou seja, entre a estrutura e as leis objetivas no campo, nesse caso representada pela lei e pela tentativa de formalização das propriedades, confere à prática social um espaço de liberdade que define as possibilidades de transformação do espaço, que embora não se traduza em momento algum a uma massa amorfa, vai ganhando novas formas e criando novos limites estruturais.

Os agentes constituintes dessa massa se valem das propriedades de sua posição na estrutura para a ocorrência de desvios nas ações e também nas posições e, dissimulando se apropriam de um poder simbólico que supõe o reconhecimento do outro, que nem sempre reconhece a violência exercida no campo.

O *habitus* desses agentes revela um princípio gerador de um esquema flexível, mas durável, que possibilita inclusive improvisações, como se trata do caso da falsificação de documentos praticada pelos grileiros. Esses esquemas são capazes de reproduzir regularidades inscritas nas condições objetivas e estruturais, permitindo ajustamentos às exigências impostas pelas situações constantemente colocadas à prova em relação a sua eficácia.

As relações objetivas ocorridas no campo durante o processo de grilagem de terras na região do Pontal se estabeleceram entre as posições ocupadas pelos diferentes agentes e a distribuição de recursos no campo. Essas relações tornaram-se operantes e eficientes ao estabelecimento de uma nova dinâmica do poder na região. Poder esse garantido pelas vitórias vivenciadas pelos grileiros por meio da utilização da força e, por conseguinte, pela apropriação dos bens, nesse caso explicitamente materiais, mas que definem posições simbólicas no espaço social.

Ao observar o *habitus* dos grileiros é possível notar que a disposição desses agentes à prática da violência, seja ela física ou simbólica, se constituiu como uma prática regular e com fundamento claramente objetivo. Isso reforça o comportamento dos agentes de tal forma que os mesmos se manifestam em relação a essas mesmas práticas como sendo algo natural, necessário e resultante de um processo justo e legitimado.

## 7.2 A CAMARGO CORRÊA

Em uma região com tantos problemas sociais e de desmando de poder, não foi difícil para a Camargo Corrêa, empreiteira confiada pela CESP para a realização inicialmente das obras ferroviárias e posteriormente hidroenergéticas que se estabeleceriam ali, proporcionar a redefinição do cenário do Pontal. Foram muitos os desdobramentos causados pela empreiteira em toda a região, inclusive no ponto que nos interessa para a pesquisa, o município de Rosana, do qual faz parte o distrito de Primavera, campo observado em nossa pesquisa.

Em meio à situação de latifúndios experienciada pela região, estava a Camargo Corrêa, proprietária de parte dessas terras consideradas de latifúndio e mais tarde desapropriadas para o assentamento de algumas famílias.

Já em 1950, a empresa Camargo Corrêa, responsável pela construção do ramal ferroviário que ligaria o município de Presidente Prudente à barranca do rio Paraná, detinha significativo poder em relação aos acontecimentos no Pontal. Era o início de mais uma era de conflitos e luta pela terra, mas agora com novos figurantes. Talvez nem tão novos assim, se considerarmos todo o percurso que possibilitou as obras ali empreendidas.

A Camargo Corrêa, além de estar envolvida com as obras do ramal ferroviário, também foi a responsável pela construção do município de Rosana, então distrito do município de Presidente Epitácio. Esse aspecto deve ser retomado para que se possa compreender o que a empreiteira representou para a região. A começar pelo nome de Rosana, tudo o que ali se estabeleceu era de vontade e interesse da empreiteira. Em nome de uma dita necessidade em estabelecer os trabalhadores das obras ferroviárias, uma cidade foi criada em uma região que até então parecia ter poucas perspectivas positivas para o futuro.

No entanto, não se pode deixar de observar que era de extremo interesse da Camargo Corrêa, que a região prosperasse e se valorizasse. Não se tratava de uma questão de desejo pelo desenvolvimento ou crescimento que proporcionasse às pessoas daquela região melhores condições de vida, mas sim o interesse em que aquela região se valorizasse para maximizar os ganhos dos envolvidos com a empreiteira. A região se valorizando, as terras e os empreendimentos da empresa também se valorizariam, e teriam a riqueza do grupo maximizada.

Era o começo de uma empreitada que visava organizar e orientar as ações populares de forma controlada. Era como se uma espécie de reinado estivesse sendo constituída, com veladas definições de poder e posições no reino, mas que embora veladas, não eram de difícil compreensão. Tudo foi feito conforme determinava a empreiteira, e cada qual tinha o seu lugar, o seu espaço permitido. A cada agente eram definidas quais eram suas possibilidades e o que lhes era permitido. Nem sempre, ou na maioria das vezes, essas regras e permissões eram declaradas, mas eram definidas nas suas mais variadas formas. As permissões e contravenções estavam demonstradas de forma implícitas, mas nem por isso menos claras do que as normas e leis determinadas declaradamente.

Embora a Camargo Corrêa também tenha se utilizado da força em muitas vezes, o seu principal capital simbólico está pautado no poder que a mesma detinha e ainda detém em relação às propriedades econômicas aliadas à suas relações com os órgãos governamentais. Essas relações possibilitavam à empreiteira a expansão desenfreada de seus negócios, bem como o aumento desmedido do poder de influência que essa tinha em relação às populações impactadas pelas obras com as quais a empresa estava envolvida.

Pode-se considerar ainda que o poder que a empreiteira conseguira debruçar sobre os trabalhadores que se encontravam sob seu jugo, também era um importante capital simbólico no cenário em que a mesma desenvolvia suas atividades. Esse poder proporcionava uma relação de dependência dos empregados em relação à empreiteira. Essa dependência fazia com que esses empregados se submetessem às vontades da empresa sem, em muitas vezes, nem se darem conta de que estavam em condição de dominados.

Um importante aspecto envolvendo a empreiteira Camargo Corrêa é o fato de que embora as relações no campo que envolviam a mesma tivessem se iniciado em meados dos anos 50, ainda na atualidade a empresa se dispõe de capital capaz de permitir sua continuidade no cenário nacional. Ainda hoje a empreiteira se mantém como um importante agente em novos campos que emergem Brasil afora. Esse fato revela que as relações estabelecidas no campo de interesse para essa pesquisa, foram tão significativas que possibilitaram à Camargo Corrêa uma posição de destaque que ainda se mantém no cenário nacional brasileiro.

No período em que iniciou sua atuação na região do Pontal a empreiteira tinha pouco mais de dez anos. Fundada em 1939, a empresa era comandada por Sebastião Camargo e desempenhou além das funções de implantação do ramal ferroviário Sorocabana e da cidade

de Rosana, parte das obras envolvendo a construção das Usinas de Rosana e também da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, bem como algumas obras empreitadas para a construção do Distrito de Primavera.

O *habitus* da empresa está pautado em suas relações com o poder público, bem como nas relações estabelecidas com a iniciativa privada. Seu poder se deve ao capital simbólico aliado ao capital econômico, bem como a forma como a empreiteira se utilizou desse capital nos campos em que esteve envolvida. No campo em questão a Camargo Corrêa se fortaleceu com base no conhecimento que a mesma tinha da região, pois se trata de uma empresa surgida no interior de São Paulo, na cidade de Jaú, portanto, conhecia bem a realidade da região em que se instalava naquele momento.

As relações que a região estabeleceu com o poder público são firmadas na lógica do aparelho, que segundo Bourdieu (2004), proporciona as condições de realização e desenvolvimento do *habitus*. O aparelho, nesse contexto, é constituído pelo Estado, que se apropria daquilo que é lhe é interessante para, a partir das tendências inscritas no *habitus*, dar vazão às condições que delimitarão o campo, bem como às práticas dos agentes no campo. Essa prática se faz conforme os interesses que permeiam o campo, bem como de acordo com as condições criadas pelo aparelho que possibilita o surgimento e estruturação do campo. O agente disposto no campo, sob essa lógica do aparelho, terá algum espaço, mesmo que limitado, para desenvolver as particularidades de suas ações nesse campo. De alguma forma, mesmo que segundo as regras do jogo, os agentes dão um pouco de si para o campo e para o processo de estruturação do campo. Sob essa perspectiva se tem a clareza sobre o fato de que os agentes não são simples partículas conduzidas passivamente pelas forças do campo, mas estão dispostas por uma lógica, em um espaço em as próprias regras constantemente são colocadas em jogo.

Ao refletir sobre esse jogo, observa-se que a própria Camargo Corrêa, em determinados momentos, se coloca em meio a situações em que as próprias regras são subvertidas. É o que se percebeu ao observar que a mesma empresa que se beneficiou com o conflito de terras e com as mazelas envolvendo a população marginal aos rios e à ferrovia, teve em dado momento suas terras latifundiárias, desapropriadas em função de assentamentos.

No entanto, cabe destacar aqui, que mesmo essa ocorrência de desapropriação das terras da Camargo Corrêa pode significar muito mais do que os olhos podem ver. Em outras palavras,

dada sua articulação com o poder público, mesmo um evento que aparentemente pareça prejudicial para a organização, pode esconder as verdadeiras intenções e estratégias em relação ao campo. Essas estratégias são as responsáveis pela garantia de prevalência do poder que a empresa detém no campo.

Essa dissimulação, Bourdieu (2009) relatou como sendo um dos fundamentos do *habitus*. Atrás dessa dissimulação está a condição econômica e mesmo social pretendida pelos agentes que ocupam a posição privilegiada na estrutura. Assim, esse *habitus* como maneira de simular a verdade contribui para a emergência de ações que podem ser revolucionárias e transformadoras, mesmo que em prol dos mesmos agentes que já estão no poder.

O poder por sua vez está pautado em algum tipo de capital, que nesse caso se trata do capital econômico. Aquele capital que se constitui a partir dos mais variados tipos de produção, seja relacionada à terra, às atividades de manufatura, à força de trabalho e também a partir do acúmulo de bens materiais. Conforme viu-se anteriormente, o capital econômico é o responsável por um grande número de estratégias sociais de estabelecimento de forças e podem representar as relações de força encontradas no campo, e em muitas circunstâncias, definir quem é o agente situado na posição que detém maior poder em relação aos demais agentes.

O capital investido no campo pela empresa Camargo Corrêa é um capital que se constituiu em diferentes facetas. Inicialmente, a empresa foi se articulando com o poder público e a partir dessa articulação adquiriu o capital econômico. Esse capital econômico detido pela empreiteira lhe deu ainda mais poder no campo e, conseqüentemente mais capital simbólico. Esse acúmulo de capital foi resultado de lutas ocorridas anteriormente no campo e fruto de estratégias orientadas conforme a posição ocupada pelo agente em questão.

Essa posição ocupada pela Camargo Corrêa, só se firmou por sua posição vantajosa em relação a outros agentes significativamente mais fracos. E o seu capital específico, constituído por diferentes tipos de capital, lhe garantiu a ascensão a um poder ainda mais elevado e simbólico. O aproveitamento desse agente em relação ao capital disposto no campo se deve ao fato de que ele já se encontrava desde o início em uma condição em que sua força incidia de forma significativa sobre os agentes que estavam ali presentes.

A empreiteira também soube se aproveitar da oportunidade que a região lhe proporcionava no que se referia à falta de estrutura e à demanda que existia ali, no que se refere aos mais variados serviços. O município ao qual a cidade de Rosana pertencia inicialmente, Presidente Epitácio, fica muito distante dali, cerca de 210 Km, e o estabelecimento de uma nova potência capaz de atender às necessidades da região se fez atraente para a construtora. A união ao município de Teodoro Sampaio, após se desvincular de Presidente Epitácio, parecia mais favorável à independência do distrito e seu posterior estabelecimento como município.

### 7.3 A CESP

A Companhia Energética de São Paulo, se instalou na região a partir das obras de construção das Usinas de Rosana e Engenheiro Sérgio Motta. Trata-se de uma companhia que surgiu em 1966, a partir da fusão de onze empresas que atuavam no setor energético brasileiro. Com a fusão, a CESP se tornou a maior empresa geradora de energia elétrica do país, permanecendo assim durante trinta anos. As empresas que deram origem à CESP foram cinco companhias estatais de São Paulo e mais seis empresas da iniciativa privada. Inicialmente a companhia recebera o nome de Centrais Elétricas de São Paulo S. A., passando a se chamar Companhia Energética de São Paulo – CESP, apenas em 1977.

As seis estatais eram: as Usinas Elétricas do Paranapanema – USELPA, a Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo – CHERP, as Centrais Elétricas de Urubupungá S.A. – CELUSA, a Companhia Melhoramentos de Paraibuna – COMEPA e a Bandeirante de Eletricidade S.A. – BELSA. As empresas de caráter privado eram a S.A. Central Elétrica Rio Claro – SACERC, suas associadas Empresa Luz e Força de Mogi Mirim S.A., Companhia Luz e Força de Jacutinga S.A. e Empresa Melhoramentos de Mogi Guaçu S.A., todas controladas pela CHERP, e as companhias Empresa Luz e Força Elétrica de Tietê S.A. e a Companhia Luz e Força de Tatuí, ambas controladas pela BELSA. Vale ressaltar que mesmo se tratando de empresas formalmente privadas, essas empresas, no momento da fusão, já se encontravam sob o controle das estatais.

Com a fusão, a CESP passou a operar em ritmo acelerado e inaugurou em um espaço de tempo que compreendeu 33 anos, 13 usinas hidrelétricas. Em 1980, a companhia deu início as obras da Usina Hidrelétrica de Rosana, no rio Paranapanema e também às obras da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, no rio Paraná, dando início ao processo de mais uma transformação no campo envolvendo parte da região do Pontal do Paranapanema.

Em 1994, a companhia inaugura a UHE de Rosana e em 1999, já privatizada, inaugura a UHE Engenheiro Sérgio Motta. Inicialmente apenas três unidades geradoras de energia entraram em funcionamento, sendo outras cinco unidades colocadas em funcionamento apenas em 2000. Em 2003, Porto Primavera atinge o total de 14 unidades geradoras de energia em funcionamento, o que permitiu que a CESP mais uma vez se tornasse destaque no processo de geração de energia elétrica no país.

O processo de privatização da companhia teve início com a venda do controle acionário da Companhia Paulista de Força e Luz, a CPFL, em 1997. Em seguida a CESP aliena à iniciativa privada a sua participação na Companhia de Gás de São Paulo, a COMGÁS. Esse foi o momento em que a CESP passava por uma crise parcial, em que mais duas outras empresas também foram privatizadas, a Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema S.A. e a Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê.

Para o que se fez interessante a pesquisa, é importante destacar que a CESP, ao lado da Camargo Corrêa, foi uma das responsáveis pela estruturação do campo. A fundação do núcleo residencial que deu origem distrito de Primavera, foi empreendimento da CESP. Os projetos, desde a planta do núcleo habitacional, bem como as plantas das diferentes residências que seriam ali construídas, os clubes, as áreas de lazer, as escolas e postos de atendimento a saúde, foram todos realizados pela divisão de arquitetura de companhia.

Mediante o projeto do núcleo habitacional da CESP em Rosana, percebeu-se mais uma diferenciada forma de capital. Ao retomar o alerta de Bourdieu (2009c), acerca do fato de que as formas de capital são conversíveis umas às outras, percebeu-se que nesse caso a CESP se utilizou de um capital evidentemente econômico e político, para compor um capital simbólico de dimensões imensuráveis. Essa nova forma de capital adquirida pela CESP por meio da implantação do núcleo que se constitui para o presente trabalho como o campo Primavera, sintetiza os outros tipos de capital em posse da companhia.

Mediante a conquista desse capital simbólico, a CESP se apropria da capacidade de exercer por ela mesma, as formas de distinção no espaço social. Partiu da própria companhia a distribuição dos agentes dentro de uma lógica impetrada por ela para hierarquizar os grupos, conforme o volume de capital de que dispõem esses agentes. A hierarquização simbólica descrita por Bourdieu (2004) e mencionada aqui anteriormente, é realizada pela CESP de forma muito clara e assumida. A distribuição que a CESP faz de seus funcionários no núcleo

residencial obedece muito claramente a ordem descrita por Bourdieu (2009a), pois no núcleo Primavera, os agentes foram distribuídos conforme uma lógica em que se apontava direta e objetivamente quem eram os patrões, os profissionais liberais, os operários e mesmo qual a categoria de cada operário.

A companhia criou um campo específico em que é facilmente identificável quem são os mais abastados e quem são os agentes em condição de desvantagem em relação aos mais poderosos. As práticas nesse campo são fruto de uma relação dialética entre estrutura e conjuntura, ou seja, uma relação em que o *habitus* se faz o meio para que as práticas sejam as condições de sua própria atualização, que proporciona para a estrutura a coação de circunstâncias e condicionamento dos agentes, constituindo assim o *habitus*, que se instala no campo superando a oposição indivíduo *versus* sociedade, considerando-os agora como complementares para o nível da análise.

O fato de o núcleo ter sido programado para ser um núcleo aberto, já idealizando o futuro repasse ao poder público, contou com o apoio governamental, sem o qual a companhia não teria conseguido tantos privilégios em relação à instalação do núcleo. Sob a égide de um discurso pautado na necessidade de trazer progresso para a região, a organização obteve aval do governo para implantar o núcleo de Primavera conforme achasse necessário.

Foi de suma importância atentar ao fato de que por trás do discurso em prol do progresso, estavam os interesses da própria companhia, bem como da empreiteira parceira. Não havia na região a mão-de-obra necessária a construção da UHE Sérgio Motta. Como é de praxe em obras do mesmo porte, trabalhadores de muitas regiões do país são atraídos a ocupar as vagas de trabalho geradas por essas obras. O alojamento dessas pessoas é normalmente de responsabilidade das empresas envolvidas com a obra e a instalação de núcleos residenciais além de facilitar o acesso desses trabalhadores aos seus postos de trabalho, também barateia o custo que as organizações têm com esses funcionários.

A legitimidade em colocar em prática o núcleo residencial Primavera era pautada em ações que aparentemente tornavam a vida dos agentes mais confortável. No entanto, o que ocorria era a afirmação do poder da companhia em relação a seus próprios funcionários, fossem eles quem fossem. Aqui, o discurso ocupou um importante papel para a legitimação das ações da CESP, e a ação de dominação contou claramente com a disposição arranjada dos agentes no



campo. A dominação se deu da forma mais velada possível, convencendo os demais agentes a crerem que eram cuidados enquanto eram violentamente controlados.

Não bastando as vantagens econômicas que os núcleos habitacionais proporcionam às companhias, há ainda o fato de que esses alojamentos, sendo provisórios ou não, colocam os funcionários sob o rígido controle das organizações as quais se encontram submetidos. No caso específico do núcleo instalado em Porto Primavera, houve, além de todos esses benefícios, o apoio econômico do governo.

Os interesses da CESP estavam muito além dos interesses que ela fez incidir no campo em questão, mas aqui se produziu de tal forma que mesmo sob a ótica dos diretamente impactados parecia ser uma ação desinteressada. Os *habitus* que se estabeleceram nesse campo, representam o que os agentes oficialmente significavam inicialmente no campo, constituindo o fundamento para as práticas que foram se desenvolvendo. O desinteresse aqui era o reflexo de uma norma informal que o define como estratégia para ocultar interesses verdadeiros

Esse desinteresse estratégico é fruto das relações que recompensam o desinteresse. As ações no campo, motivadas pelo encobrimento das verdadeiras intenções, possibilitam a aquisição de disposição que reflete na interpretação da ação, conforme a direção ou fim objetivado por essa ação. No caso da CESP e seu núcleo residencial os interesses implicam em aceitação de uma série de pressupostos e postulados, aceitos inconscientemente ou mesmo conscientemente, mas incontestáveis.

Os limites moldados e ao mesmo tempo permeados pelos conflitos no campo produzem e reproduzem os interesses que mantêm o funcionamento do campo. A complexidade particular de cada campo, seja por meio da heterodoxia ou mesmo da ortodoxia, propicia o conflito capaz de conferir ao campo a sua própria estrutura e história. Como Bourdieu (2008a) mesmo alerta, esse processo não atinge o plano originário da *doxa* e, portanto, não afeta a crença primitiva ao interesse manifesto pelos agentes de acordo com a dinâmica do campo.

Por meio do núcleo, a CESP se tornou detentora de um poder significativo, pois determinava muito do que era permitido, mesmo fora do local de trabalho. Até mesmo as famílias dos trabalhadores passaram a viver a rotina imposta pela companhia. No relato verbal concedido pela filha de um ex-barrageiro, evidenciou-se uma das artimanhas realizadas pela organização

para que os barrageiros instalados se sentissem cuidados por ela. A pessoa relata que era comum em alguns finais de tarde, um funcionário da companhia passar com um carrinho de frutas entregando uma porção a cada uma das famílias que habitavam o núcleo.

Houve, em relação a esses núcleos, uma forte campanha de que se tratavam de lugares modelo para uma vida adequada segura e tranqüila. É assim, inclusive, que até hoje a própria CESP se refere a eles. Os núcleos são relatados pela companhia como sendo planejados para proporcionar qualidade de vida e tranqüilidade, atrelada a segurança para os trabalhadores e suas famílias que ali residissem.

A CESP como agente estruturante de um campo especializado e com independência relativa, formulou o campo a partir da existência de focos que ela mesma colocou em jogo, por consequência de seus interesses próprios. No caso do núcleo habitacional Primavera, as formas de trabalho eram tão variadas quanto as formas de capital dispostas no campo e como há tantas formas de trabalho quanto há campos, percebeu-se com o caso da CESP e do campo constituído a partir de Primavera, que o interesse é condição e função do campo, ocorrendo na medida em que os agentes são estimulados e influenciados a concorrerem entre si.

A CESP ocupa até hoje uma significativa posição no campo. Seu *habitus* está pautado no antigo discurso progressista pelo qual passou o Brasil a partir da ditadura. Por baixo desse ímpeto dito em busca do progresso está a disputa pelo poder e a definição de um cenário que tem como pano de fundo, recursos advindos da usina, o que a faz uma poderosa agente nesse campo. O capital econômico do qual dispõe é inquestionável, mas não se pode deixar de observar que a influência que a companhia exerceu e ainda exerce sobre a região é o mais significativo capital, constituindo-se como capital simbólico, a dependência que a companhia criou do município de Rosana e o Distrito de Primavera em relação à própria companhia a faz um agente determinante no campo.

O *habitus* atribuído a CESP e por ela exercido só foi e ainda é possibilitado pela existência de relações mantidas a partir de disposições duráveis e ao mesmo tempo transitórias. Assim, experiências passadas aliam-se a experiências presentes e se fundamentam como matriz para a percepção, apreciação e ação dos agentes inseridos no mesmo campo. Os *habitus* que permearam as ações da CESP no campo permitiram a realização de tarefas variadas, possibilitadas por transferências de esquemas que contribuem para a resolução de problemas, o que autorizou aos agentes correções contínuas no processo dialético que permeia o campo.

O *habitus* da CESP não se trata de um produto da interseção de séries causais como é o caso dos *habitus* individuais de forma geral. Em relação à companhia há uma série de situações que se intercalam ou mesmo se sobrepõem de forma dependente e integrada, em que o sentido das ações é intercalado com a percepção de quem o apreende. É o que Bourdieu (2009b) chama de espaço de possíveis, em que a compreensão do *habitus* deve partir da invenção desse *habitus* dentro dos limites de campo.

Para os agentes inseridos no campo criado pela CESP, o *habitus* se constituiu como um sistema de estruturas em que a interiorização e objetividade estavam pautadas tanto na estrutura quanto nas práticas pretendidas pela companhia. A organização foi capaz de orientar a estruturação do campo, que perpassado por outros campos e outros *habitus* externos, se constituiu como uma matriz estruturante, em que as experiências em espaços opostos também determinavam os agentes.

A interiorização das estruturas exteriores foi primordial para que o campo aqui observado permitisse que os agentes também pudessem, por sua vez, exteriorizar os sistemas por eles incorporados. A mobilização coletiva provocada pela CESP a partir da construção da usina e, por conseguinte do núcleo habitacional obteve êxito no sentido em que as determinações vislumbradas coincidiram com a disposição e incorporação dos agentes em relação às práticas no campo. O que se percebeu é que mesmo as aspirações e mobilizações ocorridas posteriormente no campo estavam dentro do que o agente em questão, isto é, a CESP, esperava para o futuro quando idealizou a vila operária para a Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta.

Assim, o que se evidenciou na história de Primavera, é a recuperação de certo grau de consciência, a partir do *habitus*, atrelado a um conjunto de esquemas inseridos no campo, seja por meio da iniciativa da CESP, seja por meio das influências dos campos externos, seja por meio das estruturas familiares que contribuíram para a dinâmica do campo, ou mesmo pela trajetória social de alguns agentes. É um campo em que os limites estão demarcados conforme a consciência coletiva passível de mobilização dos agentes que operam nas relações de poder.

#### 7.4 O PODER PÚBLICO

Ao retomar a história do Distrito de Primavera, bem como do município de Rosana, é imprescindível ressaltar que o poder público foi fundamental para que o campo se constituísse

da forma como é. Durante o período final da ditadura, se idealizou e se empreitou a obra da UHE Engenheiro Sérgio Motta. Sob o exercício do governo Paulo Salim Maluf uma quantia exorbitante foi desviada sob a desculpa de que as obras necessitavam de mais e mais investimentos.

O atraso nas obras, ao mesmo tempo em que se deve ao fato do desvio de verbas, foi também uma espécie de artimanha para prolongar a corrupção. Estima-se que a UHE Sérgio Motta custou mais de sete vezes o valor estimado inicialmente. Em outras palavras, a quantia destinada para a realização das obras deveria ter sido sete vezes menor do que o montante retirado dos cofres públicos sob a justificativa de dar andamento ao projeto. Esse aspecto merece ser retomado por se tratar de um reflexo da impunidade e descaso demonstrado pelo poder público.

Esse descaso não se observa somente na construção da usina, mas em todo o processo de constituição da história da região. Inicialmente eram a impunidade e os desmandos cometidos pelos grileiros que assombravam a região. Agora trata-se de um agente legitimado pelo poder público. E mais, o próprio poder judiciário em muitas vezes foi acionado nos casos envolvendo a posse de terra na região, sejam eles da época dos grileiros ou mesmo agora com o problema do alagamento causado pelas obras da usina.

Em alguns casos foram obtidos resultados a favor dos menos abastados, mas nem sempre esse foi o desfecho. E o que se observa ao levantar alguns processos, é que nem sempre o poder judiciário tem muito a fazer, pois são inúmeros os casos em que documentos são fraudados ou ainda, o uso de violência impede que parte das famílias procure seus direitos legais.

Quanto ao poder político local, observou-se que a política praticada atualmente está pautada no desenvolvimento histórico da região. Em um lugar onde as famílias há muito vem sendo estigmatizadas e perseguidas em função da detenção de poder por parte de uma minoria, o poder público representado por prefeitos e vereadores, sofre do mal da corrupção. Esse mal, no entanto, assola àqueles que nada tem a ver com o poder, ou seja, a população formada pelas pessoas comuns, que mais uma vez vêem o seus direitos sendo suprimidos em prol de uns poucos.

Com a falta de emprego na região, que se vê à sombra da usina, há dois fenômenos que tomam conta dos acontecimentos atuais. O primeiro é a evasão populacional demonstrada no

último censo demográfico do IBGE. A segunda é a pauperização daqueles que insistem em permanecer ali. Nesse contexto, não se observou o poder público como agente atuante em prol dessas pessoas, o que se viu foi a permanência de uma cultura corrupta em que todos querem levar vantagens à custa das minorias sociais.

Esse agente se utiliza de um poder simbólico difícil de ser descrito em um contexto político atual que apregoa a pertença em um sistema democrático, em que os eleitores comuns elegem aqueles que irão representar o povo perante o Estado. No entanto, é freqüente a população ser levada a fazer aquilo que se espera dela. As escolhas eleitorais podem ser fruto daquilo que os mais poderosos esperam da população comum. Dessa forma, observou-se que o poder político, determinado aqui como fazendo parte do poder público, é aquele que pratica seu *habitus* sobre as estacas da sutileza. Não há a utilização de força bruta, ou pelo menos não se evidenciou isso de forma freqüente, mas há a condução suave, de uma violência sentida sem que se saiba de onde ela vem e como ela incide sobre as pessoas.

O poder simbólico peculiar nesses casos, está pautado na *doxa*, que Bourdieu (2009b) definiu como cumplicidade necessária à construção da história e do processo social. Os agentes que se definem conforme sua posição relativa no campo, estão situados em uma posição ou classe sempre em relação a outro agente, com menor ou maior poder. Como bem menciona o autor, o mesmo agente não pode ocupar duas posições opostas no espaço, mas o sentido da posição ou posições que ocupam se dá em função da coerência de sua posição em relação aos demais agentes no campo.

A *doxa*, nesse sentido, se constitui como uma propriedade do campo, com a viabilidade de ser entendida como opinião consensual. É por meio dela que uma espécie de senso e consenso se estabelece e permite a instituição de relações de força e poder, em que os agentes dominantes garantem a continuidade do poder. A *doxa* no campo Primavera é a falsa consciência que se tem em relação às intenções relativas ao campo e aqui, no caso da política e do poder público, o que se notou é a complacência em relação à existência de uma falsa autonomia social.

O poder público se apropria do fato de que se instituiu a *doxa* da aceitação dos fatos como se eles fossem compulsórios à realidade, ou seja, eles são o que tem que ser. Essa *doxa*, fruto do processo da legitimação arquitetada pelos dominantes permite-lhes a apropriação do consenso apropriado no campo em um mundo natural, um mundo definido por Bourdieu como *dóxicos*,

em que alguns agentes falsamente interferem no desejo dos dominantes, pautado nos acordos de divisão.

Esse estado de naturalização provocado ou possibilitado pela *doxa* é utilizado estrategicamente pelo poder público talvez mais do que em qualquer outro campo ou por qualquer outro agente. O Estado se apropria da *doxa* a fim de promover a ordem social, legitimada por fatalidades e por circunstâncias muitas vezes provocadas ou mesmo permitidas pelo Estado. É comum o poder público se apossar de uma linguagem emprestada da natureza, com o intuito de legitimar os desmandos de uns poucos.

Esse fenômeno pode ser descrito a partir do que Bourdieu (2004; 2009b) convencionou ser entendido como um paradoxo situado na ordem do mundo. Em outras palavras, a ordem não precisa e nem requer ser justa, e se perpetua por meio do consenso, incidindo em uma sociedade que também se faz por meio dessa *doxa*, e se estrutura sem que dominados se dêem conta da força que possuem. Os agentes ficam então, estagnados pela conformidade, que segue de acordo com a intenção e interesse de uns poucos dominantes.

Os discursos que representam o poder público, bem como as ações desse agente, pressupõem ao mesmo tempo em que cristalizam as diferenças sociais, mesmo quando aparentemente demonstrem preocupação em promover a ascensão social e o bem comum. As posições dos dominados são comumente referenciadas e reivindicadas nos discursos que buscam legitimar as ações do Estado, que não objetiva de fato, a alquimia social, ou seja, a transformação positiva da sociedade, afinal as diferenças sociais são as mantenedoras do poder público.

O poder público é um agente que organiza e define quem vai acumular que tipo de capital e em que quantias, seja esse capital simbólico ou não. A circulação desse capital também é orientada pelo Estado, que decide quem estará em que posição na estrutura dos mais variados campos, nas mais variadas circunstâncias. Os três tipos de capital sinalizados por Bourdieu (2004; 2008a; 2008b; 2008c; 2009a; 2009b; 2009c) como influenciadores da estrutura do campo são utilizados estrategicamente pelo poder público, que de acordo com a disponibilidade e distribuição define as ações dos demais agentes no campo.

A estrutura pode sim ser modificada, muito lentamente é claro, mas ainda assim a partir da permissão do Estado, que define as ações no campo, bem como as posições, seus ocupantes e

a quantidade de capital cuja circulação será permitida. Desta forma, o poder público decide a aquisição de capital, definindo quem vai consumir o que, quanto e como.

O capital simbólico do poder público é, nesse sentido, o poder em fazer parecer aquilo que não é. É parecer cuidar da população, parecer se preocupar com ela, parecer indispensável a ela. O Estado é aqui, detentor de um poder de definir as vidas daqueles que pouco podem fazer em relação as suas próprias vidas. Não se trata, porém de uma realidade em que as pessoas comuns são apenas vítimas, em que os cidadãos comuns são "coitadinhos", vitimados exclusivamente pelo Estado, mas sim de uma realidade em que se constituem como dependentes desse mesmo Estado, por acreditarem que é assim que as coisas devem funcionar, e talvez seja.

A estrutura em que os moradores de Primavera estão inseridos foi constituída ao longo de sua colonização, pois como bem relata Bourdieu (2008a; 2008b; 2009a), a estrutura não é estática, mas sim constituída a partir das ações e *habitus* que se desenvolvem no campo, em função da disponibilização do poder dos agentes que nele se encontram inseridos. Aqui observou-se que o *habitus* desse poder público é a capacidade de manter a ordem desejada por ele. O capital simbólico é o próprio poder, exercido hoje, de forma velada e, portanto, mais facilmente dominadora e inquestionável, pois não é vista, apenas sentida. Além disso, é legitimada.

Mesmo em meio às restrições impostas pelos agentes dominantes, é possível uma espécie de ação, limitada, mas que de algum modo permite a capacidade criadora mesmo dos agentes dominados. Tal capacidade revela que os agentes, de alguma forma, interferem na estrutura, já que mesmo as determinações da estrutura são sentidas de forma particular e interiorizadas de acordo com a percepção dos agentes individuais ou mesmo das classes de agentes.

Por mais que o poder público defina o campo por meio do acesso a capitais que lhe garantem a posição de dominante, a vida nos campos também recebe e é permeada por ações de grupos ou indivíduos agentes que, constituídos e constituintes do campo, investem nele tempo, trabalho e particularidades que mesmo lentamente vão conferindo a cada campo uma estrutura particular, mesmo que aplicada a muitos outros campos. Como bem destaca Bonnewitz (2003), em seu livro sobre a teoria de Bourdieu, as categorias de agentes dominados são sempre objeto de discursos depreciativos, embora comumente sutis. Tais discursos são basicamente a forma mais perigosa e ao mesmo tempo simples de se conferir aspectos depreciativos que confirmem quem manda em quem.

O espaço do qual o poder público faz parte permite a existência dos agentes sem, no entanto, lhe conferirem a possibilidade de caminhar ou avançar significativamente na estrutura. Esse aspecto independe de elementos como a consciência ou inconsciência, ou mesmo o finalismo ou mecanicismo. É evidente que a capacidade criadora do agente dominado é limitada, mas ao considerar que ao longo de muitos anos a estrutura é tomada por mudanças de posição, é imprescindível que se considere que as capacidades inventivas de alguma forma impactam a estrutura. Prova disso é o fato de que todo agente está armado com alguma capacidade de atuação ou mesmo de agência, em que o *habitus* é a representação do conhecimento prático adquirido no e por meio do campo.

O que Bourdieu (2004; 2008a; 2008b; 2008c; 2009a; 2009b; 2009c) definiu como *habitus* possibilitou a explicação fundamental para a dissimulação e o exercício velado da força praticada pelo Estado. Pois trata-se de um efeito gerador e unificador em que as características são apresentadas de forma relacional em torno das posições e estilos de vida. Há nesse contexto, uma possibilidade de escolhas, mesmo que mínimas, em que o capital e as práticas somente são possíveis de serem acessíveis por meio do campo. Desta forma, é preciso se convencer os agentes de que é interessante que eles adotem as posições que o Estado achar conveniente.

Esse princípio gerador de práticas distintas e distintivas é ao mesmo tempo determinante e determinado. Desta forma, ainda que em uma posição de extrema vantagem em relação aos demais agentes, o poder público necessita exercitar a dissimulação e o convencimento, mesmo que de forma velada. Os agentes, ao mesmo tempo em que adquirem o *habitus* também são veículos de transferência de *habitus* e, cedo ou tarde essa influência causará algum impacto para a confortável posição do poder público.

## 7.5 OS RIBEIRINHOS

A população ribeirinha que se instalou gradativamente ao longo das margens do rio Paraná, tem sua história marcada pela violência, seja ela simbólica ou não. Essa população é constituída por famílias que vão desde as descendentes de europeus, instaladas ali desde o século XIX, até os índios e seus descendentes que há muito tempo estiverem no local. Essas famílias sofreram desde a expulsão de suas terras, até a miséria provocada pelo fato de não terem mais a terra para realizar suas atividades de trabalho.



Índios e agricultores foram expulsos inicialmente pelos grileiros e mais tarde pela própria CESP. É importante compreender que muitos dos proprietários de terras não foram sequer restituídos por perderem suas posses. O que se relata nesses casos é que muitos deles não tinham direito legal sobre a terra. Esse problema deriva ainda da época em que se iniciou a tentativa em regulamentar a posse de terras na região. Com toda a problemática envolvendo a grilagem de terras, até o momento em que as terras foram alagadas pela CESP para a construção da UHE Engenheiro Sérgio Motta, não havia ainda se estabelecido uma situação de legalização de muitas propriedades.

Essa situação foi cômoda para a companhia, que se eximiu da responsabilidade de indenizar parte das famílias. Há relatos de que muitos foram intimidados pela CESP para que deixassem suas terras, a fim de não atrapalhar o desenvolvimento das obras da usina. Outros ribeirinhos foram reassentados, incluídos alguns índios. O problema desses reassentamentos era o fato de que as terras muitas vezes não atendiam ao potencial de trabalho das famílias. Em alguns casos, a família que vivia da pesca se via agora em terras longe da água, e não sabiam como lidar com a nova realidade. Em muitos casos não houve apoio de nenhuma agência de fomento governamental e os mesmos se encontravam em condições de abandono.

Nessas circunstâncias, se observou que aqueles que antes viviam do que cultivavam ou retiravam da terra, agora se percebiam em uma situação de quase mendicância, recebendo cestas básicas e sendo considerados um peso para o governo. Em meio a essa situação, algumas instituições se estabeleceram, entre elas algumas ONGs e organizações de classe, como o caso do MST, fortemente representado na região, e o MAB, também significativamente ativo no Pontal do Paranapanema.

Os ribeirinhos, com a identidade ferida ou mesmo inexistente, resistem numa tentativa de sobreviverem a todas as mazelas às quais são expostos. Suas dificuldades comumente são exploradas por grupos que possuem interesses próprios e que em muito se diferem dos interesses de seus, ou mesmo, nada tem a ver com tais interesses. Não se trata, porém, de um povo inferior ou incapaz, o que se percebeu é a prevalência do poder e da ganância, que definiu o campo tal como ele é.

Essa trajetória dos ribeirinhos os levou a ocupar a posição em que estão dispostos atualmente. A partir disso, observou-se a tendência em buscar e incorporar certos interesses e intenções que não se decompõem em meio ao campo, ou mesmo fora dele. Assim, os agentes como

produtos da história, têm intenções e interesses que transpassam e ultrapassam a existência individual desses agentes. Elementos são incorporados e criados em meio a circunstâncias divergentes da existência anterior dos agentes, que acabam movidos pela incidência da estrutura sobre si.

Apesar dessa incidência, notou-se que os agentes aqui apresentados, isto é, os ribeirinhos, promoveram o início de uma ruptura significativa em um campo nada autônomo. Os ribeirinhos, como outros agentes, definiram-se por sua trajetória e por sua posição, predispondo-se a sentir, pressentir e exprimir a demanda social ainda latente e em busca de um legítimo modo de expansão.

Esses ribeirinhos, no entanto, foram seguindo e recorrendo a formas criativas de sobrevivência e subsistência e têm sido capazes de constituir uma realidade melhor, mesmo sem a ajuda devida por parte daqueles que os lesaram. De ribeirinhos, alguns se tornaram comerciantes, outros artesãos, outros passaram a investir na atividade de turismo e outros ainda, empreendem em novas profissões.

Infelizmente se observou que muitos dos indígenas e das demais famílias que foram desalojadas por causa do alagamento provocado pela construção das usinas, vivem em condições de assistencialismo. Esse aspecto certamente afetou sua auto-estima, talvez até tenha limitado a capacidade de reação de alguns. O pior é que essa situação permitiu, senão possibilitou a instalação de grupos que se apropriam da causa legítima dessas pessoas para se beneficiarem no campo.

Nesse campo, contudo, não houve como deixar de admitir que os ribeirinhos são agentes com pouco espaço para ação. Seu *habitus* e seu capital simbólico representam sua posição no campo sem, no entanto, lhes permitir alguma possibilidade de mobilidade na estrutura em um curto período de tempo. O seu *habitus* foi afetado ao longo da história do campo, como é de praxe, mas atualmente está mais voltado à sobrevivência no campo. O poder não se faz um termo facilmente identificado em relação a esses agentes e, normalmente constituem a ação de terceiros, concedendo poder a eles, sem saber disso. O capital simbólico desses agentes está pautado no fato de que eles apresentam alto grau de resiliência, e muitos são capazes de encontrar alternativas mais suaves à sua condição menos favorecida de poder.

O capital social talvez seja mais simples do que se pretende, pois no caso dos ribeirinhos a aparentemente simples capacidade de se manter no campo se constitui tanto como um capital simbólico como capital social. No primeiro caso trata-se de encontrar maneiras muito particulares de se manter em ação no campo e, mesmo que se trate de uma ação modesta perante a estrutura são ações que simbolicamente fortalecem esses agentes aparentemente frágeis perante a estrutura. No contexto social, o capital desses agentes se constituem como um fator identitário, isto é, um fator que em meio ao fracionário processo social ao qual esses agentes são expostos, em condições de submissão à estrutura e mesmo em circunstâncias pejorativas, dá a eles algum sentimento de identidade, mesmo que na verdade ela nunca exista, ela nunca passe de um discurso, de uma alento.

Esse conjunto de relações entre agentes e destes com a estrutura, definido como capital social dispõe da posse de algumas estratégias possíveis para a manutenção de relações sociais que possibilitem a continuidade da absorção desse capital, e também da sua utilização como recurso de sobrevivência no campo. Essa continuidade é o que assegura aos agentes alguma possibilidade de se manterem em contato e, sempre que possível, envolvidos em reivindicações comuns, colocando-os sob o rótulo de uma mesma classe e até mesmo mantendo suas posições no campo.

Esse capital simbólico, correspondente a um bloco de rituais e conquistas simbólicas adquiridas pelos agentes em sua trajetória, pode ser formado por rituais de boas maneiras, honra e reconhecimento. Esse conteúdo permite a obtenção de reconhecimento por parte de outros agentes ou outros campos. Esse reconhecimento não revela ou indica qualquer forma de poder, mas indica e às vezes reivindica os direitos desses agentes, a sua situação de minoria social e de detrimento de suas ações em função da manutenção do poder para uns poucos agentes.

O princípio da construção, um dos elementos constitutivos do *habitus*, é traduzido aqui na trajetória desses agentes, uma trajetória que cristaliza uma estrutura mental inculcada nas mentes socializadas. Há nesse sentido, elementos individuais e coletivos, manifestados em leis tácitas que fundamentam o consenso acerca do sentido do mundo coletivo. No universo dos ribeirinhos a família se faz como um dos elementos mais marcantes e responsáveis pela categorização subjetiva e também como elemento difusor das crenças, *habitus*, representações e ações que contribuem para a reprodução de categorias sociais inerentes a sua posição.

Esse *habitus* como relativo ao espaço social é algo que mantém e ao mesmo tempo subverte o mundo social, produtor desse *habitus*. Há nos ribeirinhos, confinados a sua posição com pouco ou nenhum poder que recaia sobre a estrutura, cumplicidade com essa situação. O seu conhecimento sem consciência não deixa de revelar certa cumplicidade com o próprio sofrimento e dominação e aqui não se trata do simples conformismo, mas da disposição a partir de uma *doxa* que delimita e conforta a situação caótica em que se encontram esses agentes.

Essa intencionalidade sem intenção, vitimizou os ribeirinhos ao mesmo tempo em que os forneceu a tal intencionalidade sem intenção e o domínio prático da sua condição perante ou na estrutura do campo. Ao longo dos cento e sessenta anos de conflito no campo em que estavam inseridos, o conhecimento acerca das condições mais íntimas experienciadas pelos ribeirinhos da região do Pontal permitiu que esses agentes detivessem o domínio prático das regularidades ao ponto de antecipar o conhecimento acerca de seu futuro. Não se trata, contudo, de uma circunstância fatalista ou definitiva, mas que contribuiu para delinear a percurso desses agentes perante a história do campo.

O pertencimento ao campo, conquistado por esses agentes, produziu e incitou a ilusão de que esses agentes, que quase nunca imperaram sobre o mecanismo da dominação prática, são capazes de alguma forma de poder implícita. Em estado objetivado, a história e o estado incorporado dos fatos experienciados por esses agentes, constitui o *habitus* como o resultado de uma aquisição histórica, que permitiu a apropriação dos capitais adquiridos historicamente, mesmo que tenha se tratado apenas de sobreviver no campo.

O ajustamento prático é para esses agentes a correspondência de atitudes e posições em que a ação é a própria luta que envolve a história do campo, de forma objetivada e incorporada. Em algumas situações, são necessárias toda uma vida para que se possa modificar a posição ou mesmo o *habitus* desses agentes. Para estar apto a ocupar a posição de ribeirinho, também é necessária a habilidade tanto para a incorporação dos símbolos que envolvem a posição, como estar apto a ser incorporado por ele. O posto ocupado pelos ribeirinhos, assim como os postos ocupados por outros agentes em outras posições, moldam seus ocupantes e lhe conferem características definindo muitas vezes, a acomodação desses agentes na estrutura, durante um longo período de tempo, na mesma posição.

## 7.6 OS BARRAGEIROS

Como mencionado anteriormente, dá-se o nome de barrageiro a todos os envolvidos com a construção de barragens. Normalmente, os barrageiros são uma população itinerante. Costumam seguir as grandes obras. No caso específico de Primavera, esses barrageiros foram colocados diante da possibilidade de permanecerem na cidade a partir do término das obras. Possibilidade que se estendeu apenas a uns poucos. A maioria deles, no entanto, se viu novamente na condição de ter que se mudar em consequência da busca por outro emprego, visto que ao término das obras da barragem, nada tinham para fazer ali.

Nos mais de vinte anos que abarcaram a obra, muita coisa mudou na região e mesmo pessoas que nunca foram diretamente ligadas as barragens passaram a ser consideradas barrageiras, como é o caso de um pioneiro homenageado pela população local. Trata-se de um comerciante que durante todo o tempo em que as obras foram realizadas, esteve servindo a comunidade barrageira.

Quanto aos barrageiros originais, isto é, aqueles ligados diretamente às obras da usina, o tratamento e a posição no campo não era a mesma para todos eles. Tem-se aqui uma variação da capacidade de ação desses agentes no campo, conforme sua posição em relação ao trabalho na construção da usina. Primeiro é importante mencionar que os barrageiros se dividiam em dois grandes grupos. O primeiro, com mais privilégios e desfrutando de melhores condições de moradia e mesmo lazer, e o segundo com mais limitações e menos privilégios. O primeiro grupo era constituído pelos funcionários da CESP, enquanto o segundo grupo era formado por trabalhadores ligados à Camargo Corrêa.

Havia uma clara divisão entre os engenheiros, normalmente ligados a CESP e os peões, submetidos à empreiteira. Mesmo as famílias eram distribuídas no campo conforme a posição que os membros ligados à companhia ou à empreiteira ocupavam em relação ao trabalho. As condições de trabalho desses barrageiros eram determinadas também conforme sua posição na companhia ou na empreiteira. No núcleo Primavera, carros ficavam parados em locais estratégicos, prontos para qualquer emergência. Nessas possíveis emergências os trabalhadores eram arrancados de suas casas e levados a sede das obras para resolverem seja qual fosse o problema. Era uma espécie de plantão velado. Os empregados ficavam de sobreaviso mesmo sem saber, ou melhor, mesmo os que não estavam na escala, acabavam na mesma situação.

Esses agentes possuíam pouco poder no campo. Seus *habitus* eram definidos pela própria companhia ou pela empreiteira, bem como o *habitus* de suas famílias. O poder que tinham estava ligado a sua mão-de-obra, mas talvez muitos nem mesmo soubessem que sua força era a força de trabalho. A estrutura era tão adequada e esquematizada, que a limitação imposta a esses barrageiros pouco era percebida. E ao contrário, parecia haver muito conforto e empenho por parte das organizações envolvidas no projeto para que todos pudessem usufruir dos benefícios proporcionados pela companhia.

Os barrageiros que durante tantos anos tiveram suas famílias ali estabelecidas, no processo de repasse do núcleo habitacional ao município de Rosana, ao final das obras se viram obrigados a decidir, ou ficavam ali e empreendiam novas atividades, ou mais uma vez seguiam atrás das grandes obras, estivessem elas acontecendo onde fosse. Mesmo entre os que se viram obrigados a ir embora de Primavera, houve os que não seguiram com a profissão. Muitos se readaptaram a novas atividades e mudaram de ramo.

Dos que ali permaneceram, alguns continuaram ligados à barragem, como funcionários da CESP. Outros se tornaram comerciantes e contribuíram para a manutenção do distrito tal como ele é hoje. E embora Rosana e Primavera dependam grandemente dos recursos que são repassados pelas usinas, os ex-barrageiros que ali se mantiveram contribuíram para que o município fosse em busca de novas formas de subsistência. Há hoje um grande empenho em retomar as atividades turísticas interrompidas ou reduzidas em função dos lagos criados para o funcionamento das usinas.

Estabeleceram-se na cidade, campus universitários e alguns hotéis fazenda. A atividade de pesca ainda gera alguma renda, mas a quantidade de peixes disponíveis para a pesca foi gravemente reduzida em função da impossibilidade de reprodução causada com o represamento do rio. Outras atividades como a realizada pelos ceramistas também foram abaladas, visto que foram alagadas partes significativas das terras com reservas de argila. E mais uma vez, houve um esforço para a readequação profissional de alguns moradores, que se uniram aos barrageiros na busca por uma recolocação profissional.

Aos barrageiros que permanecem ligados às usinas, se atribui o *habitus* conforme sua atividade profissional. Seu capital simbólico está no nível de estabilidade profissional vantajoso em relação aos demais moradores do distrito. A identidade de barrageiro também lhes confere algum *status*, o que em alguns casos lhe possibilita ocupar uma posição

privilegiada em relação aos demais agentes no campo. Essa condição, embora não lhes renda ganhos econômicos, lhes possibilita, de alguma forma, sentirem-se donos do distrito, ou ao menos responsáveis por ele.

O capital social e cultural incorporado pelos agentes no campo observado revela a constituição dos *habitus* desses agentes. Tudo no campo foi predefinido, as instituições de ensino, a relação entre as diferentes famílias conforme suas distribuições no campo. O capital desses agentes corresponde, em alguns momentos, a uma série de vantagens e desvantagens que se estabeleceram em função de um conjunto de qualificações técnicas e intelectuais. Apresentadas no campo, principalmente sobre a forma de capital incorporado, as estratégias dos agentes são expressas na habilidade em lidar com as circunstâncias cotidianas impostas pelo campo.

O capital que funciona como capital objetivado no campo, nas relações objetivas entre os agentes produtores e o sistema de produção, permite às instituições apropriadas no campo, o fornecimento de conteúdo simbólico materializado ou formalizado. Em palavras mais simples, o capital objetivado por meio das famílias e das instituições que se apropriam desse capital, como a obtenção de diplomas, possuem um valor credenciador, garantidor de posições permanentes nos campos em que são valorizados, fenômeno que pode ser percebido nos privilégios concedidos aos profissionais de com escolaridade de nível superior.

O diploma de curso superior e o emprego advindo desse diploma garantiram a esses profissionais, posições sólidas, não passíveis de flutuações temporais, e dispensando a necessidade de serem testados constantemente, pois em Primavera, uma vez engenheiro da CESP, sempre engenheiro da CESP. No entanto, uma vez operário, nem sempre operário. Pois muitos desses operários barrageiros se viram, ao término das obras, sem emprego e até mesmo, sem direito a suas posições ocupadas na estrutura até então.

O *habitus* dos barrageiros foi instituído de forma peculiar, planejada e controlada por dois importantes agentes detentores de poder, a Camargo Corrêa e a CESP. Não que esses agentes fossem os únicos responsáveis pela estruturação do campo, mas seu poder lhes conferiu a possibilidade de fazer seus interesses incidir mais fortemente sobre a estrutura. Ao debruçar sobre a teoria de Bourdieu, e voltar à realidade do campo Primavera, tornou-se visível a forma como se encaixam os elementos da realidade na proposta teórica do autor.

A estrutura, os agentes, as disposições desses agentes no campo, a disponibilidade das mais variadas formas de capital no campo, a segregação diacrônica e a função desempenhada no campo em função do poder ou ausência de poder, faz com que os agentes situados no campo animem a teoria de tal forma que tudo parece mais simples do que é, ou mesmo mais significativo em termos estruturais. Houve momentos em que, ao analisar a trajetória e inserção dos barrageiros no campo, parecia-se estar diante de uma obra do próprio autor. É como se o trabalho de Bourdieu tivesse partido dessa situação em Primavera, ou então, como se Primavera representasse propositalmente a proposta teórica do autor.

O *habitus* como um corpo socializado e estruturado, representa em Primavera, um corpo incorporador das estruturas precisamente definidas, que foram sim se re-configurando gradativamente, mas que partiram de algo muito arduamente programado. Esse campo incorporador de *habitus* incorporados da estrutura, é inseparável do mundo exterior ao campo, mas também tão verdadeiramente inseparável dos agentes de outros campos particulares. O projeto do núcleo residencial esteve claramente pautado em uma percepção do mundo exterior, bem como nas ações que se esperava para esse campo.

Esse processo social, considerado por Bourdieu (2008b) um processo de diferenciação progressiva, permitiu aos agentes aqui descritos, a internalização de atributos que a estrutura do campo lhes conferiu. Mas mesmo em meio a uma situação aparentemente tão determinista, é possível constatar que Primavera se constituiu como um cenário com leis próprias, singulares e até autônomas em raros casos. O poder relacional foi claramente evidenciado no campo a partir da observação dos *habitus* dos barrageiros. Pois mesmo um agente em uma posição dita de poucos privilégios, em algum momento da dinâmica do campo se apresentou como detentor de um poder de dominação relacional em função da sua disposição relativa a outro agente mais fraco que ele no campo.

No caso dos barrageiros se evidenciou o fato de que o *habitus* contém o princípio ativo nem sempre correspondente às percepções passivas e, unifica as práticas de tal forma que vai emergir um *habitus* que acabou por sintetizar unidades de estilo. Essas unidades vincularam claramente as práticas e o capital dos agentes apresentados aqui como os barrageiros. As características intrínsecas e funcionais foram definidas antes mesmo da ocupação do campo, ou seja, antes mesmo que os agentes se posicionassem fisicamente no campo, já havia uma pré-determinação do que seria e de como deveria se posicionar cada agente no campo.



O fato de que os agentes imprimem um pouco de si na estrutura, por mais que essa lhes limite ou lhes determine fortemente em muitos aspectos, possibilitou que os barrageiros, mesmo em meio a uma circunstância em que suas ações e *habitus* se encontravam previamente estabelecidos, pudessem dar ao campo uma dinâmica peculiar, inerente ao grupo disposto ali. Os *habitus* diferenciadores, também puderam, contudo, ser distintos e operacionalizados a partir das práticas e princípios de diferenciação explorados pelos barrageiros no campo, sob diferentes aspectos e formas, a partir de características particulares que, em Primavera, se fizeram capital diferenciador e definidor de novas concepções para o campo.

## 8 O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO

Inicialmente, é de suma importância ressaltar que os agentes estão sempre dispostos em espaços estruturados, encarados aqui como os campos definidos por Pierre Bourdieu. O que determina esse espaço são as posições nas quais estão dispostos cada um dos agentes no campo. Ressalta-se ainda que, tais posições serão definidas a partir das propriedades possuídas por cada agente. A análise desses agentes e dessas posições pôde revelar elementos da estrutura capazes de elucidar a dinâmica social experienciada pelos ocupantes da estrutura de tal forma que faz emergir símbolos e elementos esclarecedores para o processo histórico de constituição dos mais variados campos.

As posições podem ainda ser fontes explicativas para a dinâmica das relações no campo, visto que tais relações somente fazem sentido quando analisadas sob a ótica do campo e a direção em que são orientadas. Essas relações obedecem a uma ordem imposta pelo campo, definindo e redefinindo constantemente a ordem desse campo. Essa ordem ocorre conforme a disponibilidade e distribuição dos tipos de capital existente no campo. Ressaltando mais uma vez que se trata de formas distintas e variadas de capital, que às vezes se sobrepõem e constituem novas formas.

Os campos, essas formas fisicamente estruturadas, são produtos da história e das posições ocupadas pelos agentes na própria construção da história. A forma como certos agentes se privilegiam nesse processo também vai dando forma aos campos. A demarcação dos espaços no campo não ocorre de forma simples e constantemente coerente. Há limites e interesses específicos a cada campo, o que requer diferentes formas de recursos que devem ser desenvolvidos ou adquiridos no campo, constituindo o *habitus* dos agentes ali dispostos. Assim os campos são geradores de objetos e princípios que gradativamente definem e redefinem os campos e as posições nele estruturadas e definidas.

Sob um olhar que está embasado nos preceitos acima, buscou-se atentar para os agentes identificados no campo Primavera a partir de como eles foram estruturados e estruturaram o campo em virtude dos acontecimentos ocorridos ao longo da história que contemplou esse campo, bem como a vida desses agentes. Como o olhar desse trabalho abarcou apenas um período dessa história, a análise acerca da dinâmica de estruturação do campo e dos agentes que nele se encontram posicionados se limitou a observar como o campo foi reestruturado a partir da instalação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta.

Essa análise, no entanto, se debruçou sobre um campo com estrutura específica, o campo Primavera, mas mesmo nesse universo particular, características universais foram consideradas. Ao debruçar sobre o fato de que os campos se constituem como microcosmos particulares, mas sem descartar as propriedades gerais aos campos, deparou-se com uma situação que pouco a pouco institui o desenvolvimento da lógica do campo. Assim, se observou em Primavera uma realidade pautada na relatividade com a história, em que a referência ao passado se fez como pré-requisito para a adequada compreensão da dinâmica de estruturação do campo e dos agentes que se auto-influenciam.

É evidente, no entanto, que essa observação, bem como as análises advindas dela, não seriam suficientemente esclarecedoras se não se considerasse o período histórico anterior ao processo de implantação da usina. Foi com o intuito de buscar informações que permitissem o foco na dinâmica que envolve o campo, que se percebeu os fatos que antecedem o século em que a usina foi idealizada. As informações encontradas foram incisivas quanto à clareza acerca da posição que os agentes ocupam no campo, uns em relação aos outros, bem como a posição que ocupam devido ao seu poder simbólico e a forma como esse poder está disponibilizado no campo.

As propriedades dos agentes se constituem a partir da complexidade das questões ditas sociais, bem como questões psíquicas. Um dos fatores que contribuem significativamente para a alteração ou permanência dessas propriedades é a desterritorialização, que incide na desordem da dinamicidade econômica, altera a questão identitária e reconstrói a ordem política e social de um grupo ou de grupos dispostos em uma mesma região geográfica. Essas alterações interferem ainda, na dinâmica familiar.

Essa interferência deve ser observada cuidadosamente, pois tudo o que incide sobre a família, tem a tendência a perpetuar-se na estrutura social. Pois e por meio dessa instituição que valores, poderes e privilégios são transmitidos. Essa dinâmica ocorre como uma estratégia capaz de promover a reprodução de instituições que consagram e confirmam e reconfirmam as lógicas dos campos. Em Primavera, essa incidência sobre as famílias não é um processo recente, pois desde a tomada de posse das terras na região do Pontal, até a grilagem dessas mesmas terras e, a tomada dessas terras posteriormente pelo poder público representado por instituições de mercado, foram preponderantes para a construção e articulação do campo que se observa hoje.

O papel das famílias em Primavera foi determinante para a manutenção da ordem social do campo. Ressalta-se que essa ordem não é a ordem do senso comum, é uma ordem simbólica, pautada na lógica de cada campo específico. A família, de acordo com os apontamentos de Bourdieu (2008b), é o lugar de excelência para o acúmulo e transferência de capital, é segundo ele, o principal agente para as estratégias de reprodução. Na região que comporta Primavera, a transmissão de capital se deu ao longo dos anos, mas pouco foi modificado em relação à detenção do poder, e as famílias estivessem elas em posições relativamente privilegiadas ou não, foram o simulacro para o enraizamento de suas condições no campo.

A invasão sofrida por essas famílias foi primordial para a constituição do campo. As perdas ou ganhos vivenciados por famílias em posições opostas na estrutura, foram o ingrediente direcionador de muitas das ações que perpassaram o campo ao longo dos anos. O pertencimento ou não a determinados grupos foram fortalecidos pela instituição familiar e esse pertencimento relacional ou simbólico se deu em função da relação com a terra. A identificação das famílias com a terra e todas as estratégias de dominação que se instituíram pela posse da terra foram possíveis em Primavera porque os agentes assimilaram a dependência que tinham em relação à terra como algo primordial ao *habitus* que adquiriram no campo.

O processo de identificação com sua condição em relação à terra possibilitou aos agentes do campo a tomada de consciência sobre as propriedades das suas posições. Desenvolveu-se então uma forma peculiar de sentir o mundo. Mesmo as coisas externas aos agentes, ou seja, mesmo aquilo que não parecia diretamente relacionado aos agentes, parecia estar pautado em questões relacionadas à terra. Tanto para os agentes que há muito estavam ali, ligados à terra, quanto para os agentes que se inseriam no campo, a terra foi um importante fator de ressignificação de crenças, atitudes e *doxas* que se cristalizaram ao longo dos anos.

O conflito de interesses envolvendo a terra foi incisivo para os conflitos que demarcaram o campo. O domínio territorial, adquirido por meio da utilização das variadas formas de capital, determinou quem eram os agentes dominantes e dominados nesse campo. A oposição, conforme os interesses, determinou a posição no campo em pontos opostos, direcionados por essa oposição.

Essa mesma oposição ganhou força quando os grandes projetos como a construção do ramal ferroviário e das hidrelétricas instaladas na região, se inseriram no campo, por meio dos

agentes que os instituíram. A estrutura de poder, o posicionamento dos agentes uns em relação aos outros foram relativamente alteradas, no entanto, a estrutura fundamental permaneceu praticamente a mesma. Para melhor explicar, é preciso retomar o fato de que, havia no campo, dominantes e dominados, variadas formas de capital em posse de agentes que, conseqüentemente distribuía-os no campo. Se retirássemos os agentes e olhássemos apenas para as posições relativas o poder relacional, verificaríamos que o desenho estrutural seria sempre muito semelhante, o que fortalece a ideia de que a estrutura se sobrepõe aos agentes no campo, por mais que esses estruturam e sejam estruturados por esse campo.

Esse espaço escolhido para a realização da pesquisa, é um espaço onde os indivíduos existem, em forma de agentes ou grupo agente, e as instituições ocupam espaços muito semelhantes aos ocupados pelos agentes individuais, semelhantes no sentido relacional de sua posição. Afinal, não se pode jamais esquecer que as posições no campo, sempre devem ser observadas sob a ótica relacional. Nesse espaço definido como campo, princípios de visão e divisão são distribuídos e estão presentes, como propriedades, em todos os agentes. A forma como os agentes pensam e se relacionam está fundamentada em suas percepções de classe e de pertencimento as classes, não em sentido ideal, mas prático.

Em outras palavras, é no campo, de forma relacional, que as propriedades dos agentes são conhecidas e difundidas. Na história do campo Primavera se observa que a distribuição dos capitais ocorreu em virtude de uma complexidade de fatores que delimitaram o campo. As percepções desenvolvidas no campo e pelo campo precederam as práticas e possibilitaram a construção de uma realidade invisível. Por mais que as relações de força nesse campo pareçam óbvias, o que está implícito, subdito e velado é o aspecto mais revelador para a análise.

As relações objetivadas no campo, não costumam ser o que parecem. Elas são sim concretizadas por meio das práticas pautadas no *habitus* e na *doxa*, mas significam mais do que se percebe sem um olhar atento. Um exemplo é a atuação dos agentes que representam o poder público, as companhias e as grandes corporações. A questão é que o discurso em prol da necessidade de avanço tecnológico não é de fato em benefício da maioria, mas sim em favor de uma minoria que trabalha para a manutenção do poder.

Nesses termos o que se observou no campo, é que as lutas e conflitos gerados pela disputa pelo poder, são acontecimentos necessários à manutenção do poder. É como se esses conflitos

fossem o principal ingrediente para a estruturação dos campos. Sem os conflitos não haveria os campos. Pois como declarou Bourdieu (2004; 2008a; 2008b; 2008c; 2009a; 2009b; 2009c) acerca de sua teoria, os campos são espaços de lutas, e talvez esse seja o aspecto mais evidente em qualquer que seja o campo. Qualquer que sejam os espaços estruturados eles foram estruturados pela distribuição do poder resultante da distribuição de capital no campo. Nesse sentido, há sempre nos campos, os agentes que lutam para se manter no poder, e os agentes que lutam para adquiri-lo.

Em Primavera, e nos primórdios de sua história, é evidente essa constante luta pelo poder. O campo foi constituído após anos de conflito. Seja pela posse de terras, pelos direitos desse ou daquele agente, seja pela tentativa de se estabelecer uma falsa ordem social que estratificaria a ordem no campo, o fato é que em Primavera a disputa pela ocupação de determinadas posições permeou o campo e o fez tal como ele é, um verdadeiro campo de lutas e tentativas de subversão.

Mesmo os agentes que não se posicionam como pretendentes a outras posições, estão dotados de propriedades que os caracterizam como agentes. A *doxa* e o *habitus* estão presentes em todos eles. Mesmo a conformidade à condição de dominado revela a posição *dóxica* em relação ao campo, portanto, determinada pelo campo. Em Primavera, essa posição foi adquirida em doses homeopáticas, ou seja, em alguns momentos houve sim a tentativa para a ocupação de melhores posições, isto é, de posições privilegiadas, mas após muitas batalhas perdidas no campo, se convencionou conformar-se na posição de dominado.

A partir dessa realidade, observou-se que o processo histórico envolvendo a luta pela posse de terras, que a região tem arraigado em sua existência, resultou em uma realidade conflituosa e desgastante. Percebeu-se que a busca por uma posição permanente na estrutura levou alguns agentes a lutar pela posse das terras em função da possibilidade de estabelecimento de poder e influência na estrutura em relação aos demais agentes do campo. A luta pela terra não envolvia apenas a busca por ganhos econômicos, mas também estava emparelhada a oportunidade de estabelecer-se no campo em uma confortável posição em que o poder é o determinante das relações e do cenário em que se estruturam os agentes.

Os agentes que perderam a batalha pelo poder, passaram então a lutar pela permanência no campo. Essa permanência não requer a ocupação de posições privilegiadas, mas a sim a ocupação de alguma posição que faça sentido para o campo. Esse campo definido como um

sistema de desníveis e desvios somente faz sentido quando não está relacionado ao jogo das oposições e distinções, pois todos os agentes são igualmente necessários à manutenção dos campos, independente de seu poder no campo. Em suma, não há campo sem dominantes e dominados, os dominantes precisam dos dominados e os dominados somente existem para que existam os dominantes. Não se trata, contudo, de uma posição fatalista, mas parte-se de princípio de que não haveria campo se não houvessem lutas e, havendo lutas, certamente haverão dominantes e dominados.

Sob essa lógica, observou-se que conseqüentemente às lutas estabelecidas no campo aqui observado, os agentes que dispõem de um maior ou mais significativo capital, seja ele simbólico ou econômico, acabaram sendo os principais responsáveis pelo estabelecimento da estrutura. Os agentes que detinham maior volume de capital no campo, também foram os determinantes de suas próprias posições, das relações de força, e constituíram o campo de tal forma que, a relação existente entre os diferentes agentes se tornou passível de ser mapeada e compreendida a partir da correlação capital e poder.

O capital que inicialmente contribuiu para a delimitação do campo era de caráter eminentemente material, pois estava pautado no poder econômico adquirido pelos ganhos advindos da posse de terras. Em seguida, esse capital foi sendo transformado em capital simbólico e destinou gradativamente, cada agente às suas devidas posições no campo. Cada agente foi sendo caracterizado pelo campo, dando a este os contornos que ele precisava para que a ordem do campo fosse estabelecida. A pressão exercida pelo espaço foi sentida por esses agentes que, quanto mais frágeis fossem, mais sentiam essas pressões, e mais afetados eram pela estrutura.

É de suma importância, contudo, pontuar que um campo nunca se faz isolado no tempo e no espaço. Um campo se constitui em meio a outros campos e se dá a partir da interação com esses outros campos. Um campo é comumente perpassado por outro, ou seja, em sua constituição o campo recebe influências de outros campos, e são estruturados a partir dessas influências, bem como por meio da utilização dos mais variados tipos de capital simbólico que podem incidir no campo.

No caso de Primavera, os limites do campo, e os efeitos desses limites sobre os agentes foram responsáveis pela reformulação do espaço e, algumas posições de extremo poder, foram capazes de, por anos, comandar de seu espaço no campo, toda a estrutura. Essa estrutura, ao

mesmo tempo objetiva e subjetiva, foi capaz de estabelecer a verdade do campo e estruturou as relações de tal forma que permutas e ações assistencialistas foram mais um elemento estratégico no campo, manifestando-se sobre a estrutura de tal forma que se convencionou mesmo para campos externos, a manutenção da classe de agentes dominados.

Como o campo observado envolve a incidência de poder adquirido em outros campos, já que nenhum campo se faz isolado no espaço, a pesquisa histórica aqui realizada se fez de suma importância. Para não cair no erro da generalização desmedida e equivocada, foi preciso recortar um espaço no tempo para poder partir de um ponto. Foi importante ter claro que a cada ponto de vista se constituem diferentes formas de se observar as circunstâncias. A mesma realidade pode ser analisada e observada de diferentes formas e sob diferentes óticas. A mesma realidade pode, ainda, apresentar verdades distintas sem, no entanto, invalidar verdades anteriores. Essa talvez seja uma das vantagens em se olhar para o fenômeno social a partir da estrutura que se sobrepõe à sociedade.

O limite do campo e de seus efeitos é o mesmo, ou seja, os agentes sofrem diretamente os efeitos do campo quando nele estão inseridos. Assim como os efeitos que debruça sobre o campo é diretamente sentido quando esses agentes estão inseridos no campo. Para compreender a dinâmica do campo Primavera, foi imprescindível ter a noção de que os campos são mecanismos que impõem aos agentes, suas necessidades. Aqui se fez importante retomar mais uma vez o fato de que a ordem do campo, não é aquela ordem a qual se está acostumado, mas sim uma ordem necessária à manutenção do campo, que para continuar existindo precisa instaurar e manter relações duradouras de dependência, seja em relação aos bens materiais, ou em relação a garantias de sobrevivência e reconhecimento perante a estrutura.

É como se houvesse uma gigantesca sombra sobre a organização social. Essa sombra faz com que as ações humanas estejam fundadas nas possibilidades que se tem sob essa sombra. A cada ângulo utilizado para observar essa sombra, foi possível se obter diferentes informações, e todas válidas, constituintes de uma mesma realidade. Ao partir de um ponto, observa-se outro ponto por um caminho único, em uma direção específica, determinada pelo observador e, portanto, não passível de ser repetida nas exatas mesmas condições e nem capaz de resultar nas mesmas circunstâncias.



Para não perder de vista o fato de que os campos são universos intermediários entre dois pólos opostos e distanciados, vale ressaltar que as pressões sentidas no campo são exercidas por intermédio do campo, mediatizadas pela lógica do campo, e conforme a autonomia do campo mais haverá nesse campo a possibilidade de poder em relação a resistência desse campo mediante outros campos, ou seja, esse campo define de alguma forma, como será afetado pelas pressões externas. No caso do campo em análise, notou-se uma autonomia relativamente fraca em relação aos outros campos que o perpassam, pois embora a lógica do campo esteja fortemente arraigada em suas particularidades históricas, o campo político, bem como o campo econômico, direcionaram significativamente as ações que culminaram na estruturação do campo.

Nessas condições o campo em Primavera, foi determinado por instituições em posições polares, colocados em condições opostas também no que se refere aos interesses e também às estratégias produzidas. A homologia entre as posições estabelecidas no campo fizeram com que as estratégias se desenvolvessem não apenas a partir do capital de que dispunham os agentes, mas também pela forma objetiva como esses agentes se utilizavam desse capital. Assim, agentes que, inicialmente, nos primórdios da estruturação do campo, apenas possuíam a força física como elemento diferenciador, após a utilização estratégica dessa força, pautada em um fim específico, foram capazes de absorver e dar corpo a outras formas de capital, que contribuíram para a delimitação do campo tal como ele é.

A estrutura então constituída, pelas posições e lutas, determinou os limites, as ações e as estratégias. As posições que determinaram e orientaram as tomadas de posição são então, fontes de informação esclarecedoras e fundamentais ao entendimento acerca dos fatos que culminam nas ações dos agentes. Para a adequada compreensão dos fundamentos das ações e estratégias dos agentes no campo, fez-se necessário saber quem fala, de onde fala, ou por quem fala, isto é, quais são seus valores, o tipo e a quantidade de capital de que dispõem no campo, o grau de independência que possuem em relação aos demais agentes no campo e quais são seus objetivos e engajamento no campo.

Sob essas condições, a escolha do ponto de observação que pudesse contribuir para a compreensão da dinâmica do campo de interesse para a pesquisa, se pautou em acontecimentos que perduraram por um período de tempo que compreende aproximadamente 160 anos. Esse longo período, porém, não foi investigado detalhadamente. Hábitos culturais

não foram investigados, bem como a herança étnica ou outros aspectos que fizessem parte da história dos agentes que estruturaram e foram estruturados pelo campo.

Para atender aos objetivos da pesquisa, pautou-se no fato apontado por Bourdieu (2004; 2008a; 2008b; 2008c; 2009a; 2009b; 2009c), de que as propriedades devem ser demonstradas conforme as características do campo. Os agentes que representam o campo e que aqui são identificados como o poder público, os grileiros, a Camargo Corrêa, a CESP, os ribeirinhos e os barrageiros, se constituem apenas para um olhar sob a perspectiva teórica de investigação e, por mais que as ações e estratégias desses agentes sejam realizadas no mundo das práticas, elas são constituídas e estruturadas sob uma ordem invisível.

Diante do que se pretendia investigar nesse momento, buscou-se conhecer a história recente da disputa pelo poder, bem como os desdobramentos dessa disputa até os dias atuais. Inicialmente observou-se que o primeiro agente nesse período compreendido pela pesquisa foi o próprio Estado, que ao decidir regulamentar a posse de terras na região, acaba por provocar uma nova situação conflituosa. A partir dessa decisão por parte do Estado, a ganância por poder é aguçada e a ação dos grileiros se desenvolve na região.

Para tentar decifrar essas relações de força que se estabeleceram no campo, foi preciso considerar que Primavera se estabeleceu como um campo particular, composto por agentes que já estavam inseridos em outros campos e que agora, se viam dispostos em posições particularmente relativas ao campo. A totalidade do campo que abarca o campo específico ao qual se atentou, também se fez como um campo e não seria adequado desconsiderar esse campo ao proceder à análise. Mesmo se tratando de um recorte de apenas parte da realidade, foi preciso entender que valores e capitais já eram detidos pelos agentes inseridos no novo campo.

Há, sem prejuízo para a análise, a possibilidade de se considerar os mais variados campos sob uma perspectiva que valida as condições desse campo. No caso de Primavera, o Estado a CESP e a própria Camargo Corrêa, já detinham em outros campos certo grau de poder e estavam se inserindo nesse novo campo específico, para instaurar e reivindicar condições que lhes proporcionassem a obtenção de mais capital, que pudesse ser convertido em um poder ainda mais significativo, não apenas restrito a esse campo, mas também direcionados à suas reivindicações de poder nos outros campos, ou perante os demais campos.

A capacidade de ação dos agentes pertencentes ao campo foi claramente determinada pela estrutura definida ao longo dos anos. Essa estrutura, calcada inicialmente na luta pela terra, proporcionou ao campo e aos agentes a capacidade de dissimulação de intenções e interesses escusos escondidos e representados por discursos que reivindicavam melhorias coletivas para o povo. O que está em jogo no campo, e sempre esteve, é a conquista de posições que garantem o poder. Essas posições conquistadas pelo poder, também fornecem e atribuem aos agentes mais e mais poder.

No caso do campo Primavera, o poder determinou o campo, que determinou as posições e as práticas dos agentes, que por sua vez, determinaram os limites do campo. Mesmo quando se observou os agentes em posição de dominados, percebeu-se que essa própria condição também é motor para o funcionamento do campo. Em palavras mais objetivas, a condição do dominado também determina o campo. Mesmo os ribeirinhos e os barrageiros, claramente ocupantes de posições relativamente fracas na estrutura, são agentes determinantes para o estabelecimento e manutenção do campo.

Eles são necessários nessa dinâmica porque ajudam a esconder o conluio, e contribuem para o estabelecimento dos princípios do jogo. Produzem e reproduzem a lógica do campo, estão diretamente envolvidos na estrutura e aderem à prática que lhes é imposta ou permitida. Desta forma, possibilitam a legitimidade buscada no campo para a realização de mandos e desmandos. O próprio ato desses dominados, que em algum momento reivindicaram algum direito, é exercício pertinente ao campo. Trata-se de um estabelecimento da ordem, mesmo em meio a desordem. Os agentes mantidos no jogo, ao mesmo tempo em que desconhecem as regras do jogo, se estabelecem nele, fazendo com que o jogo continue.

Ao se retomar a ideia de Bourdieu (2008c), de que os campos possuem condições estruturais de manutenção das desigualdades sociais, percebeu-se o grau de importância dos ribeirinhos e barrageiros perante a estrutura em que estão inseridos. As leis próprias de Primavera variaram e se estabeleceram conforme as pressões externas. Isso se evidencia quando se recorre ao fato de que o poder público, em vários momentos, decidiu as práticas no campo. Foi preciso lembrar que o poder público, legitimado pela existência do Estado, instituiu no campo, os seus interesses trazidos de outros campos, e que perpassaram o campo como direcionadores de lutas e conflitos internos, pautados em lutas e conflitos também existentes fora do campo em questão. A pressão externa pela aquisição de poder foi um dos principais fatores estruturantes do campo.

A utilização da força, da capacidade em intimidar pelo medo e da voracidade em acumular riqueza, possibilitou aos grileiros o poder de contribuir para a determinação da dinâmica das relações que permeavam aquele campo que começava se constituir. Nesse momento, observou-se basicamente três grupos de agentes: o Estado, os grileiros e os agricultores posseiros da época. A partir daí pode-se traçar a evolução do campo até os dias atuais, em um processo no qual os mesmos agentes foram capazes de se reestruturar e mesmo de circular no campo, transitando de uma posição para outra.

Essa transição embasada na prática inicial da violência e do exercício de amedrontar, pode não ser considerada nobre, mas serviu de estratégia para a condução histórica do que hoje se configura como campo Primavera. O abandono dessa prática, substituindo-a por outras práticas de violência velada, revelou o quão é necessário no campo a habilidade de dissimulação. Esse aspecto se deve ao fato de que, historicamente, por influência de outros campos, há a necessidade de se reorientar as práticas a fim de que elas sejam aceitas ou ao menos sejam inquestionáveis.

Nesse contexto, os grileiros, que eram detentores de um poder violento, nada velado e capaz de decidir a vida de muitas famílias, adquiriram ao longo da história a capacidade de dissimular e se utilizar de outros meios para atingir os fins que almejavam. O Estado, por sua vez, por meio da burocracia, visava instaurar uma ordem em um lugar abandonado pelo poder público, mas acabava por meio dessa mesma burocracia, possibilitando as ações dos grileiros, que fraudavam documentos e regularizavam parte das terras que tomavam para si.

Essa situação permaneceu por cerca de cem anos. O campo se estruturou e permaneceu sem muitas transformações significativas durante esse período. Grandes latifúndios foram constituídos, riquezas foram construídas a partir da ilegalidade e da impunidade, e alguns agentes que compunham o grupo dos poderosos foram construindo sua própria história, a partir de ações nada louváveis.

Após esses cem anos, o que se tinha na região era pouco desenvolvimento econômico, pessoas com terras ainda não regularizadas e grileiros agora em posições privilegiadas e até mesmo com certo *status* no campo. A empreiteira Camargo Corrêa, dona de terras na região, foi uma das proprietárias de áreas desapropriadas para o assentamento de agricultores sem terra. Mais uma vez houve a luta pela terra como o pano de fundo para a constituição do cenário local.

As práticas da construtora e agora dos movimentos envolvidos com a reivindicação de reforma agrária, revelaram mais uma vez, estratégias para acalantar os impactos das práticas que embasam os verdadeiros interesses em jogo no campo. Ressalta-se que as práticas nem sempre devem ser entendidas como propriedades inerentes e determinadas a um grupo de forma estática, elas são também reflexos de uma necessidade momentânea, em determinado espaço social e em situações específicas, justificando a sua incidência que não necessariamente precisariam se repetir.

A orientação para a mudança das práticas e das posições dos agentes no campo está relacionada ao sistema de possibilidades disponibilizadas no campo. Desta forma, se determina o que é ou não é possível e permitido no interior do campo. Muitas vezes, a opção adotada dentro do limite de opções, é definida conforme ao grau de segurança inerente às possibilidades. Ações como o aparente prejuízo de um agente poderoso no campo podem apenas esconder práticas originais e criativas de se constituir ainda mais capital capaz de fazer com que esse mesmo agente, na realidade, obtenha ainda mais poder no campo.

A análise acerca da dinâmica de conservação e transformação da estrutura de distribuição de propriedades ativas no campo deve estar fundamentada na compreensão do espaço social global. Cada agente e estratégia prática devem ser considerados a partir de sua situação no campo, bem como a partir de suas relações objetivas em direção aos demais agentes. Como declara Bourdieu (2008c), é no horizonte das relações que se compreende a incidência da força que a estrutura faz incidir sobre o agente e que se faz possível a compreensão das verdadeiras intenções submersas nas ações e intenções aparentes.

Dona de um poder significativo, a empreiteira Camargo Corrêa foi a responsável pela instalação de algumas obras importantes, como as citadas anteriormente, ferrovia Sorocabana, as usinas hidrelétricas da região e mesmo empreendimentos que criaram cidades inteiras. Essas cidades foram criadas sob a ordem desejada pelos agentes que compunham a própria construtora como um agente. Em outras palavras, os agentes que representavam a empreiteira, determinavam conforme suas vontades, aquilo que a construtora era capaz de fazer cumprir e que atendesse ao seu próprio desejo em relação à região e às cidades criadas e estabelecidas por esses agentes.

É interessante lembrar que os campos podem ser constituídos tanto por agentes que são indivíduos como por agentes que são instituições, organizações ou grupos. Apesar dos

conflitos de interesses serem importantes para a constituição e também para a compreensão dos campos, as suas características intrinsecamente particulares não são as mais importantes. O fato é que sejam quais forem os conflitos, a luta ocorre sempre em direção da aquisição de capital de definição do poder. O que é realmente importante em relação aos conflitos imersos no universo de Primavera é o fato de que as relações de poder foram imanadas de forma impositiva desde o começo da instituição do campo. As pressões sofridas pelos agentes para que o campo se constituísse tal como ele é, foram desencadeadas pelas mais variadas formas de violência e dominação, fazendo com que o campo fosse permeado por atitudes que, dissimuladas ou não, incidiam violentamente sobre os agentes mais fracos.

A construção de Rosana, planejada sob os padrões ambicionados pela empreiteira, foi o próprio ato de estabelecimento do poder. Criava-se uma cidade que refletia a realidade das fábricas, um lugar em que as pessoas deveriam viver conforme as regras da firma, sob a vontade da empresa e com as ações controladas e direcionadas pela organização. Sob um discurso apoiado no desenvolvimento e progresso, mais uma vez tem-se um agente atuando sob a permissão ou com a complacência de outro, ou seja, percebeu-se mais uma vez a força sendo utilizada à sombra do Estado. Esse cúmplice de ações que privilegiava interesses particulares em nome de um dito progresso inevitavelmente necessário.

O Estado nesse momento se tornava parceiro de um agente que ditava regras e definia novos cenários. O que mudou aqui é a forma como se utiliza o poder e a força. Desta vez, pouco se via de brutalidade, o que se percebeu é uma organização agindo sob a falsa legitimidade de melhorar as condições de vida da população que ali vivia. Desta forma, o discurso do bem substituía a força física, mas provocava impactos não menos brutais.

Anos após a construção do ramal ferroviário, a região se viu, mais uma vez, submetida ao discurso progressista da inovação e do aumento de qualidade de vida e capacidade produtiva para o país. Se tratava da instalação de grandes hidrelétricas na região. Mais uma vez, moradores antigos são expulsos de suas terras, a partir das mais variadas ações. Nesse período, outro agente, com significativo poder, se inseriu no campo. Tratava-se da Companhia Energética de São Paulo, que veio atuar firmemente em prol de seus objetivos.

O Estado, mais uma vez se uniu à iniciativa privada a fim de alcançar um dito progresso para a região. Mais uma cidade surgiu de forma planejada, visando atender às necessidades da companhia. E também da empreiteira Camargo Corrêa. A preocupação era o custo com o

deslocamento da mão-de-obra, bem como a parceria com o Estado para estabelecer ali uma possibilidade de prosperidade para a região.

Pouco houve de preocupação com as condições daqueles que já habitavam ali, anteriormente à instalação das obras. Pelo contrário, a condição de precariedade da região, bem como a informalidade na ocupação de parte das terras que seriam afetadas com a construção das barragens, era algo facilitador para o processo de desapropriação das terras que seriam atingidas pelas obras das usinas.

Cerca de 130 anos depois do início da grilagem de terra na região, utiliza-se novamente da força física para se livrar daquilo que era indesejado ou considerado um obstáculo para a conquista do progresso. O que talvez pareça um tanto duro é que esses obstáculos eram pessoas, famílias inteiras que não combinavam com os planos que os agentes mais poderosos no campo tinham para o futuro desse mesmo campo.

Há relatos de que a própria CESP se fez valer da força para atingir seus objetivos na região. As pessoas eram amedrontadas, não apenas pela violência física, mas também pela violência simbólica, uma violência que era exercida por meio de subterfúgios, como a falsa preocupação em alertar os ribeirinhos a saírem dali antes que as coisas piorassem, uma vez que eles nada tinham a receber e aconselhava-se, portanto, para que eles não investissem nas terras. Afinal, esse investimento seria perdido, visto que não tinham direito nenhum sobre a elas.

Em meio a essa situação e com perspectivas positivas para seus feitos, a CESP se ocupou em instalar o núcleo habitacional Primavera, que mais tarde se transformaria no distrito de Primavera. Pessoas vindas de diferentes lugares são então inseridas no campo. A partir daí, tem-se uma nova categoria de agentes dispostos na estrutura, o que a modificou mais uma vez, e com isso, novas acomodações foram realizadas.

Esses novos agentes, chamados de barrageiros, ocuparam uma posição que se difere das outras em muitos aspectos, mas principalmente por se tratarem de agentes que, embora pertençam a um mesmo grupo de agentes, possuem diferentes tipos de capital no campo, ocupando, inclusive, diferentes posições dentro do próprio espaço que os demais agentes de seu grupo ocupam.

Mesmo em uma situação em que a origem da realidade social é testada, como é o caso das circunstâncias observadas em Primavera, percebeu-se que o pleno sucesso do processo de articulação social só foi possível porque a verdade foge aos participantes do campo. Mesmo os agentes que participam de certos privilégios no campo, são comumente privados da verdade. Nesse sentido, mesmo em meio às particularidades que abraçam os agentes aqui definidos como barrageiros, considerou-se que se trata de um grupo de agentes que pode ser considerado a partir das suas características comuns, isto é, pelo fato de que todos estão inseridos no campo sob uma cultura de classe, nesse caso uma classe bem peculiar, com nomes e características muito próprias.

A chegada desses novos agentes não acontece de forma isolada. A situação dos ribeirinhos, mais uma vez atingidos pela força brutal de serem expulsos de suas terras, os desmandos da companhia e interesses de alguns movimentos políticos possibilitaram o surgimento de outros agentes nesse mesmo campo. ONGs e movimentos sociais e reivindicatórios se instalaram na região, e a luta pelo poder no campo ganhou novos elementos. Como esses novos elementos foram constituídos a partir dos agentes que foram inseridos no campo anteriormente a eles, optou-se por não analisá-los diretamente, uma vez que foi a condição dos ribeirinhos e dos barrageiros e as delimitações impostas pelos agentes mais poderosos - inicialmente os grileiros e depois a Camargo Corrêa e a CESP - as responsáveis pela delimitação do campo e, conseqüentemente, o estabelecimento de novos agentes no campo.

Vale esclarecer que a estrutura básica e fundamental para o estabelecimento dos campos raramente é alterada, e mesmo quando isso ocorre, é necessário o dispêndio de um longo período de tempo. O que ocorre quando há inserção de novos agentes, é que esses agentes se instalam em posições anteriormente ocupadas por outros agentes. Assim, o sentido da posição e do posicionamento no campo deve ser algo entendido como sendo permitido ou não. Desta forma, há a implicação de uma aceitação tácita do campo aos agentes que pretendem determinada posição no campo. O que ocorre é uma espécie de sentido dos limites do campo, tanto em relação às distâncias entre os agentes, quanto em relação à correspondência conforme marcas de distinção que merecem ser respeitadas.

O que aconteceu em Primavera foi o reconhecimento de agentes externos acerca das possibilidades ofertadas no campo. As ONGs e os demais grupos reivindicatórios viram no campo, a possibilidade de aquisição de capital ou mesmo a possibilidade de utilização do capital que dispunham, em estratégias que pudessem lhes render mais poder no mundo



econômico, político e social. Essa forma de aquisição de poder se valeria principalmente da fraqueza dos agentes dominados no campo, que nesse caso se configuram nas posições de ribeirinhos e barrageiros.

É importante, sobretudo, ressaltar que para a presente pesquisa, apenas se considerou os seis principais agentes, selecionados pelo poder que exercem no campo, bem como pelo capital de que dispõem e que, portanto, interferem de forma significativa para o presente trabalho. Considerou-se, numa ordem cronológica, os agentes responsáveis pela estruturação do campo, tal como ele é hoje. Para representar a inserção desses agentes, eles foram enfileirados (ver Figura 23) em uma seqüência: primeiramente os ribeirinhos, que há muito estavam ali, em seguida o Estado, representando o poder público, os grileiros, novamente a intervenção do poder público, a empreiteira Camargo Corrêa, outra vez o poder público e, por conseguinte, a CESP e por último os barrageiros. Ressalta-se que, durante todo o processo, estava presente, de alguma forma, a figura do ribeirinho.

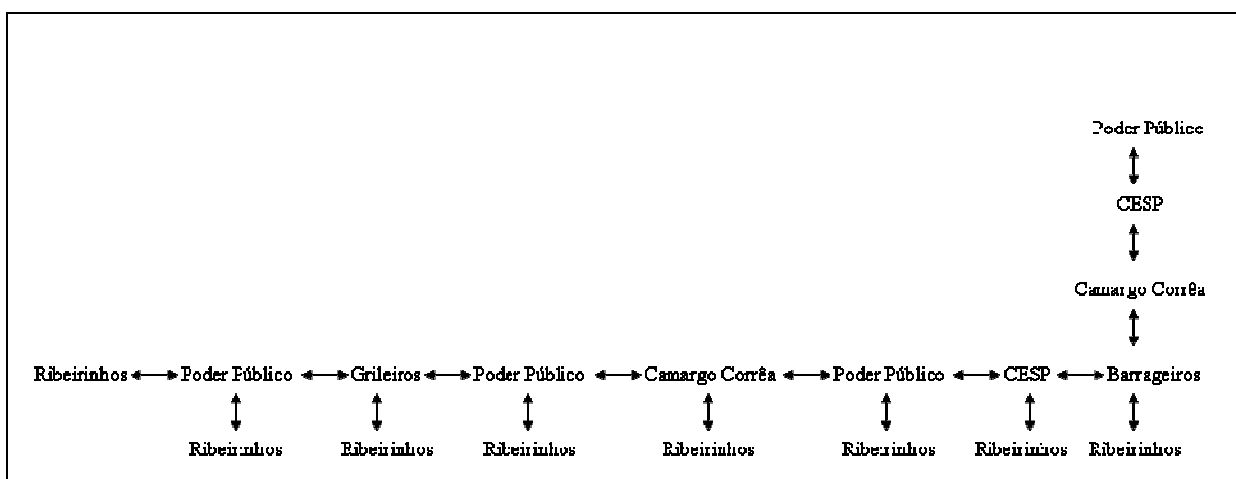


Figura 23 – Incidência seqüencial dos agentes que estruturaram o campo

Fonte: Elaborado pela autora

O esquema acima não revela a hierarquia estabelecida no campo, mas orienta quanto à ordem em que os agentes foram se estabelecendo no campo. É evidente que os ribeirinhos que aparecem como primeiros agentes no campo sofriram, antes do processo de estruturação do campo, pressões advindas de agentes que ocupavam posições superiores à sua em outros campos anteriores ao campo da presente pesquisa. E, certamente, essas pressões incidiram no *habitus* e na *doxa* desses agentes, no entanto, nosso recorte se inicia a partir da incidência das forças dos agentes considerados em determinado espaço de tempo.

Nesse caso, o que se observou é que esses ribeirinhos já estavam lá no espaço físico que cedeu a ordem do campo, em seguida, percebeu-se a intervenção do poder público ao declarar e efetuar medidas para a regularização da posse de terras. Amparados simbolicamente por essa intenção do poder público, surgiram os grileiros, fazendo incidir o seu poder sobre os ribeirinhos. Futuramente a essa situação, se tem mais uma vez, o poder público entrando em ação e fazendo valer a sua força sobre os ribeirinhos, e desta vez os interesses da Camargo Corrêa se fez valer, sob o discurso progressista praticado pelo Estado sobre a região, violentando os ribeirinhos, das mais variadas formas de exercício do poder, em prol desses interesses.

Na seqüência o poder público, que sempre perpassou as condições do campo, evidenciou sua presença nele quando institui a construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. Outra vez, os interesses dos ribeirinhos não importam e nem incidem sobre o campo. Trata-se de um momento em que a CESP, nomeada pelo Estado, atuou incisivamente no processo de estruturação do campo, definindo e redefinindo interesses nele. Com a entrada da CESP, no que gradativamente se configurava como campo de lutas e forças, há uma nova relação de poder instituída no campo. O que se tem nesse momento, é o poder público, legitimado por um discurso em prol do progresso e desenvolvimento econômico para o país, se utilizando da CESP para a efetivação de seus interesses. A CESP por sua vez, se aliou e fez incidir seu poder sobre a Camargo Corrêa, e juntos, ambos os agentes contribuíram para a inserção de mais um significativo grupo de agentes, os barrageiros. Por fim, observou-se o poder público incidindo sobre os ribeirinhos, sobre a CESP, sobre a Camargo Corrêa, sobre os barrageiros e sobre os ribeirinhos. A CESP incidindo sobre a Camargo Corrêa, sobre os ribeirinhos e sobre os barrageiros. E a Camargo Corrêa incidindo sobre os ribeirinhos e os barrageiros. A seguir ilustra-se hierarquicamente a relação desses agentes no campo, bem como suas disposições uns em relação aos outros. O objetivo, nesse momento, não é demonstrar a estrutura e as posições dos agentes nessa estrutura, mas sim alocá-los inicialmente conforme a hierarquia no processo de estruturação do campo.

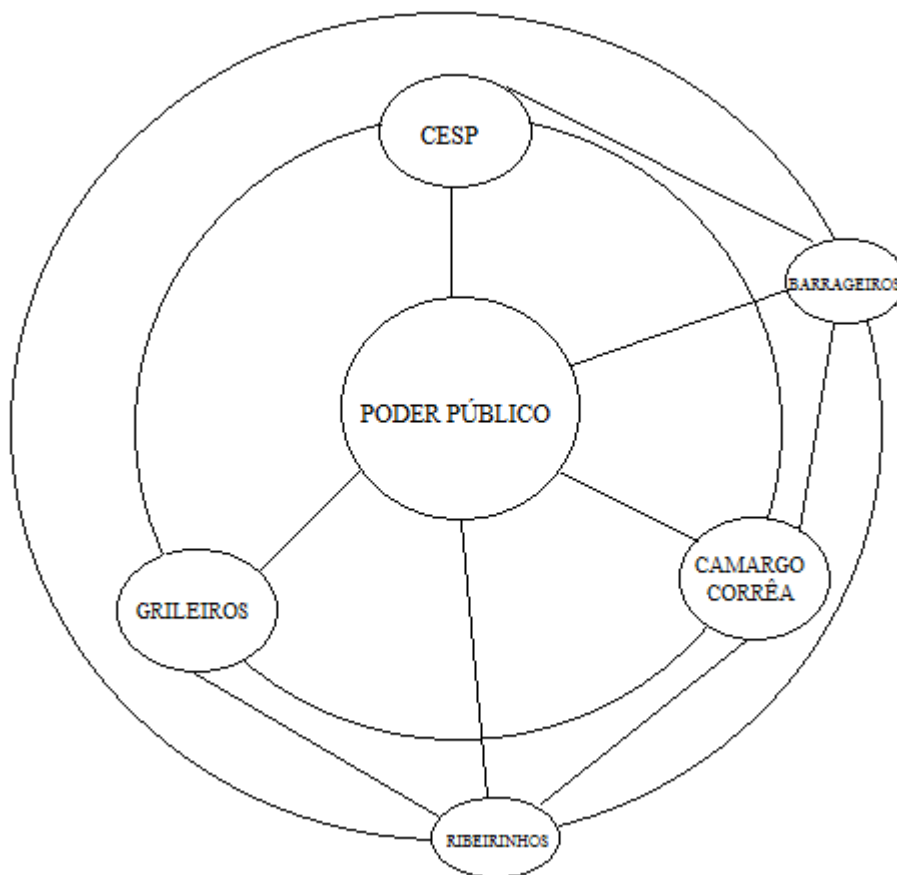


Figura 24 – Relação hierárquica no processo de estruturação do campo  
 Fonte: Elaborado pela autora

O poder público está no topo da hierarquia não por uma questão simplesmente óbvia, de que o Estado tudo domina e tudo determina, mas porque nessa circunstância foi o poder público que efetuou os disparos iniciais para a prática e definição da estrutura do campo e no campo. A CESP, por sua vez, incidindo sobre os demais agentes no campo, exceto sobre o poder público, embora aliada a ele, ao mesmo tempo em que aparece ao lado dos agentes Camargo Corrêa e Grileiros, determinou algumas das relações e definições estruturais do campo.

A CESP e a Camargo Corrêa está ao lado dos grileiros, porque em dado momento se utilizaram das mesmas estratégias de dominação para aquisição de terras e instituição de poder. Na constituição da estrutura, a empresa está em situação de vantagem em relação aos ribeirinhos e aos barrageiros, mas embora se encontre em uma situação relativamente menos privilegiada, é parceira também do poder público, da CESP e dos grileiros. Já esses somente incidem sobre os ribeirinhos, que são impactados por todos os demais agentes. Quanto aos barrageiros, há sobre eles o impacto da força do poder público, da CESP e da Camargo Corrêa.

Vale por fim ressaltar que dentre os dominados encontram-se basicamente os ribeirinhos e os barrageiros. Os primeiros, constituídos por grupos distintos em alguns aspectos, pois se entende como ribeirinhos as pessoas que viviam às margens do rio e que dele retiravam o sustento das famílias. Dentre essas pessoas estavam os pescadores, os oleiros, os agricultores e também os indígenas, todos eles viviam daquilo que o rio tinha para lhes oferecer. A implantação da Usina e a constante incidência de poder dos dominantes fizeram com que esses ribeirinhos perdessem sua principal fonte de sobrevivência e por esse motivo passaram a depender ainda mais dos próprios dominantes.

Os barrageiros por sua vez, encontram-se sob a sombra da CESP, mas também não se trata de um bloco homogêneo, pois é um grupo que se constitui de membros com diferentes níveis de capital. Essa diferença fez com que mesmo no núcleo em que se encontram esses agentes, houvesse distinções capazes de promover o poder relacional, ou seja, mesmo entre esses agentes que compõem um grupo entre aparentes pares, há o princípio de divisão, promotor das regras de dominação vigentes no campo.

É importante lembrar que a incidência de poder no campo não é um caminho de mão única, pois mesmo estando em posições privilegiadas, os agentes detentores de poder recebem constantemente algum tipo de influência dos agentes que ocupam posições menos privilegiadas na estrutura. A partir do ponto de observação escolhido, procurou-se discutir a dependência desses agentes uns em relação aos outros, bem como a estratégia que utilizam para o acúmulo de capital no campo.

Conforme o que nos orientou Bourdieu (2008b), os campos estruturam-se a partir de um conjunto de sistemas, como o sistema escolar, o sistema cultural, o sistema religioso e como já mencionado, o sistema familiar. Tais sistemas perpetuam a separação entre os agentes dotados de quantidades desiguais de capital. As diferentes formas de aptidões que detêm os agentes são indissociáveis da ordem que emana a manutenção das diferenças sociais. O acesso às formas de capital distintas separa os agentes pelas diferenças essenciais aos processos de dominação por grupos legitimados à dominação.

No caso de agentes como os barrageiros, a profissão nomeada é uma das formas de distinção, e conseqüentemente, de definição desses agentes na estrutura, tanto em seus aspectos positivos quanto negativos. Essas marcas distintivas distribuem os agentes hierarquicamente e

apontam qual o seu valor perante a estrutura e que posição a estrutura lhe permitirá tomar em relação às posições dos demais agentes no campo.

Especificamente no caso de Primavera, o peso das profissões deu aos barrageiros delineamentos de possuidores de características pertinentes ao um campo específico, como se entre os barrageiros houvesse todas as características que permeiam o campo, como se existisse um campo dos barrageiros. Nesse campo, havia os mais abastados de títulos e nomeações profissionais, os mais ou menos abastados, os menos abastados e os familiares de todos eles.

Abaixo se procurou replicar a figura de Bourdieu (2008b), sobre o espaço das posições sociais e estilos de vida, dessa vez utilizando as informações sobre a segregação dos barrageiros no campo em que se encontravam dispostos. Ressalta-se que há aqui um recorte dentro de nosso próprio recorte, apenas para ilustrar os efeitos do campo.

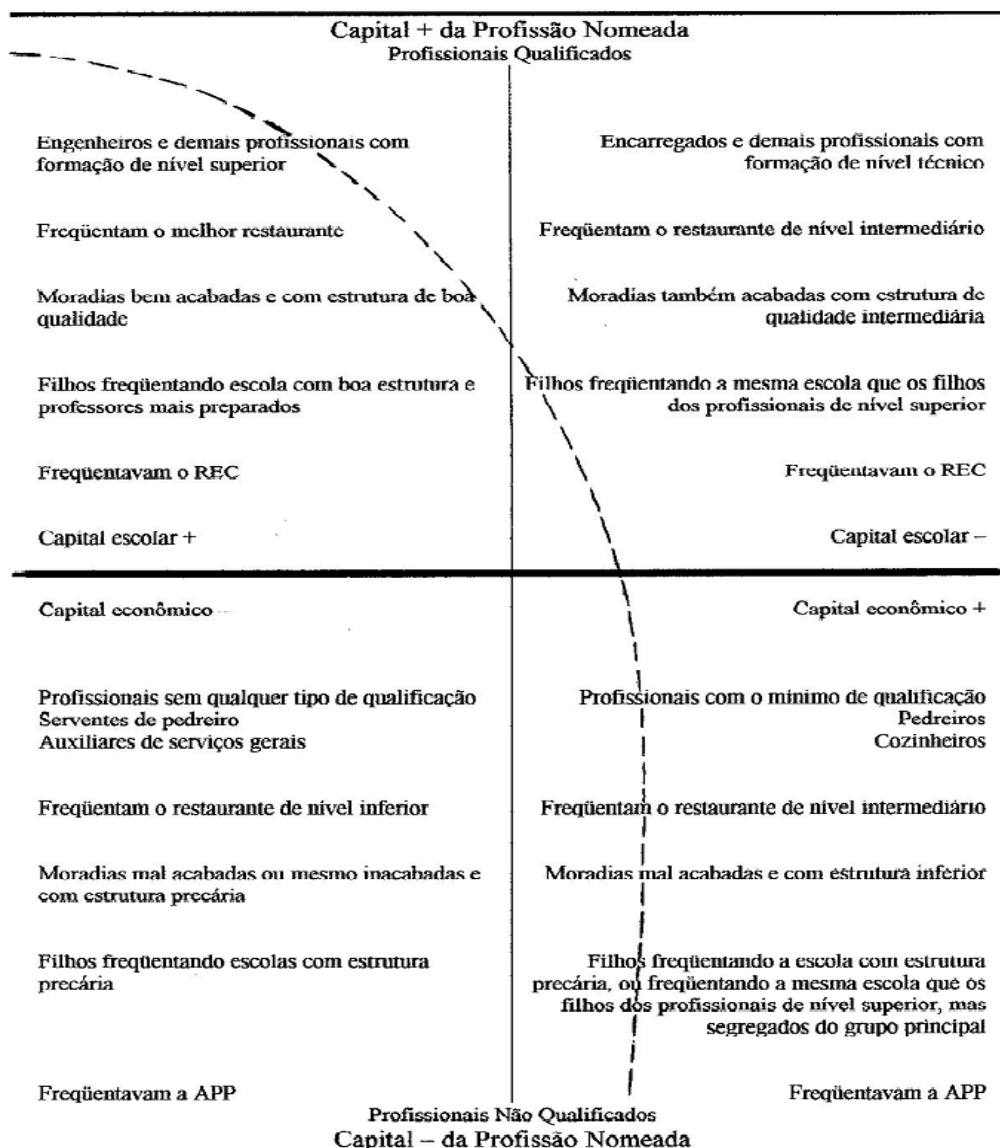


Figura 25 - Espaço das posições sociais e estilos de vida dos barrageiros  
Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Bourdieu (2008b)

Como visto anteriormente, a proposta de Bourdieu (2008b; 2009a) é a de que os espaços das posições sociais e dos estilos de vida são relativos entre agentes e grupos. Os tipos de capital, como a titulação profissional ou escolar, podem ser o reflexo de uma regra para a percepção social. No caso dos barrageiros, além da regra implícita, discutida pelo autor, há aqui um novo elemento, pois as regras não necessariamente são implícitas. Muito do poder que permeia a ordem simbólica, quando se trata dos barrageiros, é declarado. Esse aspecto não significa, no entanto, que não há nesse elemento nada de simbólico, pois por trás dessa mesma declaração explícita, certamente ainda há formas de dominação que nesse momento nos escapam.

Conforme se observa nas determinações demonstradas na Figura 25, constatou-se que o campo não é um lugar de posições dispersas. Ao adaptar o modelo de Bourdieu (2008b),

notou-se que a distribuição no campo se dá de forma organizada e estruturada e, nesse caso específico, de maneira pré-definida. Esses profissionais, com suas histórias próprias, são uma construção de vários outros campos que se perpassam, mas agora estão dispostos em um novo campo, sob novas condições, para darem a continuidade ao processo de auto-estruturação e estruturação do novo campo.

Embora um pouco confusa, a situação é mais simples do que talvez pareça. O campo, previamente estruturado, se trata de um campo que se constituiu de agentes que existiam em outros campos, ocupando posições parecidas na estrutura. Esses agentes, por sua vez, tiveram inicialmente, um capital previamente estimado para seu posicionamento no campo, mas na dinâmica do novo campo, foram gradativamente reformulando e dando suas características à utilização desse capital no campo.

As relações percebidas, conforme a disposição dos agentes no campo, estão pautadas na estrutura. Isto é, a estrutura definiu quanto vale o capital de que os agentes dispõem e como eles podem se utilizar desse capital. A relação de um indivíduo ou grupo de indivíduos se fundamentou nessa estrutura. Como se percebe na Figura 25, as permissões e limitações colocadas às categorias profissionais dispostas inicialmente no campo, determinam quem terá ou não oportunidades de exercer certo poder no campo.

Trata-se de um poder relacional. O poder que uma determinada categoria profissional tem em relação à outra está pautado apenas na relação. Por exemplo, se no campo em que foram inseridos os barrageiros os profissionais com o mínimo de qualificação, como é o caso dos cozinheiros e pedreiros, exercem uma mínima vantagem relacional sobre os profissionais sem qualificação, como os ajudantes geral e os serventes de pedreiros, em outro campo possivelmente esses mesmos agentes estabeleceriam uma relação diferente.

O poder relacional deu aos agentes a possibilidade de se prevalecer sobre outro agente no campo, mesmo sem ter um capital significativamente importante fora da estrutura em que se dispõe. No entanto, embora houvesse essa apropriação de certo grau de poder, houve também uma forma de aproximação e união de agentes mais próximos na estrutura. Esses grupos diferentes, mas que ocupam uma posição mais próxima na estrutura puderam, inclusive, se colocar em uma situação de classe, e se mobilizar contra outros grupos de agentes mais distantes na estrutura.

Esse aspecto foi percebido quando se observou a alocação nas escolas em Primavera, a separação dos barrageiros em clubes distintos, conforme os níveis dos funcionários. A separação nos restaurantes, e a declaração objetivada na disposição e condições das moradias. As melhores casas, cedidas aos profissionais de níveis mais altos, não apenas eram melhores em condições estruturais e de acabamento, como também eram localizadas em áreas mais nobres, como próximas de parques e áreas verdes.

É preciso atentar ao alerta feito por Bourdieu (2008b), de que a representação cartográfica se constitui como uma forte e poderosa técnica de objetivação da distribuição no espaço de uma classe de agentes e instituições. E esse alerta fica muito evidente na observação que se fez nesse trabalho. No caso de Primavera, não apenas a planta nos revela as relações estimadas entre os agentes, como também torna clara a distribuição de bens e agentes, e ainda, as capacidades desiguais de apropriação de capital. Isso se evidenciou na distribuição das crianças em escolas distintas, ou em sua separação nas mesmas escolas, conforme a origem familiar.

Ao projetar o núcleo residencial, a CESP demonstrou, sem intenção declarada, o fato de que as realidades sociais existem e são reconhecidas coletivamente. As classificações dos grupos de agentes, como aconteceu na projeção do núcleo, representa o conceito classificatório, mencionado por Bourdieu (2008b), de que os agentes e as classes se fazem a partir de uma prescrição que é velada porque é universalmente aceita e admitida como fatídica.

Ao observar as condições de dominação dos barrageiros, foi possível perceber o poder da determinação ocasionada pelo campo, pois as casas diferenciadas, a separação dos grupos e as condições não permitidas a esses ou aqueles agentes revelaram a intenção de não permitir que o agente dominado deixe de perceber o seu lugar, a sua posição de dominado perante a estrutura. Essa determinação fez com que o poder se difundisse e se garantisse a partir da palavra, pois os barrageiros, cientes de suas condições e limitações no campo, criaram por conta própria uma linguagem específica, que lhes dava uma falsa identidade perante o campo.

Essa pseudoidentidade lhes posicionava no campo sob o sentimento de pertencimento, mesmo que em condições de dominação. A nomeação com que os barrageiros se autoidentificaram, bem como as palavras que os integravam à cultura no campo, garantiu o poder de imposição de uma nova visão e divisão do mundo social, o que sempre lhes remeteu aos limites impostos pelo campo, limites que se renovavam continuamente, sempre exigindo essa submissão.



As denominações dos agentes, relacionando-os ao campo, lhes deram, em relação ao grupo, a pretensão de fazer existir enquanto grupo, estabelecendo princípios de visão e de divisão comuns, tornando-se uma referência que os identificasse em relação uns aos outros, tornando-os possuidores de uma visão idêntica de sua unidade. Não apenas as palavras, mas outros símbolos utilizados no campo, como as casas, tinham uma função muito clara no meio social, definir quem era quem e onde cada um deveria estar.

Esses símbolos firmaram, na vida cotidiana, a estrutura necessária à manutenção do poder. Essas casas, as palavras, os modos, as preferências e as limitações representam muito mais do que o que está aparente. São símbolos fundamentados nos verdadeiros interesses submersos no campo e orquestram a realidade social conforme as orientações dos dominantes. Quando se automeiam como barrageiros e criam nomes para práticas que são somente suas, assumem a posição de dominados e reconhecem, sem saber, qual é a sua posição no campo.

As famílias, as residências, as atividades profissionais exercidas, e todas as possibilidades ou impossibilidades, prescrevem que posição certos agentes vão continuar exercendo dentro da estrutura, geração a geração.

Assim, a Figura 25 traz uma breve demonstração da determinação dos espaços estruturais de possibilidades para os agentes conforme o capital que possuem. As limitações impostas pela estrutura do núcleo evidenciam as possibilidades e indicam ainda o limite estabelecido para cada grupo de agente. Essas possibilidades e impossibilidades fundamentaram o *habitus* que cada grupo de agentes desenvolveu perante o campo, a partir do capital de que dispunham. Nesse contexto, a linha pontilhada demonstra que o grupo de agentes totalmente excluído de qualquer possibilidade de ascensão à classe mais próxima é o grupo dos profissionais sem qualificação e seus familiares e descendentes.

Vale ressaltar que as marcas de distinção, colocadas sobre os agentes no campo, são o que Bourdieu (2009c) chamou de duplicadores simbólicos dos valores de posição vinculados à própria posição na estrutura social. Para o autor, essas marcas servem até mesmo para que os agentes se apropriem de modelos de transmutação das diferentes distinções, obviamente, conforme a estrutura lhe permitir, já que esses modelos dependem da educação dos agentes e das condições perante a estrutura.

Ao se retomar a questão de que os agentes têm uma história prévia em relação ao campo, sejam eles os ribeirinhos, o poder público, os grileiros, a Camargo Corrêa, a CESP, ou os barrageiros, se percebeu o que Bourdieu (2008b) alertou sobre o fato de que o mundo, ao mesmo tempo em que nos engloba, também é contido por nós. São esses agentes, com sua história em outros campos, com o capital que adquiriram em outros campos, que vão constituir o campo aqui descrito, estruturando-o e sendo estruturados por ele.

Em Primavera se percebeu, com clareza, a noção de espaço proposta por Bourdieu (2008b), de que este parte do princípio de uma apreensão relacional do mundo social. Uma apreensão pautada no fato de que toda a realidade designada por essa noção, reside na exterioridade mútua dos elementos que compõem a própria realidade. Sob esse ponto de vista, os agentes aparentes existem e subsistem na diferença e pela diferença, enquanto ocupam posições relativas em um mundo real.

## 9 AS RELAÇÕES DE PODER INSTITUIDAS NO CAMPO

Bourdieu nos alerta constantemente, em suas obras citadas nesse trabalho, sobre o fato de que a cultura dominante tende a preencher uma função ideológica a fim de legitimar uma ordem arbitrária. É exatamente o que se observou no campo Primavera, pois se percebeu uma ordem arbitrária legitimada pelo discurso progressista. Uma ordem que atende aos anseios dos dominantes, que busca um dito progresso, mas em prol de uns poucos, que tendem a manter sua posição de dominantes, inclusive por meio desse tal progresso conquistado à custa da maioria dominada.

As revelações do autor acerca do fato de que os agentes e os campos realizam intercâmbios constantes, se deve aos aspectos estruturantes da estrutura. Isto é, a estrutura estruturada reproduz, de forma transfigurada e irreconhecível, a estrutura das relações econômicas. Em Primavera, a estrutura que se concretizou ao longo dos anos na região, não só permitiu o surgimento desse novo campo, como também deu a ele um aspecto próprio. Partiu-se de uma realidade estruturada para o estabelecimento de uma nova realidade, também estruturante, em que os agentes anteriormente estruturados por outros campos, agora se colocavam perante a estrutura para também estruturar, em algum nível, o novo campo.

No caso do campo Primavera, se evidenciou o aspecto mencionado por Bourdieu (2009c), de que a estrutura das relações socioeconômicas prevaleceu e permitiu que se reproduzissem as diferenças no mundo social, que apenas se ajustam à estrutura dessas relações socioeconômicas. Nesse sentido, os agentes dotados de um comportamento *dóxico*, percebem as relações de dominação e conservação de poder como sendo naturais. Esse comportamento contribui então para a conservação simbólica das relações de força vigentes no campo.

Em Primavera, pôde-se observar aquilo que Bourdieu (2009a) falou sobre o conhecer sem conhecer. Esse falso saber, em Primavera, fez com que muitos dos agentes inseridos no campo se sentissem como se nada tivessem a fazer, pois sua posição, sua capacidade de ação e aquisição de capital estavam definidos pelos idealizadores da estrutura tal como ela foi concebida. Essa falsa ideia, de conhecer a realidade quando de fato nada ou muito pouco se sabe sobre ela, fez com que a estrutura fosse permeada por uma relação de dominação complexa e sutil, portanto, simbólica.

O poder simbólico que perpassa o campo Primavera, é mais que uma força ilocutória – nos dizeres de Bourdieu (2009a) - pois não apenas anuncia quem manda e quem obedece, como define quem terá a possibilidade de se manter no poder e, quem por ventura será beneficiado com a possibilidade de uma futura e lenta transição espacial no campo. Trata-se de uma manutenção dos sistemas simbólicos definidos nas relações no campo. A estrutura em Primavera, ou de Primavera, ao mesmo tempo em que fisicamente revelou muitas coisas subliminarmente<sup>19</sup> determinadas, também remeteu às situações estruturais implícitas e não declaradas e simbolicamente poderosas e determinantes das forças no campo.

Embora as duas situações mencionadas pareçam estritamente de caráter simbólico, é preciso mencionar que a estrutura física em Primavera revela claramente a distinção e a classificação dos agentes, e mesmo havendo muito de simbólico nessa situação, há também a evidência física, incontestavelmente reveladora e informadora das coisas pertinentes ao campo. Já as estruturas implícitas, adquiridas ao longo dos anos, a partir do *habitus*, da *doxa* e de toda a história dos agentes, requerem maior empenho e tempo de pesquisa em relação ao campo para serem minimamente compreendidas. Essas somente serão mais bem compreendidas a partir de um acompanhamento, de muito perto, de algumas histórias de pessoas e agentes inseridos há muito no campo.

Nas relações de força estabelecidas tanto pela estrutura explícita quanto pela estrutura implícita, há aqueles que exercem o poder e aqueles que estão sujeitos a ele, no entanto, todos são agentes, de alguma forma contribuíram para a estrutura. É preciso, porém, esclarecer que não se trata de culpabilizar os agentes sujeitos ao poder por acomodarem-se em relação ao campo, mas de sua contribuição *dóxica*, formadora do *habitus* que permitiu que cada qual ocupasse sua posição nesse mesmo campo. Em Primavera, se percebeu muito objetivamente que os agentes dominados no campo, ou seja, os agentes sujeitos ao poder dos agentes dominantes foram, durante todo o período investigado para a pesquisa, os ribeirinhos. Posteriormente, com a reconfiguração do campo, novos dominados foram inseridos, ou seja, os barrageiros.

Os dominantes, por sua vez, foram sempre os representantes ou protegidos pelo poder público. E que até os dias atuais estão pautados nos mesmos falsos argumentos: progresso,

---

<sup>19</sup> A raiz da palavra utilizada aqui é o conceito adotado pela psicologia para se referir àquilo que está além da consciência, uma percepção subliminar a respeito de algo, no limite de seu reconhecimento pelo indivíduo, algo provocado pelo afastamento ou não esclarecimento, que não emergiu a consciência.

melhores condições de vida para a maioria da população e avanço econômico para a região. Nesta pesquisa identificou-se esses agentes dominantes como sendo o próprio poder público, os grileiros indiretamente apoiados pelo poder público, a Camargo Corrêa, que se aproveitou de sua ligação com o poder público e a CESP, totalmente pautada nas regras do poder público. É interessante, contudo, destacar que a CESP, embora tenha sido por muito tempo um braço governamental, tinha seus interesses muito bem estabelecidos e foi um instrumento para aquisição de poder por membros vinculados ao governo e também a iniciativa privada.

Ao investigar o trajeto percorrido para a estruturação do campo, percebeu-se que o enunciado estabelecido sob as intenções dos agentes detentores de poder, foram cruciais para a definição das condições do campo. Em outros termos, os dominantes na região em que se estabeleceu Primavera, cristalizaram crenças que permitiram a manutenção do poder e os estados de dominação efetivados no campo. Os dominados sentiam-se dominados, não no sentido claro da palavra, mas no sentido de estarem impossibilitados de interferir significativamente na situação. A fala dos dominantes era tão veemente, que verdades foram estabelecidas no campo, mesmo sem possuírem o mínimo de validade coletiva.

Tais verdades, fundamentadas na necessidade de progresso e de ascensão econômica constituíram, por meio do discurso que se valia delas, para o estabelecimento da ordem no campo. As verdades fundamentais, no entanto, ou seja, as necessidades reais da população local, a manutenção das fontes de sobrevivência dessas pessoas, foram ignoradas e suprimidas em função da manutenção e mesmo ampliação do poder de uns poucos. Assim, foi estabelecida uma espécie de consenso a respeito do mundo, bem como da organização desse mundo, e todos, mesmo sem concordar conscientemente acerca disso, construíram uma lógica que se fez primordial ao domínio da cultura, do direito de propriedade, das definições políticas e da legitimação e sanção do regime de dominação que vigorou e ainda vigora no campo.

A demanda por legitimação da classe dominante, mencionada várias vezes nas obras de Bourdieu aqui citadas, se revelou em Primavera como sendo satisfeitas pelo trabalho de políticos que desenhavam um percurso, que deveria ser adotado no campo, em prol de seus próprios privilégios. A imposição estabelecida em Primavera, por meio do discurso de legitimação e também pela estrutura física que designou as posições físicas dos agentes no campo, fizeram com que os agentes menos favorecidos fossem simbolicamente violentados de forma aparentemente atenuada, mas exercida com a cumplicidade das vítimas que se

submetiam, pelos mais variados motivos, ao poder dos agentes dominantes que, também manipulavam a realidade do campo, de tal forma que aquilo que faziam para dominar, parecia uma ação libertadora e mesmo protetora.

O que Bourdieu (2009a) chamou de poder simbólico, ou seja, a forma transformada e irreconhecível de poder, foi transfigurada em Primavera e legitimada sob outras formas de poder. O que parecia cuidado e proteção era na verdade uma forma de controle e manutenção da força. Quando se instituiu o núcleo de Primavera, não somente se objetivou maiores ganhos econômicos, como também o controle sobre a população trabalhadora. Isto é, sob o discurso de estar preocupada em oferecer melhores condições de moradia e qualidade de vida para os trabalhadores e suas famílias, a CESP instituiu, não só em Primavera como nos outros locais em que instalou seus núcleos residenciais, uma forma eficaz de manipular e controlar os seus empregados.

Ao voltar ao passado, observou-se que a relação entre poder público e grileiros, entre poder público e ribeirinhos e entre grileiros e ribeirinhos foi fundamental para a compreensão do comportamento *dóxico* que se instalou no campo e que deu origem ao *habitus* que possibilitou o estabelecimento e manutenção do poder em Primavera. Essa mistura de força física, ocorrida nos tempos da grilagem, e força econômica, exercida pela Camargo Corrêa e pela CESP, foi capaz de fazer crer, ver, confirmar e mesmo transformar a visão de mundo, mesmo que muito timidamente. As ações em Primavera, atualmente ocorrem de forma mais velada, não há mais o núcleo, pois hoje se tem o distrito, não há mais o controle direto da CESP e da Camargo Corrêa sobre a vida das pessoas e não ocorrem com frequência ações físicas violentas direcionadas às populações ribeirinhas.

Porém, há ainda a força quase invisível do poder público, que permite a instalação de ONGs e movimentos reivindicatórios que, aliados ao poder do Estado, dissimulam a intenção verdadeira de aquisição de poder e força política. Mais uma vez se tem uns poucos agentes se utilizando das necessidades dos dominados para legitimarem suas ações de tomada de poder. Essa e outras formas veladas de incidência da violência sobre os agentes dominados no campo, são as mais cruéis maneiras de se exercer o poder, pois ao mesmo tempo em que requerem mais elaboração e utilização de estratégias, também impossibilitam os agentes dominados de reagir a essa força.

O poder das palavras compõe-se como um mecanismo de dominação capaz de nomear e, portanto, transforma algo simples em um poder considerável. Por exemplo, ao demonstrar aos seus funcionários que eles eram cuidados e estavam inseridos em uma realidade confortável, somente possível por conta do vínculo que possuíam com a companhia, a CESP fez com que os agentes dominados, simbolicamente se deixassem dominar e ao mesmo tempo autorizassem a companhia a falar por eles.

Esse campo constituído pelo poder público, pelos ribeirinhos, pelos grileiros, pela Camargo Corrêa, pela CESP e pelos barrageiros, somente pôde ser compreendido a partir das práticas que o permearam, bem como das representações as quais os agentes foram capacitados a ter em relação à realidade em que se encontram inseridos. É imprescindível, contudo, que compreendamos que, embora às vezes a realidade atual se mescle ou se confunda com a história que perpassa o campo, foi uma sequência de momentos que construíram o campo e que desses momentos distintos restou o *habitus* e a tendência ao comportamento *dóxico*.

Ao se pensar em Primavera, é difícil não articular o momento histórico da grilagem de terras no Pontal ao momento em que se deu a construção do ramal ferroviário, ao momento em que ocorreu o alagamento para a construção da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta e ao momento da instalação do núcleo residencial. Esses quatro momentos, embora pareçam inicialmente distintos – exceto a construção da Usina e do núcleo – estão histórica e sequencialmente articulados. Somente a partir da interferência do Estado acerca da regulamentação das terras no Pontal, a permissão velada da grilagem de terras na região, a parceria do governo paulista para a construção do ramal ferroviário Sorocabana, o anseio do Estado, na época representado pelo político Paulo Maluf, em aumentar o potencial energético de São Paulo e outras coisas mais, e a parceria estabelecida com a empreiteira e a CESP, se pôde avaliar o quanto a estrutura foi constituída em um significativo espaço de tempo.

Esse período, embora pareça insignificante para a história, se fez como importante momento na construção do campo, pois se for definida a idade do campo a partir do surgimento do núcleo, trata-se de uma estrutura com cerca de 30 anos de existência. Mas ao se pensar no período anterior a esse, e que contribuiu efetivamente para a emergência do campo, somam mais de 130 anos de acontecimentos, que somente foram permitidos por causa do momento histórico e político vivido pelo Brasil.

Como o campo de poder é peculiar em relação aos demais campos, a história se faz ainda mais necessária à compreensão da manutenção das forças no campo. Esse campo concretizado pelas relações de força entre os agentes e o capital de que esses agentes dispõem permite uma dominação que corresponde à dominação do campo. Mesmo em meio ao campo dominado, as lutas podem emergir e se intensificar sempre que o valor relativo dos capitais for questionado. Ao ser ameaçado o equilíbrio no interior do campo, as instâncias encarregadas da reprodução do campo de poder são ameaçadas, como se evidencia em Primavera.

Quando a ordem estabelecida no campo é ameaçada, o poder pode mudar de mãos, e os dominantes não querem isso. Em Primavera, essa ordem foi estabelecida ao longo da história do campo e mantida durante a instalação e manutenção do núcleo. A transferência do núcleo ao município de Rosana provocou uma espécie de desequilíbrio no campo. Mesmo se tratando de uma ação programada, a entrega do núcleo resultou na partida de muitos dos antigos moradores, bem como a chegada de novos habitantes. Alguns novos de fato, outros, antigos ribeirinhos habitantes da região há muito tempo, mas que somente retornaram com a integração do núcleo ao município de Rosana.

Os movimentos reivindicatórios e a política fizeram com que muitas mudanças ocorressem em Primavera. Se antes havia o controle da CESP, agora os moradores sofrem pelas disputas políticas e pela corrupção. A dependência em relação à companhia ainda é muito significativa, pois dela vem a maior parte dos recursos da região, mas são esses mesmos recursos que possibilitam a grande incidência de escândalos políticos envolvendo corrupção em Rosana. Essa situação não se difere, em essência, dos outros momentos conflituosos envolvendo a região. Desmandos, poder nas mãos de uns poucos, e a pouca importância dada à situação dos agentes dominados se parecem em muito com os conflitos anteriores.

A luta que fez a história desse campo, temporalizou o campo, os dominantes que prezavam pela continuidade se viram em circunstâncias em que seu poder poderia ser destituído, não pelos dominados, mas por novos agentes perseguidores do poder. Essa ruptura e aparente descontinuidade em Primavera não são de fato uma descontinuidade ou uma revolução, mas sim uma ocupação de novos agentes na mesma configuração do campo de lutas, em que os agentes dominados continuam os mesmos e os dominantes se revezam entre os antigos e os novos agentes com poder no campo. Essa permanência dos agentes dominados na condição e posição de dominados está relacionada à sua distância em relação ao principal agente dominante no campo, o que mais uma vez nos leva à análise das relações entre os agentes.



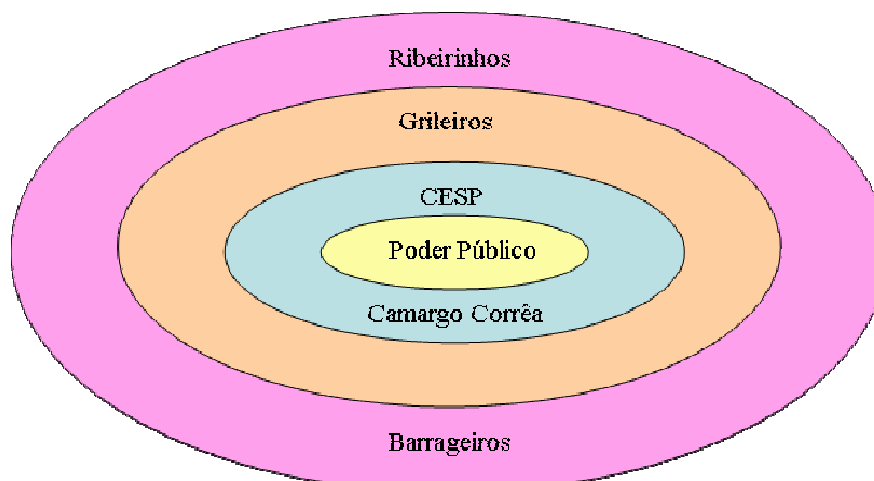


Figura 26 – Configuração do campo Primavera  
Fonte: Elaborado pela autora

Notou-se, como consta na Figura 26, que os ribeirinhos e os barrageiros encontram-se no mesmo nível no campo, em um espaço em que ambos circulam mediante uma mesma distância em relação ao poder público, o agente dominante mais significativamente dotado de capital. Esse aspecto do campo revelou que em um espaço dado no campo, podem estar situados mais de um agente, com capitais distintos, mas em condições de domínio ou dominação muito semelhantes. Esses agentes podem também transitar e penetrar em outros níveis da estrutura sem, no entanto, deixar de estar lotado na posição original, salvo em raros casos em que a alquimia social é permitida.

Conforme a proximidade na estrutura, os agentes dominados tem maiores possibilidades de interagir com o agente dominante mais poderoso no campo, e se utilizar do capital adquirido nessa relação para se estabelecer como dominante dos agentes mais fracos que ele nesse mesmo campo. Pode-se, nesse sentido, ter no mesmo nível da estrutura, um agente que em relação ao outro possui algum poder, e por meio desse poder relacional, gradativamente emergir no campo como agente com possibilidades de dominação.

No caso específico de Primavera, observou-se que os barrageiros e os ribeirinhos encontram-se no mesmo nível. Embora esses agentes tenham sua história constituída de forma distinta no campo, ambos se posicionam como os agentes dominados mais distantes do principal agente dominante. Os barrageiros, porém, por se tratarem de agentes que se constituem a partir de elementos com diferentes níveis de capital profissional, apresentam certa flexibilidade na estrutura e, alguns deles se relacionam com os agentes melhores posicionados no campo.

Já os grileiros, detentores de um capital claro e específico, encontram-se em uma posição em que não há outros agentes semelhantes. No tempo em que se iniciou a constituição do campo, esses agentes se demonstravam dominantes, pois prevaleciam das fraquezas e desarticulação dos ribeirinhos. Porém, em relação aos agentes que estão em melhores condições no campo, os grileiros também podem ser vistos como dominados, pois foram instrumentos que em certo grau e em certos momentos contribuíram para a tomada de poder no campo de agentes como a Camargo Corrêa, a CESP, e mesmo o poder público.

Ao permitir que os grileiros praticassem a violência contra os ribeirinhos, o poder público não apenas viabilizou a ação desses agentes, como também abriu a primeira possibilidade evidente no campo, acerca do que viria mais tarde, ou seja, a dominação por parte de agentes como a Camargo Corrêa, a CESP e, conseqüentemente, o fortalecimento de seu próprio domínio. A Camargo Corrêa e também a CESP, no momento de instalação da hidrelétrica, inclusive se utilizaram de instrumentos de violência anteriormente utilizados pelos grileiros, o que também denota sua cumplicidade e simpatia com esses meios.

Na estrutura, tanto a Camargo Corrêa quanto a CESP, encontram-se no mesmo nível, mesmo que com poder e capital distintos. A companhia é relativamente mais poderosa do que a empreiteira no campo, contudo, ambas dispõem de capital capaz de posicioná-las muito próximas ao poder público e também dos agentes dominados que se encontram abaixo na estrutura. No campo a CESP e a Camargo Corrêa são instrumentos diretamente utilizados pelo poder público para a determinação do campo. Há, no entanto, a necessidade de colocar aqui, o fato de que esses agentes, embora dominados pelo poder público, também se utilizaram dessa relação para se estabelecer no campo.

O poder público por sua vez, é o agente primordial para o estabelecimento do campo, mas está arraigado no campo do poder, também permeado pelo campo econômico. Entende-se que o poder público é a articulação de todas as ações e subterfúgios para o estabelecimento do poder. É nesse nível que se definiu e se estabeleceu aquilo que é visivelmente mais importante em qualquer que seja o campo, o poder. Como foi visto em Bourdieu (2004; 2008a; 2008b; 2008c; 2009a; 2009b; 2009c) independente do que vem a ser o capital em disputa no campo, o que prevalece é a luta em se manter ou emergir na posição com maior poder, seja esse poder representado pelo dinheiro ou pelo *status*.

Nesse contexto, observou-se que qualquer que seja o campo, ele sofreu, sofre e ainda sofrerá pressões externas. No caso de Primavera, houve pressão do campo político, ao mesmo tempo em que esse campo se fez um agente no distrito. É possível notar a pressão e a interação entre esses campos a partir da figura abaixo, que procura esquematizar a relação e incidência dos agentes nos campos político e em Primavera, bem como as interferências de outros campos na constituição do antigo núcleo habitacional.

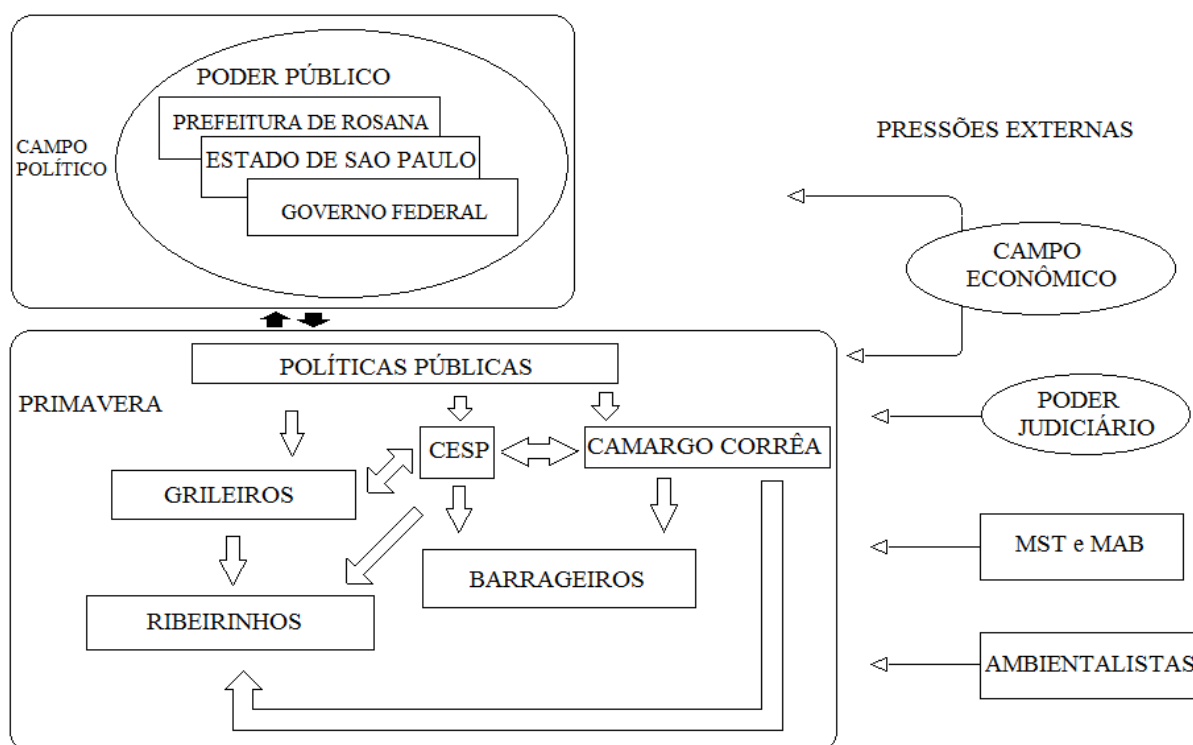


Figura 27 - Relações e pressões externas que perpassam o campo Primavera  
 Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Vilarinho (2004)

No campo político está o governo federal incidindo sobre o governo estadual e o governo municipal. Na constituição de Primavera, observou-se que a vontade do governo federal, na época instituído pela ditadura, incidiu fortemente sobre as questões estaduais e municipais. O discurso em prol do progresso não considerava as esferas menores, e estava pautado no que eles chamavam de bem comum para a maioria. Essa incidência, ao mesmo tempo em que proporcionou o fortalecimento do poder público global, também possibilitou, a partir da transferência do núcleo habitacional para o município de Rosana, o estabelecimento de um poder público local, embasado e estabelecido pelo campo.

A articulação de forças no campo político incidiu sobre Primavera a partir de suas políticas públicas articuladas no campo. A partir dessas políticas públicas, embasadas no discurso que se legitimava na criação e afirmação de uma necessidade social inculcada nos agentes dos campos econômicos, político e social, a CESP, a Camargo Corrêa e os grileiros foram autorizados a agir no campo. Essa autorização nem sempre foi explícita, mas nem por isso deixou de ser menos eficaz para que a dinâmica das lutas resultasse naquilo que era de interesse para o campo político, o estabelecimento da força e de seus interesses.

A CESP, a Camargo Corrêa e em menor grau, os grileiros, legitimados pelas políticas públicas, fizeram do campo um local em que os demais agentes tiveram pouca ou nenhuma oportunidade de transição. Essa manutenção dos agentes dominados em suas posições se deve à diferença nos níveis e disposição de capital no campo. O capital que possuem esses agentes é significativamente menor e menos variado do que o capital em posse dos agentes dominantes. Barrageiros e ribeirinhos ficam a mercê das imposições que o campo lhes faz e, em função das interações entre o campo político e Primavera, bem como das pressões externas sofridas pelo campo, a estrutura se mostra pouco permeável a novas possibilidades de ascensão entre os agentes em posições muito distanciadas do poder.

As pressões que o poder econômico exerceu e ainda exercem sobre o campo revelam a significação que a questão econômica tem no mundo moderno. É um elemento que estabelece o poder nos mais variados segmentos da sociedade. Mesmo o campo político está pautado na questão econômica, fazendo com que o campo econômico se constitua como um poderoso campo capaz de influenciar as mais variadas estruturas da sociedade. É raro um campo não ser afetado pela questão econômica, pois em uma sociedade capitalista dificilmente o poder não estará atrelado às questões que permeiam o campo econômico.

Embora exista a declaração e o estabelecimento de que o poder judiciário deve ser imparcial, há claras evidências de que o mundo econômico incide sobre esse campo e que, esse também faz incidir seu poder sobre os mais variados campos. O poder judiciário é instrumento de articulação de muitas ações, também se faz como um agente com significativo potencial estruturante, tanto em relação aos agentes quanto em relação aos campos. No caso de Primavera, em muitos momentos o poder judiciário esteve envolvido nas questões conflituosas do campo, seja em questão aos recursos ou mesmo em relação à mediação e manutenção das posições dos agentes. Houve na interação do poder judiciário com o campo, uma relação de dar sem dar, tirar sem tirar e permitir sem declarar a permissão. Dado o

número de processos envolvendo os conflitos no campo, bem como o resultado de algumas sentenças, percebe-se que houve uma tentativa para equilibrar as ações no campo, em alguns momentos parecia haver uma intenção em proteger o agente mais fraco, em outras a legitimação dos interesses dos agentes dominantes.

Em meio a essas situações, movimentos se estabeleceram e os movimentos reivindicatórios foram se instituindo no campo. MST e MAB se instalaram na região e hoje são importantes agentes políticos, com capital simbólico significativo e influência sobre a estrutura. Pautados em discursos que se apropriam das necessidades de agentes dominados, nesse caso os ribeirinhos, esses agentes políticos justificam sua existência e permanência no campo e gradativamente vão adquirindo poder capaz de delinear outros campos paralelos, como por exemplo, os próprios assentamentos rurais.

Em meio a esses movimentos e a toda a dinâmica do campo, há a ação reivindicatória dos ambientalistas. Desde a época em que se estabeleceu o projeto de implantação da UHE Sérgio Motta, foram muitos os manifestos e as tentativas para impedir o alagamento do reservatório. Desde então há um movimento sobre o campo, no intuito de se estabelecer áreas de preservação e controle ambiental. No entanto, mesmo esse campo, acaba exercendo um poder que independente de suas intenções, incide também sobre os agentes dominados, como é o caso dos ribeirinhos pescadores e pequenos agricultores.

A incidência desse campo sobre Primavera revelou a exposição do campo às interferências de outros campos. Esse aspecto demonstrou tanto a complexidade das relações, como a gama de interesses que instiga as lutas no campo. O capital de que os ambientalistas dispõem, em muito se parecem com o capital político e faz com que o simbolismo do apelo ambiental permeie facilmente as mais variadas áreas de interesses públicos, econômicos e mesmo individuais. Mais uma vez vale ressaltar que se trata de poder, esse conceito amplo e complexo que rege o maior dos campos, o campo que contém todos os outros, ao mesmo tempo em que está contido neles. É uma força que perpassa a realidade e as mais variadas estruturas constituídas a partir da sociedade. É uma força que, ao ser avaliada de perto, ou mais atentamente observada, pôde revelar situações impensadas e imperceptíveis no primeiro plano, definidoras até mesmo de nossas escolhas.

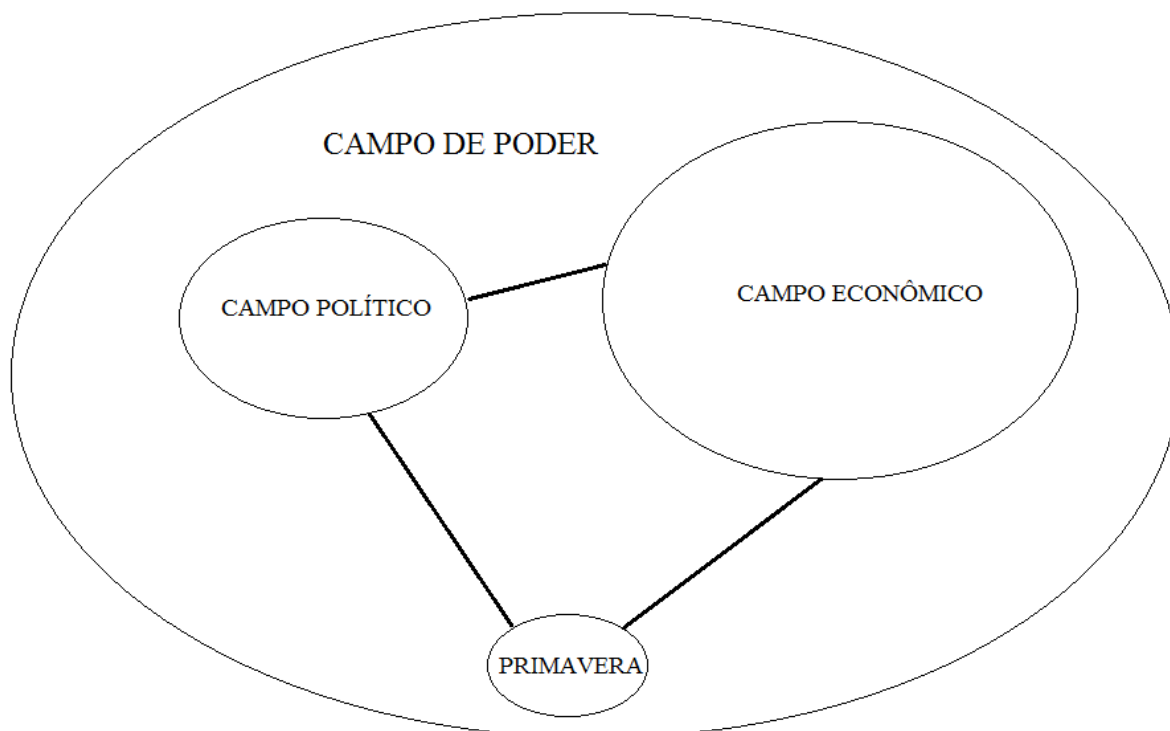


Figura 28 - Os campos que constituem e são perpassados pelo campo de poder  
 Fonte: Elaborado pela autora

Como é possível observar na Figura 28, o campo de poder é a grande esfera que engloba dois outros importantes campos, o campo econômico, também definidor de muitos outros campos, o campo político e Primavera. Todos esses campos se influenciam e são simultaneamente influenciados. Embora não ocorram modificações na estrutura, os interesses incidem de forma dinâmica e as relações são constantemente avaliadas e reavaliadas. Primavera, nessa dinâmica é um elemento altamente influenciado e permeado pelo campo de poder e, se tornou paralelamente um campo de poder com suas próprias características e engloba interesses dos mais variados, fundamentado na heterogeneidade de capitais disponíveis e em disputa no campo.

Essa variedade, por sua vez, é algo correlato à competência no campo e do campo em relação aos demais campos que a perpassam. Essa competência pode ser atual ou potencial e produz efeitos sobre as posições dos agentes uma vez que é legitimado e tomado por classes, partidos, sindicatos, países e outras variados campos. Essa situação envolvendo poder é o seu simples exercício, fundamentado na obediência. Essa obediência, contudo, está arraigada na satisfação dos agentes que detém o poder. Esses agentes emitem ordens e essas ordens são consideradas pelos agentes dominados, não importando a clareza dessa circunstância. Em outras palavras, não interessa se a emissão de ordens é ou não explícita, o que verdadeiramente importa é que elas são cumpridas e concretas ou não, são reais.

Nessa complexidade do campo que se estabeleceu em Primavera, a dominação simbólica se deu pelo processo de transfiguração de uma série de capitais distintos. Esses capitais transmutados em capital simbólico são o resultado de um processo de dissimulação que garante o revestimento de uma substância com algo que não se assemelha ao seu aspecto inicial e faz com que as relações de força sejam garantidas. Esse movimento cíclico se dá em um pequeno intervalo, e reconhecer e ignorar a violência causada pelas relações de força é um fator modelador dessas mesmas relações. É a forma objetivada de poder simbólico, esse poder produtor de efeitos visíveis em que energia e empenho são destinados à aquisição de um poder cada vez maior e mais estável.

E interessante, contudo, ressaltar que mesmo os agentes dominantes, nem sempre têm a clareza do jogo, apenas repetem as experiências do campo. Em Primavera, há certo grau de consciência entre os agentes, mas a *doxa* proporcionou uma estabilidade que dá ao campo a sensação de naturalidade necessária às regras do jogo, fundamental para a manutenção da ordem que rege as relações do campo. As regras do jogo foram impostas pelos interesses dos agentes dominantes ao mesmo tempo em que foram internalizadas e aceitas pelos agentes dominados. Mesmo que em dados momentos pareça haver a consciência precisa da dominação, o campo é permeado pela impotência simbólica em relação aos campos que o perpassam.

Assim, estabeleceu-se no campo, um poder simbólico que legitima as ações dos dominantes e dá àquele que o exerce, um crédito para atuar no campo, esse mesmo poder é creditado pelo agente dominante, uma vez que só existe porque alguém o exerce e alguém está sujeito a ele. As coisas nomeadas e legitimadas no campo são espécies de regras que devem ser cumpridas para o chamado bem de todos. Em Primavera, a CESP foi legitimada a exercer seu poder no campo e proporcionou o estabelecimento de uma realidade com regras e costumes próprios, estruturados no campo e proporcionando aspectos de sua estruturação.

Em Primavera foi possível observar e conhecer de perto uma série de formas em que se dá o exercício do poder. Lá, as relações de força são conhecidas e os fenômenos de concentração de capital e poder, o monopólio e as relações sociais de dominação revelam uma comunidade com a violência arraigada em sua forma de subsistir. E embora essa violência tenha sido processada e reprocessada, tomando formas diferentes ao longo da história, ela passou da força física à força subjetiva e implícita sem deixar de ser tão fortemente impactante.

A complexidade do campo revelou a quantidade variada de interesses e interações no campo. No centro desse universo, está o agente mais poderoso, o agente que detém a maior gama de recursos para dominar e determinar as ações no campo. Próximos a esse agente estão os agentes que detêm poder relativo no campo. Um poder pautado na relação com o agente mais poderoso. Essa acessibilidade ao agente mais significativo no campo em termos de poder faz com que esses agentes apareçam mais no campo, pois são os agentes que objetivam as relações de dominação existentes no campo. Através de suas ações os interesses se concretizam e fortalecem a estrutura vigente.

A figura a seguir mostra essa relação de proximidade no campo, bem como a força impactada sobre os agentes mais distantes do detentor de maior poder. Os agentes que estão na órbita do poder público compartilham interesses e se unem para garantir o poder tal como ele ocorre. Por não se tratar de uma estrutura estática o campo revela interação entre todos os agentes, direta ou indiretamente relacionados.

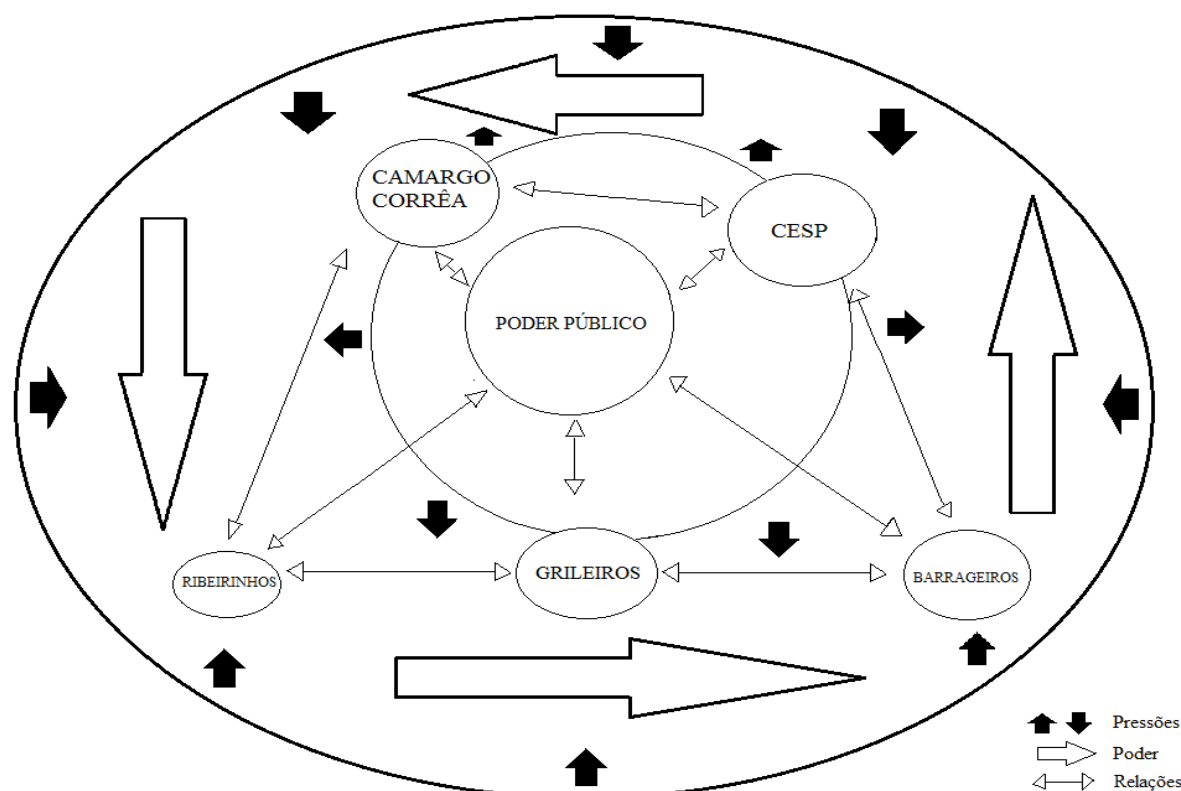


Figura 29 - A estrutura subjetiva do campo Primavera  
Fonte: Elaborado pela autora

Fora dessa órbita, encontram-se os agentes dominados, seus papéis e a forma objetiva do conteúdo simbólico, dada pelas relações entre esses agentes, que são operadas por recursos como diplomas de formação superior, como é o caso entre os barrageiros. No campo, formas



de poder credenciado pelos agentes dominantes, como leis subscritas que qualificam os agentes e permitem sua permanência revelam que a autoridade nem sempre é conferida àqueles que declaradamente são a autoridade, e a partir dessa autoridade novas relações de poder podem se firmar e proporcionar relações de dependência capazes de garantir o ponto de vista social.

Esse ponto de vista é atingido quando se instauram relações duradouras de dominação em que a dissimulação é fatídica no processo de dependência entre os agentes. Os mecanismos objetivos que ponderam essas relações são para os dominantes, a forma da reprodução dessa dominação, pois garantem que a mesma se efetive sem que os dominantes tenham a necessariamente conhecer ou pensar sobre as formas de se objetivar essa relação. Esse mecanismo são indiretamente estratégias que orientam a direção da reprodução das relações de poder.

O campo, observado na Figura 29, revelou a dinâmica e a distância ocupada na estrutura pelos agentes. Os dominados, em suas posições, legitimam e contribuem para a reprodução dos discursos dominantes. Em sua posição limitada, distante da órbita dos dominantes, esses agentes parecem isolados, mas encontram-se incluídos no campo. O fato de estarem próximos aos limites do campo, isto é, são agentes quase marginais ao campo, não reflete o isolamento, mas sim a maneira como sofrem mais pesadamente a incidência do poder das ações dos demais agentes e como não apresentam significativo grau de mobilidade dentro do campo.

O fato de não estarem inseridos na órbita dos agentes bem relacionados em termos de poder, faz com que os ribeirinhos e muitos dos barrageiros estejam em condições de se distanciarem cada vez mais do poder, o que explica o fato de outros agentes emergirem no campo enquanto eles apenas submergem ao poder e, independente do agente dominante, se permitem dominados. É preciso lembrar que não se trata de uma opção, mesmo dominantes não têm a clareza e a escolha em dominar, assim como dominados não têm a noção clarificada da dominação, por mais que saibam dos desmandos e de algumas das situações de imposição no campo.

Ao recorrer ao conceito de dissimulação, percebeu-se esse como sendo um aspecto evidenciado no comportamento da CESP em relação aos operários inseridos no campo. Sob o discurso protecionista que apregoava a concepção de família organizacional, em que ambos se cuidavam e zelavam pelo futuro um do outro, o que se percebe é uma companhia dominadora,

manipuladora e capaz de fazer com que os dominados se percebam cuidados e que acreditem que estão na melhor condição que poderiam alcançar na vida. Como bem colocou Bourdieu (2008a), essa é a forma de poder mais violenta e cruel, pois os dominados, desconhecedores de sua dominação, se colocam sem perceber, cada vez mais em situação de domínio, e fornecem aos dominantes cada vez mais recursos para a manutenção e concentração de poder.

As pressões externas, que penetram o campo e exercem influência sobre todos os agentes afetam mais intensamente aqueles que estão próximos às fronteiras da estrutura. Ao chegar até a órbita do poder, essas pressões são processadas e internalizadas e voltam ainda mais fortes sobre os dominados. As teias de relações entre ambos os agentes é permeada e as ações no campo são orientadas a fim de fazer com que a complexidade do campo faça parecer que tudo deve ser como realmente é, e que nada poderia ser diferente, para o bem de todos, e a máxima popular de que as coisas são como elas têm que ser, se repete continuamente, garantindo a *doxa*.

Assim, o poder circula por todo o campo e passa por todos os agentes, embora de maneiras distintas. Em outras palavras, o poder e o capital no campo são circulares na medida em que estão o tempo todo transitando no campo, mas a forma como esse poder é percebida é distinta entre os diferentes agentes, embora ele seja sempre o mesmo, o que muda é a percepção em relação a esse poder. As relações também são moldadas na medida em que o poder circula pelo campo, é ele que define como os agentes devem se relacionar e se comportar uns em relação aos outros. Desta forma, além das fronteiras do campo, há ainda os limites impostos nas relações, que ao receber influência do poder circular, também o influencia.

O fato dos agentes influenciarem o poder é dado pela circunstância em que ocorre e como ocorre a percepção. Se os agentes dominados percebem o poder circular como natural, não o reconhecendo como forma de abuso ou dominação, esse agente de comportamento *dóxico* possibilita a estagnação do campo por um tempo. Mas se os agentes reconhecem alguma forma de poder e se rebelam contra esse poder decidindo lutar por seus interesses no campo, criando uma circunstância que aumenta o nível de conflito e faz do campo um espaço mais dinâmico e complexo, o que requer dos agentes dominantes uma retomada estratégica de ações que possam lhe garantir a continuidade do poder.

Nesse sentido, observou-se que a CESP é o principal agente que se utilizou da *doxa* para a manutenção de seu poder. A companhia primou por mascarar seus interesses e

consequentemente não sofreu grandes problemas em relação ao seu posicionamento dominante no campo. O que ocorreu foi que a organização se privilegiou com o poder que já detinha para obter ainda mais poder, sem parecer essa a sua verdadeira intenção. Essa postura também exigiu dedicação e utilização de estratégias para promover a durabilidade e garantia de seus interesses no campo, e o negar simbolicamente esses interesses, a companhia ocultou aquilo que era mais rude, a dissimetria entre ela e os agentes dominados.

As relações entre a CESP e a Camargo Corrêa na direção dos agentes dominados revelou que cada relação é de fato particular. Embora as estruturas de poder sejam sempre muito semelhantes em essência, as estratégias são particulares e complexas. No campo, houve uma eficácia que somente foi possível porque esteve pautada na força material e simbólica, aliada às habilidades das quais dispunham as partes envolvidas. A mobilização do campo promoveu o consenso necessário para que o exercício do poder fosse efetivado tanto no que se referia ao deixar-se dominar quanto às esporádicas resistências a essa dominação.

Houve no campo a partidarização do consenso, um acordo primordial no sentido do mundo social. Mesmo os conflitos provocados pelos ambientalistas ou demais movimentos reivindicatórios somente são mais fortalecedores das regras do jogo. Ao se dispor contra a estrutura e a atuação dos dominantes no campo, os dominados estão apenas partidarizando aquilo que é necessário para o campo funcionar e continuar existindo. Como coloca Bourdieu (2008c) mesmo os princípios de divisão devem ser acordados, afinal, mesmo para lutar contra algo é preciso concordar que é dominado e que há um dominante.

Esse campo, em que há dominantes e dominados se faz sob a sombra de outros campos. No caso específico de Primavera há um espaço particular em que o campo de poder, o campo político e o campo econômico se sobrepõem para fazer existir o campo de lutas em que se constituiu o distrito. Inseridos nesses campos sobrepostos estão dois fortes agentes, a CESP e a Camargo Corrêa. Sob a incidência dos interesses desses três campos e desses dois agentes poderosos está Primavera, um espaço em que interesses políticos, econômicos e sociais convergem e estabelecem as diretrizes do campo.

A sobreposição, que não ocorre de forma aleatória e desarticulada é possível porque a estrutura é historicamente determinada. O que vemos na Figura 30 é um esboço de como seria essa sobreposição. Há o intuito de demonstrar a forma em que o campo está disposto em meio aos interesses dos outros campos e dos principais agentes que atuam em Primavera. Revela

ainda a imposição sofrida por esse campo, que se demonstra pequeno, inclusive perante os interesses dos agentes CESP e Camargo Corrêa.

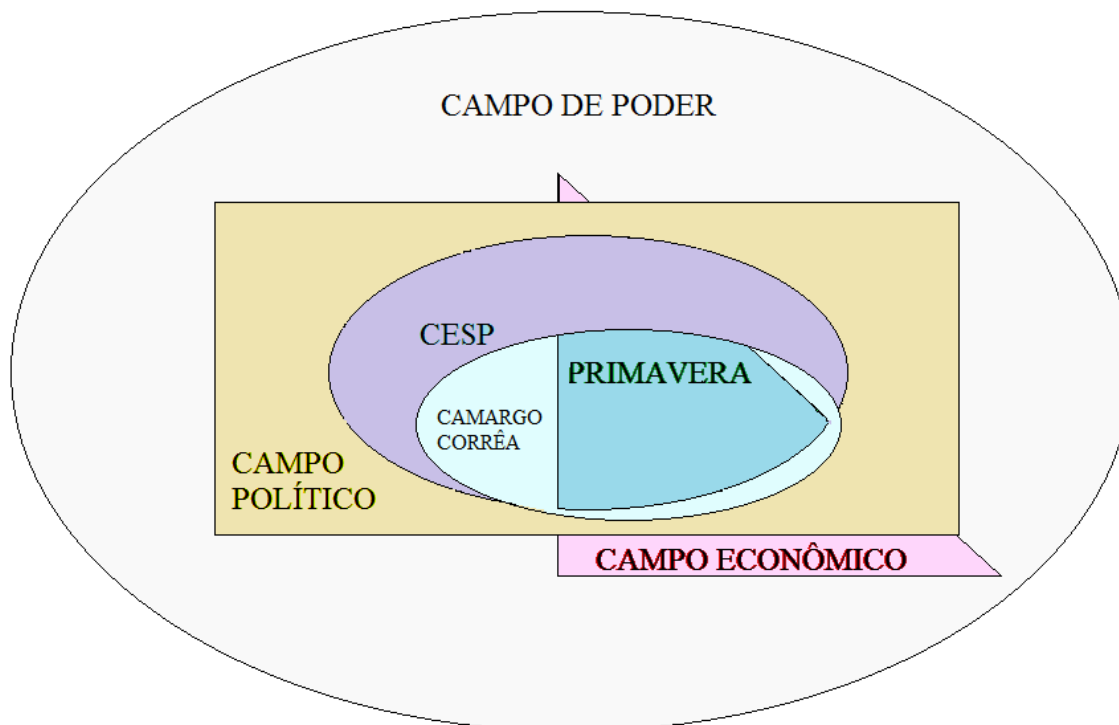


Figura 30 - A incidência dos interesses dos agentes sobre Primavera  
Fonte: Elaborado pela autora

Essa relação de força estruturante da dinâmica dos campos e que se fez da história estrutural vivida pela região do Pontal encontra na própria estrutura, o objeto das lutas anteriores. Primavera não seria o campo que é se não fossem as lutas sofridas anteriormente à instituição do campo. Essas lutas foram o despertar dos interesses em transformar ou conservar a estrutura, foram o princípio das tensões, das relações de força que a constituíram e caminham para dar respaldo às transformações futuras, garantindo que pouca coisa seja modificada no campo, mantendo fortalecida a estrutura vigente.

Essa permanência da estrutura não quer dizer, no entanto, que os agentes e seus *habitus* permaneçam estáticos no campo. Mesmo para permanecer em suas posições é comum que os agentes tenham que se adaptar às demandas do campo, que podem se modificar requerendo que os agentes se enquadrem e adquiram novos capitais para continuar em suas posições. Em Primavera, os ribeirinhos acabaram sendo mobilizados por movimentos reivindicatórios e com isso, ao mesmo tempo em que são instrumentos de força para esses agentes, são também capitalizados por essa inserção no movimento, ou seja, ao mesmo tempo em que são captados

pelos movimentos dando força a eles, recebem também o capital simbólico que o pertencimento ao movimento permite.

Esse processo de aquisição de novas formas de capital não se dá de forma instantânea ou mesmo imediata às exigências do campo. Trata-se de algo que ocorre lentamente, e gradativamente vai estabelecendo pequenas mudanças em algumas regras, mantendo as regras principais que se prestam a dominação. A emergência do campo em meio a outros campos, sob a sombra de outros agentes é algo lento, nasce de um complexo de ações na história dos agentes e vai se constituindo até que tenha uma forma própria, mas não independente das demais estruturas e dos demais campos.

Ao observar a Figura 30 deve-se notar que o campo Primavera tem uma forma sua, mas não se desprende das estruturas nas quais foi gestado e, enquanto existir estará fundamentado nessas estruturas, sob as condições que essas estruturas lhe permitirem. A transformação que a história permite ao campo não o liberta por completo das raízes que o constituíram, dessa forma, para se compreender um campo sempre se fará necessário se remeter ao passado, pois só assim se poderá compreender um pouco sobre as verdadeiras intenções no campo.

Essas intenções não surgem a partir do nada, elas são calcadas na história a partir das ações dos agentes que são e fazem a história. Os campos que dão origem aos novos campos são os direcionadores das ações que serão empreendidas nesses novos campos. Em Primavera foi feito um recorte com o objetivo de demonstrar que já haviam campos instalados na região em que o antigo núcleo residencial se estabeleceu. Os campos da política, o campo econômico e o campo judiciário já atuavam e faziam suas regras, instituindo o que era permitido e direcionando quais eram os capitais relevantes para a estrutura vigente.

O poder público era representado inicialmente pelo poder político e pelo poder judiciário, que instituía as leis que vieram definir o campo como ele é atualmente. A partir dessa instrumentalização de forças o poder público incide sobre os grileiros, depois sobre a Camargo Corrêa e sobre a CESP, que posteriormente veio incidir sobre a Camargo Corrêa, representando o poder público. Ambos incidiram sobre os ribeirinhos e futuramente sobre os barrageiros, como demonstra a imagem a seguir.

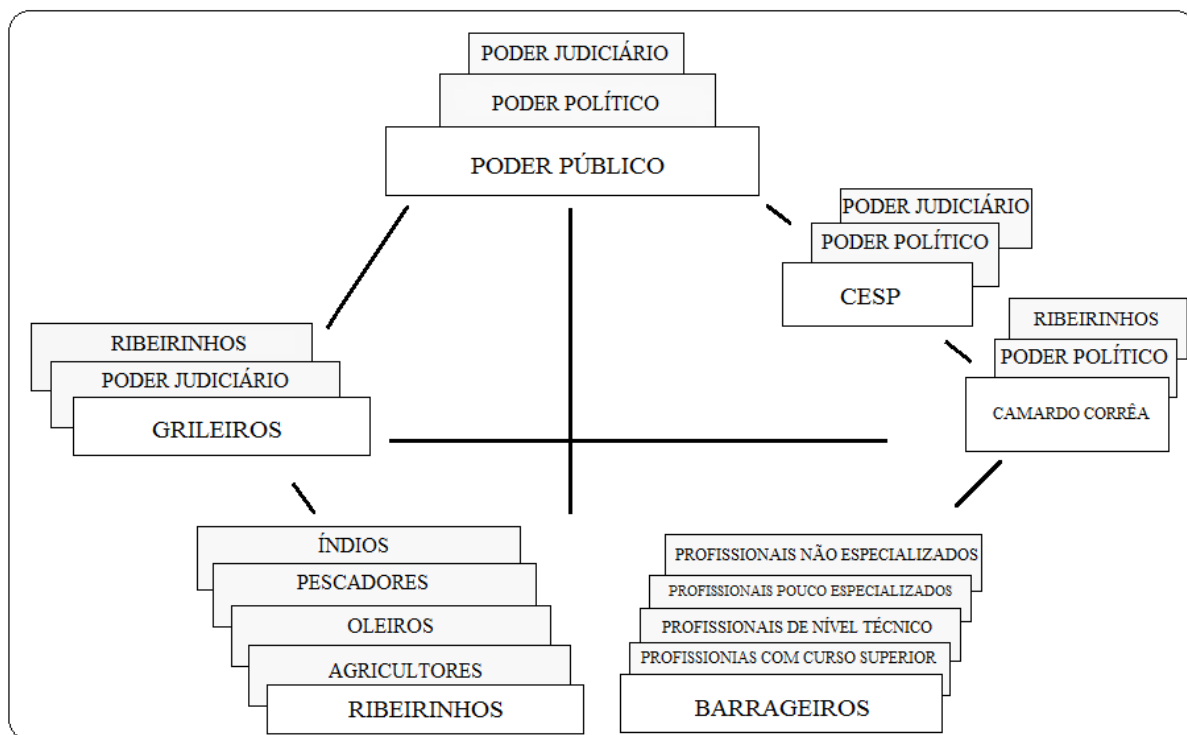


Figura 31 – As interações no campo Primavera  
 Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Vilarinho (2004)

O poder público, enquanto agente, se instituiu a partir da interação entre poder político e poder judiciário. Seu peso no campo é relativamente superior aos demais agentes. A CESP e a Camargo Corrêa foram ferramentas nas mãos do poder público para estabelecer o campo, ao mesmo tempo em que se aproveitaram de sua proximidade com o poder público para se estabelecerem como agentes com poder no campo. Os grileiros por sua vez, foram instrumentos temporários de dominação e fizeram incidir suas forças sobre os ribeirinhos angariando capital econômico para si e capital simbólico para o poder público e posteriormente para a empreiteira e para a companhia.

O poder público impôs ao campo, por meio de princípios legais, o início da operacionalização da violência, proporcionando a visão e a divisão do mundo social. As representações do campo foram então figuradas no mundo pelo que Bourdieu (2009a) chamou de *nomus*, que regeu a produção de imagens legítimas ao campo. A fundamental divisão do campo, estabelecendo quem eram os dominantes e quem eram os dominados proporcionou ao principal detentor do poder, o poder público, o monopólio da violência simbólica, essa violência que impõe a vontade do dominante seja ela qual for. Esse poder público, no limite de sua alçada, cria os criadores e garante o crédito e a moeda fiduciária representada pelo capital do agente autorizado no campo. Foi exatamente o que ocorreu no campo, o poder

público, a partir de suas atribuições e designações criou as circunstâncias necessárias ao funcionamento do campo.

Esse poder objetivo e ao mesmo tempo subjetivo do poder público reivindica o monopólio do uso legítimo da força, mas a distribui na medida em que percebe a necessidade de orientá-lo a outros agentes a fim de garantir mais poder no campo. Em um campo específico, o poder público impõe à população que o campo contém suas vontades e interesses e estabelecem as regras do jogo e são os ditadores dessas regras mesmo quando as evidências parecem contrárias. Essa objetividade do poder público fez em Primavera a força estrutural fundamentada em mecanismos específicos de dominação determinando estruturas mentais e sociais, promovendo esquemas de percepção e de pensamento convenientes às suas intenções.

Esse processo de concentração de força baseada em diferentes tipos de capitais resultou no poder público, transformando-o no detentor do que Bourdieu (2008b) chamou de metacapital, uma espécie de poder sobre os outros tipos de poder e agentes, que mesmo se utilizando dos recursos do poder público para também se estabelecerem no campo, na realidade só fazem fortalecer e atender ao poder público. A construção desse agente que não apenas representa o Estado, mas todas as suas formas de dominação e determinação é a própria construção do campo de poder, o espaço dos jogos em que os detentores de capital disputam pela falsa impressão de poder sobre o Estado, os serve na realidade, de instrumento para reproduzir outras formas de capital no campo.

Em Primavera observou-se um emaranhado, difícil de ser distinguido, entre o poder público e os demais agentes. Não se constitui tarefa simples, a compreensão dos limites do Estado, do próprio campo e dos agentes dominantes, uma vez que é o poder público que difunde o capital simbólico objetivado e codificado, delega e garante a utilização dos mais variados capitais no campo. Ao agir, esse agente garantiu em Primavera os atos de autoridade, atos arbitrários comumente vistos como legítimos, permitindo a alguns agentes tomar para si a propriedade de detentora de capital pertencente inicialmente ao Estado.

É o poder público o contribuinte principal para a produção e reprodução de instrumentos de construção da realidade social. Em Primavera isso não foi diferente. Como principal estrutura organizacional reguladora de práticas, exerceu, e ainda exerce permanentemente a ação que delimita as disposições duradouras no campo. O poder público, através de constrangimentos e imposições, impôs a Primavera um enquadramento capaz de inculcar formas e categorias de

percepção, compreensão e memória que criaram as condições coerentes de instituição de *habitus* fundamentais para o consenso no campo.

O campo Primavera acabou se confundindo com um campo político, pois neles foram e ainda são gerados todos os tipos de produtos políticos e, mesmo hoje, após alguns anos de estabilização da UHE Engenheiro Sérgio Motta, os problemas, os programas e os conceitos envolvidos no campo fazem dos agentes dominados, os consumidores das regras impostas pelo poder público. Os cidadãos comuns em Primavera, distantes do local de produção do capital simbólico, estão suscetíveis a erros de escolha do representante perante o poder público e isso se evidenciou nos escândalos políticos envolvendo Rosana nos últimos anos.

Essas escolhas inadequadas, instigadas pelo poder público, firmaram o poder dos produtores de capital em relação aos cidadãos comuns. O poder simbólico que permeia esse campo permite aos agentes apenas a expressão do sofrimento, da decepção, da alegria e de sentimentos que remetem ao passado sofrido, resultante de um ciclo social que culminou na realidade tal com ele é. A veiculação dos anseios constitui no campo a sinalização comum aos grupos que visam à afirmação da diferença. Seja o encantamento pelas promessas positivas envolvidas no discurso em prol da instalação da hidrelétrica ou a submissão passiva aos interesses dos dominantes, há na complexidade do campo, a definição dos comportamentos no campo.

O preço que Primavera pagou pela submissão e reconhecimento universal da representação da dominação legítima, dissimuladamente desinteressada, permitiu ao poder público a obtenção do monopólio universal. Sob essas circunstâncias, os agentes trabalharam para vitimar suas condições de existência perante as condições sociais. Perante a constatação dessa forma de violência simbólica, o que se pode fazer é estabelecer a verdade das lutas no campo, apreendendo a lógica objetiva de acordo com a qual ocorreram as determinações de estratégias utilizadas no campo.

Descobrir o poder onde ele menos se deixa ver e é ignorado é ir à busca da constatação do poder simbólico. Em Primavera, esse poder invisível vai se tornando claro e evidente a cada novo elemento descoberto. Embora pareça simplista afirmar que os dominados contribuíram para sua condição no campo, a cumplicidade a que se renderam apenas demonstra que muitos não sabiam de fato ao que estavam sujeitos, e desta forma, foram cruciais para definir e preservar a ordem no campo. Em Primavera, a relação entre os dominantes e dominados



permitiu a integração verdadeiramente intrínseca a classe dominante e proporcionou uma integração ilusória da sociedade em seu conjunto, o que promoveu no campo a falsa sensação de consciência. A desarticulação da classe dominada, em Primavera, só fez legitimar a ordem e estabelecer as distinções no campo.

## 10 CONCLUSÕES

Ao concluir o processo de investigação e busca por informações que pudessem desvelar o campo, percebeu-se o alcance do principal objetivo, isto é, delinear como se estruturou o campo Primavera em função da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, enfatizando as relações de poder que o perpassam. Sob esse anseio, foi necessário inicialmente apresentar o histórico da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta e os impactos causados na região a partir da instalação da hidrelétrica, bem como o distrito de Primavera, sua história e processo de colonização. Em seguida, como se pôde observar, foram identificados os agentes que constituíram o campo Primavera, assim como o *habitus* e o capital desses agentes. Para dar continuidade ao cumprimento da proposta foi necessário, ainda descrever como esses agentes foram estruturados e como esses mesmos agentes contribuíram para o processo de estruturação do campo Primavera. E finalmente, na busca em atingir o que foi inicialmente almejado, se fez imprescindível a interpretação de como as relações de poder foram instituídas no campo.

Esse percurso possibilitou reunir informações que, ao serem compactadas revelam objetivamente a clareza do processo de constituição do campo. Ao investigar e apresentar o histórico da usina e os impactos causados pelo alagamento da região a fim de instalá-la, foi possível identificar os elementos iniciais para a composição do arcabouço que levaria ao delineamento da estrutura do campo. Com o intuito de que essa empreitada fosse bem sucedida, se fez necessária a compreensão e a reflexão acerca da teoria que serviu de guia, isto é, foi preciso entender e estudar a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu, para só a partir do entendimento de seus pressupostos se proceder à pesquisa. A partir desse embasamento, ao chegar ao local definido como campo, observou-se que era preciso ir mais além e foi então que foram definidos os demais objetivos.

Conhecendo o histórico do projeto envolvendo a UHE Engenheiro Sérgio Motta e tendo em mãos informações suficientes sobre os impactos ocasionados por ele, bem como conhecendo o processo de instituição do campo Primavera, iniciou-se a identificação dos agentes. Dentre os agentes encontrados no campo, foram selecionados seis, considerados nesta investigação, como os mais significativos. Essa escolha, porém, não ocorreu de forma aleatória, mas esteve fundada nos conceitos do estruturalismo genético de Pierre Bourdieu. Não se tratou, contudo, de descartar ou desvalorizar os agentes não incluídos na pesquisa, mas sim de olhar mais atentamente os agentes que estruturaram o campo, pois agentes mencionados aqui e depois

não retomados, como é o caso de alguns movimentos reivindicatórios e ONGs, foram considerados como parte do processo de estruturação, mas enquanto pertencendo a outros grupos de agentes, como o poder público, os próprios ribeirinhos, ou mesmo alguns ex-barrageiros. O que ocorre é que hoje, esses movimentos representam as forças adquiridas ou perdidas durante o processo de estruturação do campo, e no momento em que foi definida a abrangência da pesquisa, foi importante também limitar algumas situações, como por exemplo, os do próprio campo. Ou seja, os agentes que se referem aos movimentos do entorno seriam adequadamente estudados se incluídos na pesquisa. No entanto, seriam importantes pontos a serem contemplados em uma futura investigação.

A pesquisa sobre os *habitus* e o capital do qual dispunham os agentes no campo, levou ao entendimento de como os agentes foram estruturados e ao mesmo tempo estruturaram o campo. Isso somente foi possível porque ao compreender as ações que antecederam o campo, pôde-se olhar mais atentamente às ações no interior do campo. Percebeu-se que as ações em tempo contemporâneo ao nosso eram fruto de toda uma construção histórica e foi a própria história, permeada por essas ações, que fizeram o campo e os agentes tal como eles hoje se constituem. Ao perceber a relação entre as ações e a estruturação do campo, bem como a interferência que campo e agentes exercem uns sobre os outros, encontrou-se o ponto propício à análise das relações de poder, bem como se possibilitou o entendimento de como essas relações foram moldadas e moldam simultaneamente o campo.

Contudo, uma das mais instigantes e ao mesmo tempo estimulantes situações envolvendo a pesquisa é o fato de ter se encontrado todas as características e elementos apontados na Teoria dos Campos de Bourdieu. A estruturação do campo e dos agentes foi evidenciada em cada elemento descoberto. A história dos agentes e do próprio campo, e as influências dos demais campos que incidiram e ainda incidem sobre Primavera revelaram as lutas que constituem todos os campos. As oposições entre os agentes e a complexidade das estratégias imersas nas relações no campo também se fizeram evidentes como o proposto por Bourdieu. E o cuidado em analisar os agentes somente sob um único e demarcado ponto de vista proporcionou o entendimento do posicionamento dos agentes no campo e do que os levou a se posicionarem de tal forma.

As relações de poder que perpassaram a história do campo desde os seus primórdios, ou melhor, antes mesmo do campo ser constituído, foram uma constante. Desde o início da investigação, se observou que as estruturas de todas as relações desenvolvidas na região

estavam pautadas no poder, fosse esse poder declarado ou baseado em um controle mediado pela violência exercida pela força física ou simbólica. No decorrer da pesquisa, percebeu-se ainda que, não bastando as formas mais conhecidas e declaradas de poder, além do poder simbólico submerso nas relações alicerçadas pelo poder político ou econômico, encontrou-se ainda o poder relacional. Ou seja, uma forma de poder exercida entre agentes que estão situados no mesmo nível da estrutura, mas que possuem alguma força relativa no que se refere aos demais agentes de seu nível estrutural.

Nesse contexto envolvendo a pesquisa, um dos pontos mais marcantes encontrados, tanto na teoria quanto na prática da investigação, foi o cuidado com a descrição das capacidades criadoras do indivíduo. Encontrou-se no campo características e elementos presentes na história, que clarificaram as ideias de Bourdieu. Sem os agentes e toda a prática exercida e permitida no campo, este certamente não se constituiria como tal. Esse talvez seja um dos pontos mais relevantes da pesquisa, pelo fato de pensarmos ser possível a generalização da teoria de que, mesmo submerso na estrutura social, o indivíduo se faz agente. Ser um agente, como percebeu-se na investigação, não é necessariamente agir; um elemento, que mesmo ao não agir, interfere no processo de estruturação do campo, é um agente.

Sob essa condição, a de agente, os indivíduos, as classes ou quem quer que sejam os agentes, contribuem para a condição de dominantes ou dominados. É preciso, contudo, ter cautela para que essa contribuição não seja mal interpretada. Não se trata de atribuir aos agentes uma espécie de culpa, mas de atribuir-lhes aquilo que lhes é devido, a pertença ao campo e a utilização do capital que possuem de acordo com a sua posição na estrutura do campo. Em Primavera, o que se observou foi a contribuição dos agentes, ao longo da história, ao permanecerem no campo e aceitarem sua condição de dominados ou dominantes. Cada qual se utilizou das estratégias que tinha para permanecer no campo. Essa permanência, por si só, se caracteriza como uma espécie de contribuição para a estruturação do campo, bem como para permanecer no campo, é preciso que se tenha habilidades suficientes para resistir na posição de dominados, sem de fato promover a resistência às formas de dominação exercidas no campo. De forma mais simples, pode-se dizer que, permanecer em Primavera, tem sido resistir ao campo e ao mesmo tempo integrar-se a ele.

O delineamento realizado na região nos levou a conhecer um pouco sobre a história de Primavera e, surpreendentemente, possibilitou o entendimento de estratégias políticas que já fizeram parte e ainda vão se repetir em outros campos. O que foi encontrado em Primavera

não é apenas a realidade de uma vila de operários que se tornou cidade, é uma realidade que perpassa os campos mais distantes não apenas no país, mas em qualquer espaço em que hajam lutas. É uma teia estrutural que se fará com muita semelhança em qualquer lugar que exista poder político, econômico e o uso da violência, seja ela declarada ou velada. E obedecendo a essa estrutura, o que se encontraria de diferente em outros campos, seria a capacidade inventiva dos criadores, utilizadores do capital no campo como estratégias que proporcionariam a riqueza de detalhes do campo.

A pesquisa documental investida para o desvelamento das estruturas e relações de poder instituídas no campo, foi o que nos guiou e possibilitou o entendimento daquilo que se coloca na literatura como sendo o intermédio entre determinação e liberdade. Assim, é importante conhecer a estrutura dos campos para só então poder perceber que os agentes, produtos de uma estrutura profunda, têm inscrito em si, princípios geradores e organizadores de suas práticas, de suas representações e de seus pensamentos. Os agentes somente o são na medida em que atuam e sabem que são dotados de percepção, de senso prático, de preferências e classificações. Em toda a existência, os agentes absorvem e reestruturam *habitus*, condicionam aquisições novas e recebem, dentro de uma estreita liberdade, autorização para agir, variando conforme a lógica de cada campo e de cada situação ou posição ocupada.

Se fosse necessário dizer o que pode ser generalizado deste estudo, sem dúvida, a resposta seria a estrutura apontada por Bourdieu em toda a sua obra, ou seja, a utilização do poder, as lutas, o poder de dar nome e, portanto, de se fazer existir no campo. Essas questões certamente seriam encontradas em outros campos investigados. Quanto aos limites dessa generalização, é necessário atentar às particularidades envolvendo a percepção e as diferentes formas de se adotar estratégias no campo. Por se tratar de um processo historicamente recente, a busca por novas fontes de produção de energia, fez com que o Brasil se tornasse um potencial produtor de energia hidroelétrica e hoje, ao investigarmos campos que envolvam a implantação de grandes projetos, é possível que nos deparemos com elementos muito parecidos com aqueles apresentados em nossa pesquisa.

Se nos voltarmos à proposta de Bourdieu perceberemos que mesmo em campos aparentemente distintos, é possível deparmos com situações estruturalmente equivalentes, por exemplo, em circunstâncias em que pessoas simples sejam submetidas a entrega de suas terras em prol de promover o reassentamento indígena – muito pertinente – é possível que encontremos situações de desmando de poder, de intimidação da população, de uso do poder

político para promover algo por traz do véu que retrata o amparo ao índio e assim consecutivamente. Em outras palavras, é provável que discursos permeiem esses campos da mesma forma em que permearam Primavera, afinal, como coloca a Teoria dos Campos, o discurso é o poder de dar nome às coisas e, conseqüentemente, fazê-las existir conforme as regras do jogo, isto é, promover falsas verdades e torná-las um fato.

Ao tratarmos dessas relações de poder que instituem os campos, podemos considerar o discurso uma das formas mais cruéis de se exercer o poder. De acordo com a literatura de Bourdieu, quanto mais velado e submerso em falsas afirmativas, mais incisivo e impactante é, porém, nunca se faz menos concreto por isso. Em Primavera, percebeu-se uma ligação muito forte entre a demanda por energia e a promessa de progresso e o exercício do poder. Sob um discurso que declara a vitalização local, a aquisição de melhores condições de subsistência e melhores condições de vida em sociedade, se promoveu a destituição da capacidade decisiva do indivíduo, que mesmo percebendo e agindo no campo, se limita a uma estrutura não idealizada por ele, por mais que ele de alguma forma tenha contribuído para o seu estabelecimento.

Com o fim deste trabalho não se pretendeu, no entanto, adotar uma posição contrária ao investimento em geração de energia, seja ela de fonte hidroelétrica ou não. Nem mesmo optar por uma posição contrária às formas de investimento em tecnologia e melhorias na infraestrutura. Não se trata de um trabalho ingênuo que faz referências ao retrocesso, seja ele econômico, produtivo ou tecnológico. A intenção, é apenas demonstrar as estratégias dos agentes dominantes que ganham o poder de falar em nome da maioria e, com esse poder em mãos, se apropriam das demandas no mundo social e criam falsas verdades, que guiam e estruturam os campos.

Embora o presente trabalho tenha se constituído como adepto à investigação de caráter qualitativo a fim de descrever questões estruturais envolvendo a dinâmica social, houve indícios da necessidade de uma investigação que trouxesse elementos que possibilitassem a análise quantitativa, a fim de realizar a complementação desta pesquisa. A abordagem quantitativa permitiria a análise mais objetiva das relações no campo, bem como forneceria dados que talvez fortalecessem este trabalho. Além disso, investigações que utilizassem entrevistas com agentes do campo também poderiam revelar outras facetas ainda submersas e a partir disso, poderia haver um delineamento do campo com mais detalhamento e riqueza de informações.

Quanto à contribuição desta pesquisa às ciências administrativas, é possível que ela se firme no fato de que é preciso ir além dos muros das organizações, para verdadeiramente compreendê-las e assim, desenvolver a área de conhecimento que segue em busca do desvelar das formas e estratégias organizacionais. É possível que estudos como esses, não apenas revelem questões sociais, mas também proporcionem um melhor entendimento das configurações do universo organizacional, bem como podem revelar os impactos e influências do meio social que incidem sobre as organizações, que por sua vez re-configuram o mundo social por meio das ações exercidas sob seu jugo.

Quanto aos agentes desta pesquisa, não se pretendeu, em nenhum momento, apresentar uma solução para que não mais existam formas de dominação no campo. Afinal, seria ingenuidade pensar que não há formas de dominação, e são por elas que existem os campos e são os campos que fazem a vida em sociedade. Onde há vida em sociedade, há luta e se há luta, há um campo. Assim, os ribeirinhos, os barrageiros, os grileiros, a Camargo Corrêa, a CESP e o poder público certamente teriam outros nomes se tivéssemos o poder de transformar o campo com nossas críticas, no entanto, esses nomes, seriam novas formas de nomeação de dominantes e dominados, mas colocariam ainda assim, cada um na posição que lhes coubesse perante a estrutura.

O que se percebeu, contudo, é que os agentes dominados no campo investigado se ocupam de suas condições precárias de acesso ao poder para ainda assim permanecerem no campo. Mesmo as formas precárias de estar nesse universo fazem com que esses agentes sintam-se parte de algo maior do que eles são, enquanto seres individuais. Esse fazer existir, tão amplamente discutido por Bourdieu, revela que as necessidades humanas são parte de um todo que ultrapassa sua existência singular. Mesmo a situação de dominação, que massacra e destrói as formas mais individuais de se fazer um ser particular no mundo, revela a busca por estar inserido em um campo, seja ele qual for. As ações que permeiam essa teia de relações, limitadas pela estrutura, revelam a dependência que existe de uns em relação aos outros - e o mais dissimulado dos agentes, sempre se prevalecerá dessa dependência para torná-la ainda mais intensa, e fará com que seja, ainda, um instrumento de dominação. Afinal, é muito comum ouvir que embora não se saiba porque as coisas são como são, o fato é que elas sempre foram assim. Nesse sentido, somente os agentes dotados de algum senso crítico, podem, ao longo de sua existência, modificar sutilmente a estrutura, em prol de um conjunto que ultrapasse a si mesmo.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. P. C., TOLFO, S. R., SILVA, E. M. A cultura organizacional e o desenvolvimento da criatividade. In: CARRIERI, A. P., SARAIVA, L. A. S. **Simbolismo organizacional no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2007.

BAPTISTA, F. Acordo entre Cesp e Ministério Público libera funcionamento da Usina Porto Primavera. São Paulo, publicado por **ISA**, em 30-10-1998. Disponível em <<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=1044>> Acessado em 20 de junho de 2011.

BARRETO, R. Índios e ambientalistas correm atrás de prejuízo causado por usina. São Paulo, publicado por **ISA**, em 17-09-2001. Disponível em <<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=43>> Acessado em 26 de junho de 2011.

BERMANN, C. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 59, 2007. p. 139-153.

BORTOLETO, E. M. **Os impactos do complexo hidrelétrico de Urubupungá no desenvolvimento de Andradina**. Dissertação. Faculdade de Ciência e Tecnologia da UNESP. 132 fls. Presidente Prudente, 2000.

BORTOLETO, E. M. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discursos e impactos. In: **Revista Geografares**, n. 2, Jan. 2001, p. 56-63.

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002a.

BOURDIEU, P. **Campo de poder, campo intelectual: itinerário de um conceito**. Buenos Aires: Montessor, 2002b.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **A produção da crença**. 3. ed. Porto Alegre: Zouk, 2008a.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2008b.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 2008c.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009a.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2009b.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009c.



- CAMPANHARO, L. S. L. O. Impactos socioambientais decorrentes da formação do reservatório da Usina Hidrelétrica Engº. Sérgio Motta no Município de Presidente Epitácio. **Enciclopédia Biosfera**, n. 1, 2005, p. 1-42.
- CESPAULISTA. **17ª Usina da CESP**: Porto Primavera. Ano v.1, n. 20, Dez. 1979, p. 11-13.
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO (CESP). **Usina Hidrelétrica Porto Primavera. Estudo de Impacto Ambiental**: programas de controle ambiental v. 3, Jul. 1994.
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP. **Obras do Reservatório da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta**. CD-ROM. São Paulo, 2000.
- CORSETTI, B. Análise documental no contexto da metodologia qualitativa. **UNIrevista**, vol. 1, nº 1: 32-46 (janeiro 2006).
- CUNHA, L. Regulamentação: Linha do tempo - Principais aspectos da evolução das regras para o setor elétrico brasileiro em mais de um século de história. In: **Coleção Energia: a evolução da aplicação da energia elétrica e suas conseqüências para a sociedade**. São Paulo: Atitude Editorial, 2009, v. 2, p. 35-45.
- DEMUNO, Rodrigo. **Foto da Associação Atlética Porto Primavera**. S.L. s.d. (acervo pessoal).
- DUTRA, C. A. S. **Em defesa do povo Ofaié**. Três Lagoas: Conselho Indigenista Missionário. CIMI. 1999.
- EPE – EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Plano Nacional de Energia 2030**. Rio de Janeiro: EPE, 2007.
- EPSTEIN, I. **Gramática do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- FARIA, J. H. Poder real e poder simbólico: o mundo das intrigas e tramas nas organizações. In: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S. **Simbolismo organizacional no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2007.
- FELLET, J. **Polêmica sobre Belo Monte se arrasta há três décadas**: entenda o caso. In: BBC. Publicado em 05 de abril de 2011. Disponível em <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/04/110404\\_belo\\_monte\\_jf.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/04/110404_belo_monte_jf.shtml)> Acessado em 16/07/2011.
- FERNANDES, B. M.; RAMALHO, C. B. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP). **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, 2001.
- GILL, R. Análise de discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 6. ed. p. 244-270. Petrópolis: Vozes, 2007.
- GONÇALVES, H. C. **O processo de implantação da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera e seus reflexos na atividade pesqueira e nos modos de vida dos pescadores de Porto XV de Novembro - MS**. Dissertação. Presidente Prudente: UNESP, Programa de Pós Graduação da Faculdade de Ciência e Tecnologia, 1997. 121 fls.

GONÇALVES, M. A. Acordo viabiliza início das operações de Porto Primavera. São Paulo, publicado por **ISA**, em 26-11-1998. Disponível em <<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=1196>> Acessado em 26 de junho de 2011.

HONORATO, G. A. Gerenciando impactos sócio-econômicos: o papel da Sociologia na implementação de usinas hidrelétricas no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 86, Jun. 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Brasília, 2010.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. OAB quer suspender formação do lago de Porto Primavera. São Paulo, **ISA**, em 21-12-1998. Disponível em <<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=1199>> Acessado em 26 de junho de 2011.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Key World Energy Statistics**. Paris: IEA, 2010.

JURISBRASIL. CESP firma acordo com MP para implantar parque em região inundada. **Jurisbrasil**. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/noticias/1051068/cesp-firma-acordo-com-mp-para-implantar-parque-em-regiao-inundada>> Acessado em 23 de junho de 2011.

KUDLAVICZ, M. **Usinas Hidrelétricas: impacto ambiental e desagregação de comunidades**. Goiânia: CPT, 2001.

KUDLAVICZ, M. Usinas hidrelétricas: impacto sócio-ambiental e desagregação de comunidades. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**. Três Lagoas-MS, v. 2 – n.º 2 – ano 2, Set. de 2005, p. 87-115.

LIMA, L. M. G. **A memória submersa e as atividades atuais da população ribeirinha residente em Bataguassu e Presidente Epitácio na Festa Nossa Senhora dos Navegantes**. Trabalho de Conclusão de Curso. Rosana: Departamento de Turismo. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 117 fls.

LOPES, J. M. A. O dorso da cidade: os sem-terra e a concepção de uma outra cidade. In: SOUSA SANTOS, B. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. São Paulo: Record, 2002.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. 3ª ed. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MAY, T. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria método e criatividade**. 3 ed. São Paulo: Petrópolis, 1994.

MORAES, M. S. M. Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai e a ação político educativa dos mediadores. **Revista brasileira de educação**, n. 1, Jan./Abr. 1996.

MOTTA, F. C. P. O Estruturalismo na Teoria das Organizações. **Revista de Administração de Empresas**, v. 10, n. 4, Out/Dez, 1970, p. 23-41.

NASCIMENTO, E. P.; DRUMMOND, J. A. **Amazônia**: dinamismo econômico e conservação ambiental. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2003.

NASCIMENTO, W. C. **A gigante de concreto**: os prós e contras da construção da hidrelétrica de Itaipu na região Costa Oeste do Paraná. Monografia apresentada ao Colegiado de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2006. 118 fls.

OLIVEIRA, W. **Os impactos socioambientais motivados pela UHE de Porto Primavera no município de Anaurilândia – MS**. Tese de doutoramento. Presidente Prudente: Departamento de Geografia FCT - UNESP, 2003. 171 fls.

PABST, F. R.; SIQUEIRA, M. V. S. Discurso organizacional como manifestação de poder: um estudo com executivos de empresas modernas. São Paulo, **Revista brasileira de gestão de negócios**, v. 10, n. 29, out./dez. 2008. p. 376-390.

PAIM, E. S.; ORTIZ, L. S. **Hidrelétricas na bacia do rio Uruguai**: guia para ONGs e movimentos sociais. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2006.

PANDOLFI, M. A. Turismo e conflito por terra no Pontal. In: 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina - EGAL: Caminando en una América Latina en transformación, 2009, Montevidéo - Uruguai. 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina: Caminando en una América Latina en transformación. **Anais...** Montevidéo, 2009, p. 01-10.

PARDINI, D. J.; GONÇALVES, C. A.; KILIMNIK, Z. M. Manifestações simbólicas nas relações intra e interorganizacionais. **Revista Economia e Gestão**. v. 8, n. 17, mai./ago. 2008. p. 51-69.

PARMIGIANI, J. Apontamentos para a história de uma luta: os atingidos pela barragem de Salto Caxias/PR. **Revista Tempo da Ciência**. v. 13, n. 26, Mai./Dez. 2006, p. 107-123.

PAULA, A. P.; PALASSI, M. P. Subjetividade e Simbolismo nos Estudos Organizacionais: Um enfoque histórico-cultural. In: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S. **Simbolismo organizacional no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2007.

PECI, A. O simbólico e o real: as contribuições das teorias não dicotômicas. In: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S. **Simbolismo organizacional no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2007.

PONTE, S. R. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha - Multigral, 1999.

REID, J.; SOUSA, W. C. Investimentos em infra-estrutura e políticas de conservação no Brasil. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1. Jul. 2005, p. 189-197.

REIS, J. C. História e Estruturalismo: Braudel *versus* Lévi-Strauss. **História da Historiografia**, n.1, Ago. 2008, p. 8-18.

REVISTA ÉPOCA. Os campeões da planilha. **Revista Época**, n. 605, Dez. 1993.

REVISTA ISTO É. São as águas de maio: o rio Paraná inunda o concreto da Hidrelétrica de Porto Primavera e começa a livrar o Estado de São Paulo de um iminente colapso energético. **Isto É**, n. 1234, Mai.1993, p. 40-42.

ROMERO, M. A; FARAH, E. L.; MACEDO, G. N.; BEVILAQUA, G. A.; ROMANINI, R. M. Impactos sócio-econômicos e ambientais causados por usinas hidrelétricas. Estudo de caso: UHE Eng. Sérgio Motta (Porto Primavera). In: 21º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES - Trabalhos Técnicos. **Anais...** João Pessoa, 2000.

ROSA, L. P. Hidrelétricas e meio ambiente na Amazônia: análise crítica do plano 2010. **Revista Brasileira de Energia**, v. 1, n. 1, 2009, p. 01-11.

SANTOS, A. R. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2006.

SCARPINELLA, C. A. **Porto Primavera**: o paradigma de análise e os processos de implantação. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Energia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo: FEA/USP, 1999. 186 fls.

SCHNEIDER, J. Discurso simbólico e símbolos discursivos: considerações sobre a etnografia da identidade nacional. **Revista Mana**, v. 10, n. 1, 2004, p. 97-129.

SEVÁ, A. O. Conhecimento crítico das mega – hidrelétricas: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais e a destruição dos monumentos fluviais. In: 2º Encontro nacional da ANPPAS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2004. **Anais...** Indaiatuba, 2004.

SEVÁ, O. **Tenotã-Mõ**: Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. 1ª Ed. São Paulo: IRN, 2005.

SILVA, E. A. Transformações sócio-espaciais e a problemática ambiental no Brasil: o caso das hidrelétricas. Lavras, **Caminhos de Geografia** – Revista Online, v. 8, n. 23, 2004, p. 34-40.

SILVA, G. M. Turismo no espaço rural: eventos e suas modalidades. Encontro Científico dos Estudantes de Turismo. **Revista Ecetur...** Três Lagoas: AEMS, 2005 - 2006, p. 366-375. Disponível em:< [www.aems.com.br/publicacao/revista\\_ecetur2005e2006.pdf](http://www.aems.com.br/publicacao/revista_ecetur2005e2006.pdf)> Acessado em 27/08/2011.

SILVA, L. F. **Reflexos culturais da população do Distrito Primavera expressos no léxico e nos topônimos**. Trabalho de Conclusão de Curso. Rosana: UNESP, 2010. 75 fls.

SIQUEIRA, C. Rosana-SP comemora prisão de vereadores com fogos. **Jornal Estadão**. Publicado em 07-12-2007. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,rosana-sp-comemora-prisao-de-vereadores-com-fogos,92390,0.htm>> Acessado em 23 de junho de 2011.

SOARES, N. B.; FRHOËLICH, José M.; MARQUES, Maria M. S. A identidade água abaixo: os reassentados da Usina Hidrelétrica Dona Francisca (UDHF) – RS. In: SOBER – Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2007. **Anais Eletrônicos...** Londrina, 2007.

SOUZA, E. A. **Reordenamento sócio-econômico e cultural das famílias atingidas pela UHE Engenheiro Sérgio Motta**: reassentamentos Pedra Bonita e Santa Emília/Santana-Brasilândia – MS. Dissertação. Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia da UNESP, 2005. 166 fls.

SOUZA, A. N.; JACOBI, P. R. Expansão da Matriz Hidrelétrica no Brasil: as Hidrelétricas da Amazônia e a perspectiva de mais Conflitos Socioambientais. In: V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS – **Anais...** Florianópolis, 2010.

SOUZA, E. B. C. Políticas territoriais de desenvolvimento regional: o planejamento em foco nas margens do Lago de Itaipu – Costa Oeste do Paraná. Curitiba, **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 115, Jul./Dez., 2008, p. 125-147.

SPERBER, D. **O simbolismo em geral**. São Paulo: Cultrix, 1974.

SWITKES, G. Brazilian Dam's Massive Reservoir Begins Filling Without Mitigation Plans. Berkeley, **World Rivers Review**, v. 13, n. 3, Jun. 1998, p. 22-25.

SWITKES, G. The Amazon: Brazil Cuts Number of New Dam Projects on Auction Block. Berkeley, **World Rivers Review**, v. 20, n. 56, Out./Dez., 2005, p. 16.

THIRY-CHERQUES, H. R. **Métodos estruturalistas**: pesquisa em ciências de gestão. São Paulo: Atlas, 2008.

THOMAZ, A. Nova face do conflito pela posse da terra no Pontal do Paranapanema: estratégia de classe entre latifúndio e capital agroindustrial canavieiro. **Revista Pegada**, v. 10, n. 1, Jun. 2009.

TRAVASSOS, L. E. P. Impactos causados pela UHE Porto Primavera sobre o meio físico e biótico de Campinal, Presidente Epitácio, SP. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v. 1, n. 1. 2001.

TREVISAN, C. Porto Primavera será inaugurada na terça. São Paulo, **Folha de São Paulo**, publicado em 21-02-1999.

TUKSUMO, N. M. J. **Arquitetura na CESP**. São Paulo: CESP, 1994.

USHER, A. P. **Uma História das Invenções Mecânicas**. Tradução Lenita M. Rimolli Esteves. Campinas: Papirus, 1993.

VIANNA, M. P. **Habitação e modos de vida em vilas operárias**. São Carlos, USP, Escola de Engenharia de São Carlos, Dez. 2004.

VIANNA, M. P. O desmonte e a conversão dos núcleos residenciais operários construídos pela CESP. São Paulo, USP, **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, v. 4, n. 2, 2006a, p. 21-35.

VIANNA, M. P. **Núcleos Residenciais da CESP**: o processo de desmonte. Dissertação. São Carlos: USP, Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, 2006b. 356 fls.

VIEIRA, M. M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (orgs). **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VILARINHO, P. F. O campo da saúde suplementar no Brasil à luz da teoria do poder simbólico de Pierre Bourdieu. Rio de Janeiro, **Cadernos EBAPE.BR**, v. 2, n. 3, Dez. 2004.

VIOLANTE, A. C. **E o rio levou**. 2. ed. Foz do Iguaçu: Clube de autores, 2009.

WEFFORT, D. Tudo é mega em Porto Primavera. São Paulo, publicado por **ISA**, em 26-11-1998. Disponível em < <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=1197> > Acessado em 26 de junho de 2011.

ZAAR, M. H. O Processo migratório no extremo oeste do Estado do Paraná/Brasil com a construção da Hidrelétrica Binacional Itaipu. Barcelona, **Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, n. 69, v. 47, Ago.2000.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. Campinas, **Ambiente & Sociedade**, v. 10, n. 2, Jul./Dez. 2007, p. 119-135.